

**A REBELDIA POR TRÁS DAS LENTES
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NO CENTRO DE
MÍDIA INDEPENDENTE NO BRASIL**

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS

ORIENTADORA PROF^a DR^a JANICE TIRELLI
PONTE DE SOUSA

FLORIANÓPOLIS. DEZEMBRO DE 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

**A REBELDIA POR TRÁS DAS LENTES
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NO CENTRO DE
MÍDIA INDEPENDENTE NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política.

Carlos André dos Santos

Orientadora Prof^a Dr^a Janice Tirelli Ponte de Sousa

Florianópolis
2010

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS

A REBELDIA POR TRÁS DAS LENTES
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NO CENTRO DE
MÍDIA INDEPENDENTE NO BRASIL

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2010.

Prof. Dr. Ricardo Virgolino
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Janice Tirelli Ponte de Sousa
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Marlúcia Valéria da Silva
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Itamar Aguiar
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Marcia Grisotti
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos meus pais, Carlos Francisco Avila dos Santos
e Noeli Vidal dos Santos.
A minha namorada, Ana Rosa Sant' Anna de Sá.
Aos ativistas da Rede CMI e da Rádio Tarrafa.
Aos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa
da Juventude Contemporânea.

AGRADECIMENTOS

Aos ativistas da Rede CMI e da Rádio Tarrafa, por sua generosidade, o apoio e os momentos de alegria do caminhar lado a lado por uma vida mais digna.

A minha família, pais, namorada, irmãos, cunhado, pela paciência, apoio e carinho.

Aos pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo de Pesquisa da Juventude Contemporânea, por todas as horas de trabalho compartilhado, pelas rebeldias acadêmicas e não acadêmicas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

À Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao Departamento de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Aos pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo de Pesquisa sobre a juventude contemporânea.

À minha orientadora, Dr^a Janice Tirelli Pontes de Sousa.

Aos professores do Departamento de Sociologia Política da UFSC.

Aos amigos Camila Betoni, Juacir Neto, Rodrigo Mineiro, João Vella, Ericson, Paíque, Daniel, Leonardo, Mosca, Moscão, Yuri, Felipe Mattos, Pablo Valério, Felipe Mattos.

Aos voluntários da rede CMI Brasil.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que fosse possível concretizar mais essa etapa na minha vida.

La libertad es como la mañana.
Hay quienes esperan dormidos a que llegue,
pero hay quienes desvelan y caminan
la noche para alcanzarla.

(Subcomandante Marcos)

RESUMO

O Estudo desenvolvido na linha de pesquisa “Gerações, gênero, etnia e educação” buscou compreender e analisar a participação política da juventude na *mídia radical alternativa* (DOWNING 2002), a partir da década de 90, por meio da análise das ações coletivas dos jovens inseridos no Centro de Mídia Independente Brasil, uma rede mundial de produtores e produtoras de mídia, nascida no movimento de resistência global ao capitalismo. Ao lado das rádios livres e comunitárias, dos coletivos de vídeo popular, da imprensa alternativa, do software livre e outras formas de apropriação de meios de comunicação pelos movimentos de contestação, o CMI Brasil expressa a necessidade social e política de ter livre acesso à troca de informações e produção cultural, à livre associação e, sobretudo, de construir soluções frente o monopólio dos meios de comunicação de massa em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Juventude, Participação Política, Mídia Radical.

ABSTRACT

The study developed by the research line "Generations, gender, ethnicity and education" sought to comprehend and analyze the political participation of the youth in radical alternative media (DOWNING, 2002) from the 90's, through the analysis of collective actions of the young inserted into Indymedia Brazil, a global network of producers of media born in the movement of global resistance to capitalism - and next to the community and free radios, the popular video collectives, the alternative press, the free software and other forms of ownership of media by the protest movements - the IMC Brazil expresses the social and political need for free exchange of information and cultural production, of free association and, especially, to build solutions facing the monopoly of the mass media to promote a more just and egalitarian society.

Keywords: Youth; Political Participation; Radical Media.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT – Associação Brasileira de Rádio e Televisão
A20 – Ação Global dos Povos 20 de Abril
ACPIMSA – Assembléia da Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes
AGP – Ação Global dos Povos
AL - Alagoas
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
AM - Amazonas
AMIMSA – Assembléia da Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes
ANATEL – Agência Nacional de Comunicações
ANMCLA – Associação Nacional de Meios Comunitários, Livres e Alternativos
ATTAC – Association pour la Taxation des Transactions pour l’Aide aux Citoyens
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAT – Community Activist Technology
CDC – Cult the of Dead Cow
CGA-DF – Convergência de Grupos Autônomos do Distrito Federal
CMI – Centro de Mídia Independente
CMP – Central de Movimentos Populares
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
EDET - Rede Nacional de Investigação e Tecnologia
ES – Espírito Santo
EUA – Estados Unidos das Américas
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
FBI - Federal Bureau of Investigation
FCC – Federal Communication Commission
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FLP – Frente de Luta Popular
FMI – Fundo Monetário Internacional
IFSM – I Fórum Social Mundial

IMC – Independent Media Center
IPEA – Instituto de Pesquisa Avançados
MDT – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MLS – Movimento de Luta Socialista
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPL – Movimento do Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OTH – Hellenic Telecommunications Organization
PA - Pará
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNCSAT – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em Tefé
PRD – Partido Revolucionário Democráticos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
SC – Santa Catarina
SETUF – Secretaria de Transporte Urbano de Florianópolis
TAO – Organizing for Autonomous Telecomms
TICAN – Terminal de Integração de Canasvieiras
TICEN – Terminal de Integração do Centro
UE – União Européia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DA MUDIATIZAÇÃO DA POLÍTICA AS POSSIBILIDADES DAS NOVAS MEDIAÇÕES POLÍTICAS	19
1.1 A Indústria Cultural	20
1.1.1 Benjamin e a Reprodutibilidade Técnica	23
1.1.2 Marcuse, Revolução e Técnica	27
1.2 Notas sobre o Poder de Criar e Destruir das Sociedades Contemporâneas	37
1.3 A Comunicação e a Política na Idade Mídia	44
2 A TEORIA DA MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA E DA MÍDIA TÁTICA	51
2.1 Culturas e Resistência na Mídia Radical	55
2.2 As Mídias Táticas	60
2.3 Onde Flaca o Digital na Mídia Radical Alternativa?	63
2.4 Mídia Radical Alternativa e Software Livre	72
3 AS “JUVENTUDES” CONTEMPORÂNEAS E SUAS NARRATIVAS POLÍTICAS	79
3.1 As Juventudes	81
3.1.1 Juventude e Consumo	84
3.1.2 A Contracultura como Estado Nascente	88
3.1.3 A Contracultura	93
3.1.3.1 A Contracultura do Movimento Punk	95
3.2 Sociedades Complexas e as Juventudes	99
3.2.1 O Desafio Simbólico das Juventudes Contemporâneas	107
3.3 As Novas Sociabilidades Políticas Juvenis	110
3.4 A Juventude, as Ações Coletivas e a Mídia Radical Contemporânea	116

4	A GLOBALIZAÇÃO, SUAS CONSEQÜÊNCIAS E O PODER IMPERIAL	119
4.1	A Globalização	119
4.2	O Poder Imperial	123
4.3	O Neoliberalismo: Origem e Implantação	126
4.4	O Neoliberalismo na América Latina	132
4.5	O Neoliberalismo no Brasil	134
4.5.1	Os Donos da Mídia no Brasil	138
4.5.2	O Social Liberalismo do Governo Lula	142
4.5.3	O Coronelismo Eletrônico	145
5	O CLICO MUNDIAL DE PROTESTOS	151
5.1	O Novo Ciclo de Resistência	153
5.2	Os Ventos Avançam sobre o Território Rebelde	162
5.3	A Produção de Sentidos no Novo Ciclo de Protestos	167
5.4	Os Dias de Ação Global e o Braço Armado do Estado	171
5.5	A Mídia Radical Alternativa e a Resistência Global	177
6	INDYMEDIA: A REBELDIA DOS CORPOS POR TRÁS DAS LENTES	179
6.1	As TVs Comunitárias e o Acesso Livre nos Estados Unidos	181
6.1.1	O Fogo e a Palavra Rebelde	187
6.1.2	Do Cyberpunk ao Hacketivismo	194
6.2	A História do Centro da Mídia Independente	198
6.2.1	Algumas Notas sobre a Repressão	207
6.2.2	O que Brad Will e Lênin Call Tinham em Comum	214
6.3	Os Sites e as Estruturas da Rede na Rede Indymedia	218
6.4	Como se Organiza a Rede Indymedia	222
6.5	A Tomada de Decisão por Consenso e por Horizontalidade	224
6.6	A Política Editorial no Brasil	227
6.7	Como se Financia a Rede Indymedia	229
6.7.1	Formas de Financiamento da Rede CMI no Brasil	233
6.8	A História da Rede CMI no Brasil	234
6.8.1	A Rádio de Tróia e a Formação do CMI em Florianópolis	248
6.8.2	As Revoltas e a Reconquista da Cidade	253
6.8.3	O CMI Tefé e a Flor da Palavra – nem Centro e nem Periferia	258
6.9	Quem São os Voluntários do CMI no Brasil	266

6.9.1 Sobre Os Partidos, os Sindicatos e o Movimento Estudantil	275
6.9.2 O CMI e os Movimentos Sociais	278
6.9.3 As Mídias Digitais e o Ativismo	283
6.10 As Mudanças no CMI no Brasil de 2006 a 2009,.....	285
6.10.1 O Refluxo do CMI no Brasil	288
6.10.2 A Cooptação Estatal e Mercadológica das Mídias Livres Pós-Seattle no Brasil	291
6.10.3 A Cultura Livre e o Capitalismo	295
6.11 Estamos com Problemas Técnicos	306
6.12 Consenso e Dissensos no CMI do Brasil	312
CONSIDERAÇÕES FINAIS	317
REFERÊNCIAS	327
ANEXOS	351

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação dos Políticos com Outorgas de TV Aberta e o Tipo de Atuação e Partido	147
Figura 2 - Logo CMI	218
Figura 3 - Logo Indymedia Biotecnologia	218
Figura 4 - CMI Chiapas	218
Figura 5 - A Estrutura Virtual	219
Figura 6 - Arquitetura da rede Indymedia	221
Figura 7 - Arquitetura da Rede P2P e Twiki	221
Figura 8 - Artigos da Publicidade Aberta	310
Figura 9 - Editoriais	311

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Despesas da rede global Indymedia	230
Tabela 2 - Conteúdo total de artigos publicados no CMI Brasil de 2001 a 2009, Publicação aberta (P.A), Editoriais (Ed), artigos enviados para lixo aberto (L.A) e artigos enviados para o lixo fechado (L.F)	309

INTRODUÇÃO

O novo, o velho e o velho travestido de novo (*Brecht*) são largamente alvo do imaginário sociológico na contemporaneidade, marcam o existir de cada geração, a forma tentacular que o campo das mídias influenciou no campo político, e ainda, o papel da participação juvenil na política.

Esse estudo é apenas uma pequena contribuição dissertativa acerca da temática juvenil e de sua participação na política contemporânea, que coloca em evidência como a juventude tem se apropriado dos meios técnicos (mídia) para construir sua trajetória, sua visão de mundo, novas formas de sociabilidade e sua ação política.

Realizado no Núcleo de Pesquisa sobre a Juventude Contemporânea do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio do CNPq, entre 2007 e 2010, o estudo procurou compreender e analisar criticamente a participação política na *mídia radical alternativa* (DOWNING, 2002), a partir da década de 90, através da análise das ações coletivas protagonizadas por jovens inseridos no Centro de Mídia Independente Brasil (CMI).

Ao lado das comunitárias e rádios livres, dos vídeos populares, da imprensa alternativa, do software livre e outras formas de apropriação de meios de comunicação pelos movimentos de contestação, o CMI se constitui da necessidade social e política de ter livre acesso à troca de informações e produção cultural, à livre associação e, sobretudo, de construir soluções frente ao monopólio dos meios de comunicação de massa.

Apesar da rede do Centro de Mídia Independente não se constituir mundialmente de redes de associativismo exclusivamente juvenil, no Brasil os jovens são a grande maioria de seus membros, que procuram guiar suas ações coletivas no campo da militância de esquerda de forma diferenciada das gerações de militantes que os antecederam.

A escolha do CMI como sujeito de pesquisa foi motivada pela trajetória acadêmica do pesquisador e pela longevidade do CMI como veículo de mídia radical, algo incomum no Brasil, muitas dessas iniciativas não chegam a durar um ano.

No ano de 2005, sob orientação da Dr^a Janice Tirelli Pontes de Sousa, pesquisou-se a relação entre a participação juvenil dos jovens nas ações coletivas do movimento de resistência global e o crescimento da rede CMI no Brasil. Apesar do enfoque e os objetivos serem diferentes do presente estudo, havia-se observado naquela época que os jovens

organizados no CMI Brasil estavam gradativamente mudando seus objetivos conforme os desdobramentos dos conflitos localmente situados.

Em 2007, com ingresso no Núcleo de Pesquisa sobre a Juventude Contemporânea desenvolveu-se o *Projeto Juventudes e Suas Narrativas Através dos Tempos*, onde se teve a oportunidade de aprofundar teoricamente e debater os modos de ser jovem, desafios e formas de participação política na contemporaneidade, e levar esse debate para jovens de escolas públicas.

A longevidade do CMI no Brasil permite visualizar as mudanças dessas novas formas de participação política da juventude dentro de uma conjuntura, enquanto as ações coletivas contra o neoliberalismo no Brasil estavam em refluxo e gradativamente as ações coletivas de cunho local e por direito a cidade, protagonizadas por jovens, passam a ter visibilidade. O período corresponde, também, às mudanças na vida dos jovens ativistas, os quais iniciaram sua participação política em meados dos anos 2000. Anos marcados pelo forte apelo por conformidade, gerado pelas tentativas de cooptação estatal e da indústria cultural do ativismo desenvolvido por esses atores.

Na busca de compreender e analisar, criticamente os sentidos, que os jovens membros do CMI dão sua a participação política, utilizamos métodos pesquisa qualitativa: entrevistas por roteiro semi-estruturado e a análise de uma vasta documentação disponível no banco de dados do CMI na *Internet*.

As entrevistas com os voluntários de Brasília, Curitiba e Florianópolis foram realizadas presencialmente entre maio e dezembro de 2009, já as entrevistas com voluntários de Tefé, no Amazonas, e São Paulo foram realizadas por e-mail, e no caso de dúvidas do entrevistador foram utilizados os programas de mensagens instantâneas (MSN, Pidgin, AMSN, Empathy) e o telefone, durante o decorrer do mesmo período.

Para a seleção dos entrevistados e entrevistadas foi utilizado como critério a participação do voluntário ou voluntária nos coletivos locais ativos e, a participação de atividades em períodos onde o coletivo possuía grande visibilidade na comunidade ativista, como foram os casos do Camarada D, do CMI Florianópolis, e Sandino, do CMI São Paulo.

O roteiro de perguntas semi-estruturado foi dividido em três partes, que correspondem: à identificação do voluntário ou voluntária e as atividades que desenvolve na rede CMI; o sentido que dá à sua

participação política; e finalmente à questões sobre a democratização dos meios de comunicação.

A análise das entrevistas foi realizada separando os assuntos por temática e relacionadas à documentação da rede (carta de princípios e de união da rede Brasil e Global, política editorial, e-mails disponíveis nos bancos de dados das listas abertas e editoriais produzidos pelos coletivos locais do CMI). Durante o processo também foram utilizadas outras fontes: como artigos produzidos por colaboradores do CMI; atas de reuniões dos coletivos autônomos; e as estatísticas produzidas por uma voluntária do coletivo técnico do CMI.

Para a análise da documentação, como os editoriais, vídeos, áudios, cartas de apresentação de coletivos, de princípios de união global e nacional, política e editorial, foram divididos entre sínteses dos princípios políticos e organizacionais e as descrições de trajetórias e narrativas, posteriormente apresentadas no corpo do texto. Também foram utilizados e-mails disponíveis nos arquivos abertos das listas do CMI, ocultando o endereço eletrônico a fim de manter a privacidade do voluntário.

No primeiro capítulo é apresentado as questões relativas à técnica, mídia e política sob a ótica da Escola de Frankfurt, a relação entre técnica e autogestão pelo anarco-ecologista Murray Boockchin e as contribuições de Antônio Canelas Rubim sobre a mídia e a política na contemporaneidade.

Nesse segundo capítulo, dedicado à Teoria Mídia Radical Alternativa criada por Downing (2002), às considerações sobre a mídia tática e da relação dos meios virtuais com a mídia radical e às observações dos autores sobre as especificidades das mídias alternativas e de seus ativistas, quanto ao seu papel na contestação ao estabelecido, suas especificidades organizacionais e importância. Destacando que os modelos de ação coletiva não são transportados de uma época para outra e nem importados de outros contextos locais sem alteração.

Prosegue-se com o terceiro capítulo, o qual traz as considerações sobre o conceito sociológico de juventude, as especificidades e os desafios da juventude contemporânea em um mundo globalizado, onde os fluxos de informação são constituintes de novas formas de sociabilidade. Nesse capítulo recortamos os sujeitos que serão alvos de nossa investigação, os jovens contestadores independentes (SOUSA, 2003), que participam dos coletivos e organizações autônomas anticapitalistas.

Nesse quarto capítulo, *A Globalização, suas Conseqüências e o Poder Imperial*, identifica-se quem são os adversários e lógicas

regressivas, provenientes do capitalismo global, que os movimentos de contestação desafiam. Delineamos como funciona a estrutura monopolista brasileira e como o governo brasileiro, mesmo os democraticamente eleitos, se beneficiam desta estrutura comunicacional, a qual perdura na radiodifusão brasileira a mais de 40 anos.

O quinto capítulo, *O Ciclo Mundial de Protestos*, percorre-se as contribuições de vários autores sobre os movimentos sociais e ações coletivas, que contestam aquilo dado como inevitável por muitos ideólogos do neoliberalismo e neo=conservadorismo, a globalização de cima para baixo, a vitória do capitalismo e o fim da luta de classes. Nesse capítulo há uma caracterização dos protestos contra o neoliberalismo como um ciclo, que tanto modifica os movimentos sociais de base territorial, como constrói laços entre os povos do norte e do sul em busca de outra globalização, produzindo sentidos desatados da hegemonia capitalista.

O sexto e último capítulo, é dedicado a exposição do trabalho de campo, a descrição da trajetória do CMI, nesses quase 10 anos de existência, seus desafios, as mudanças sofridas e o sentido, que seus voluntários dão à sua participação política, que é nosso maior objetivo na busca de compreender e analisar as novas sociabilidades políticas das ações coletivas.

E por fim, constam as considerações finais e as referências, além dos anexos utilizados na elaboração do presente estudo.

1 DA MUDIATIZAÇÃO DA POLÍTICA AS POSSIBILIDADES DAS NOVAS MEDIAÇÕES POLÍTICAS

A relação da comunicação midiaticada com a política ao longo da modernidade foi alvo de inúmeros estudos nas ciências sociais e humanas, que iam da influência da mídia sobre os processos políticos mais visíveis, como nas eleições, à construção de uma socialização voltada para as necessidades de adequação do indivíduo a uma racionalidade instrumental presente no modo de produção capitalista; da forma tentacular, que se apresenta no cotidiano alterando a noção de espaço e tempo, a forma, que a estrutura monopolizada concede a poucos o papel de superdifusores de suas mensagens.

O campo de estudos sobre comunicação se ramificou, reorganizou e reformulou, de forma não isolada do restante da sociedade¹, nem das inovações tecnológicas que nos últimos 30 anos proporcionaram mudanças significativas na vida das pessoas, mesmo daquelas que não tem acesso a muitas dessas inovações, que mudaram a mídia estritamente cartesiana para uma mídia com possibilidades de interatividade inimagináveis há poucas décadas atrás.

Não se toma aqui a técnica moderna (mídia) de forma negativa, como apenas uma expressão da racionalidade instrumental, que conduz para a alienação e a barbárie. Optou-se por conduzir nosso olhar para mídia (técnica) como forma de discurso enunciativo, que pode tanto guiar-se pela lógica da racionalidade instrumental, como também, pode reportar parcialmente a realidade em versões que visam ser libertárias e esclarecedoras.

Entretanto, se inicia essa discussão debruçando-nos sobre algumas das contribuições da teoria crítica sobre a técnica e a indústria cultural, utilizando como primeira aproximação às considerações de Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Esclarecimento*, e Benjamin, em *A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica*, entre o início da década de 1930 até o fim da década 1940. Para posteriormente traçarmos algumas notas sobre as contribuições de Herbert Marcuse, sobre a relação das técnicas e os movimentos sociais, e de Murray Boockhin, acerca das tecnologias alternativas, a autogestão e a

1As paixões sempre fizeram parte das reflexões de intelectuais, das propostas dos sujeitos políticos em disputa e daqueles que se dedicaram a pensar o papel da mídia na sociedade, seja satanizando-a, por possuir elementos próprios inerentes as suas diversas formas de linguagem, que pode ser usada para potencializar a manipulação do que é reportado; seja atribuindo a mídia um papel fundamental na transparência dos processos democráticos.

autonomia, possibilitando uma primeira aproximação de como os movimentos sociais, culturais e de contraculturas utilizam amplamente esses recursos como forma de enunciar suas demandas, não só como recurso, mas também, como parte constituinte de sua forma de organização e ação política.

1.1 A Indústria Cultural

Em a *Dialética do Esclarecimento*, Theodor Adorno e Horkheimer ofereceram um prognóstico da modernidade, a qual afirmava que o projeto do esclarecimento teria degenerado no domínio da racionalidade instrumental em todas as esferas.

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. (ADORNO; HORKHEIMER, 1986, p.19).

A ciência e a técnica, que teriam libertado o homem da visão mágica, foram perdendo seu potencial libertador através do modelo técnico-científico adotado e patrocinado pela inspiração iluminista burguesa, dando lugar a uma forma sofisticada de dominação, criando outro mito. A razão não era capaz de avaliar a própria irracionalidade produzida, essa razão desmistificada nada mais era que a razão instrumental baseada na desigualdade e opressão da sociedade capitalista.

Nesse sentido, como observou Silva (1997), o progresso técnico científico na modernidade desencantada, apresentada por Adorno e Horkheimer, conseguiu conciliar duas idéias antagônicas, a subordinação e a autonomia:

A realização da autonomia da razão resultou no estabelecimento de um modelo de racionalidade ao qual se subordina todo o conhecimento e que se põe como requisito do próprio exercício da razão. A hegemonia do paradigma, consolidada historicamente, implicou então na inversão do valor a princípio implícito na própria idéia de autonomia. A expansão da atividade racional - o progresso - fica sendo então a simples incorporação de novos conteúdos a um modelo formal de racionalidade que permanece invariável

nas suas grandes linhas. O exemplo mais radical desta idéia de progresso científico é a epistemologia positiva e os critérios de cientificidade que são por ela estabelecidos. O reconhecimento da verdade científica como valor fica na inteira dependência da conformação do conhecimento ao modelo da objetividade físico-matemática (SILVA, 1997, p.2).

Como consequência da conciliação entre autonomia e subordinação, temos um modelo de realidade adaptada ao modelo de objetividade científica, reconhecido como racional, total e legítimo, que permite o humano operar os fenômenos em termos de subordiná-los ao poder humano. Mesmo que isso implique no esvaziamento do sentido e da busca da felicidade é preciso que as ceras estejam bem colocadas nos ouvidos para que os gritos das sereias não acordem a desconfiança em relação às bases do sistema que tornaria a barbárie insuportável.

O mito converte-se em esclarecimento e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida que pode manipula-los. O homem da ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que em-si torna para-ele. (ADORNO; HORKHEIMER, 1986, p. 24).

No capítulo dedicado à Indústria Cultural, na *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1986) não definem como as entidades culturais de sua época já haviam se transformado em mercadoria, ao passo, que a própria cultura se tornara uma indústria, referindo-se a padronização, falsa idéia de individualização que os artefatos culturais passavam e as técnicas de racionalização da produção e distribuição utilizadas.

A principal preocupação dos autores, em relação à indústria cultural, está centrada na proposta de esclarecer como a intervenção técnica e os meios de reprodução em massa fizeram com que a cultura perdesse sua capacidade emancipatória, no capitalismo a cultura passa a ser mercadoria, descaracterizada enquanto manifestação artística².

²O conceito de indústria cultural sistematizado na *Dialética do Esclarecimento*, obra publicada pela primeira vez em 1947, do ponto de vista da trajetória intelectual dos autores, segue a

Por meio da indústria cultural, a cultura passa a ser moldada para agradar aos padrões da massa consumidora, onde a cultura de massa rebaixa o nível dos produtos artísticos. Além disso, a relação entre artista e público é intermediada por técnicos. Os produtos são carregados de uma ideologia dominante e provocam o conformismo.

Para esclarecer aos homens, Adorno e Horkheimer (1986) procuram desvelar a atrofia da atividade do espectador, a degradação da cultura em diversão e dessublimação da arte, mais uma face da degeneração da cultura permeada pela racionalidade técnica, que age como um *cimento social* da ordem existente.

A atrofia do espectador se refere à atrofia da imaginação e da espontaneidade do espectador, transformado em consumidor cultural, uma das sistematizações mais polêmicas dos autores. Adorno e Horkheimer (1986) afirmam que na indústria cultural o homem não passa de um instrumento de trabalho e consumo, tendo em vista, que a produção consecutiva de imagens no cinema, baseadas em clichês, não permite que as fantasias e o pensamento dos espectadores divaguem através do quadro da obra, o espectador é adestrado para se identificar com a realidade passivamente.

A degradação da cultura em diversão revela que a indústria cultural integra tempo de ócio à estrutura do mundo existente. Embora a produção de diversões e distração, produzidas pela indústria cultural, proporcione uma fuga temporária às responsabilidades e a monotonia da vida cotidiana, mas não o faz de forma despropositada. A evasão não é autêntica, ela apenas distrai temporariamente os homens, tendo em vista que produtos da indústria cultural unicamente reproduzem e fortalecem a estrutura do mundo existente, operando sobre suas as convicções do homem que passa a atribuir as causas das dificuldades e problemas da vida cotidiana a fatores naturais e ao acaso. Promovendo dessa forma um senso de fatalismo, de dependência e obrigação.

Adorno e Horkheimer (1986) apontam a dessublimação da arte como outra face da degeneração da cultura, em um movimento único. Uma vez que indústria cultural banaliza a vida cotidiana, ela também retira da arte seus elementos emancipadores.

mesma linha de trabalhos anteriores realizados sobre o fenômeno do fortalecimento da cultura de massa, entre os quais, está incluído *Sobre o Jazz*, de 1936, o ensaio *O Fetichismo na Música e regressão da audição*, de 1938, *Sobre a Música Popular*, de 1941, escritos por Adorno, e *A nova arte e Cultura de Massa*, escrito por Horkheimer, em 1941.

Para os autores a dessublimação da arte possui uma história própria, seu ponto de partida é quando a arte consegue desprender-se do âmbito do sagrado, aproveitando da recente autonomia que o mercado lhe proporcionou. Ainda que a arte estivesse sob colocada no campo burguês, o artista era relativamente livre para criar o *porvir* e vender sua obra para sobreviver. Nesse sentido, os autores observam que arte possuía uma esfera própria ao qual não era necessariamente colocada a serviço da ordem econômica existente.

Para Adorno (1970), a arte moderna se define como *antítese social da sociedade*, por rejeitar os preceitos e modelos políticos, religiosos e éticos que pudessem a vir determinar previamente sua forma, passa, com a indústria cultural, a ser moldada para agradar aos padrões da massa consumidora, a cultura de massa rebaixa o nível dos produtos artísticos através da intervenção da técnica e os meios de reprodução em massa.

Nesse sentido, para os autores, a arte perde sua capacidade emancipatória, passa a ser mercadoria, descaracterizada enquanto manifestação artística, além disso, a relação entre artista e público é intermediada por técnicos, onde os produtos são carregados de ideologia dominante, que provocam o conformismo.

Pode-se sintetizar as proposições de Adorno e Horkheimer (1986) dizendo que os indivíduos mergulhados na indústria cultural deixam de decidir autonomamente, aderindo assepticamente os valores impostos a ele, pela sociedade. A individualidade passa a ser substituída por uma pseudo-individualidade, pois a repetição, ubiqüidade e estandardização fazem da indústria cultural uma forma de controle psicológico inaudito, assim como a cultura, a arte é banalizada ao estatuto do consumo.

O consumidor passa a acreditar que é sujeito de seu consumo e não mero objeto da indústria cultural. A sociedade massificada é a sociedade de consumidores da cultura reificada, busca a felicidade em produtos tidos como únicos, mas produzidos pela organização racional da fábrica, seduz aos homens a acomodação e a busca de mais prazer no consumo.

1.1.1 Benjamin e a Reprodutibilidade Técnica

Em *A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica*, Walter Benjamin, analisa criticamente a entrada da arte na Era Industrial, como as tecnologias de reprodução da obra de arte proferiram uma nova práxis artística, tendo em vista à premissa marxista, que a infra-estrutura se modifica muito mais rápido que a estrutura.

Para esse autor, a arte sempre foi reproduzível, afinal o que os homens faziam sempre podia ser imitado por outros homens, como os discípulos que imitavam os mestres em exercícios para difusão das obras, e por terceiros, que apenas visavam os lucros obtidos através da sua comercialização. “Em contraste, a reprodução técnica da obra de arte representa um processo novo, que se vem desenvolvendo na história intermitentemente, através de saltos separados por longos intervalos, mas com intensidade crescente” (BENJAMIN, 1985, p. 166).

A reproduzibilidade técnica é um fato novo, pois os aparatos tecnológicos permitiam de forma acelerada que uma mesma obra fosse reproduzida várias vezes de forma idêntica³. A reprodução não dependia da responsabilidade artística, “agora cabiam unicamente ao olho (...) que apreende muito mais rápido que a mão que desenha” (BENJAMIN, 1985, p.1967).

O sentido de autenticidade de uma coisa, definida pelo autor como “uma quintessência de tudo que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde a sua duração material até seu testemunho histórico” (BENJAMIN, 1985. p. 1968), vai se perdendo, já que depende da materialidade da obra quando ela se esquia do homem, ao mesmo momento, que se perde esse testemunho, porém também desaparece a autoridade da coisa e seu peso tradicional.

Para Benjamin (1985), a autenticidade da obra de arte, que lhe conferia certa autoridade, sempre teve fundamento teológico, mesmo nas artes mais profanas sua função social nunca se separou do ritual, o burguês se comporta diante da obra profana como um sacerdote do objeto sagrado, aderindo à contemplação do objeto, que o afasta da multidão e dos problemas terrenos do cotidiano.

Segundo esse mesmo autor, o que a época da reproduzibilidade técnica fez foi acelerar a destruição de sua aura definida como uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante por mais perto que esteja. Em um processo que autor afirma ser mais sintomático e que tem significação muito além da esfera da arte.

Benjamin (1985) explica que a:

Cada dia se torna mais irresistível a necessidade de possuir o objeto, tão perto quanto possível, na

³Lembrando que Benjamin está escrevendo na década de 1930, onde a indústria cultural ainda não havia se consolidado ou sofrido as modificações que nos deparamos nos dias de hoje, apesar disso, o autor possui um alto grau de criatividade e de atualidade como veremos no decorrer dessa exposição.

imagem, ou antes, na cópia, na sua reprodução. Cada dia fica mais nítida a diferença ente a reprodução, como ela nos é oferecida pelas revistas ilustradas e pelas atualidades cinematográficas, e a imagem. Nesta, a unidade e a durabilidade se associam tão intimamente como, na reprodução, a transitoriedade e repetibilidade. Retirar o objeto do seu invólucro, destruir sua aura, é a característica de uma forma de percepção cuja capacidade de captar o semelhante no mundo é tão aguda, que graça a reprodução ela consegue captá-lo até no momento único (BENJAMIN, 1985, p.170).

Entretanto, para Benjamin (1985), assim como no século do XIX, onde a fotografia modificou a relação entre autenticidade e obra de arte, pela possibilidade de manipulação e multiplicação da obra original, emancipando pela primeira vez a arte da tradição e do ritual, o cinema, que surge no início do século XX, acrescenta uma característica importante em relação à industrialização da obra de arte como práxis moderna.

O cinema, para Benjamin (1985), incentivava o espectador a não ser um receptor passivo diante das experiências, ao trazer as imagens tão de perto, que causavam uma sensação de serem coisas quase táteis, afastando-se da qualidade contemplativa e sagrada da aura da arte tradicional e da arte burguesa, como seus modos também contemplativos e reverentes de exibição pública.

Neste ponto visualiza-se diferença entre Benjamin e Adorno e Horkheimer (1986) sobre as conseqüências da reprodutibilidade técnica e sobre a arte moderna. Apesar de não afirmarem que a comunicação de massa é única a dar significado às ações humanas e à individualização na modernidade. Adorno e Horkheimer subvalorizam as mediações virtuais de sua época, supervalorizando de forma quase elitista a arte burguesa tida como erudita.

Para Benjamin (1985), a pintura, a escultura e o teatro são portadores não só de qualidades positivas, mas também de um valor aurático da autoridade tradicional moderna, que domina os homens e os colocam a serviço boquiaberto da contemplação.

A reprodutibilidade técnica, presente primeira na fotografia e depois no cinema, é exaltada nos trabalhos de Benjamin, como explica Palhares (2008), por engendrar um tipo novo de arte muito mais compatível com os desafios da sociedade contemporânea, onde a técnica é colocada a favor da emancipação, já que a representação do homem

pelo aparelho, ou seja, a auto-alienação humana encontrou uma aplicação altamente criadora.

Nesse sentido, essa autora afirma que Benjamin analisa se por um lado a técnica acelera o declínio da aura, revolucionando o âmbito da tradição, tendo em vista o valor do nosso patrimônio cultural, o qual não tem sentido se a experiência não está ligada a nós. Por outro lado, a autora ainda afirma que por meio da reprodução técnica a obra é deslocada do seu espaço original e interlevada integrada a novas configurações, tornando-se mesmo objeto de uma recepção em massa e como diz a autora: “livre da interpretação tradicional, as obras de arte podem responder a novas funções, dentre as quais talvez a função ‘artística’ se torne secundária” (PALHARES, 2008, p. 27).

Segundo Benjamin, o cinema introduz, naquele jogo harmonioso entre homem e natureza, a única possibilidade da técnica realizar na sociedade contemporânea sua vocação emancipatória, presente no que o autor definiu como “segunda técnica” na edição francesa do ensaio.

Como explica a autora, Palhares (2008),

(...) em Rua de Mão Única, no ensaio intitulado A caminho do planetário, Benjamin afirma que a dominação da relação entre a natureza e a humanidade, dá sentido à técnica e não a dominação da natureza (...). Essa relação está encontra-se ainda no seu começo. A dominação das forças da natureza pertence à linguagem da primeira técnica. Por isso, a função decisiva da arte atual consiste na iniciação neste jogo harmonioso, que é verdadeira tendência da segunda técnica e isto vale sobre tudo para o filme (PALHARES, 2008, p. 29).

Benjamin (1985) observa que há aspectos ou ângulos do real e dos objetos que nos circundam apenas da forma objetiva. São visíveis apenas através de cortes e recursos técnicos (ampliação, redução, câmera lenta etc.) e esses aspectos técnicos que nos permitem que um olhar histórico se transforme em um olhar político. Entretanto, não devemos considerar que o autor faz uma defesa ingênua da reprodução técnica como progressista.

Em diversos segmentos do ensaio sobre reprodutibilidade técnica e de uma conferência intitulada *Produtor como Autor*, de 1934, Benjamin (1985) demonstra ser necessário, fundamental, que o escritor, o câmera, o fotógrafo, etc. estejam dispostos a refletir com clareza o processo produtivo, sem essa reflexão não adianta nada a tendência política. A proposta do autor é que a nova percepção da realidade se dá

através da utilização do uso da produção da imagem tecnicamente reprodutível, onde a construção da imagem deve possuir um olhar deliberadamente político na sua construção⁴.

Embora, a reflexão dos trabalhadores da indústria cultural e mesmo dos ativistas da mídia alternativa sobre o processo de produção midiática não nos pareça ser um elemento suficientemente forte para o desocultamento de todas as formas de dominação presentes na indústria cultural⁵, como pode-se ver mais adiante com as contribuições de Downing (2003), deve-se levar em consideração que as proposições de Benjamin (1985), no presente debate, possuem uma significativa relevância, por conseguir visualizar na mediação técnica e na sua reprodutibilidade, elementos radicalmente democráticos, que se afastam do elitismo contido na interpretação de Adorno e Horkheimer (1986) em relação à obra de arte burguesa.

Para Martín-Barbero (2003), Benjamin é pioneiro da mediação fundamental, que permite pensar historicamente a relação da transformação das condições de produção e as mudanças no espaço da cultura, ou seja, as transformações do *sensorium* dos modos de percepção e da experiência social. Para Benjamin não se pode entender o que se passa culturalmente com as massas sem considerar suas experiências, suas percepções e os usos.

1.1.2 Marcuse, Revolução e Técnica

A trajetória de Herbert Marcuse foi marcada por uma forte atuação política e por uma relação conflituosa com Adorno e

⁴ A proposta de Benjamin vai de encontro às propostas das vanguardas artísticas, como o dadaísmo e o surrealismo, onde a destruição da aura se manifesta contra a arte expositiva contemplativa. O objetivo da mediação e reprodutibilidade técnica colocada a serviço da emancipação, para surtir efeito, deve ir além da troca da mensagem, ou seja, deve estar imbricada de uma nova práxis comunicacional, que aponte para construção de uma nova percepção sobre a realidade, mediada pela comunicação em total desacordo com os realismos de esquerda e direita. São exemplos : O realismo socialista, decretado como única expressão estética revolucionária na união soviética, em 1934, durante Congresso dos Escritores Soviéticos e o uso da estetização da política, feita pelos nazistas, iniciada em 1933 e que teve como ponto culminante a Exposição “arte degenerada”, em 1937, organizada pelo Partido Nacional Socialista. Obras de artistas plásticos, como Matisse, Picasso e George Gorsch, foram expostas tendo por objetivo de condenar publicamente a arte moderna.

⁵ Devemos levar em consideração que a proposta de Benjamin é produto de certo otimismo em relação às inovações tecnológicas do início do século XX, muito comum em certos intelectuais de sua época.

Horkheimer, quando trabalhavam juntos no Instituto de Pesquisa Avançada, conhecido como Escola de Frankfurt.

Entretanto, como salienta Terra (2008), as diferenças entre os autores possuem mais aspectos: o primeiro seria em relação à filosofia do século XX, enquanto Adorno e Horkheimer parecem se distanciar da filosofia contemporânea. Marcuse retoma aspectos da filosofia de Husserl, Heidegger e mais tarde de Sartre, procurando ainda, de forma limitada, a tradição filosófica de elaborar mesmo que provisoriamente uma teoria; o segundo aspecto seria na forma de expressar sua teoria, enquanto Adorno e Horkheimer são mais sutis e sinuosos na sua elaboração, Marcuse prefere uma forma direta, tipicamente militante.

O terceiro aspecto diz respeito ao período, enquanto os dois primeiros autores fazem um diagnóstico da modernidade dialogando com a década de 1930, onde predominava a preocupação com o nazismo, o stalinismo e a indústria cultural, Marcuse vai tecer sua reflexão acompanhando os movimentos sociopolíticos do pós-guerra e dos movimentos da década de 1960 e de 1970.

Falar de emancipação humana na Escola de Frankfurt é falar da proposta de pensar dialeticamente os conceitos em busca de tendências e possibilidades da emancipação e os seus bloqueios, recorrendo e revigorando dessa forma a teoria marxista.

Nesse sentido, devemos levar em conta que a publicação dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Marx, em 1932, exerceu uma forte influência motivadora no trabalho de Marcuse. Inspirado, o autor alemão afirma em uma entrevista em 1969, quase 40 anos depois da sua primeira leitura dos manuscritos, que para uma sociedade ser verdadeiramente socialista é indispensável o desenvolvimento da técnica e da ciência (MARCUSE. 1998), tendo em vista, que as relações de produção podem ou facilitam as forças produtivas ou limitam o seu desenvolvimento, colocando em contradição com elas.

Para Marcuse (1998), a diminuição do tempo de trabalho necessário exige um estágio superior de desenvolvimento técnico, diferente do que acontece na sociedade industrial, onde o progresso técnico serve em grande parte para continuar e intensificar a submissão do homem ao trabalho, e ampliar o trabalho alienado e produzir uma tendência totalitária nas sociedades industriais avançadas. Idéias que vão ser desenvolvidas nas décadas de 1940 a 1970, como observam Lenzi (2007) e Terra (2008).

Como afirma Lenzi (2007), entretanto, apesar das diferenças teóricas e temáticas entre os autores da Escola Frankfurt, um dos pontos comuns que compartilhavam em suas reflexões, sobretudo, Adorno,

Horkheimer e Marcuse, era a idéia de haver uma tendência totalitária nas sociedades avançadas, que não estava apenas circunscrita aos totalitarismos da Alemanha Nazista e nem na Rússia Stalinista. Diferente das interpretações clássicas, como de Hanna Arendt, onde o totalitarismo estava restrito àqueles tempos e espaços, Marcuse oferece uma interpretação do totalitarismo como uma falsificação da idéia de totalidade, numa equação total entre Estado e sociedade, por um lado, e entre Estado e sociedade e indivíduo, por outro. Onde a característica menos importante seria a presença de um Estado terrorista.

Para esse autor, o filósofo alemão observa que a equação não se traduzia apenas na fusão entre Estado, Sociedade e Indivíduo, mas sim em torno do mesmo interesse ou de um mesmo fim. Implicando também na unificação dos meios – modo de produção, o método e o equipamento técnico – utilizados nos três âmbitos a fim de alcançar uma finalidade uma que, por sua vez, seria unificada por intermédio da própria aplicação dos meios. Sendo que a complexidade e sofisticação da técnica para Marcuse, seriam fundamentais na emergência de uma situação totalitária não terrorista, uma vez que, o aparato tecnológico funcionaria em um só tempo como mediador para unificação das finalidades e como aplicação dos meios para atingir uma finalidade unificada.

O conceito de *aparato tecnológico* é fundamental para entender as desconfianças de Marcuse quanto à técnica na sociedade industrial, desenvolvido ainda nos anos 1940, o *aparato* designa instituições, os dispositivos e a organização da indústria em uma situação social dominante. A designação *tecnológica* é definida como modo de produção, como a totalidade de instrumentos, invenções e dispositivos, que é ao mesmo tempo um arranjo social e político, o qual poderia servir como instrumento de controle e dominação, e não apenas como uma ciência e técnica aplicada.

A distinção que o autor faz entre técnica e tecnologia reafirma a premissa marxiana, que sendo o avanço da técnica parte do desenvolvimento das forças produtivas, cujo progresso é um fator importante para na criação de condições de possibilidades de um novo modo de produção. Nesse sentido, a técnica, para Marcuse, em si é um fator parcial, que pode tanto promover o autoritarismo tanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto a ampliação do trabalho alienado, quanto sua abolição.

Como diz Lenzi (2007), para Marcuse na sociedade capitalista, ou seja, na situação social dominante, o aparato tecnológico corresponde à aplicação da técnica com a finalidade de dominar e controlar as

relações sociais. Para que elas se perpetuem, através da reprodução ampliada da ordem social capitalista como um todo, em última instância sua própria reprodução, já que este aparato incorporaria em si esta ordem.

Entretanto, para que o aparato tecnológico cumpra seu papel na ampliação e perpetuação da dominação da sociedade capitalista, é necessário que as instituições e as entidades nas quais às relações sociais se incorporam e se materializam, sejam ordenadas de forma semelhante aos equipamentos técnicos, criando vários outros aparatos e sistemas técnicos (aparato comercial, militar, educacional, publicitário etc.).

Sem entrar detalhadamente nas considerações marcusianas sobre os desdobramentos do aparato tecnológico ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista, pode-se resumidamente pontuar algumas proposições, sem o prejuízo para discussão posterior.

A primeira é que o Estado desempenha um papel fundamental na reprodução tanto do aparato tecnológico como na sua manutenção, servindo como um meio para *tecnificar* não só às relações econômicas, mas, também a sociedade como um todo. Na educação, por exemplo, as exigências por eficiência e qualidade são traduzidas, segundo as diretrizes, um aparato tecnológico semelhante ao da indústria, ou seja, ajustamento do indivíduo às engrenagens da máquina escolar. O que garantem, segundo sucesso do produto final, no caso, o cidadão consumidor.

No livro *One-Dimensional Man*, publicado nos Estados Unidos, em 1964⁶, Marcuse afirma que:

(...) aparato impõem suas exigências econômica e políticas para a defesa e a expansão; ao tempo de trabalho e tempo livre, à cultura material e intelectual. Em virtude do modo pelo qual organizou sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a organizar-se totalitária. Pois totalitária não é apenas a coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação técnico-econômica não-terrorista que opera através da manipulação das necessidades e interesses adquiridos. Impedindo, assim, o surgimento de oposição eficaz ao todo. Não apenas uma forma específica

⁶Publicado pela primeira vez no Brasil como *A ideologia da Sociedade Industrial*, em 1969.

de Governo ou de direção partidária constituiu um totalitarismo, mas também um sistema específico de produção e distribuição do bem compatível com o pluralismo de partidos, jornais e partidos contrabalanceados, etc. (MARCUSE, 1997, p. 24).

Marcuse (1979) vai afirmar que a regulação capitalista sobre a economia racionalizou suas crises estruturais diminuindo sua intensidade, retardando a revolução socialista, mas não as necessidades dos homens. O homem cada vez tornava-se integrado a administração das coisas, os tempos de trabalho e de lazer encontravam-se escravizados pelo aparato tecnológico, que funciona como um meio pelo quais os indivíduos tornam-se aptos ao consumo de coisas inúteis.

Marcuse (1979), ainda relata, nesse sentido:

Os meios de transporte e comunicação em massa, as mercadorias, casa, alimento, roupa, a produção irresistível da indústria de diversão e informação, trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais, que prendem os consumidores aos produtos. Os produtos doutrina, manipulam, promovem uma falsa consciência. Estando tais produtos à disposição de maior número de indivíduos e classes sociais, a doutrinação deixa de ser publicidade para tornar-se um estilo de vida (MARCUSE, 1979, p.31-32).

Mediante a tendência totalitária das sociedades industriais, o autor considera ser necessário que haja uma transformação radical dessa sociedade em que se faz presente o sujeito revolucionário, isso dependeria do amadurecimento de muitas forças, entre elas, a subjetividade da classe revolucionária e os novos usos da aparelhagem técnica.

Lenzi (2007) relata que Marcuse, nos anos 1950, mantém a distinção de técnica e tecnologia e que, ao longo dos anos 1960, o autor vai tornando-se cada vez mais crítico à continuidade da técnica burguesa em uma futura sociedade livre. Segundo esse autor, Marcuse vai compreender que a técnica carrega consigo marcas da opressão e dominação sob ao qual foi produzida e que sua reutilização numa sociedade livre levando-se em conta essa base objetiva é algo questionável.

Dessa forma, como observa esse mesmo autor, Marcuse vai afirmar que a técnica transborda seus limites. Ela mesma se transformando em tecnologia. O aparelho técnico não aparece mais

como neutro, mas sim como político, sendo concebido, desde o início como parte de uma determinada ordem social, no caso, o capitalismo monopolista, ou seja:

(...) na sociedade industrial avançada, a aplicação sócio-política impregna-se nas próprias forças produtivas da sociedade, isto é, na própria técnica vigente, impedindo-a de oferecer as possibilidades de transformação que até então vislumbradas por Marcuse. As forças produtivas, em si próprias, tornar-se-iam ideológicas (LENZI, 2007, p. 94).

Isso significa dizer que o descompasso entre as forças produtivas (técnica) e as relações de produção (tecnologia), ambas apontadas nas concepções marxianas como contradição necessária para revolução, tende a desaparecer.

Sendo para Marcuse, segundo Lenzi (2007), a distinção entre técnica e tecnologia também deixa de existir. A sociedade se guiaria, cada vez mais, em relação à volta para a tendência totalitária unificadora. A cientificidade e técnica burguesa seriam apresentadas, por Marcuse, como formas de conhecimento e instrumentalização da natureza e dos homens, não só determinadas socialmente em sua organização e aplicação, mas também determinadoras da organização social como um todo. Seguindo essa argumentação, a teoria marcusiana vai afirmar que uma sociedade emancipada não dependeria apenas de uma luta política, no sentido tradicional do termo, dependeria também de uma revolução na ciência e na técnica, produto da ação de sujeitos livres das necessidades repressoras e compensativas da sociedade capitalista, “portador potencialmente de necessidades, metas e satisfações essencialmente novas” (LENZI, 2007, p.95).

Esse autor enfatiza que Marcuse não deixa claro algumas de suas considerações a respeito dessa exterioridade espacial dos sujeitos livres, seriam forças sociais sem uma indicação precisa, portadores de novas necessidades e objetivos, tão novos, que as técnicas não poderiam ser satisfeitas com a simples reutilização das técnicas existentes.

Quanto à classe revolucionária clássica, Marcuse (1979) observa que o proletariado descrito por Marx sofre uma mudança estrutural, iniciada no século XIX, e que no estágio atual da sociedade industrial o proletariado encontra-se integrado a sociedade de consumo e ao Estado de bem-estar social, perdendo assim a radicalidade necessária para insurgir-se.

O olhar desse autor volta-se para as experiências alternativas de sua época como possíveis sujeitos, que apontariam tendências para

emancipação: os movimentos contraculturais, estudantis e guerrilheiros latino-americanos da década de 1960.

Embora apresentados como tendências, as forças sociais que desencadearam significativas mudanças sociais e políticas no ocidente, neste período, fizeram que Marcuse oscilasse nas suas considerações do pessimismo a exaltação dessas experiências, como observa Terra (2008).

Segundo esse mesmo autor, apesar da dificuldade de apresentar um diagnóstico do presente e de indicar uma classe revolucionária nos países avançados, Marcuse se abre para mudanças comportamentais, culturais e políticas, indicando o potencial libertário de três forças essenciais.

Na primeira força essencial estaria contida no ataques das forças globais anticapitalistas, que se abrem em várias frentes de luta nesse período. As lutas dos guerrilheiros latino-americanos e a luta pela emancipação na guerra do Vietnã, segundo Terra (2008). Fez Marcuse acreditar que o proletariado terceiro mundo era uma ameaça real ao capitalismo.

Já na segunda força essencial seria a confluência da rebelião política e étnico-sexual, que se dirige contra moral dominante e à liberação sexual, fazendo o autor refletir sobre os potenciais libertários e dominantes presentes nessas lutas. Segundo Terra (2008) as críticas e possibilidades da liberação sexual, na teoria marcusiana, vão ser desenvolvidas nos conceitos de *surplus-repression*, presente em *Eros e a Civilização*, e dessublimação repressiva, em *A ideologia da Sociedade Industrial*⁷.

Em *Eros e a Civilização*, Marcuse (1968) propõem uma análise das possibilidades e do desenvolvimento não repressivo das pulsões⁸ em uma sociedade livre.

Na teoria freudiana a repressão das pulsões é uma condição fundamental para desenvolvimento da civilização, tendo em vista, que a oposição entre razão e sensibilidade garantiria a realização das potencialidades humanas, pois só sob o Logos dominante (faculdades superiores) e a repressão das faculdades sensíveis e naturais é possível

⁷Terra (2008) não desenvolve mais as idéias de *surplus repression* e dessublimação repressiva ao longo do artigo. Desenvolveremos parcialmente a argumentação de Marcuse, para poupar o espaço e o tempo destinado a essa exposição teórica.

⁸Sem nos aprofundarmos muito nas questões relativas à leitura que Marcuse faz de Freud, podemos dizer que o encontro do autor com a teoria freudiana se propõe ser ortodoxo. Como observa Pisani (2006), Marcuse não propõe acrescentar categorias ou conceitos externos ao arcabouço teórico.

se desenvolver o trabalho socialmente útil que garante a sobrevivência do ser humano em um mundo exterior agressivo (PISANI. 2006).

A oposição entre razão e sensibilidade, na teoria freudiana para Marcuse (1968), possibilita visualizarmos tanto a crítica ao *princípio de realidade* nas sociedades avançadas, onde a dominação da natureza se estabelece por uma imagem de reconciliação, como a busca por elementos libertários para construção de sociedade livre onde não aja a repressão a pulsão sexual.

Lembrando que *Eros e Civilização* é escrito no período em que Marcuse faz uma distinção entre técnica e tecnologia, o autor vai afirmar que a criação de um novo princípio de realidade pode ser construído, já que nas teorias freudianas sobrevive a imagem do Logos de prazer e realidade, onde as potencialidades humanas podem ser realizadas. Em uma sociedade livre o princípio de realidade repressiva não é necessário, pois o trabalho socialmente útil não separaria a razão da satisfação, haja vista o desenvolvimento atual da tecnologia permitiria as necessidades básicas de serem supridas sem muito esforço.

A imaginação tem papel fundamental na teorização de Marcuse (1969), tendo em vista que o princípio de realidade estava presente na imagem ao quais os homens compreendiam o que significa liberdade⁹ e satisfação das suas necessidades. Se, para Freud, a imaginação reflete apenas imagens do passado sem volta e de um princípio de realidade repressivo, já que a civilização depende da inibição da libido para manutenção da vida através do trabalho, para Marcuse a imagem evocada pela imaginação evoca a liberdade e a felicidade, que se opõe a realidade repressiva.

Nesse sentido, Marcuse (1969) também demonstra que a tensão entre pulsão sexual e a sublimação repressiva, no capitalismo, conduzia os homens para imagens recalçadas da memória individual e coletiva, tabus de liberdade e a perversão sexual. Segundo o autor, em uma sociedade livre, a liberação da pulsão sexual não conduziria para o fim da civilização, como pensava Freud, as pulsões de morte poderiam se transformar em pulsões de vida, se a ação dos homens sobre a natureza (trabalho) e o seu tempo livre estivesse sob outras condições sociais.

⁹Como observa Pisani (2006), o conceito de *dessublimação repressiva*, de Marcuse, nos permite visualizar que as dinâmicas sociedades contemporâneas que, por um lado, possibilita uma maior liberdade e satisfação das necessidades, ao mesmo tempo, por outro lado, essa liberdade atua como um poderoso instrumento de dominação, sendo absorvida pelo sistema e adquirindo a função de manipulação e controle dos indivíduos, de suas consciências, desejos e necessidades.

Liberados do princípio de rendimento, do princípio de genitalidade e da sexualização do corpo, que impregnam as relações entre os homens, poderia haver uma nova sublimação sem a perda da sexualidade.

Para esse autor, na teoria Freudiana, não haveria diferenciação entre trabalho alienado e não alienado, argumentando que se os obstáculos colocados às pulsões sexuais, produto da necessidade do trabalho na civilização, e a necessidade de relações duráveis, entre as pessoas, fossem eliminadas, poderíamos conduzir a força libidinal em prol de outro processo, onde o corpo não é visto apenas como instrumento de trabalho, onde a própria concepção de libido e sexualidade se transforma, pois, livre dos princípios de rendimento a própria sexualidade se transforma, regida no interior das novas instituições.

Resumindo, pode-se dizer que em Marcuse, uma nova sociedade deve possuir elementos, onde a razão encontra aberta a sensibilidade e a sensibilidade à razão e um novo estágio da civilização. A liberação da pulsão sexual só se torna possível com uma revolução, em todos os sentidos, não é ação de um grupo isolado, apesar dos grupos que lutam por essa liberação poderem apresentar-se como antecipadores do que vem a seguir.

A terceira força social apresentada por Marcuse, segundo as considerações de Terra (2008), é a solidariedade, como a demonstrada pelos estudantes nas manifestações contra a guerra do Vietnã, nas revoluções cubana e cultural chinesa, nas lutas dos povos negros dos Estados Unidos e do terceiro mundo. Assim como nas suas considerações sobre a liberação sexual, tais fenômenos apresentavam características onde a política afetiva se encontrava política de ordem material.

Apesar de Marcuse, como observa autor, ter se decepcionado pelas revoltas não terem se transformados em revoluções, ele insiste na tese, de ser necessário vincular a revolução social a uma revolução científica, no potencial emancipatório da arte, da educação política e da radicalidade, presente nos movimentos de seu tempo, para pensar novos paradigmas para a revolução.

Embora os diagnósticos sobre a técnica de Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin, se distinguem quanto às possibilidades da emancipação na modernidade, como vimos no decorrer dessa aproximação inicial com algumas das obras do pensamento crítico, algo comum entre os autores é a proposta Escola de Frankfurt, que não cabe a teoria somente dizer como as coisas funcionam, mas sim, analisar o funcionamento concreto das coisas sob a luz de uma emancipação, ao

mesmo tempo concretamente possível e bloqueada pelas razões vigentes.

Nesse sentido, como observa Nobre (2008), cabe a teoria crítica ser alvo de constantes revitalizações, capazes não só de analisar o funcionamento do capitalismo, mas, sobretudo, entrever no tempo presente os elementos que permitem a visualização dos limites e as possibilidades da superação da lógica de dominação.

A constatação do progresso técnico-científico, na modernidade, não resultou em libertação, mas na ampliação em submissão e conformismo, que penetra nas esferas humanas como uma tendência totalitária. Culminou também com o abandono de idéias da emancipação baseadas no triunfo da racionalidade e do progresso linear em sentido único, porém, isso não implica em dizer que se abandonou o projeto do esclarecimento.

Adorno, esse pensador que tradicionalmente se atribui um pessimismo inabalável nos meios de comunicação de massa, nos anos 1960, reformula algumas de suas considerações sobre os meios de comunicação de massa, onde salienta o uso da televisão, do rádio e do cinema para fins pedagógicos¹⁰, diferentes dos objetivos da indústria cultural.

Segundo Terra (2008), Adorno, ao escrever *Televisão como Ideologia*, vai definir que a ideologia fornecida pela indústria cultural não poderia ser tomada automaticamente como aquela que afeta os telespectadores. Relativizando a tese de total integração do indivíduo a ideologia da indústria cultural, definida na *Dialética do Esclarecimento*, Adorno vai também argumentar que na recepção existe uma enorme possibilidade, de uma série, de reações não previstas, porém, estas interpretações não cabiam à intenção do autor, como pensava Benjamin, mas as próprias características do *medium* técnico¹¹.

Embora essa definição tenha um significado contraditório em relação ao esquema teórico anterior, presente na obra sobre o esclarecimento, a astúcia das considerações, em relação à recepção,

¹⁰ A participação do autor em programas de rádio e televisão, nos anos 1960, demonstra a mudança de postura em relação aos meios de comunicação. O autor visa o uso da educação política como possibilidade de emancipar os indivíduos em formação, das relações de competição e individualismo, inerentes racionalidade instrumental do capitalismo presentes na escola.

¹¹ A guinada na teoria de Adorno em relação, principalmente, ao cinema, para o mesmo autor, se dá em decorrência do contato, do autor, com o novo cinema alemão e com a proposta do cineasta e escritor Alexander Kluge em radicalizar a montagem dos filmes no cinema aproveitando os elementos da literatura modernista.

permite visualizarmos a descontinuidade histórica presente no uso das técnicas midiáticas de comunicação social.

Acredita-se que as possibilidades da emancipação, usando a tecnologia, devem abranger também desenvolvimento de esquemas teóricos capazes de interpretar as novas possibilidades sociais, que se abrem hoje à humanidade utilizando de uma sensibilidade capaz de articular a lógica social de um determinado quadro técnico, como afirma Murray Bookchin (1985).

1.2 Notas sobre o Poder de Criar e Destruir das Sociedades Contemporâneas

Apesar do anarquismo não ter se consolidado como uma corrente política e filosófica dentro da academia, por um número enorme de questões que vão do desinteresse de muitos de seus expoentes pela academia, à perda da hegemonia dentro do movimento operário depois da revolução de 1917; da falta de uma renovação da teoria política anarquista capaz de sistematizar alternativas, ao desprezo dos anarquistas pelo estado e a democracia burguesa, usaremos no decorrer do desenvolvimento teórico algumas considerações desta corrente.

As contribuições do pensamento e as práticas anarquistas dentro das lutas sociais, hoje, principalmente entre os movimentos juvenis autonomistas e anticapitalistas, algo que se não prova à vitalidade para os cientistas sociais mais céticos, pelo menos mostra novas questões a serem estudadas.

Como sugere Marcos Nobre (2004), a teoria crítica deve apresentar dois requisitos: uma orientação para a emancipação e um comportamento crítico em relação ao conhecimento, produzido sob as condições do sistema de produção capitalista, buscando apreender a realidade social. Requisitos são preenchidos, a nosso ver, por Murray Bookchin, com sua mistura explosiva de anarquismo e ecologia social.

Nesse sentido, pode-se dizer que apesar de Bookchin se encontrar em um campo historicamente situado e uma matriz política e filosófica diferente dos autores da Escola de Frankfurt, o autor compartilha com eles a preocupação sobre a técnica, no que diz respeito, ao seu poder de dominação dos homens.

No entanto, as preocupações de Bookchin se debruçam sobre o processo alarmante de degradação humana e ecológica, que para ele traz à tona uma série de questões pertinentes a análise da técnica, que são elementos indispensáveis para pensar a autogestão.

Entendida, por esse autor, apenas na esfera da apropriação dos meios de produção, mas também, na esfera política, no sentido de autogoverno¹².

Como explica o mesmo autor:

A ecologia social, tal como a concebo, não é mensagem primitivista tecnocrática. Tenta definir o lugar da humanidade "na" natureza - posição singular, extraordinária - sem cair num mundo de cavernícolas anti-tecnológicos, nem levantar vôo do planeta com fantasiosas astronaves e estações orbitais de ficção científica. A humanidade faz parte da natureza, embora difira profundamente da vida não humana pela sua capacidade de pensar conceitualmente e de comunicar simbolicamente. A natureza, por sua vez, não é simplesmente cena panorâmica a olhar passivamente através da janela, é a evolução na sua totalidade, tal como o indivíduo é a sua própria biografia e não a simples edição de dados numéricos que exprimem o seu peso, altura, talvez "inteligência" e assim por diante (BOOCKHIN, 1994)¹³.

Ainda para esse autor:

Uma nova política deveria (...) implicar a criação duma esfera pública "de base" extremamente participativa, no nível da cidade, do campo, das aldeias e bairros. Decerto o capitalismo provocou destruição tanto dos vínculos comunitários como do mundo natural. Em ambos os casos encontramos-nos face à simplificação das relações humanas e não humanas, à sua redução a formas interativas e comunitárias elementares. Mas onde existam ainda laços comunitários e onde - mesmo nas grandes cidades - possam nascer interesses comuns, esses devem ser cultivados e desenvolvidos (Idem).

¹² O olhar crítico sobre o conceito de autogestão nos oferece uma visão privilegiada das práticas políticas dos jovens reunidos em redes de ativismo autônomo, tanto por sua popularidade no meio ativista juvenil, como dos processos de autogestão, estão em curso nas ações coletivas dos movimentos sociais anti- sistêmicos em todo mundo.

¹³ A data de nossa referência é da republicação e revisão feita pelo autor, em 1994, publicada pela Black Rose Books, Montreal. Disponível em: <http://www.anarchija.lt/images/pdf/Murray%20Bookchin%20-%201993%20-%20What%20Is%20Social%20Ecology.pdf>. Acesso em: 12 set. 2009.

Para Boockhin (1985) a autogestão, desde sempre, esteve associada à questão do desenvolvimento técnico, no entanto, algumas das interpretações sobre a técnica entre os anarquistas têm deixado a desejar. No movimento operário por considerar a fábrica como um espaço privilegiado de ação e educação política, nas correntes primitivistas por negar a importância da tecnologia nos processos de emancipação.

Esse autor explica que os homens, os animais inteiramente sociais, desenvolveram um conjunto de valores, de instituições e de relações culturais, que permitiram, ou não, o desenvolvimento de técnicas, assim como, a interpretação que se faz sobre o seu uso.

Para esse autor, muitas técnicas e invenções foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. No entanto, lembra, que as máquinas a vapor já eram conhecidas pelos gregos, há dois mil anos, mas eram usadas meramente como brinquedo, tamanha era a importância que tiveram os valores éticos e culturais da antiguidade sobre a evolução das técnicas em geral e, em particular, sobre todas as épocas não submetidas a uma lógica de mercado.

No entanto, seu contrário também é de um simplismo *inaceitável*, por negar as relações das técnicas existentes, em determinado período histórico, ou por exagerar sobre o papel da técnica, na formação do pensamento e da sociedade, citando como exemplo Marshall MacLuhan e Jacques Ellul.

Para esse mesmo autor, ainda que não possamos negar a sua influência da técnica e até o seu indispensável contributo na criação das instituições sociais e das atitudes culturais, a partir do momento em que questionamos os problemas relacionados ao seu uso e desenvolvimento, nos deparamos com um número considerável de paradoxos, que não serão resolvidos com mero exercício de retórica ou pela fórmula moral mais conhecida.

Boockhin (1985) dá como exemplo, o sentido que se atribui à autogestão nos dias de hoje, como se fosse um sinônimo de "controle operário", "democracia industrial", "participação dos trabalhadores".

Como explica o citado autor:

O sentido altamente economicista que a palavra autogestão hoje evoca, não é senão, por si mesmo, uma prova gritante do grau de apropriação que as palavras sofrem na sociedade industrial. O termo auto, enquanto prefixo, e a palavra gestão torna-se, no plano das idéias e dos sentidos, opostas uma à outra. A idéia de gestão tende a apagar a

idéia de autonomia. Pela influência dos valores tecnocráticos sobre o pensamento, a autogestão, conceito fundamental a uma administração libertária da vida e da sociedade, foi preterida a favor de uma estratégia de gestão eficaz e rentável. Deste modo, a idéia de autogestão é cada vez mais tida em conta, mesmo pelos sindicalistas mais decididos, não por motivos de autonomia pessoal, mas por razões de funcionalidade econômica (BOOCKHIN, 1985, p.2).

Segundo esse autor, somos levados a pensar que “o pequeno é bonito”, não porque podemos obter uma sociedade em escala humana, que cada um possa controlar, mas porque economizaremos energia.

Nesse sentido, a autonomia e a autogestão são pensadas como componentes de uma sociedade industrial, resumindo-se em atitudes mais aptas a resolverem problemas econômicos e técnicos do que problemas morais e sociais, “(...) em uma sociedade que se nega individualidade do homem, que estabelece, afinal, os termos que devem ser utilizados por aqueles mesmos que a pretendem modificarem num sentido diferente e libertário” (BOOCKHIN, 1985, p.2).

Ainda, esse mesmo autor ao definir os termos a sociedade se apropria de forma decisiva da opinião dos seus membros mais decididos, estabelecendo os parâmetros das suas críticas e opiniões "industrializa" a sua própria oposição possível.

Para Boockhin (1985), há algo que também é paradoxal na autogestão, que recusa pôr em debate as suas bases de atuação técnica, afinal, a simples eliminação da exploração econômica traz inevitavelmente, o fim da dominação social e da alienação cultural? “(...) Poderão as técnicas atuais responder de forma adequada à modificação e à transformação desejada?” (BOOCKHIN, 1985, p.3).

Para esse autor, as respostas às questões abordadas, por noções como "controle operário", "democracia industrial", "participação econômica", se tornam insuficientes, haja vista não haver argumentos mais claros e precisos para opor às idéias funcionais de organização econômica, que, cada vez mais, torna nua a natureza autoritária da técnica.

A idéia de neutralidade da tecnologia atual, no sentido político e social, aceito por um conjunto muito vasto de ideólogos e pensadores, é criticada pelo autor pelo fato de colocar em debate para além de todas as considerações éticas e sociais.

Infelizmente, quando as considerações éticas sobre a tecnologia são isoladas, e não toma em conta um determinado contexto histórico ou

social, o ponto de vista funcional tende identificar sobrepondo-se exatamente pelas mesmas razões acima apresentadas, pois também ele pressupõe que a tecnologia não é senão uma questão de concepção, um dado que é, ou não, funcional. Só muito recentemente vimos emergir um tipo novo de interrogação, ligada com a instalação de centrais nucleares, que se recusa a aceitar a tecnologia como um "dado", sem outras conseqüências. A noção de que o "átomo pacífico" é intrinsecamente um "átomo agressivo" divulgou-se largamente depois do acidente na central Three Mile Island, em Harrisburg. Aquilo que foi mais significativo neste acidente foi, talvez, o fato dos antinucleares terem conseguido interessar as pessoas pelas novas tecnologias e pelas energias renováveis, que são ecologicamente mais sãs e implicitamente mais humanas. A distinção entre "boas" e "más" técnicas, isto é, uma avaliação ética do desenvolvimento técnico, pode então fazer-se com uma acuidade desconhecida desde a primeira revolução industrial (BOOCKHIN, 1985).

Para esse autor, o debate sobre a técnica, algo fundamental para movimentos emancipatórios que devem mergulhar num universo social de intenções, necessidades, desejos e de interações, tendo em vista, que a técnica constitui um dos mecanismos mais maleáveis que a humanidade possui. Para ele, as instituições, os valores, os códigos culturais, utilizados pelos seres humanos, com efeito, muito mais reticente à mudança do que, propriamente, os instrumentos que os materializam.

Seguindo esta argumentação, Boockhin (1985) examina algumas noções construídas com base na autogestão, particularmente na relação que mantêm com o desenvolvimento técnico. Para ele a noção de *selfhood* tem origem na concepção helênica de autonomia, isto é, de autogoverno, o fato da autonomia na sociedade atual significar apenas independência deve-se ao reducionismo mencionado anteriormente.

Ainda para esse autor, a autonomia helênica estava intimamente relacionada à idéia de governo social, na capacidade do indivíduo participar diretamente da sociedade em que vivia, antes mesmo de se ocupar de suas atividades econômicas, com efeito, o *oikos* (*gestão da casa*) era considerado uma atividade inferior, ainda que necessária, no interior da polis.

Conforme o citado autor, a idéia *selfhood* parece estar mais associada ao poder do indivíduo no seio da comunidade do que propriamente à gestão da existência material. No entanto, a possibilidade de exercer poder social e dessa forma adquirir uma

individualidade, pressupõe uma liberdade material adquirida pela boa gestão do meio.

Na noção de *selfhood*, as condições básicas estavam asseguradas, segundo o autor, se exigia mais do que os homens de nossa época possam considerar. Primeiro, por que a noção de *selfhood* implicava no reconhecimento da competência do indivíduo, tendo em vista que autonomia/autogoverno se tornaria uma palavra vazia se os membros da *pólis*, no seu conjunto, se não fossem eles próprios, capazes de si mesmos, assegurarem a responsabilidade do governo.

A educação política do cidadão, baseada nos princípios de competência individual, da inteligência e, sobretudo, da retidão cívica e moral, possui um papel importante nesse processo para o autor. Afinal, era só a *ecclesia* ateniense, espécie de assembleia popular de cidadãos, que se reunia pelo menos quarenta vezes por ano, que podia testar essa capacidade educativa, mas porque, a àgora, na praça pública, era a verdadeira escola.

Nesse sentido, esse autor define que:

(...) que a noção de *selfhood* teve a sua primeira e mais remota origem, numa política da personalidade, e não num processo de produção material. É quase um absurdo, de natureza etimológica, pretender dissociar o prefixo "auto" da capacidade de exercer um controle pessoal sobre a vida social. Sem o seu significado ético, as suas implicações de natureza pessoal moral, a noção de *selfhood* arrisca dissolver-se numa espécie de individualismo, vazio e sem sentido, que lembra, por vezes, esse egoísmo da personalidade humana que emerge à superfície da sociedade burguesa como os resíduos das operações industriais (BOOCKHIN, 1985, p. 4).

Argumentando que para autogestão ser outra coisa, que mero gerenciamento administrativo das técnicas existentes e que para o trabalho se tornar uma atividade lúdica e criativa, o autor defende a idéia que os movimentos libertários lidem com a tecnologia de uma forma muito idêntica, e num contexto ético semelhante àquela utilizada pelos grupos antinucleares, na sua relação com os recursos energéticos.

No seu livro, *Post-Scarcity Anarchism (1977)*, Boockhin faz um relatório do inventário das técnicas alternativas existentes, segundo critérios de seleção a partir do seu interesse ecológico e da sua relação com a liberdade humana. Daquele momento até os dias de hoje, o autor

afirma que acrescentaria mais experiências no seu inventário e retiraria outras, que se tornaram adaptadas a sociedade autoritária e tecnocrática.

Salienta que uma nova tecnologia alternativa está sempre a emergir, no entanto, sendo que essa tecnologia é tão importante para o futuro quanto é a fábrica no momento presente. Essa tecnologia traz consigo um critério de seleção das técnicas atualmente existentes.

Para Boockhin (1985), não é importante saber se uma pequena cooperativa alimentar pode substituir um supermercado, se um pomar comunitário tem ou não capacidade para suplantar uma empresa agrícola industrial ou se um moinho de vento pode porventura produzir tanto como uma central nuclear.

Para esse autor, o mais importante é saber se essas tecnologias estão, de certo modo, proporcionando o ressurgimento de uma capacidade de autodeterminação pessoal, inacessível às coisas maximizadas, e ainda que o ressurgimento de um sentimento de auto-competência, que em geral é negado ao cidadão comum. Para ele a imagem da cidade enquanto fábrica, amplamente divulgada, já foi tão longe, que as formas técnicas e institucionais alternativas têm também de ser suficientemente radicais e profundas.

Para que seja possível, no entanto, é preciso ir aos bairros e aos movimentos feministas e ecologistas e estar perto de todos aqueles que tenham já adquirido uma autonomia pessoal, cultural, sexual e cívica, onde é possível se encontrar uma nova sensibilidade, de uma nova competência e de uma nova consciência.

A energia solar ou eólica, bem como o pomar artesanal são opções técnicas bem mais antigas que a fábrica (...) para que elas possam renascer hoje sob o nome de tecnologia popular ou alternativa, é apenas o indício de que há a necessidade de operar uma mudança no sistema social atual. Estas técnicas alternativas dão-nos hoje, justamente, o contexto possível, e talvez histórico, para tal mudança social. Elas permitem que a autogestão seja efetivamente uma realidade viva e concreta, que traz do passado os aspectos mais positivos. Todos estes aspectos fazem delas realidades e, em certa medida, utopias, mas não simples visões. Finalmente, como dispositivos educativos comunitários, elas tendem a desenvolver uma política de personalidade, só comparável com aquela que o "grupo de afinidade" anarquista, entendido como arena educativa, pode desenvolver.

Concluindo, o autor afirma que o surgimento das técnicas alternativas atingiu um grau de importância, nos dias atuais, que são só comparáveis com o fim da sociedade tradicional, as vésperas do capitalismo. Ainda que as tecnologias alternativas possam ser engolidas

pelo capitalismo, precisamos mais que a negação da técnica ou sua incorporação pelo viés administrativo para produzir mudanças radicais na sociedade.

Para esse autor, precisamos de esquemas teóricos capazes de interpretar as novas possibilidades sociais que se abrem hoje à humanidade, algo que só a sensibilidade libertária nos proporciona. Sem uma consciência capaz de articular a lógica social de tal quadro técnico, ficaremos assistindo as mais ricas possibilidades se perderem.

Boockhin (1985) nos proporciona, assim como, as considerações de Benjamin, Marcuse e porque não dizer Adorno, quando se abre as possibilidades do uso educativo da mídia de massa para fins educativos, um esboço sobre os limites e possibilidades das técnicas. Agora cabe a nós, como cientistas sociais, pesquisadores, ativistas e a qualquer um, que aceite a tarefa de *construir esquemas teóricos capazes de interpretar as novas possibilidades sociais*, fazê-lo com ética e responsabilidade.

Uma sensibilidade crítica, que possa considerar tanto tendência libertária quanto os limites das alternativas propostas nos meios alternativos e contestatórios de produção de sentido, é algo em constante renovação e disputa como veremos ao longo desse capítulo. Nesse sentido, é que procuramos esboçar, nesse primeiro momento, as concepções de alguns teóricos sobre a relação entre técnica, mídia, dominação e emancipação, com o objetivo de esclarecer ao leitor algumas questões, que acreditamos ser pertinentes para esse debate.

No entanto, é importante fazermos algumas considerações em relação às novas configurações da política, no que Rubim (2000) chama de Idade Mídia, ou seja, com “a compreensão da contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação, em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea em seus diversos campos” (RUBIM, 2000, p.79).

1.3 A Comunicação e a Política na Idade Mídia

Antônio Canelas Rubim, ao longo de suas análises e revisões bibliográficas, tem desenvolvido uma importante contribuição para compreensão dos conflitos, entre as esferas políticas e a comunicação midiática.

Esse autor não só critica os atores sociopolíticos, que percebem a comunicação por sua face mais visível: “as mensagens transmitidas de

maneira imediata e explícita”¹⁴ (1992, p.120), onde a democratização dos meios de comunicação se resume à troca de sinais das mensagens transmitidas, como também, sugere contemporaneidade à política afetada pela presença de novos espaços, formatos, ingredientes e pela redefinição de alguns de seus antigos componentes.

A sociedade contemporânea, para Rubim (1992), conforme sua complexidade e dimensão pública, é um espaço social habitado e vivenciado por imagens construídas no cotidiano e imagens construídas de forma acelerada por meios de produção e difusão culturais, onde os atores sócio-políticos só transitam de forma composta.

Essa característica vai repercutir diretamente sobre a atividade política, segundo três elementos apresentados pelo autor sobre o debate da relação entre política e a construção da imagem. O primeiro elemento, do seu debate, afirma que a construção social de imagens, dos atores individuais e coletivos, torna-se um elemento indispensável na atividade política, esse caráter não deve ser visto tanto pela pertinência ou da construção das imagens, mas pelas opções éticas e políticas envolvidas no processo da construção.

O segundo elemento é a inevitabilidade da construção de imagens sugere a necessidade do desenvolvimento de ações políticas específicas e essenciais no campo da comunicação. O terceiro elemento, do seu debate, afirma que comunicação midiaticizada não pode, mais, se impor, como se acreditava antes, a comunicação midiaticizada pode sim agendar temas e discussões, onde *a possibilidade ampliada de manipulação aparece como componente da vida política*.

Esses novos elementos, apresentados por Rubim (1992), vão definir limites e interferências na atividade política realizadas nas sociedades contemporâneas. Desse modo, o autor sugere que para compreender a conjuntura concreta deve se levar em conta a dimensão imaginária dada pelas representações visuais construídas pelo campo da comunicação midiática, relações que nem sempre são transparentes ou se apresentam de forma simples em relação às configurações políticas e econômicas da sociedade.

As novas regras, do jogo dos cenários da política e mídia, para o autor, não são mais majoritariamente definidas pelo campo da política, elas vêm de esquemas próprios da comunicação midiática.

¹⁴Segundo Rubim (1992), como consequência, essas críticas se divergem quanto aos conteúdos ideológicos e políticos difundidos, mas apresentam como objetivo alcançado pela luta política a simples troca de sinais dos conteúdos tornados públicos.

Esse autor explica, que os processos da comunicação midiática em construir realidade não se remetem apenas aos fatos acontecidos, eles exigem o acionamento de regras próprias de produção, dos estoques culturais e do imaginário social, o intercâmbio entre essas esferas constroem o que é real. Se no passado o imaginário social de uma longa sedimentação dos estoques culturais, atualmente os meios sócio-tecnológicos reciclam esses estoques culturais continuamente em uma velocidade jamais vista, e conseqüentemente o imaginário social.

A velocidade corresponde, segundo Rubim (1992), à adaptação da mídia a rapidez do capitalismo atual. A grande mídia, por ser constituída de empresas, necessita cada vez mais sustentar-se através de constantes reformulações exigidas pelo mercado. Esse ritmo desenfreado da comunicação midiática, para se atender as exigências do mercado, acaba por “atropelar” outras esferas sociais, que estão em ritmos diferentes.

O mesmo acontece com a política, seus debates, incansáveis discursos e mesmo pequenos atos de protesto ou realizações, não parecem estar no ritmo exigido pela velocidade da sedução acelerada da novidade. Os momentos ordinários da política quase desaparecem do cotidiano das pessoas, a não ser em momentos deliberativos, como eleições, rupturas de funcionamento regular da política, golpes e crises.

As acelerações são acompanhadas de outro processo, o controle e seleção pelo campo dos medias sobre aquilo que será publicizado, funciona como um elemento regulador que se impõe a outras esferas sociais as regras e às sanções para aqueles que querem servi-se dela.

O caráter seletivo impõe discussões e a pertinência de critérios sociais e especializados de seleção, não necessariamente coercitivos, dos materiais e serem disponibilizados. Os debates acerca dos *gatekeepers* e do *newsmaking*, com seus critérios de noticiabilidade, oriundos das teorias da comunicação norte-americanas, podem ser aqui reclamados, como bons exemplos de estudos acerca da regulação do acesso e trânsito sociais da tele-realidade¹⁵ (RUBIM, 2001, p. 62).

As “alfândegas” impostas, pelos meios de comunicação, e das instituições mercadológicas acabam por delimitar a existência pública de

¹⁵A noção de *telerealidade*, que Rubim (2001) sugere, serve para distinguir da realidade tradicionalmente concebida pela presença, proximidade, convivência e localidade. A nova formação da realidade, possibilitada pelos espaços e tempos integrados pela rede eletrônica e associados às noções de desterritorialização, globalidade e distância, como uma vivência em tempo real produzida pelo intercâmbio entre aparatos sócio-tecnológicos, imaginário social e estoques culturais.

um fato, de questões e demandas de setores da sociedade, onde o existir publicamente é eminentemente importante para esfera política.

Nesse sentido, percebe-se, que o autor ao longo do desenvolvimento de sua análise assume a postura de não valorizar a *telerealidade*, nem positivamente por sua capacidade libertadora, emancipadora, democratizante ou instauradora das potencializadoras das capacidades humanas, nem negativamente pela suas características de controle, repressão e regressão apontadas por Debord (1992), em *A Sociedade do Espetáculo*¹⁶.

Para Rubim (2002), a interpretação de Debord sobre o espetáculo está prejudicada por interpretar espetáculo com uma conotação sempre como negativa, em dois movimentos. O primeiro, iniciado por atribuir ao espetáculo um determinismo econômico, voltado para o capitalismo econômico mercantilista, que interdita ao espetáculo qualquer alternativa de realização, econômica e/ou ideológica, fora de uma dinâmica capitalista e suprime até mesmo a perspectiva da existência de contradições em seu processo de produção.

Assim, o espetáculo seria sempre prisioneiro do capital, nunca poderia se produzir em zonas de fronteiras, fora dos limites ou em manifesto antagonismo contra ele. O espetáculo desse modo estaria comprometido com a forma mercadoria e a ideologia burguesa, que teria interdita qualquer possibilidade libertadora. (RUBIM, 2002, p.2).

O outro movimento este ligado à suposta contradição do real e da representação. Sendo para Rubim (2002) a valorização positiva da experiência “direta” com o real e a desvalorização da mediação que fragiliza a compreensão crítica da contemporaneidade.

Esse autor aponta três problemas nas formulações de Guy Debord. O primeiro, pensar a representação como se ela não fosse uma parte indissociável e construtora da realidade. O segundo, conceber a representação com um estatuto de realidade menor do que do restante da realidade, vindo na continuidade presencial o estatuto privilegiado da

¹⁶Guy Debord em *A Sociedade do Espetáculo*, marca a crítica radical da sociedade de consumo e a ordem midiática. Para o autor, a sociedade do espetáculo funda-se sobre dois eixos: a situação histórica onde a mercadoria ocupou toda vida social, que está ligada ao espetáculo, e a separação do real e da imagem inaugurada pela mídia, as imagens passa a ter lugar privilegiado no âmbito das representações. "O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas a relação social entre pessoas, mediatizada por imagens (Debord, 1992, p. 14)". "O espetáculo não pode ser compreendido como abuso de um mundo da visão, o produto das técnicas de difusão maciças das imagens. Ela é uma *weltanschauung* que se tornou efetiva, materialmente traduzida. É uma visão do mundo que se objetivou" (DEBORD, 1992, p.14).

construção da realidade. O terceiro, pensar a possibilidade de acesso ao real sem mediação, inclusive das representações.

Ao criticar Debord, o autor explica as representações visuais, ritualizações e espetáculos como constituintes da atividade política, tendo em vista, que toda ação política pressupõem o acionamento de uma série de outras mediações relacionadas às esferas do trabalho, da ideologia, da cultura, das classes sociais, da sexualidade, etc. Embora ao longo da modernidade as mediações técnicas, hegemonicamente, se orientem para manutenção da ordem econômica, política e social vigente, o uso da comunicação mediada por técnicas comunicacionais não estão restritas a mídia empresarial.

Argumentando que o conceito de *Idade Mídia*, contido na sua análise, não pressupõe um poder superlativo à comunicação midiaticizada, e sim reafirmação que à dinâmica dos deslocamentos, de poder do campo da comunicação, para outras esferas sociais, antes de ser resolvida previamente, constitui-se em objeto privilegiado de investigação.

Rubim (2000) descarta as premissas de uma dominância unilateral e persistente da comunicação sobre a política, o que existe é uma “disputa e alternância de predomínios em situações dadas, em campos de força determinados” (RUBIM, 2000, p.89).

Nesse sentido, a comunicação midiática não pode ser analisada, sob o olhar axiológico negativo, ou seja, satanizando-a por construir a telerealidade, aproximando os indivíduos de realidades e experiências diversas fora e sim de forma crítica. Percebendo que a concentração dos veículos e das técnicas de comunicação midiática, distribuídos de forma desigual nas mãos de poucos proprietários e especialistas, estabelece critérios éticos e políticos apontados para uma sociabilidade voltada para o mercado e a manutenção do poder político.

Esse autor sugere ser preciso subordinar a comunicação midiaticizada, aos poderes e interesses da sociedade e a política, devendo incorporar a comunicação para um de seus momentos fundantes. “Ou dito de outra forma: a política só se realiza plenamente na contemporaneidade se, e somente se, tornar-se efetivamente pública” (RUBIM, 2000, p.79).

Apesar de acreditar-se não que se deva esquecer a necessidade do controle dos meios de comunicação em massa, no sentido de controle sobre a propriedade das concessões e não da censura de conteúdo, seguimos um caminho diferente do autor.

Ainda que a mídia alternativa possa ter seus elementos de negação incorporados à racionalidade da tecnocracia e da sociedade de

consumo, e que as mediações utilizadas possam conter elementos reificantes inerentes à própria técnica midiática. Acreditamos, que estes sujeitos coletivos tem tido um papel fundamental, no que se diz respeito das reformulações do significado do que seria democratizar a mídia. Apontando a comunicação midiaticizada como um bem comum não estatal e ampliando o uso não alienado da técnica de produção e distribuição dos bens culturais e informação.

Nesse sentido, o estudo da mídia alternativa deve procurar compreender não só a ação reativa aos bloqueios da comunicação, mas, também, as apropriações da comunicação midiática pelos sujeitos das ações coletivas, para construir e difundirem referenciais simbólicos diferenciados e possibilitarem que a telerealidade, ou mesmo o espetáculo (Debord), não estejam baseados apenas nas premissas do consumismo, e que questionem o modelo especializado, não mais como receptores, mas como produtores da própria mídia (SANTOS, 2005).

O conteúdo alternativo da mídia alternativa, suas propostas e formas organizativas é tema central dos estudos de John D. H. Downing (2002) desde a década 1980. Período, segundo o autor, em que predomina a idéia da existência de dois modelos de mídia, a do bloco capitalista e do bloco socialista. O autor propõe uma visão bastante elaborada, que ultrapassa a visão limitada da mídia como radiodifusão, percebendo as mediações artísticas em vários níveis.

2 A TEORIA DA MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA E DA MÍDIA TÁTICA

John D. H. Downing (2002), em *Mídia Radical Alternativa – Rebeldias nas Comunicações e Movimentos Sociais* tenta preencher uma lacuna significativa sobre o tema comunicação, fornecendo um instrumental teórico que revela a urgência do ativismo midiático diante dos bloqueios de expressão pública gerados por diversos setores.

O conceito de *mídia radical alternativa*, para o autor é definido como:

(...) a utilização dos recursos da comunicação midiaticizada em pequena escala, que assume diversas formas - rádio, imprensa, televisão, vídeo, teatro, tapeçaria, muralismo, grafite, foto montagens, vestuário, gravuras satíricas, pornografia, cartazes, culture-jamming e Internet radical - para expressar uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas (DOWNING, 2002, p. 21).

O conceito é bastante amplo e reconhece meios que não são usualmente pesquisados, como expressões de mídia radical. O termo *radical* serve para designar apropriação dos meios de comunicação pelos ativistas de mídia, sejam eles especialistas ou não, diante dos bloqueios de expressão pública gerados por diversos fatores, de acordo com o autor: a dinâmica capitalista, o silêncio do Estado, o obscurantismo religioso, os códigos racistas e patriarcais institucionalizados e outros códigos hegemônicos¹⁷.

Esse autor relata que em cenários tensos, principalmente em regimes autoritários, opressores e reacionários, predomina o modelo de mídia alternativa de contra-informação, quando há certa liberdade de expressão e livre manifestação à mídia alternativa tende a questionar a autocensura e exploração comercial que abastecem o sistema capitalista de uma legitimidade.

Downing (2002, p. 27-30) oferece uma série de características para descrever os fenômenos que nos ajudam a diferenciar preliminarmente a mídia radical alternativa da mídia convencional e estabelecida.

¹⁷Esse autor recorre à obra de Gramsci entre 1920 a 1930.

Em certas circunstâncias, a designação Mídia Radical pode incluir as mídias de minorias étnicas, comunitárias e religiosas, dependendo do conteúdo e do contexto. Estas são incluídas no termo quando servem para quebrar com a ortodoxia de um contexto autoritário estabelecido.

Encontra-se na história das rádios mineiras Bolivianas, como por exemplo, Rádio Pio XII criada por padres canadenses da Missão Oblata de Maria Imaculada, em 1959, com uma estrutura superior às demais rádios, seu estúdio e equipamentos modernos, locutores profissionais colocavam no ar programas prontos da Alemanha e da Holanda, e tinham como missão erradicar a silicose, o alcoolismo e o comunismo.

A dura realidade dos trabalhadores das minas começa a intensificar os conflitos internos na Pio XII, e a primeira cisão se deu em 1965 pela adoção de várias medidas impopulares do general René Barrientos Ortunõ, prendendo e deportando líderes trabalhistas e proibindo o funcionamento dos sindicatos. No mês de maio daquele ano, uma grande manifestação foi reprimida e muitos mineiros foram mortos nas mãos das forças repressoras, as rádios mineiras foram fechadas a tiros de metralhadoras e a única que sobrou foi a Pio XII.

Nessa época, em fase de transformação, seus locutores já eram provenientes das classes populares e sua programação era mais voltada para educação popular. Em junho de 1967 dá-se o massacre de San Ruan, uma resposta dos militares, de apoio moral dos mineiros, à guerrilha de Che Guevara. Mesmo acusada de “comunista” pelo governo, a Pio XII assume abertamente a defesa dos trabalhadores. Ela sobreviveu até o golpe do coronel Hugo Banzer em 1971, voltou ao ar em 1973 e outra vez foi fechada em 1975, mas nunca foi inteiramente destruída.

A mídia radical se apresenta em multiplicidade de formatos: como impressos; xilogravuras; sites na Internet; teatro; *graffite*; *culture jamming*; pornografia; rádios e TVs livres; vídeos; CDs; vestuário; e festas de rua. Geralmente possuem poucos recursos, atingem uma pequena escala, não são amplamente conhecidas e são atacadas pelas autoridades por medo de serem expostas ao ridículo.

A mídia radical serve para dois propósitos: 1) expor verticalmente as demandas dos setores mais baixos em oposição direta à estrutura do poder e seu comportamento; 2) obter, horizontalmente, apoio e solidariedade para construir redes contrárias às políticas públicas ou mesmo a sua sobrevivência da estrutura do poder.

Para Downing (2002), as mídias radicais possuem algo em comum: romper com regras estabelecidas, embora nem sempre

consigam romper com todas elas. O autor cita como exemplo a imprensa pró-sufragista nos Estados Unidos, onde as mulheres submissas eram retratadas como virtuosas brancas e raramente dotadas de autoridade, enquanto as mulheres influentes eram retratadas como guerreiras amazônicas ou figuras da Antigüidade clássica. Mesmo que exigindo o direito do voto às mulheres, em muitos Cartuns, reiteravam ao mesmo tempo os estereótipos patriarcais.

Esse autor procura analisar as formas de organização da mídia radical por meio das contribuições da crítica anarquista socialista. Para ele, a mídia radical possui a tendência horizontalizada ou flexível na sua organização interna se comparada à mídia estabelecida e pode ser relacionada a dois modelos. Conforme esse autor: o *modelo leninista*, conhecido como *Agitprop*, que combina táticas de informação de problemas imediatos e de abuso (agitação) e estratégias de comunicação política ao longo prazo (propaganda), com o intuito de moldar as pessoas à direção do marxismo-leninismo; e o *modelo socialista libertário*, baseado na tradição auto-gestionária, que apresenta um alto grau de horizontalidade, evitando que as funções de cada um dentro do coletivo e que os diferentes graus de educação e capital cultural criem uma estrutura hierárquica.

O modelo de agitação e propaganda (*Agitprop*), para Downing (2002), foi ao longo da história sendo deturpado pelos próprios socialistas, com o objetivo de levar as proposições do movimento dos trabalhadores, em um período de ebulição política revolucionária e foi estendido e institucionalizado como modelo de mídia depois da tomada do Estado, sob o controle do partido comunista.

Da perspectiva anarquista, esse autor recorre à crítica bakunista que percebe o potencial que o marxismo tem em se tornar uma ideologia de uma nova elite que governaria em nome dos explorados e reivindicando o manto da ciência. Que concede aos iluminados da vanguarda o direito de mando e controle dos veículos de mídia radical conforme o fenômeno da retidão.

A retidão implica em uma hierarquização entre os membros da equipe com considerável educação formal e capital cultural acima dos demais trabalhadores, como os tipógrafos, secretárias recepcionistas e etc. Esse conflito se torna ainda mais destrutivo quando envolvem ainda o sexo, quando os trabalhos menos importantes são reservados para as mulheres.

Downing (2002), aponta que se baseando no texto de Jô Freemam *A Tirania das Organizações Sem Estrutura*¹⁸, quando os veículos de mídia radical não possuem regras claras de funcionamento podem haver formas de hierarquização através da formação de grupos de afinidade que exercem pressão sobre os demais membros da equipe ou do coletivo de mídia radical. Nesse caso, para Downing (2002), a questão central é: por mais igualitária seja a ideologia que os intelectuais professem, “(...) sejam eles do sexo masculino ou feminino, sua experiência de classe geralmente os leva a presumir que estão mais destinados a liderar” (p.114).

Ainda esse autor destaca a relação mídia radical e a política pré-figurativa compreendida com o conceito autogestão do anarquismo clássico e das suas expressões contemporâneas. A autogestão, no anarquismo, não está restrita ao domínio da produção econômica, ela se estende ao domínio social e nas microesferas de poder, onde frequentemente se estabelecem relações heterônimas entre os sujeitos (Souza. 2008). No entanto, a autogestão também não deve se resumir a essa esfera, como sugere Boockhin.

A política pré-figurativa, sob a perspectiva libertária, é uma ação construída no cotidiano através de práticas e vivências coletivas, que tem como objetivo seguir os princípios libertários no presente e não apenas após uma revolução social.

A construção, dessas vivências e práticas coletivas, procura enfatizar a necessidade de se estabelecer laços de solidariedade e cooperação nos espaços de decisão e organização, evitando também a hierarquização de funções, a concentração de poder e a separação entre os espaços de execução, decisão e planejamento.

A autogestão é reconstruída a partir da valorização dos processos, sobretudo, a outros critérios éticos e abertos a experimentação e não pela lógica da eficácia, comum aos veículos de mídia convencional.

¹⁸A ideologia da organização “sem estrutura”, segundo a autora, pode proporcionar a formação de uma elite e neste caso a palavra elite serve para designar um grupo de amigos, que compartilham valores, opiniões e posições; mesmo involuntariamente estes amigos estabelecem redes de comunicação, consultam, mais constantemente, se esta rede é única dentro do coletivo e, provavelmente, vai estabelecer por conta destes laços informais um poder de decisão maior do coletivo. Deste modo esta relação vai trazer duas consequências; a primeira fazer do coletivo uma “irmandade”, onde só se escuta a pessoa que se gosta e não por dizer algo coerente ou importante; a segunda, de que as estruturas informais não têm a obrigação pelo grupo todo, o poder que lhe foi conferido não pode lhe ser retirado, pois não há um princípio suficientemente claro para que o descaso com o coletivo tenha um parâmetro que avalie a participação.

Downing (2002) também destaca que o modelo autogestionário possui certa autonomia em relação aos movimentos sociais e a cultura de oposição. Podem se afastar de aspectos autoritários de determinado grupo, movimento social e contracultura e cultura de oposição quando os objetivos, métodos e princípios que norteiam sua prática não são respeitados ou mesmo ignorados. Essa autonomia em determinados momentos pode se converter em um isolamento, quando se transforma em uma forma de aristocracia militante distanciada da realidade objetiva.

2.1 Culturas e Resistência na Mídia Radical

Downing (2002) destaca que a mídia radical alternativa só pode ser compreendida levando-se em consideração sua importância em relação à cultura popular, à cultura de oposição e às audiências. A mídia radical alternativa pode operar dentro de um movimento social, mas não necessariamente ela é parte daquele movimento.

Ao fazer essa definição, esse autor destaca inicialmente que o termo cultura deve ser colocado no plural “culturas”, tendo em vista que, pouquíssimas nações são monoculturais e mesmo as que são predominantemente, como o Japão e a Polônia pós-guerra, costumam ter variáveis de classe e regionais em relação à cultura nacional, de gênero e idade.

As variáveis de gênero, etnia, regionalismos, gerações, classe etc. devem ser constantemente visitadas para não reproduzirmos uma hierarquia na qual confere uma mais elevada posição às fileiras da burguesia, aos brancos, aos homens e à língua pátria bem falada, consagrados muitas vezes como critério nacional para que alguém seja levado a sério (Downing, 2002, p. 36).

Argumentando ainda sobre multiplicidade de culturas que podemos encontrar em uma nação, Downing (2002) destaca positivamente as contribuições de Nestor Garcia Canclinni e de Jesús Matín-Barbero por constatarem duas dinâmicas que são imprescindíveis para compreensão da relação entre cultura, mídia e política.

A primeira dinâmica constata que o mundo do trabalho, a política, a produção cultural, a etnia, o gênero, as identidades de audiência, os movimentos sociais e cidadãos são fontes de mediação do processo comunicativo que vão se confortando com o resultado da sua interação com meios de comunicação. A segunda dinâmica constata a relação entre a cultura popular e a cultura de massa, o fato que a

indústria da cultura comercial destaca expressões da cultura popular, onde seus produtos não são meras imposições de cima para baixo.

Após realizar tais considerações, Downing (2002) afirma que a raiz genérica da mídia radical são as “culturas populares”, produto da relação entre as mediações no cotidiano e a cultura de oposição, que possui um caráter mais específico, representando no máximo uma conjuntura de uma história bem mais ampla, e com a cultura de massa.

Para esse autor, as “culturas populares” e a cultura de massa se interpretam e se impregnam uma da outra, assim como a cultura de oposição recorre e contribui para as culturas populares e a cultura de massa. Não perceber tais relações tem por conseqüência uma falha séria de interpretação das possibilidades e limites da mídia radical alternativa, tendo em vista, a reprodução do elitismo, do racismo, homofobia, os preconceitos em relação à idade, credo e classe presentes no cotidiano comunitário, na cultura de oposição e na cultura de massa.

Apesar de ter sua raiz na “cultura popular”, a mídia radical é relativamente independente dos poderes constituídos; muitas vezes se opõem diretamente à suas pautas, não se encontrando de modo ordeiro em um território político reservado e radical, é um fenômeno misto, livre e radical em certos pontos, mas não em outros.

A linguagem e a estética da mídia radical podem ser (e são) incorporadas pela indústria cultural, transformando-os em objetos de consumo, principalmente entre os jovens, reduzindo a radicalidade em estilos de vida moldados pela lógica publicitária da marca. Mas isso não quer dizer que a mídia radical, assim como os demais sujeitos sociais no cotidiano, seja mero espectador passivo. Mas antes de entramos nessa questão, primeiro continuaremos a exposição de Downing (2002) sobre as estratégias de resistência da mídia radical.

Downing (2002) destaca os trabalhos de Gramsci entre 1920 e 1930, sobre as estratégias do capitalismo em relação à hegemonia cultural que as classes dominantes exercem ao longo de dois séculos organizando suas lideranças por meio dos órgãos de informação e cultura, como as escolas, as igrejas, a literatura e ideologias corporativas para produzirem uma visão incontestável de sua capacidade de liderar.

Contra a hegemonia do capital, Downing (2002) sugere, utilizando aspectos das análises gramscianas, que os veículos de mídia radical alternativa devem reconhecer a existência de membros, capazes de coordenar os desafios, de se contrapor à hegemonia ideológica do capitalismo, e de propor programas dignos de crédito.

Esse mesmo autor sugere, na sua argumentação, que o termo intelectual orgânico seja reinterpretado como comunicador/ativista,

sendo que a palavra intelectual não se referiu jamais a um círculo fechado que se colocava a pensar as grandes questões. O comunicador/ativista estaria colocado, organicamente, com as classes trabalhadoras para o desenvolvimento de uma ordem social mais justa e culturalmente superior, ao contrário, dos intelectuais, organicamente integrados as classes dominantes.

Apesar de concordarmos com a proposição de Downing (2002) sobre sua interpretação de Gramsci, sugerimos outra interpretação do papel do comunicador/ativista da mídia radical nas lutas sociais. Para isso, recorreremos à categoria de *minoría ativa*, que pode nos ajudar melhor na questão em debate, por possuir um sentido mais interativo que impositivo no papel dos pequenos grupos de mídia radical que agem em colaboração com movimentos sociais e contestação, mais amplos.

Para apresentar a concepção de *minoría ativa* recorreremos às considerações de teóricos anarquistas sobre as relações maiorias e as minorias e o apoio mútuo no movimento operário.

Procuramos salientar que o anarquismo clássico não apresenta propostas e diagnósticos como “verdades” científicas, e sim como uma teoria social sujeita a experimentação e ao erro, possuindo matrizes diferentes em relação ao coletivo e o indivíduo e ao papel das organizações na luta revolucionária.

Para Malatesta (1977) sempre no decorrer da história houve minorias mais progressistas, retrógradas e reacionárias que as maiorias, mesmo assim, isso não significa que se deva aceitar a imposição da maioria sobre a minoria. Argumentando que se existem homens geniais que se antecipam ao seu tempo, também há aqueles, os loucos, imbecis e inertes que se deixam inconscientemente levar por correntes que se encontram.

Para esse autor não se trata de julgar, ingenuamente, se a maioria ou a minoria está com a razão, mas procurar nas argumentações apresentadas quais os caminhos que apontem para um maior bem estar de um e de todos. No caso, a liberdade aparece como meio de se atingir a experiência, do verdadeiro e do melhor.

A convivência, para Malatesta (1977), entre maioria e minoria é resolvida não com subjugação da minoria pela maioria ou pela cooptação da maioria pela minoria, mas pelo livre acordo que se estabelece entre os iguais, “uma mútua condescendência e o reconhecimento inteligente das necessidades práticas da vida coletiva e das transições que se fazem necessárias” (Malatesta, 1977, p.102).

Essa definição, para Malatesta (1977), não se inscreve na crença que os anarquistas que se dizem comunistas devam impor uma lógica

única, mas sim uma alternativa. Percebendo que embora os homens ajam de formas diferentes em relação aos seus interesses e estejam submetidos a diferentes graus de opressão, é possível através do apoio mútuo, do livre acordo e da cooperação entre os trabalhadores estabelecer laços de solidariedade contra a burguesia.

Sobre as organizações anarquistas, o revolucionário italiano salienta que apesar dos anarquistas aspirarem uma revolução social com a participação das massas, eles não querem emancipar o povo e sim que o povo se emancipe. Acreditando que isso seja impossível através da imposição da força arbitrária ao próprio povo, o autor argumenta que um novo modo de vida social deve surgir das vísceras do povo, de seu grau de desenvolvimento e que possa progredir na medida em que os homens progridem.

Para esse mesmo autor o papel da organização anarquista deve ser temporal, correspondendo o tempo das razões e objetivos, que se uniram em livre associação. Sua relação com o movimento operário, que tem uma orientação determinada pelo curso dos acontecimentos e por seus objetivos, e demais forças progressistas, criadas a partir de interesses materiais e imediatos, devem contemplar os princípios do anarquismo, não se deixando seduzir pelo espírito autoritário contido muitas vezes no imediatismo.

Dessa forma, as organizações anarquistas devem:

(...) conciliar a livre ação dos indivíduos com a necessidade e prazer da cooperação, que sirvam para desenvolver a consciência e a capacidade iniciativa de seus membros e constituam um meio educativo para o ambiente onde atuam e uma preparação moral e material para o futuro que desejamos (MALATESTA, 1977, p. 162-163).

Nesse sentido, o autor anarquista reconhece, ao mesmo tempo, a necessidade de se pensar como uma *minoría*, dentro de um quadro maior de forças, como também a necessidade dessa minoría agir de forma *ativa* na luta de classes, sem perder seus princípios. Apreendendo que a ação dessa minoría vai ser mais eficaz em relação aos seus objetivos e princípios quanto maior for seu grau de organização e cooperação nas lutas sociais.

Transportar-se a concepção *minoría ativa* para o contexto da mídia radical, pode-se visualizar muitas das expressões desta alternativa, sem o prejuízo de uma exaltação do papel de seus ativistas e sem comprometê-los com um papel que eles não exercem, pelo menos não a

maioria, mantendo a autonomia da amplitude mídia radical em relação aos movimentos sociais.

Outra ressalva que fazemos, associando a categoria minoria ativa ao conceito de mídia radical alternativa, se inscreve no múltiplo engajamento de muitos ativistas da mídia radical em outros movimentos.

Nesse caso, duas considerações são importantes: a primeira consideração é que na maioria das vezes os membros dos veículos de mídia radical alternativa não estão nos movimentos de base territorial ou por sobrevivência, nem mesmo, constituem maioria numérica no movimento de democratização da mídia, onde apesar de encontrarmos uma diversidade enorme de atores, ainda a hegemonia política é de uma visão legalista e social democrata, não de uma visão libertária e autogestionária.

Essa segunda consideração se relaciona com primeira afirmando, que embora muitos ativistas da mídia alternativa estejam organicamente integrados aos movimentos sociais, isso não significa dizer, que ele desempenha o mesmo papel de um intelectual orgânico, sua atuação muitas vezes está restrita no campo de suas habilidades técnicas, ou seja, na produção ou formação de outros ativistas de mídia nos movimentos sociais.

Nesse sentido, o papel de muitos ativistas de mídia alternativa junto aos movimentos sociais mais amplos, tem sido de se apresentar como uma antecipação do *porvir* (Marcuse, 1979), como no caso da contracultura dos anos de 1960, ou como uma minoria ativa que procura influenciar esses movimentos sem cooptá-los e sem abrir mão de muitos de seus preceitos éticos e políticos, tendo em vista, que muitos movimentos populares e sociais reproduzem algumas lógicas consideradas autoritárias e não-autônomas na sua forma de organização e relação com o Estado por ativistas ligados a mídia radical.

Finalizando, para explicar as práticas cotidianas de resistência, Downing (2002) recorre ao conceito de infrapolítica do antropólogo James C. Scott, que afirma a existência de um antagonismo manifesto no cotidiano expresso em uma forma de resistência que evita conflitos mais violentos por meio da lisonja fingida, a estupidez dissimulada, o mexerico hostil, o boato malicioso, os encantamentos mágicos, ameaças anônimas, as canções, as narrativas folclóricas, a sabotagem, o atraso de voltar ao trabalho e mesmo às sanções impostas pelos grupos aos indivíduos que se submetem a elite.

(...) A infrapolítica expressa, diz Scott, expressa os níveis reais e privados de resistência e raiva,

relativos não só a exploração econômica que as pessoas enfrentam, mas também ao padrão de humilhações pessoais que caracterizam, surras arbitrárias, violações sexuais e outros insultos. A infrapolítica dos pobres faz eclodir uma série de atos de resistência, alguns muito sutis ao olhar não adestrado, alguns intencionalmente ambíguos, de modo que, mesmo os olhos mais vigilantes e adestrados da elite, não seriam suficientes para gerar represálias. Ou, no caso das elites poderosas, a infrapolítica representa seu transcrito oculto de desprezo e raiva aos agricultores pobres. (DOWNING, 2002, p.51).

Para Downing (2002), Gramsci e Scott oferecem valiosas contribuições para discussão sobre a mídia radical, o primeiro por reconhecer as realidades das classes econômicas exploradas e as relações entre as classes e o poder político; o segundo oferece um referencial etnográfico de como as resistências se manifestam no cotidiano.

Embora Downing (2002), traga discussões e instrumentos teóricos relevantes para temática que estamos explorando, recorreremos às contribuições de Certeau (1994) e Geert (2008) sobre *as maneiras do fazer* na mídia táctica para enriquecer o debate.

2.2 As Mídias Tácticas

Certeau (1994) em estudos da recepção, sem negar as influências das instituições do Estado, da igreja, da família, do mercado e da publicidade na formação de grupos sociais, revela a existência de um movimento produtivo e criativo *nas maneiras de fazer* contrárias a massificação e a passividade. Esse movimento se constitui de várias práticas no cotidiano, pelos quais os usuários da cultura (consumidores) se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural em formas *subversivas, comuns e silenciosas*.

Esse mesmo autor, a partir de uma análise dos pares espaços/lugares e estratégias/táticas, tenta identificar o conjunto de características que proporcionam aos usuários da cultura (consumidores) burlar as estratégias e vigilâncias daqueles que detêm o poder.

O conceito de estratégia, segundo o mesmo autor, corresponde a operações de cálculos de relações de força que se “tornam possíveis a partir do momento que o sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar a ser capaz de ser circunscrito”

(CERTEAU. 1994. p. 46), e de um planejamento e gestão das relações através da manipulação dos elementos que compõem a lógica da representação.

As táticas implicam em arranjos multiformes de elementos do cotidiano que não possuem objetos duráveis e pré-determinados, ainda que impliquem em uma noção de cálculo, esses são temporais e precários.

Ela não tem base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo (CERTEAU. 1994. p. 46).

Esse não lugar próprio e ausência de poder concedem as táticas mobilidades próprias *nas maneiras de fazer (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar refeições)*, permitem que os fracos tirem vantagem sobre os mais fortes.

O conceito de tática, de Certeau (1994), que transferiu a ênfase das representações em si para os "usos" das representações, como afirma Geert e Garcia (2003), vai servir como base para o termo de mídia tática que descreve a multiplicidade e a proliferação de mídias do tipo “faça você mesmo”, tornada possível pela revolução na eletrônica nos anos 90.

Mídias táticas são mídias de crise, crítica e oposição. Esta é tanto a fonte de seu poder (“a raiva é uma energia”: John Lydon), como a sua limitação. Seus heróis típicos são; o ativista, guerreiros de mídia nômades, o prankster, o hacker, o rapper de rua, o kamikaze de câmera de vídeo, eles são os alegres negativos, sempre à procura de um inimigo (GEERT e GARCIA, 2003).

Para Geert e Garcia (2003) embora as mídias táticas incluam mídias alternativas, ela não está restrita a esta categoria. A introdução do termo tático, para os dois autores, procura:

(...) romper e ir além das rígidas dicotomias que tem restringido o pensamento nesta área por tanto tempo, dicotomias tais como amador vs. profissional, alternativo vs. popular, mesmo privado vs. público. (GEERT e GARCIA, 2003).

As mídias táticas são baseadas no princípio de resposta flexível, na mobilidade que o ativista tático pula de uma mídia para outra criando um surpreendente suprimento de mutantes híbridos, aproveitando os

recursos da constante mudança tecnológica. São meios onde se combinam diversas linguagens e mediações, onde o ativismo político se reencontra com a arte e a tecnologia, onde as narrativas míticas ganham visibilidade para contar outra história.

Mídias Táticas nunca são perfeitas, mas sempre em transformação, performativas e pragmáticas envolvidas num contínuo processo de questionamento das premissas dos canais com que elas trabalham. Isto requer a confiança de que o conteúdo pode sobreviver intacto enquanto viaja de interface para interface. Mas nunca devemos esquecer de que a mídia híbrida tem seu oposto, sua nêmesis, a *Medialen Gesamtkunstwerk*. O programa final para a Bauhaus¹⁹ eletrônica (GEERT e GARCIA, 2008).

A mobilidade da mídia tática possibilita, segundo os autores, a conexão com um movimento mais amplo da cultura migratória que é percebido pelos artistas/ativistas da mídia tática. Os autores usam como exemplo as propostas do artista polonês Kryztof Wodczko, que afirma:

A raça humana mostra que os expoentes estão entrando numa nova época de movimentação e migração. Os sujeitos da história antes fazendeiros estabelecidos e cidadãos, passam a ser os migrantes, os refugiados, os trabalhadores imigrantes, os que procuram asilo, os sem-teto urbanos (...) (GEERT E GARCIA, 2008).

Para o artista polonês Kryztof Wodczko os espaços públicos onde antes a classe média celebrava seus novos direitos políticos e liberdades econômicas estão sendo tomadas por *hordas de desocupados*, esses espaços se tornaram novas *àgoras* que deviam se tornar usadas a favor dessas pessoas, mas isso exige do ativista/artista tático aprender a operar como um sofisma nômade numa polis migratória, ou seja, exigindo operações não conclusivas que possibilitem a mobilidade do sujeito junto a essa nova polis. Para Geert e Garcia (2008) a percepção de Kryztof Wodczko é produto de uma visão sobre as consequências do capital radicalmente desterritorializado.

¹⁹O estilo Bauhaus criado em 1919, por Walter Gropius, em Weimar, tinha como característica tanto na produção arquitetônica quanto nos bens de consumo, a visão direcionada para o custo reduzido, a funcionalidade e produção em massa, mas se afastando de um raciocínio meramente instrumental. A proposta de aproveitar as tecnologias já criadas pela humanidade e os atributos artísticos para construir algo novo.

Não se pode deixar de salientar a existência de características distintivas em relação aos seus objetivos, suas possibilidades e limites, ainda que o conceito de mídia radical alternativa inclua tanto o modelo de mídia radical de contra- informação, como o modelo de mídia tática, as mídias alternativas “tradicionais”, artísticas e digitais.

A mídia alternativa de contra-informação tem como objetivo central oferecer conteúdo contestação dando visibilidade pública aos diversos atores sociais frente aos conteúdos oferecidos pelos veículos de mídia convencional, autoridades estatais, patronais ou religiosas ou as mediações discriminatórias presentes na cultura, ou seja, servindo assim, como mecanismo para se estabelecer outra hegemonia frente à hegemonia existente. Assim, como apontou Downing (2002), tende a florescer em cenários mais tensos, como nos regimes autoritários onde se faz necessário romper com os bloqueios, não só as censuras impostas, mas também, criar esferas públicas democráticas.

As mídias táticas se apresentam como zonas autônomas temporárias (BEY, 2003), que subvertem a ordem existente sem que haja a preocupação em colocar algo em seu lugar, questionando não só a hegemonia, mas as certezas dos que propõem alternativas, revelam que os obstáculos dos ativistas de mídia alternativa não se encontram apenas em abrir espaços de visibilidade para os atores sociais frente os meios hegemônicos, mas também, em romper com os modelos de representação, suas dissimulações e com autocensura.

Apesar de terem em comum a experimentação, em maior ou menor intensidade, dependendo das conjunturas políticas e de não romperem totalmente com os modelos fornecidos pela mídia convencional, os problemas subseqüentes em relação a não atingir seus objetivos são de ordem diferenciada: enquanto o modelo de contra-informação pode reproduzir os modelos de organizar a informação da mídia convencional, a mídia tática pode reproduzir a idéia de uma vanguarda *hi-tech* distanciada de problemas objetivos do resto da sociedade, que diminui drasticamente sua “eficácia” em relação à contestação ao *status quo*, tornando suas obras objetos a serem consumidos por seletos grupo de apreciadores.

2.3 Onde Fica o Digital na Mídia Radical Alternativa?

O desenvolvimento das tecnologias midiáticas, a popularização do uso do computador pessoal, dos periféricos (escâneres, gravadores de CD e DVD, impressoras) e das técnicas de produção de mídia, o crescimento das possibilidades de compartilhamento e maior

interatividade entre os sujeitos e usuários da mídia alternativa, o movimento do software livre, a constituição de redes e as questões relativas ao direito autoral, são elementos relativamente novos que trazem à tona novas práticas e discursos para as mídias de contestação.

Lincoln Martins (2004), analisando as perspectivas da comunicação alternativa, na era da informação digital, destaca que a difusão das novas tecnologias, a partir da década de 90, tornou possível uma maior participação das pessoas nos cenários da comunicação social, segundo o autor a fácil disponibilidade de veículos com relativo baixo custo, como a internet, máquinas e filmadoras digitais, copiadoras entre outros eventos tornaram a comunicação social mais flexível, dinâmica e, sobretudo mais acessível, refletindo diretamente nas relações do homem com o homem e do homem com o mundo.

Para esse mesmo autor as imposições da ideologia burguesa e do consumismo desenfreado não findaram, e nem estão perto de terminar, mas a possibilidade de difundir e produzir a cultura de forma autônoma do mercado e de outras instituições, baseadas em princípios verticais e de persuasão, surge como ponto crucial no rompimento com hegemonia corporativista.

Além disso, pode-se dizer, que de certa forma a facilidade de acesso aos meios de produção e distribuição da informação e cultura também produziu além da liberação da mídia alternativa do estigma do amadorismo (KLEIN, 2002), assim como, a disseminação quase que simultânea dos modos de fazer, sem a necessidade de um especialista.

Por meio dos fóruns, das listas de e-mails e tutoriais são compartilhadas técnicas de edição, editoração e produção de vídeos, áudio e textos, bem como, o desenvolvimento de softwares livres²⁰ com interfaces amigáveis e de publicação aberta que permitem qualquer pessoa, com um conhecimento básico de informática, produzir sua própria mídia e distribuí-la livre, sem que haja a mediação de um jornalista ou outro especialista em mídia.

As tecnologias digitais de compressão (mp3, avi, mp4), de distribuição (redes ponto a ponto, torrents, blogs) e de reprodução de dados (copiadoras, gravadores, escâneres) permitiram que o compartilhamento dos bens culturais e simbólicos ganhasse uma escala global, quase que ilimitada e anárquica, gerando um conflito que tem influência direta na produção de mídia alternativa contemporânea. O

²⁰Falaremos da relação do software livre com as práticas de mídia alternativa um pouco mais frente.

conflito entre os defensores da livre troca de conhecimento e bens culturais e os detentores dos direitos autorais, geralmente mega corporações de entretenimento proprietárias editoras, produtoras e gravadoras.

O direito autoral como conhecemos hoje, como um direito “natural” do autor viver de sua obra, nem sempre existiu, ele é uma construção histórica intrínseca ao sistema de produção e de manutenção do político. O ato de plagiar, reproduzir, distribuir e acessar obras literárias, filosóficas e políticas, canções e poemas sem permissão ou mesmo conhecimento do autor, nem sempre foi visto como um crime ou como uma forma de falta de criatividade do plagiador. Pelo contrário, se não fosse à reprodução, hoje chamada de plágio, muitos dos conhecimentos construídos por civilizações milenares estariam perdidos, civilizações que antecedem os axiomas impostos pelo capitalismo como a centralidade do mercado nas relações humanas e a propriedade é privada sem função social.

Se sempre²¹ houvesse existido a propriedade intelectual, a humanidade não haveria conhecido a epopéia de Gilgamesh, o Mahabharata e o Ramayana, a Ilíada e a Odisséia, o Popol Vuh, a Bíblia e o Corão, as lendas do Graal e do ciclo arturico, o Orlando Apaixonado e o Orlando Furioso, Gargantua e Pantagruel, todos eles felizes produtos de um amplo processo de mistura e combinação, re-escritura e transformação, isto é, de ‘plágio’, unido a uma livre difusão e a exposições diretas (sem a interferência dos inspetores da Società Italiana degli Autori ed Editori) (WU MING, 2002, p. 9)

Joanne Richardson e Kleinner (2006), definem que revolução romântica marcou o nascimento da autoria proprietária, abolindo a crença que as criações humanas eram dádivas dos deuses que podiam ser controladas por decretos reais, que decidiam quais obras seriam publicadas ou abolidas conforme seus interesses.

Para esses autores embora o movimento romântico tenha libertado a capacidade produtiva dos indivíduos das causas supranaturais e do controle político, ignorou o contexto social da produção mais vasto, acorrentando a produção do conhecimento ao

²¹Grifado pelo autor.

discurso da propriedade privada que dominou o discurso filosófico desde Locke.

Segundo os mesmos autores, os primeiros a defenderem que a obra de um autor era fruto de sua personalidade única, foi Edward Young e Samuel Richardson, por volta de 1750, essa idéia encontrou apoio entusiástico entre os românticos alemães e ingleses. Depois disso, Lessing, em 1772, estabeleceu uma relação entre originalidade e direito sobre as idéias, os artistas teriam direitos de se beneficiar dos rendimentos econômicos de suas obras. Percebendo que muitas pessoas compartilham das mesmas idéias, Fische, em 1791, acrescenta que as idéias, para ser propriedade, deveriam possuir características distintas as quais permitisse que apenas um indivíduo reclamasse sua propriedade, a característica distinta não residia na idéia em si, própria, na forma única que autor utilizava para comunicá-la.

Por volta de 1830, Wordsworth introduz na prática a noção de gênio artístico, defendendo que os gênios em nossa sociedade, freqüentemente, são ignorados por seus contemporâneos, só sendo reconhecidos após a morte do autor. Essa idéia fez que Wordsworth se tornasse um ativista da defesa da extensão dos direitos autorais para 60 anos após a morte do autor.

Para Joanne Richardson e Kleinner (2006), há uma dualidade em Wordsworth, uma vez que invoca o autor como gênio solitário, mas sua:

(...) visão romântica do mundo aspirava a elevar a arte a um espaço puro superior á produção de mercadorias, mas sua definição da obra criativa enquanto propriedade reintegra a arte na própria esfera que procurava negar (RICHARDSON; KLEINNER, 2006, p. 2).

A primeira lei inglesa de direito autoral²² surge em 1710, o *Statute of Anne* dava o direito sobre a propriedade intelectual por 14 anos ao autor, renováveis por mais 14 anos se o mesmo estivesse vivo (ORTELLADO. 2002). A criação dessa lei tinha a intenção de acabar com o monopólio da *Stationers Company*, uma corporação de livreiros que havia obtidos o direito exclusivo de cópia por um decreto da Rainha Ana, em 1557²³.

²² Os primeiros direitos de cópia datam dos séculos XVI e XVII, eram licenças reais que dava direitos exclusivos aos livreiros de copiar ou imprimir, o monopólio tinha um interesse específico, o de publicar ou banir os livros segundo os interesses ideológicos da corte para controlar o conhecimento e censurar as vozes discordantes.

²³ *Statute of Anne* foi realmente colocado em prática após longos anos de batalhas jurídicas, por causa das bases institucionalizadas que formavam o monopólio das publicações.

Richardson e Kleinner (2006) salientam a codificação capitalista da relação autor/editor como uma das contribuições importantes do estatuto, observando que o copyright estava ligado ao direito do autor, sendo, contudo, automaticamente assumido pelos editores através dos mecanismos neutrais de mercado. Em teoria os autores e artistas eram proprietários das suas idéias imateriais e do direito de viver com o fruto do seu trabalho, entretanto, eles não possuíam os meios tecnológicos de reprodução de sua obra, por esse motivo, os autores, tinham que vender parte de seus direitos para outra pessoa com recursos suficientes para explorá-los, ou seja, vender o seu trabalho.

Com a consolidação da indústria cultural, que transfere a racionalidade instrumental para produção cultural, a propriedade intelectual que passa a ter uma longevidade muito além do que se imaginava no século XVIII.

Segundo Ortellado (2002) a legislação americana, que data de 1790, se baseou na lei inglesa usando também os 14 anos, mais a renovação por mais 14 se autor estivesse vivo; em 1810 a lei foi alterada passando para 28 anos renováveis por mais 14; em 1909 é de novo alterada passando para 28 anos, renováveis por mais 28 anos. Mais recentemente, a extensão do direito à propriedade intelectual ultrapassou de longe os vinte anos após a morte do autor.

A pressão teria começado, em 1955, quando o Congresso autorizou o escritório de patentes a desenvolver um estudo com vistas a revisar as leis de direito autoral vigentes, que concluiu que as leis deveriam ampliar o período de renovação de 28 para 48 anos. A associação de escritores pedia que fosse renovada para 50 anos, com o argumento de se adequar a “modernização” das leis de direitos autorais e a adequação delas à Convenção de Berne.

Durante anos posteriores a discussão arraigada parecia não ter fim, os direitos autorais que expirariam em 1962 tiveram uma autorização especial para expirar apenas em 1965, com ação dos lobistas, vencimento extraordinário que se repetiu de 1965 para 1967, de 1967 para 1968, de 1968 para 1969, de 1969 para 1970, de 1970 para 1971, de 1971 para 1972, de 1972 para 1974 e de 1974 para 1976. Até que em 1976, quando a nova lei de direitos autorais é aprovada, estabelecendo um período de vigência do direito por toda a vida do autor mais 50 anos e para trabalhos encomendados por empresas um período de 75 anos após a publicação ou 100 anos após a criação, o que fosse mais curto.

Ainda segundo Ortellado (2002), nos anos 1990, sob forte pressão da Disney, Warner e a indústria cinematográfica, prestes a

perder os direitos sobre suas obras e personagens mais famosos²⁴, o direito autoral foi ampliado, em 1998, de 50 para 70 anos, caso o direito fosse propriedade de uma pessoa e a ampliação de 75 para 95 anos caso o direito fosse propriedade de uma empresa.

Para Joanne Richardson e Kleinner (2006) a propriedade intelectual é uma farsa, é um conceito desprovido de sentido – *as idéias não funcionam como a terra e não podem ser detidas ou alienadas* - os debates que emergem sobre a propriedade intelectual tendenciosamente ignoram a noção de apropriação e transmissão cultural.

Os autores argumentam que as idéias não surgem do nada no cérebro dos indivíduos como se fosse uma linguagem privada, elas sempre foram uma prática social. As idéias se baseiam em extratos de conhecimentos acumulados ao longo da história, a partir dos extratos comuns, os homens criam suas obras que possuem especificidades e inovações inequívocas. Todas as obras criativas combinam idéias, palavras, sons e imagens pertencentes à história e de seu contexto contemporâneo, são produtos de recombinações e apropriações.

O regime de propriedade intelectual não seria mais que um privilégio legal para representar-se a si próprio, de modo falso, como único proprietário do uso de uma idéia, expressão ou técnica e para cobrar uma taxa a todos que pretendam usá-las na sua produção. As idéias de originalidade e o individualismo passam a gerar uma paranóia entre os “gênios” autores, *cujos receios de serem roubados parecia disfarçar um medo mais básico de que a sua pretensão à originalidade não passasse de ficção*.

Para Joanne Richardson e Kleinner (2006), a propriedade intelectual está apoiada na violência invasora do Estado, que impede a todos de usar sua cultura comum. Os efeitos são: o roubo da memória cultural, a censura e o acorrentamento da imaginação à lei. Os efeitos não são apenas econômicos, *os próprios artistas passam a sentirem-se lisonjeados com a sua associação ao gênio criativo, fazendo vista grossa ao modo como é empregue para justificar a exploração e alargar os privilégios das elites proprietárias*.

²⁴Ortellado (2002) cita como exemplo de obras que entrariam em domínio público, e suas respectivas detentoras dos direitos autorais. Da Disney: Mickey Mouse, em 2003, Pluto, em 2005, Pateta, em 2007, Pato Donald, em 2009; da Warner: Perna Longa, em 2015, "E o vento levou", em 2014, e as músicas de George Gershwin; como "Rhapsody in Blue", em 1998, e "Porgy and Bess", 2010); Viacom: "O grande Gatsby" de Scott Fitzgerald, no ano 2000, "Adeus às armas" de Ernest Hemingway, em 2004; Universal: músicas como "Concerto número 2 para violino" de Prokofiev e "Smokes Get in Your Eyes" de Kern e Harbach em 1998 e 2008.

A produção artística passa a obedecer ao individualismo egoísta, onde os artistas competem entre si, em busca da originalidade, neutralizando um determinado processo de produção de conhecimento, deslegitimando a noção de cultura comum e danificando as relações sociais. O artista passa a não mais ser encorajado a criar um fundo comum de criatividade. Em vez disso, começa a proteger ciosamente sua “propriedade” dos outros, encarando-os como potenciais concorrentes, espões e ladrões deitados à espera de surruiar suas idéias originais.

Apesar de a farsa do direito autoral ser duradoura até os dias de hoje, Joanne Richardson e Kleinner (2006), observam que ao longo dos dois últimos séculos não se conseguiu erradicar totalmente a memória de uma cultura comum e que as idéias, imagens e sons podem ser livremente utilizados por todos.

Diferentes pessoas e grupos se manifestaram contra o surgimento do autor proprietário e o regime de propriedade intelectual. Os dadaístas, também citados pelos autores, movimentos surgido em Zurique, durante I Guerra Mundial, rejeitavam a originalidade artística, para eles todas as obras consistiam em reciclagem e remontagem.

Para Marcel Duchamp, um dos mais conhecidos expoentes do movimento dadaísta, o conceito *ready-made* é uma apropriação do que já está feito, ou seja, uma transposição prática e não artística. São objetos anônimos que são escolhidos pelo artista, que ao escolhê-los, transforma-os em obra de arte; essa escolha não é aleatória, mas pensada de forma filosófica e crítica, não há postulação do novo, somente a crítica a arte postulada sobre a idéia de valor, que se transforma em antiarte (BELTRAME e MORETTI. 2006).

A transposição de objetos cotidianos para a arte, os poemas *non-sense*, que zombavam de artistas e figuras políticas da época, eram apenas uma das faces do dadaísmo e de sua irreverência irrestrita, simultaneamente se encontravam na disseminação de notícias falsos, intervenções em encontros políticos e manifestações na rua²⁵.

Os situacionistas, grupo que definia a si mesmo como uma vanguarda “política e artística”, no fim dos anos 50, procuravam entre outras coisas superar o projeto que os dadaístas tinham deixado

²⁵ Apesar de o dadaísmo ser associado muitas vezes, vulgarmente, ao anarquismo e com o nihilismo, mesmo que o movimento anarquista negue possuir uma expressão estética única e que os próprios dadaístas como movimento dadaísta não reconheçam uma ideologia para sua prática política, na biografia de alguns de seus expoentes encontramos uma trajetória de militância comunista e anti-militarista.

inacabado, trazendo os elementos do cotidiano para a arte, recombina-os e os colocando a serviço da revolução.

Para isso era *necessário eliminar todos os vestígios da noção de propriedade pessoal nesta área*, inclusive qualquer fragmento que pudesse ser tido como propriedade de outra vanguarda, segundo eles: “aparição de novas necessidades torna as obras ‘inspiradas’ anteriores obsoletas. Elas se tornam obstáculos, vícios perigosos. Não se trata de discutir se nós gostamos ou não delas. Nós precisamos superá-las” (DEBORD; WOLMAN, 1956)²⁶.

Segundo Joanne Richardson e Kleinner (2006), o conceito de *détournement* dos situacionistas – o desvio dos significados das obras de arte, dos filmes, das tiras de quadrinhos e anúncios publicitários devia muito aos dadaístas, mas enquanto nos dadaístas havia uma crítica negativa às imagens dominantes, que dependiam do reconhecimento fácil das imagens negadas, o *détournement* não era tanto um antagonismo à tradição; acentuava a reivindicação de um mundo novo a partir dos destroços do antigo. Implicitamente estava contida a idéia de que era preciso viver de forma diferente mediante a construção de novas práticas, uma dessas práticas era a criação de textos coletivos, freqüentemente anônimos e com rejeição direta a propriedade intelectual, mediante avisos que expressavam que estes materiais não possuíam *copyright* ou como sendo anti-*copyright*.

Ao longo dos anos 1960 aos 1980 diferenciadas expressões da contracultura juvenil assumiram a crítica ao direito à propriedade intelectual, em suas práticas o compartilhamento dos bens culturais produzidos coletivamente ou individualmente (faça você mesmo), gerando alternativas coletivas em resposta a mercantilização do

²⁶Stewart Home, um dos mais conhecidos estudiosos das vanguardas artísticas e contraculturas afirma que: *Guy Debord diz na tese 191 de “Sociedade do Espetáculo”: “Dadaísmo e surrealismo são duas correntes que marcam o fim da arte moderna. São contemporâneas, ainda que de maneira apenas relativamente consciente, do último grande ataque do movimento proletário; e a derrota desse movimento, que os deixou prisioneiros do mesmo campo artístico cuja decrepitude haviam anunciado, é a razão básica para sua imobilização. Dadaísmo e surrealismo são ao mesmo tempo historicamente relacionados e opostos um ao outro. Essa oposição, que cada um deles considerava sua mais importante e radical contribuição, revela a inadequação interna de sua crítica, que cada um desenvolveu unilateralmente. O dadaísmo queria suprimir a arte sem realizá-la; o surrealismo queria realizar a arte sem suprimi-la. A posição crítica mais tarde elaborada pelos situacionistas mostrou que a supressão e a realização da arte são aspectos inseparáveis de uma única superação da arte”*. Stewart Home: a perspectiva radical - Entrevista de Stewart Home a Rodrigo Nunes, doutorando em filosofia pela Universidade de Essex. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=248&secao=artefato>. Acesso em: 19 mar. 2009.

conhecimento e da tecnologia. Embora a crítica e alternativas ao direito autoral não sejam fenômenos recentes, o desenvolvimento da informática e seus desdobramentos, nos anos 1980, fez que muitos dos conteúdos da crítica à propriedade intelectual fossem incorporados em um campo completamente novo, impulsionando muitas iniciativas de livre acesso de produção e compartilhamento das obras artísticas e do conhecimento.

Nos fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 os computadores eram grandes, caros e inacessíveis para pessoas comuns, os poucos computadores que haviam não supriam a enorme demanda vinda de pesquisadores, além disso, os sistemas operacionais não correspondiam às necessidades destes profissionais. Em 1969, Ken Thompson cria o UNIX, um sistema operacional multitarefa e multiusuário, disponível para diversas plataformas de hardware.

Inicialmente o UNIX era distribuído gratuitamente pela AT&T para as universidades, percebendo o sucesso do Unix no meio comercial, a AT&T logo passou a disponibilizá-lo por um preço muito alto. Ao mesmo tempo, os departamentos de ciência da computação de diversas universidades no mundo inteiro começaram a desenvolver programas comerciais para o Unix, criando um grande número de usuários e desenvolvedores de utilitários e programas.

Com o aumento da demanda de softwares, surge o *modelo comercial baseado em licenças de uso*: empresas começam a desenvolver e vender softwares cujos termos de uso proíbe a sua distribuição ou alterar ou divulgar os códigos-fonte, liberdades, ainda que restritas, passam a ser consideradas crime se o usuário não pagar o direito autoral (*royalties*).

Richard Stallman que trabalhava no MIT, desde 1971, na manutenção do sistema chamado ITS (*Incompatible Timesharing System*), descontente com limitações decorrentes do fechamento dos códigos-fontes abandona o MIT, em 1983, para dedicar-se ao projeto GNU (*“GNU is not UNIX”*), um sistema completo de software totalmente livre e compatível ao UNIX.

Em 1991, o GNU estava quase pronto, mas precisava de um sistema operacional (*kernel*) para funcionar, na mesma época, Linus Torvalds, estudante de Ciência da Computação pela Universidade de Helsinque, cria um *kernel* baseado no sistema UNIX que poderia ser utilizado com o sistema GNU, surge daí o GNU/Linux, chamado apenas de Linux por comodidade.

O software livre se constitui hoje não só como base material para produção coletiva tanto no campo da informática e da mídia alternativa,

como base ideológica de um movimento amplo que vai influenciar não só no mundo virtual, mas as práticas ativistas de contestação ao poder da mídia e do capitalismo.

2.4 Mídia Radical Alternativa e Software Livre

Se o objetivo é construir uma sociedade livre, não é suficiente apenas colocar a liberdade na mão das pessoas. Se elas não a apreciarem, a deixarão cair, e a perderão. Se nós queremos que a liberdade resista, temos que ensinar as pessoas a reconhecer o seu valor para que possam defendê-la.
(RICHARD STALLMAN – CO-CRIADOR DO PROJETO GNU/LINUX)

O movimento internacional pelo Software livre, que nasce do projeto GNU, cria a Licença Pública Geral (*General Public License – GPL*), desenvolvida, sobretudo, pela *Free Software Foundation, Inc.* uma alternativa encontrada por seus idealizadores para garantir a liberdade de compartilhar e alterar softwares de código-fonte aberto e permitir sua distribuição, duplicação e uso.

Para *Free Software Foundation* (1991), um software pode ser considerado livre quando os usuários têm acesso a quatro liberdades: a liberdade para executar o programa com qualquer propósito; a liberdade para estudar como o programa funciona e adaptá-lo às suas necessidades, o acesso ao código-fonte é um pré-requisito para isto acontecer; a liberdade para redistribuir cópias do programa; e a liberdade para melhorar o programa e distribuir suas melhorias para o público em geral.

O movimento de software livre é altamente pluralista em relação aos seus objetivos, componentes e processos, Pereira (2004) observa que, simultaneamente, ele é: uma fonte de inovação tecnológica, o qual coloca em evidência a questão do modelo de desenvolvimento e comercialização da tecnologia; um movimento em que parte de seus membros dedica-se, quase que, exclusivamente; um movimento que se autodefine como comunitário e um palco para construção e reprodução de certas identidades coletivas; uma rede comunicacional e social que congrega programadores e usuários de toda parte do mundo; e *finalmente um campo de análise fecundo, palco de construções identitárias, e elaboração de valores éticos e ideológicos, mas também estéticos e simbólicos.*

Ideologicamente, o movimento de software livre, aponta para alternativas de construção de uma sociedade livre se remetendo a idéia que o conhecimento deve ser acessível às pessoas, contra a racionalidade voltada para obtenção de lucro e status que ameaçam constantemente a liberdade de acesso a esse conhecimento, propondo, como afirma Pereira (2004), um modelo de desenvolvimento tecnológico baseado em três premissas: a partilha, a reconfiguração da dicotomia produtor/consumidor e a noção de progressão tecnológica como patchwork.

Esse modelo de desenvolvimento tecnológico, segundo Pereira (2004), pressupõe que desenvolvimento tecnológico é uma construção permanente e como um trabalho de patchwork, constantemente inacabado.

Se, por um lado, o software livre perverte o modelo organizacional de produção tecnológica, por outro desafia a comercialização do software, e o modelo econômico associado, assumindo, desta forma, um papel na corrente discussão sobre a mais ampla alteração dos modelos de negócio frente à internet (PEREIRA, 2004, p. 4).

Simultâneo a questão acima, a autora aponta que o movimento de software livre dota a tecnologia de significados e sentidos, não a apresentando como neutra, pois ela é desenvolvida a serviço de determinados propósitos e intencionalidades, em condições específicas, interadas com outras esferas da vida social, entre elas, a necessidade de publicização dos setores de contestação ao estabelecido.

Muitos movimentos sociais, ativistas, coletivos de mídia, artistas e indivíduos²⁷ têm se apropriado não só das tecnologias livres, mas de suas bases ideológicas nas suas práticas políticas de construção de alternativas ao livre acesso a informação e ao conhecimento.

O projeto Active Sidney²⁸, autogerido por programadores ligados ao desenvolvimento de softwares livre, desenvolveu uma software para multimídia, que permitia a qualquer usuário da internet fornecer textos,

²⁷Indymedia. www.indymedia.org. Acesso em 4 jan. 2009. Nodo 50. www.nodo50.org. Acesso em: 4 jan. 2009. Rise Up – www.riseup.net. Acesso em 4 jan. 2009. wu ming - <http://www.wumingfoundation.com/>. Acesso em: 4 jan. 2009. Overmundo - <http://www.overmundo.com.br/>. Acesso em: 4 jan. 2009. Recombo - <http://www.recombo.art.br/>. Acesso em: 4 jan. 2009. Critical Art Esemble - <http://www.critical-art.net/>. Acesso em: 4 jan. 2009. Adbusters - <http://www.adbusters.org/home/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

²⁸<http://www.active.org.au/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

vídeos e áudio acerca de manifestações e eventos, produzidos por movimentos sociais, grupos de afinidade e indivíduos, sem a mediação de um especialista. A plataforma digital ficou sendo conhecida popularmente como publicação aberta²⁹, fora criada para prover uma cobertura ininterrupta dos protestos do dia de ação global no dia 18 de junho (J18), coordenado pela rede Ação Global dos Povos, contra a reunião do G8 na Alemanha em 1999.

Podemos encontrar, fora do contexto dos coletivos de contra-informação, as práticas da *culture jamming*, herdeira das práticas situacionistas e atualmente associadas como ações de mídia tática.

O termo *culture jamming* foi utilizado em sua primeira vez pela banda norte-americana Negativland, para definir sua forma de composição e expressão musical, designando uma série de usos de sabotagem e intervenções midiáticas - arte performática, notícias falsas, grafite, estêncil, vandalismo em *outdoors* - onde se utiliza da linguagem publicitária presente no cotidiano, subvertendo seu sentido original associado ao consumo e códigos hegemônicos para construir mensagens não previstas por seus criadores.

A revista canadense *Adbusters*, o grupo *Billboard Liberation Front*, especialistas em anti- publicidade, plataforma de criação e discussão RTMARK® redesenham a identidade visual de campanhas e logos de mega-corporações mantendo os formatos que as identificam, a Shell se transforma em Hell (inferno), a propaganda da Nike, na campanha *Just do It*, ganha novas imagens, que mostram uma trabalhadora da Indonésia, com os pés descalços, depois de uma jornada de sessenta horas por semana de trabalho semi-escravo em uma fábrica de calçados contratada pela corporação norte-americana. A bandeira norte-americana perde suas estrelas, que significam os 50 estados do

²⁹Publicação Aberta significa que o processo de criação de notícias é transparente para os leitores. Eles podem contribuir com uma matéria e instantaneamente ver que seu artigo aparece junto com outros que estão disponíveis. Essas matérias são minimamente filtradas para ajudar os leitores a encontrar os artigos que desejam. Os leitores podem ter acesso às decisões editoriais que são feitas por outros. Podem saber como se envolver e ajudar a tomar as decisões editoriais. Se eles acharem que há uma melhor forma do software ajudar as pessoas, eles podem copiá-lo, porque é livre, e começar seu próprio site. Se quiserem redistribuir as notícias, também podem, preferivelmente, num site de publicação aberta. (Tradução Colaborativa do Texto de Matthew Arnison Sobre publicação aberta). Mathew Arnison, membro da Community Activist Technology (CAT) é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do software de publicação aberta.

país, para ganhar os logotipos da Coca-Cola, IBM, Internet Explorer e outras marcas das mega-corporações³⁰.

Os ativistas e artistas da *culture jamming* usam como matéria-prima os signos da mídia convencional, conforme Meikle (2002), para chamar a atenção à assuntos e problemas relacionados à própria mídia, em um jogo comunicacional que visa *transformar os signos que são familiares em pontos de interrogação*³¹, possibilitando que espaços antes colonizados por mensagens voltadas para o consumo se tornem espaços de questionamento.

Para Mazzeti (2006), se engana quem reduz as intervenções exclusivamente às anti- publicitárias e às anti- corporativas:

Nestas práticas está também em jogo uma questão comunicacional. Os processos de comunicação verticais, em que o receptor é submetido, mesmo que a contragosto, aos desígnios do emissor é subvertida nas práticas de intervenção urbana. À figura do espectador passivo, é contraposto um novo tipo de espectador, que não se resume ao âmbito da recepção, pois busca criar um diálogo com as informações que lhe cercam, de modo cada vez mais evasivo, no dia-a-dia. A cidade, com seus cartazes, placas de trânsito, fachadas de lojas e outdoors, transforma-se e renova-se, então, como lugar de troca simbólica. Troca esta que, por si só, já uma politização do cotidiano, uma vez que o diálogo é aberto “à força”, através de intervenções ilícitas, em atos de desobediência civil (MAZZETI, 2006, p. 5).

A prática dos *jammers* pode misturar uma série de elementos para realizar seus objetivos, não só o consumo e as obras publicitárias são os alvos de suas ações, mas também os espetáculos promovidos pelos meios de comunicação de massa.

Em 1994, centenas de ativistas e artistas na Europa resolveram adotar a mesma identidade criando o pseudônimo multiuso Luther Blissett, nome inspirado em um jogador de futebol jamaicano,

³⁰Para conhecer um pouco mais sobre as atividades do coletivo *Adbusters e, Billboard Liberation Front* visite a página <http://www.adbusters.org/>, <http://www.billboardliberation.com>, <http://www.rtmart.com>. Acesso em: jan, 2009.

³¹Citado por MAZZETTI, Henrique Moreira. **Intervenção urbana**: representação e subjetivação na cidade. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UnB, 6 a 9 set. 2006.

considerado o pior jogador que passou pelo Milan da Itália. O objetivo: *contar ao mundo uma grande história, criar uma lenda, dar à luz um novo tipo de herói popular*³².

Entre 1994 e 1999, o Luther Blissett Project, uma rede organizada em torno da identidade Luther Blissett, promoveu campanhas em prol da defesa de vítimas de censura e repressão, mas sua principal atividade foi enganar a mídia convencional, ridicularizando-a.

Em 1995, é comunicada a produção do programa *Chi l'ha visto* (Quem o viu), do canal 3, da TV estatal italiana, sobre desaparecimento do artista e intelectual Harry Kipper, na fronteira ítalo-iugoslava enquanto fazia sua viagem de bicicleta pela Europa. A equipe de reportagem se deslocou até a fronteira e procurou o desaparecido; seguindo pistas até Londres, o programa só não foi transmitido porque um comunicado de autoria de Luther Blissett desmentiu a história toda, o artista, e intelectual Harry Kipper, nunca havia existido.

Quantos zés ninguém e Luther Blissett existem espalhados pelo mundo? Se nosso vizinho de casa desaparece, saberemos "tudo" pela televisão, sem nem a necessidade de olhar pela janela. A mídia de massa nos oferece a medida da nossa existência. Muitos vivem para aparecer, mas somente poucos aparecem para viver. Luther Blissett apareceu desaparecendo. Pode desaparecer uma pessoa que não existe? Principalmente se seu nome for apenas o pseudônimo do suposto ilusionista Harry Kipper, misteriosamente desaparecido? Ser e não aparecer, e quem resolve aparecer atrás de um nome coletivo faz isso para desarrumar as regras do jogo. Se na mídia aparece o rosto de Luther Blissett, este é com certeza mais um falso, pois LB possui rostos demais para ser representado somente por um. Mas acima de tudo porque, se está presente na mídia, então desaparece como LB, isto é, prefere-se a aparência à existência. Luther Blissett (WU MING, 2008).³³

Em 1996, Luther Blissett é contatado pela editora italiana Mondadori, para organizar um livro com uma coletânea de textos do suposto ativista anticapitalista. Blissett aceita a proposta e envia os textos para publicação. O livro saiu com o nome de Netgener@tion, organizado por Giussep Genna. Depois do lançamento os jornais italianos são bombardeados com uma declaração que desmascarava a farsa. Na verdade os textos eram redações escolares retiradas da internet e organizadas de forma sistemática.

³²http://www.wumingfoundation.com/italiano/bio_portugues.htm#01. Acesso em: 22 abr. 2009.

³³WU MING. Foundation. **O que somos e o que fazemos**. Disponível em http://www.wumingfoundation.com/italiano/bio_portugues.htm. Acesso em: 13 abr. 2009.

Luther Blissett Project, em 1997, lançou sua sabotagem midiática mais sofisticada, através de uma série de comunicados falsos, indícios materiais e testemunhos forjados, durante um ano sustentou a denúncia de que cultos satânicos, caçadores de bruxas e cristão estavam travando uma guerra nos bosques de Viterbo. A mídia e políticos locais engolem a mentira e passam a discutir e noticiar os fatos diariamente nos canais de televisão e rádio. Não demorou muito também para aparecerem sociólogos, teólogos e outros especialistas para dar sua opinião esclarecida sobre o tema.

A “peça de Viterbo”, como os ativistas afirmam, mostrou a *falta de profissionalismo de alguns jornalistas e falta de um motivo para pânico moral*, mais do que isso, mostra que as mediações no cotidiano e o potencial de distorção da indústria cultural também podem assumir papéis irreais agendando discussões e criando um imaginário remissivo a realidade. Nada foi criado, apenas copiado e ampliado, para deleite dos preconceitos e crenças dos sujeitos.

Como se vê nas considerações de Rubim (2003) e Martín-Barbero (2003) a relação entre mídia e política, não decreta a morte da política, e sim a reconfiguração, onde as disputas se estabelecem, segundo especificidades próprias. Desta forma, cada vez mais se torna imperativo perceber as mediações da mídia como parte integrante do campo da política e não como algo estranho à atividade política.

Em comum, Rubim, Downing e Martín-Barbero redefinem a necessidade dos movimentos de contestação se apropriar das técnicas midiáticas para existir publicamente, frente aos bloqueios gerados pela mídia convencional.

Nesse sentido, acreditamos que o campo da mídia radical e da mídia tática, são os espaços privilegiados para análise das experiências construídas nos movimentos de contestação, não tanto por sua eficácia, mas por estarem sempre à frente na busca de alternativas.

Buscando observar que as experiências da mídia radical alternativa, seus objetivos, suas práticas e formas de se organizar, possuem certa autonomia dos movimentos e sujeitos políticos que contestam o estabelecido, ainda que tente, não conseguem quebrar com todas as formas de opressão que encontramos no tecido social.

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação tanto transformou as ações coletivas, como veremos em Castells (1999) e Melucci (1999), como também trouxe pautas e reivindicações, aparentemente adormecidas, como o livre acesso e a produção coletiva do conhecimento e informação e a produção de um novo imaginário utópico.

Parafrazeando a pergunta de Mannheim (1982) sobre o que o que aconteceria com uma geração se a geração que antecederesse não deixasse de existir? Podemos indagar sobre o que aconteceria com as mídias radicais alternativas contemporâneas se elas fossem apenas uma reprodução dos modelos de mídia radicais alternativas que as antecederam?

A resposta é que se não estivessem tão imbricadas com as movimentações sociais contemporânea, simplesmente deixariam de existir por conta própria, por desinteresse de seus sujeitos ou por seu isolamento.

A percepção da necessidade de construir outra comunicação midiática atravessa o campo dos movimentos de contestação, inquieta aqueles e aquelas que não se sentem contemplados pelas imagens construídas pela mídia convencional, sejam elas ligadas às determinações de mercado, estatais e religiosas, e mesmo, pelo modelo cartesiano de comunicação, onde a democratização dos meios se finda na troca dos conteúdos das mensagens.

Nossa proposta é compreender a participação política da juventude contemporânea observando suas atividades nas mídias radicais alternativas, não por sua eficácia, mas na busca de compreender as alternativas que são propostas. Parafrazeando Boockhin, não importa saber se as rádios livres um dia substituirão as rádios comerciais, se o software livre quebra com o império da Microsoft, o que importa saber é se essas práticas políticas estão proporcionando uma nova consciência, uma sociabilidade livre e igualitária.

No próximo capítulo, o enfoque será na revisão bibliográfica acerca das teorizações sobre a juventude e ações coletivas nas sociedades complexas, logo se perceberá que ao associarmos o termo mídia radical alternativa a categoria juventude, estamos falando de uma juventude de esquerda mergulhadas nas tramas cotidianas das sociedades contemporâneas.

3 AS “JUVENTUDES” CONTEMPORÂNEAS E SUAS NARRATIVAS POLÍTICAS

O debate sobre a participação juvenil, ao longo do século XX, apresentou o jovem ora como questão, ora como problema relacionado à sua condição de socialização, vigilância e disciplinarização quanto ao direito reconhecido (GROPPO, 2006), em reflexões científicas, filosóficas e literárias, que fazem parte do *jogo de olhares e silêncios sobre a juventude* (FEIXA, 2006).

O que demonstram, conforme Sousa (2002), o desafio do ideário juvenil contemporâneo, uma vez que o comportamento juvenil atual evidencia que as instituições contam com os jovens para seus projetos, integrando-os em grupos controlados por adultos, mas não anula ou neutraliza a sua capacidade de autonomia, de questionar o velho e de organizar-se politicamente.

Para essa autora, na última década, os estudos da participação política das novas gerações “vêm se atualizando na compreensão das novas sociabilidades históricas inter-relacionadas com categorias sociais, culturais e políticas” (SOUSA, 2002, p.1).

Nesse sentido, para ela, o debate proposto sugere, entre outras coisas, que é interessante distinguir o conceito de política, na dimensão da esfera institucional, daquelas que freqüentam os espaços de experiência social que gera novas *sociabilidades*, ainda que vago e impreciso este conceito de política ajuda a compreender a ação juvenil contemporânea, onde existe a tendência de *insurgências indicadas em ações contra instituintes*.

Os jovens estão gestando novos modos de organização cotidiana de negação do institucional, novas formas sociais contra institucionais de enfrentamento contra a ordem. A maleabilidade, a capacidade de mudança, a adaptação das expressões como formas de recusa de instituições são atravessadas por experiências tênues de autogestão questionamento do princípio jurídico e político da ordem institucional que orienta a lógica do convívio social moderna (LOURAU, 2000) A matéria da política parece estar orientada pela ação anti-institucional que se revela como uma luta contra a política como tecnologia de luta pelo poder e alheia a uma disposição emancipatória (SOUSA, 2000, p. 3).

Para Sousa (2002), apesar de na modernidade testemunharmos a ação de muitos jovens com a intenção de transformar o mundo, isso não nos autoriza em falar em uma natureza revolucionária que lhe seja intrínseca.

Segundo a autora “parte da juventude brasileira não faz da política seu objeto de expressão, são jovens que não expressam publicamente suas angústias, desejos e insatisfações” (SOUSA, 2002 p, 6). São tratados como problema social na esfera pública e não recebem a devida atenção do Estado, apesar de serem um segmento significativo da população economicamente ativa do país e a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Quanto à participação política da juventude a mesma autora afirma ter uma presença política difusa, mas que tem crescido no Brasil, América Latina e Europa, a autora procura identificá-la, “visando entender se comportamento no quadro da emergência, mais aproximada ou distante, de uma nova sociabilidade política” (SOUSA, 2002, p.7).

Para essa autora, os movimentos juvenis contemporâneos resgatam conteúdos, mesmo que considerados novos, que estavam preconizados no projeto político libertário de “Maio de 1968” em sua forma e organização: horizontalidade, sem vanguardas ou líderes hierarquicamente estabelecidos que monopolize a publicização do projeto político, essa juventude convida a uma revolução no cotidiano, do corpo e da sexualidade, realizando uma política configurativa (*apud*, 1997) onde os princípios libertários são vividos no presente e não apenas como algo a ser alcançado no futuro, realizando ações diretas e artísticas contra as mais diversas formas que o instituído se apresenta.

Novas sociabilidades políticas são respostas a facticidade do mundo da vida, ou seja, tem como base condições históricas concretas, comum a todas as pessoas e que são atravessadas por uma série de variáveis socialmente e culturalmente construídas, situadas espacial e temporalmente, ainda que flexíveis.

As revoltas dos jovens nas ruas de Seattle, Gênova, Praga, Argentina, Chile, México, Brasil, nos subúrbios de Paris e na Grécia são expressões do fazer e poder político juvenil hoje, como demonstra os trabalhos de Feixa (2006), Groppo (2006) e Sousa (2002), por este motivo, não podem ser comparadas simplesmente por seu grau de eficiência aos eventos protagonizados por gerações anteriores.

Urresti (2000) menciona que cada época histórica define seus conflitos de maneira diferente, no interior de suas linhas de força, e se posiciona através de uma perspectiva geracional particular, situação em que se vivencia a experiência social de forma distinta, mais que

comparar gerações a de se comparar sociedades onde convivem diferentes gerações.

Nesse caso, conforme esse autor, falar que a geração dos anos 70 era mais politizada, e que os jovens, hoje, são apáticos, é não perceber as diferentes formas de ser jovem hoje, como também, transportar modelos de ação do passado de forma mecânica para contemplar uma visão idealizada de como as coisas devem ser feitas, salvaguardando muitas vezes os modelos tradicionais de ação política esquerdista de críticas.

Neste capítulo, o objetivo é compreender e analisar a participação política juvenil nas ações coletivas atravessadas por um conceito amplo de política que tem como matéria-prima a proteção e criação de comunidades (NEGT; KLUGE, 1999), lembrando incidência de variáveis socioculturais nos sugere a falar de “juventudes”, e não de “juventude” como algo homogêneo.

3.1 As Juventudes

Para Margulis e Arresti (2000), a juventude é uma categoria sujeita à incidência de uma série de variáveis condições materiais, históricas, sociais e subjetivas, não se reduz a um signo e nem aos atributos juvenis de uma classe, ela vai, além disso, apresentar diferentes modalidades de ser jovem:

(...) la juventud es una condición que se articula social y culturalmente em función de la edad – como crédito energético y moratoria vital, o como distancia frente a la muerte – com la generación a la que se pertenece – en tanto memoria social incorporada, experiencia de vida diferencial – com la clase social de origen – como moratoria social y período de retardo – com el género – segun las urgências temporales que se pesan sobre el varon o la mujer – y cun la unbiacaion em la familia – que es el marco institucional em que todas lás otras variables se artuculan (...) (MARGULIS E ARRESTI, 2000, p. 28).

A partir dessa direção, que os jovens protagonizam as suas ações e participação na política de acordo com as suas possibilidades e recursos em determinadas condições materiais e históricas, também o fazem de acordo como que Margulis e Arresti (2000) chamaram de moratória social e moratória vital.

A moratória social está relacionada ao período especial, atribuído pela família, à sociedade, como uma postergação das responsabilidades perante o mundo adulto. Esse tempo é associado à fase em que o jovem se prepara para vida, gozando de tempo para estudar, se capacitar para o trabalho e ter tempo livre para o lazer. Nesse período o jovem pode contar com maior condescendência da família para tentar e errar, para experimentar, já que é fase de seu amadurecimento.

Essa moratória social por sua natureza não é algo homogêneo, varia de acordo com a classe social e setores sociais. Nos setores populares é bem mais restrita pelas condições sociais, políticas e econômicas em que estão submetidas. Ao mesmo nas camadas médias e altas esse tempo se prolonga por meio de um maior período de escolarização e postergação das responsabilidades com o mundo adulto. É através da moratória social que podemos identificar e diferenciar que social e culturalmente exibem os signos da juventude e outros que não conseguem fazê-lo.

A moratória vital consiste em o que é apresentado como comum ao jovem, não relacionada, necessariamente, à situação de gênero e classe, está associada à vitalidade e energia corporal, a velhice e a sensação da morte como algo distante, um sentimento de que seu tempo não esvai dia-a-dia, que ele possui uma reserva excedente vital. A suposta negação da materialidade dessa proposição não lhe reserva segurança que vida da qual acredita dispor (MARGULIS; URESTI, 2000, p. 30). “Aspectos como a energia corporal (...) mostram-se quanto materialidade da condição juvenil, sempre imbricadas as formas de ser jovem, aos signos que expressam essa condição em cada segmento social” (SILVA, 2006. p. 61).

Essa moratória social, ainda, expressa nos signos, nos valores, na cultura e a memória vital expressa à matéria, na cronologia, na vida em si do jovem. Isso explica a existência de jovens não juvenis e não jovens juvenis. Os jovens não juvenis são aqueles que não têm acesso à condição juvenil por falta de uma moratória social. Os não jovens juvenis são aqueles que mesmo tendo ultrapassado seu crédito vital possuem condições socioeconômicas para permanecer utilizando os signos juvenis em vários aspectos.

Referem-se esses autores a memória social incorporada, que diz respeito ao recorte histórico, a abordagem das estruturas sociais e da influência destas nos processos de sociabilização, que segundo Silva (2006), deve ser analisado como a condição de pertencimento a uma geração não reduzida a um aspecto cronológico, *que por si só careceria de maior sentido*, mas ao momento histórico, aos fatos aí verificados

que forjam uma identidade entre os membros de uma geração, originando um *parentesco na cultura e na história*.

Essa condição possui certa independência frente às classes, como apontou Silva (2006), o tempo e o curso cada vez mais fluído *imprimem de modo transversal diferenças no mundo em que se vive a cada época*. Como veremos mais adiante nesse capítulo, o tempo é um dos fatores essenciais para refletir a condição juvenil nas sociedades complexas, mais do que isso, a aceleração do tempo que causa uma angústia aos jovens, um dos setores da sociedade mais bombardeados pelos fluxos informacionais (MELUCCI, 1999).

A condição de gênero também é um fator que delimita o entendimento sobre a juventude, independente da inserção social de homens e mulheres, jovens, possuem juventudes diferentes. Para Silva (2006) o desenvolvimento biológico é o fator mais evidente, o precoce desenvolvimento das mulheres em relação aos homens – a menstruação, a gravidez, a menopausa, são os sinais mais visíveis que demarcam a diferença nos tempos cronológicos de homens e mulheres.

O gênero vai delimitar questões referentes ao tempo livre, à liberdade sexual, a mobilidade e associação entre os pares e sanções e responsabilidades recebidas, as diferenças entre homens e mulheres em relação às regras de comportamento, penalizam ainda muito mais as mulheres jovens, “os construtos acordados entre instituições que se colocam como tarefa de lidar com a juventude são incompatíveis com a realidade feminina” (SILVA, 2006, p. 62).

O lugar nas instituições é também uma das variáveis que Margulis e Urresti consideram ao compreender a juventude, “a família para os autores é a instituição principal na qual se define e representa a condição de jovem, variável onde todas outras se definem” (2000, p 29). Os jovens estão inseridos em um amplo âmbito de relações sociais, é no ambiente familiar que se reelabora a visão sobre a vida, onde se forma as opiniões e atitudes, onde se é influenciado por seus membros na formação da estrutura psicossocial, nas definições de papéis que serão desempenhados.

As outras instituições também influenciam na formação, pois gozam também de uma enorme importância, porque estruturam os papéis, o lugar dos atores e demarcam as normas e as sanções vinculadas às faixas etárias. O contexto institucional também gera certos locais e as expectativas em relação aos jovens que influenciam nas suas expressões no tecido social.

Segundo Sousa (2006), muitos autores vêm mostrando que o relacionamento dos jovens com as instituições se configura como uma

não-relação, um distanciamento sintomático dos jovens, que não é compreendido pelas gerações mais velhas. As instituições públicas, cada vez menos, conseguem envolver e convencer os jovens ou dar-lhes alternativas ou “receber suas expressões autênticas de forma continuada” (p. 17).

As autoras Sousa e Durand (2002), num trabalho anterior, nos mostram que a socialização dos jovens/alunos encontra seus limites na escola. Para elas a escola teria no seu papel, mimético e compromissado, em reproduzir o arbitrário cultural dominante, passa, em condições muito restritas, por alternativas político-pedagógicas que geram autonomia juvenil no seu interior, “tornando ausentes os cenários vivos das interações contemporâneas” (p. 165).

Essas autoras observam que, na maioria das vezes, as intervenções e limites da instituição escolar se dão pela abordagem, dos interesses e conflitos juvenis, como problema sob o qual se aplicam medidas integrativas, consideradas suficientes da passagem para o mundo adulto. Medidas que ignoram o jovem como um ser, que vive em condições especiais em um ciclo da vida, a natureza de seus códigos e signos, seus questionamentos e a vulnerabilidade material, decorrentes das mudanças das relações produtivas e da sociedade em crise.

A expectativa de muitos jovens de escolas públicas, segundo as mesmas autoras, é que a instituição cumpra seu papel, subsidiando-os, socioculturalmente, para evitar sua exclusão social. Embora, ao conviver com essa instituição, eles enfrentam outra realidade, traduzida como frustração diante da promessa da sociedade e o que não pode ser alcançado via instituição escolar (SOUSA; DURAND, 2002, p. 174).

3.1.1 Juventude e Consumo

A identificação dos jovens com os meios de difusão de massa não é uma imposição unilateral, ela se dá no *jogo de* cumplicidades (MARTIN-BARBERO, 2003). A indústria cultural e escolarização, fenômenos ligados à necessidade das sociedades de formação de consumidores e o surgimento da juventude como sujeito, vão ao mesmo tempo ocultar as diferenças de classe, substituindo o projeto de emancipação da classe operária XIX, pelo estatuto do cidadão (Liberato, 2006), como também, possibilitar a construção de uma cultura juvenil autônoma, ainda que muitas vezes fetichizada.

Liberato (2006) descreve a existência de uma indústria cultural difusa, surgida do deslocamento da competição do capitalismo monopolista, baseada na competição entre os preços da mercadoria para

atrair o interesse do consumidor, para competição que opera cada vez mais por sofisticadas estratégias de marketing, publicidade e promoções de venda em geral. As campanhas de vendas, no século XX, começam a desempenhar um papel, quantitativa e qualitativamente, maior que no século XIX “se deslocaria de uma categoria um pouco mais importante no sistema para centralidade decisiva” (p.103).

No capitalismo monopolista a absorção do excedente através do estímulo se tornaria uma necessidade, sob pena de estagnação. Num sistema econômico impiedosamente competitivo, e com uma escassez de rivais que impediria a redução dos preços, a publicidade se tornaria, cada vez mais, a arma da luta competitiva (LIBERATO, 2006, p.103).

Segundo esse autor, no capitalismo monopolista há uma lógica de diferenciação que se estabelece no âmbito do próprio sistema de produção, onde as megaempresas estariam em condições de influenciar o mercado existente para sua produção, criando e mantendo a diferenciação de seus produtos e de seus concorrentes através da gestão das marcas, ou seja, através dos signos da comunicação que procuram fortalecer sua posição monopolista.

Para esse mesmo autor, a publicidade, as marcas, diferenciações e grandes corporações estão imbricadas ao desenvolvimento que Baudrillard irá chamar de *valor-signo*, e *passagem á evidência do valor de uso como mero álubi*. O que interessa para a economia no capitalismo monopolista é que os produtos não sejam comprados por seu valor utilitário e nem com base na concorrência de preços, mas por meio de seu valor construído através da diferenciação construída pela publicidade.

A marca que antes significava a identificação de um produto entre tantos outros bens genéricos com poucas diferenças entre si, que por décadas lutavam em demarcar território para seus produtos, exaltando suas supostas qualidade e garantia de felicidade, hoje são imagens que transcendem ao produto, são projeções de estilos de vida e de estar em uma época, dão vida e alma as mega-corporações mundiais.

As empresas produzem marcas, mais do que propriamente coisas, a Nike não produz tênis, mas vida saudável e superdesportistas, você não toma apenas um refrigerante, você vive o lado Coca-cola da vida, a Benneton vende roupas e integração entre as etnias (*United Colors*), como argumenta Liberato (2006), a *publicidade trata de um investimento na marca, em um objeto-signo, com significação de uma*

experiência, um conceito, uma atitude e uma cultura. A publicidade se desloca da descrição do uso funcional para descrição de seu *valor-signo*.

O *branding* invade o cotidiano das pessoas em todos os espaços, não é apenas a questão de agregar valor ao produto, mas tornar a cultura, postos avançados de comercialização. Como mostra Naomi Klein (2003), trata-se de infiltrar idéias e iconografias culturais, que suas marcas possam refletir e projetar essas idéias e imagens na cultura como extensões de suas marcas.

Liberato (2006) explica que para Baudrillard na sociedade de consumo o ambiente seria uma rede de mensagens e signos, onde o design e as disciplinas poderiam ser vistas como ramos da comunicação de massa. O conceito de ambiente é diferente dos conceitos de natureza e de meio sociocultural do século XIX. *Seria um espaço-tempo de emissão e recepção de mensagens e de informação.*

Para Baudrillard o design se generaliza para todas as relações humanas, a sexualidade, as necessidades, as aspirações do corpo, um universo que construiria o ambiente. Através do design, a lógica do signo-troca se expande para o cotidiano e a todos os níveis. A acelerada circulação de mensagens em uma sociedade midiaticizada instalaria atrás de si a hegemonia do código. Proporcionado esquema *emissor-mensagem-receptor*, o código se tornaria a única instância que fala, que se troca por si próprio e se reproduz através da dissociação dos dois termos emissor/receptor e da não ambivalência da mensagem.

Esse ambiente midiático segue a forma das mídias relacionadas à indústria cultural, segue, portanto, a forma e um modelo comunicacional que destituiu um processo dialógico, significando em certo sentido o fim da comunicação (LIBERATO, 2006, p. 108)..

Segundo a interpretação do mesmo autor para Baudrillard, a transformação dos medias em um verdadeiro médium de comunicação não seria um problema técnico, já que “(...) que a ideologia dos media está no nível da forma, da separação que instituem, e é uma divisão social” (BAUDRILLARD, 1995, p.173).

Semelhante a Negri e Lazzarato, Baudrillard vê na publicidade, no marketing e na psicologia social da empresa a produção de relações sociais que procurariam construir uma relação social e restituí-la quando essas relações sociais de produção fossem problemáticas.

O design, segundo Liberato (2006), citando Baudrillard, teria a tarefa no sistema atual de “produzir comunicação entre os homens em um ambiente que existe apenas como instância estrangeira (sempre

como mercado)”. O design apareceria onde houvesse a separação entre os homens e o ambiente, para restituir sentido de transparência à força de informações e mensagens, procurando recriar a comunicação à força dos signos. Finalmente, Baudrillard irá concluir que mass-mediatização não é um conjunto de técnicas de difusão de imagens, mas sim, uma imposição de modelos. Estaria mais próxima de uma rede apertada de significação, a que nenhum acontecimento lhe “escapa”, do que a qualquer outra coisa (ibidem).

Liberato (2006) alerta que a mediatização não deve ser confundida com o que é transmitido pelos rádios e pela televisão, assim como a mercadoria não é aquilo que é produzido industrialmente, mas aquilo que é mediatizado de abstração do valor de troca. Argumenta que a mídia deve ser entendida como modo de existência de relações sociais, como divisão social e não como meio técnico, como havia apontado Baudrillard. O autor afirma:

O que se pode esperar de uma geração contemporânea de um ambiente que é mídia, formado por índices, por marcas e pelo cool que respondem a uma pulsão pela segurança e permanência, que buscam uma relação perdida e satisfazer ao mesmo tempo variadas fantasias e desejos? Talvez a resposta seja: a revolta contra a marca, contra a forma-signo, quando uma revolta que produza marcas e signos ao mesmo tempo em que esteja ligada de alguma forma por fascínio por eles – a negação implica subsumção do negado (LIBERATO, 2006, p. 109).

Para esse mesmo autor (2006), como também para Miles (1998), o consumo pode ser visto como a primeira maneira do jovem de encontrar um meio para auto-expressão, *no momento que no capitalismo em que a mercadoria e a cultura se fundem*, quando os meios de expressão se tornam integrados, subsumidos no capital.

Para Featherstone (1995), no âmbito da cultura do consumo contemporâneo conota uma individualidade e uma consciência estilizada. As preferências no modo de se vestir, de se divertir, as preferências por comidas e bebidas, o carro, a opções de férias, vistos como indicadores de individualidade do senso de estilo do consumidor/proprietário e autenticidade.

A condição juvenil, no caso, está imbricada de modelos e signos produzidos por uma indústria cultural difusa, como vimos no capítulo I, não é única instância de significado da ação, mas negando-a ou agindo em cumplicidade, sua presença pode ser de fato a imposição de

modelos, onde os jovens podem encontrar saídas fetichizadas para suas angústias e frustrações.

O consumo serve para pensar, como nos lembra Canclinni (1995), pois envolve um conjunto de processos de apropriação e usos dos produtos, ou seja, de apropriação de recursos simbólicos, que vão ter um valor cognitivo nos permitindo pensar e agir e dando significado necessário para diferenciarmos em relação aos outros e nos reconhecermos como adeptos da mesma subcultura. Ainda que seja no consumo que os conflitos de classe, produtos da desigual distribuição na cadeia produtiva, vão ganhar continuidade através da distribuição e apropriação de bens e que esse, consumo, faça parte da racionalidade integrativa e comunicativa da sociedade ao sistema de produção.

3.1.2 A Contracultura como Estado Nascente

Após a Segunda Guerra Mundial, o aumento de profissões que exigiam curso superior e do número de universidades, fez milhares de jovens deixarem suas casas para morar nas cidades universitárias grandes e isoladas, longe do controle dos pais e da comunidade ao qual haviam nascido.

Esse aumento da população estudantil consolidou uma cultura juvenil suficientemente autônoma, para tornar os jovens atores históricos e sociais centrais da revolução social em curso, já que uma parcela considerável dessa juventude tomaria consciência de si e reafirmaria através do pensamento radical de esquerda.

Segundo Liberato (2006), a juventude, nessa época, é associada a um sentido intelectual e político, ligado às universidades, aos estudantes e às lutas democráticas ou nacionais, sendo que a burguesia e nas classes médias que o sentido tende a realizar-se inteiramente, omitindo as diferenças sociais entre a categoria e permitindo um questionamento da real existência de uma juventude operária.

Os jovens radicais, dos anos 1960, segundo Sousa (2003), estavam reagindo à racionalidade que se instaurou no pós-guerra, numa recusa a sociedade industrial moderna, em uma sincronia individual e coletiva inspirada no anarquismo, existencialismo, marxismo e surrealismo.

Não faltaram exemplos de rebeldia para juventude dos anos 1960, eventos e ideologias são múltiplas, assim como, as organizações e práticas da contracultura e do movimento estudantil: Che Guevara, Camilo Cienfuegos (America Latina) e a revolução vitoriosa dos jovens cubanos; Mao Tsé-Tung (China) e a revolução cultural; as táticas de

ação direta não violenta de Gandhi (Ásia); Malcon X e Martin Luther King (Estados Unidos), o comunismo de conselhos e revolução húngara (Europa).

Para essa autora, foi a época em que o debate sobre o humanismo é retomado, com uma supervalorização das subjetividades em defesa do homem contra o sistema, onde o homem se dá conta que é apenas peça da engrenagem, incapaz de discernir sobre sua própria vida. A democracia, o socialismo³⁴, o capitalismo e o acesso aos direitos estavam sendo questionados por uma imensa massa de estudantes, negros, mulheres, homossexuais, grupos contraculturais e intelectuais³⁵.

Nesse período, segundo Carminati (2006), os partidos comunistas estão em período refratário à ascensão dos mais jovens na alta hierarquia do partido e, a política oficial de Moscou passava por duras críticas por não promover a revolução e sim o socialismo dentro de um único país, a URSS. Agravada depois do discurso de Nikita Khrushchov, em fevereiro de 1956, durante XX Congresso do Partido Comunista Soviético.

No discurso, Khrushchov, responsabilizava Stalin pela morte de mais de 20 milhões de cidadãos soviéticos durante os grandes expurgos na década de 1930, criticando o culto a personalidade que o cercava.

O período marcado também por uma intensa agitação política, onde negros, mulheres e homossexuais adotam formas mais radicais nas suas lutas, os movimentos por direitos civis, os panteras negras nas periferias americanas, os verões quentes (1963-1967) em Nova Iorque, os conflitos de Stonewall que dão origem a marcha do orgulho gay. O movimento feminista pós-sufragista, onde se destacam Simone Beauvoir e seu livro “O Segundo Sexo”, serve de base para o feminismo, que exigia a emancipação da mulher e direitos iguais entre os sexos, a

³⁴Nesse período, segundo Carminati (2006), os partidos comunistas estão em período refratário à ascensão dos mais jovens na alta hierarquia do partido e, a política oficial de Moscou passava por duras críticas por não promover a revolução e sim o socialismo dentro de um único país, a URSS. Agravada com as denúncias de Krushev em 1956, que responsabilizava Stalin pela morte de mais de 20 milhões de cidadãos soviéticos.

³⁵Esses anos marcam período de intensa agitação política nos quais negros, mulheres e homossexuais intensificam suas lutas em formas mais radicais, o movimentos por direitos civis, os panteras negras nas periferias americanas, os verões quentes (1963-1967) em Nova Iorque, os conflitos de Stonewall que dão origem a marcha do orgulho gay, o movimento feminista pós-sufragista, onde se destacam Simone Beauvoir e seu livro **O Segundo Sexo**, que serviu de base para o feminismo que exigia a emancipação da mulher e direitos iguais entre os sexos, a criação da *National Organization of Women*, em outubro de 1966 e a criação de organizações semelhantes na Europa são apenas algumas das marcas desse período.

criação da National Organization of Women, em outubro de 1966, e a criação de organizações semelhantes na Europa são apenas algumas das marcas desse período.

Na visão da esquerda tradicional, a nova esquerda não tinha atitude política, a visão ortodoxa do marxismo soviético só qualificava como revolucionárias as pessoas diretamente ligadas envolvidas nos processos de trabalho. Na verdade, muitos dos expoentes da nova esquerda e os intelectuais ligados à ela, eram execrados pela esquerda ortodoxa por criticar a burocracia dos partidos e a *censura estrutural*.

Não era uma posição muito confortável, para muitas lideranças sindicais e partidárias, escutar que os sindicatos se haviam tornado apenas órgãos de assistência social ou que o culto à personalidade nos países socialistas não passavam de espetáculos concentrados (DEBORD, 1969), a fim de ocultar as verdadeiras relações de produção e a miséria ao qual os trabalhadores eram submetidos.

Nesse período, a Guerra Fria, que desloca os conflitos armados para os países do terceiro mundo, o anticomunismo, a crítica a burocratização dos partidos comunistas e a construção do imaginário, que misturava fatos objetivos e uma pluralidade enorme de ideologias e experimentações também dão o contexto de onde nasce a contracultura. Pegaremos apenas alguns exemplos para ilustrar o fenômeno.

A guerra do Vietnã, que desencadeou uma série de protestos por todo mundo nos anos 1960, pode ser compreendida, segundo Hanna Arendt em seu texto *A Mentira na Política* (1973), como produto da guerra fria e do anticomunismo ocidental.

Ao analisar os documentos do pentágono, em 1973, a autora constatou que o material estava repleto de declarações falsas, que eram vinculadas nos jornais, com o intuito de encobrir as falhas no aparelho político administrativo.

Essa autora define que, as estratégias de uso da mídia passaram por várias etapas, a primeira estratégia dos militares, iniciada logo no início da guerra foi de cantar vitória para convencer os seus compatriotas que era uma guerra ganha, contra um inimigo fraco. Depois ampliaram essa estratégia para tentar convencer o inimigo de sua derrota. Em um segundo momento, o governo procura sair da guerra sem ter que admitir a humilhante derrota para a opinião pública americana e mundial, querendo manter sua imagem de grande potência e a idéia de força de combate ao comunismo.

As estratégias de propaganda americana foram mal sucedidas, inicialmente porque depois de alguns meses de confronto percebeu-se que o exército inimigo, apesar de belicamente mais fraco, possuía um

vasto conhecimento sobre o terreno, o qual possibilitava as ações de guerrilha fora dos padrões convencionais conhecidos pelos militares americanos.

Mas sim, porque as pressões internas e externas dos movimentos pela paz e as denúncias de atrocidades contra a população civil vietnamita desgastava credibilidade do governo. Algo que se tornou, ainda mais, latente quando quatro estudantes da Universidade de Kent, Ohio, foram mortos pela Força Nacional quando protestavam contra a invasão do Camboja, em 1970, e com o caso dos papéis do Pentágono.

Em 1971, o jornal *New York Times* publica uma série de documentos ultrassecretos, que mostravam a fabricação de razões para os Estados Unidos entrarem na guerra, o que gerou um caloroso debate na opinião pública americana, não só acerca do conteúdo dos papéis, mas também, sobre a liberdade de imprensa frente às políticas estratégicas do governo.

Além disso, durante a guerra, os jovens que iam para o outro lado do mundo cumprir com o papel que a sociedade havia lhe destinado, estavam voltando para casa mutilados, viciados e destruídos na sua condição de pessoa e em sacos pretos nada honrosos, um preço alto demais para se pagar pelo cidadão comum.

Hanna Arendt (1973) oferece uma perspectiva bastante interessante em relação ao Governo, mídia e sociedade durante a guerra fria. No entanto, a necessidade do governo censurar, aqui, os conteúdos e informações tidas como subversivas ou que revelam suas falhas e crimes não é exclusividade americana e do macarthismo.

Durante o processo de independência argelina, os assassinatos e torturas, contra argelinos por militares franceses, foram amplamente obscurecidos, graças ao bloqueio informativo que hostilizou, torturou e prendeu sob a acusação de traição, jornalistas que tentavam narrar os acontecimentos fora da versão oficial do governo Francês. Só o jornal *France-Observateur*, teve um prejuízo orçado em 20 milhões de francos, em um só ano, com as edições apreendidas³⁶.

No regime soviético a censura também esteve presente, amordaçando a livre expressão pública e fazendo valer a linha do partido. Segundo Downing (2002), ao analisar a organização da mídia

³⁶As estratégias criadas por militares franceses para combater a resistência argelina é retratada no filme *A Batalha de Argel* de 1966, dirigida por Gillo Pontecorvo. O filme que mostra com riqueza de detalhes a tortura, os esquadrões da morte e operações de inteligência militar foi usado para treinar militares dos Estados Unidos que viriam posteriormente para América Latina capacitar os militares no Brasil, Argentina e Chile em tais práticas desumanas.

alternativa leninista, baseada na agitação e propaganda em prol de liberação da informação, sem os filtros oficiais e do convencimento em relação às propostas revolucionárias, o autor afirma, que esse modelo corresponde à necessidade do movimento pré-revolucionário até a tomada do poder, quando transferido para uma situação onde a revolução já tomou o poder do Estado, se converte em uma perversão dos princípios anteriores, a nosso ver um meio eficaz de alienação e censura.

Oscar Negth (1999) define que a censura, na modernidade, pode se chamar de *censura estrutural*, tão intrínseca a uma ordem social que as pessoas atingidas muitas vezes não percebem que são vítimas de censura. As quatro grandes proibições da censura atual: a censura como meio de complementar a legitimação; a censura como proibição do realismo; a censura como exclusão; e a censura como proibição da linguagem e símbolos. Esses quatro mecanismos, combinados, servem para uma compacta definição de realidade e tem como objetivo, paralisar estratégias de mudança social, retirando da esfera pública as manifestações, linguagens e símbolos de resistência que possam gerar o debate, e gerando assim a lealdade dos cidadãos com o sistema e para um consenso de toda sociedade.

Remetendo-nos aos anos 1960, encontramos dois grandes blocos de censura, que possuem natureza parecida: o bloco soviético e o capitalista. Estes se caracterizam pela propaganda e o controle, que pensam nos meios de comunicação ora como satânicos, ora como veículos ideológicos de classe, onde a liberdade de expressão é sufocada em detrimento a ordem e manutenção do poder. A referência justificadora é a “segurança nacional”, como diria Martins (1979), um termo onde cabe tudo e também estranho ao vocabulário e aos interesses da sociedade.

A censura e outros agentes, como as práticas cotidianas de violência policial, a arrogância burocrática, o desrespeito aos direitos individuais, a ocultação dos processos decisórios servem para substituir a ideologia explicitamente autoritária, por uma difusa cultura autoritária, que passam a condicionar a existência dos indivíduos, pois, “penetram e ordenam os mais variados domínios da vida cotidiana” (MARTINS, 1979).

Sob as condições onde a cultura autoritária se apresenta de forma difusa, começa emergir, segundo Martins (1979), a contracultura também de forma difusa, através de grupos sociais, mais ou menos, restritos que procuram preservar, sob pautas individuais o que lhe é

negado: “a condição de ser sujeito de sua existência” (MARTINS, 1979, p. 17).

3.1.3 A Contracultura

O termo contracultura define as experiências de uma cultura juvenil subversiva de negação das regras de comportamento vigentes, sejam elas políticas, empresariais, religiosas, escolares, familiares e mesmas com formas de organização e estratégias da esquerda nos anos 1960. É uma tradução literal, do inglês para o português, do termo *counter culture*, originalmente criado por jornalistas estadunidenses.

O melhor, seria denominá-la *cultura marginal* ou *nova cultura*, como afirma o escritor Luiz Antonio Vellena, afastando o termo da idéia, de que o movimento contracultural, é movimento contra a cultura, *como bárbaros saqueando de novo uma cidade romana*.

A contracultura, dos anos 1960, são ações constituintes de novos valores manifestos na forma de vestir-se, na liberação sexual, no comunitarismo, nomadismo, hedonismo e novas formas de socialização política se remetem a uma categoria pouco explorada, a rebeldia.

A rebeldia, que caracteriza a contracultura, aparece entrelaçada à multiplicidade de formatos, experimentação e centralidade na subjetividade, que nega a idéia de um ente revolucionário guiado pela lógica da conquista e manutenção do poder, como na definição de Timothy Leary³⁷:

O meio de ação privilegiado de uma contracultura é o poder das idéias, das imagens e da expressão artística, e não a obtenção de poderes pessoais ou políticos. Conseqüentemente grupos minoritários, alternativos ou partidos políticos radicais não são contraculturais. Se é certo que os movimentos contraculturais tem implicações políticas, a verdade é que a tomada do poder e o fato da sua conservação exigir a adesão a estruturas muito rígidas fazem que tal se torne incompatível com a inovação e a criação que estão na base e é a razão de ser da contracultura (LEARY, 1969).

Para Leary (1969), diferente da práxis revolucionária, a práxis contracultural é rebelde, ela não está ligada à política como conquista do

³⁷O psicólogo e escritor que ficou conhecido no período por suas experiências com drogas alucinógenas.

poder e adesão à disciplina, seja ela burguesa ou revolucionária. Nesse sentido a disciplina, na sua definição, aparece como a morte da criatividade, da inovação, da possibilidade de experimentar a quebra dos padrões de comportamento, tão importantes para construção da nova cultura, onde o equilíbrio subjetividade do indivíduo e coletivo se destaca como alternativa ao esvaziamento da identidade pelo projeto coletivo³⁸.

A rebeldia não aparece apenas como parte do discurso da contracultura, ela assume feições de uma categoria política desafiando o determinismo de leis gerais da história e da sociedade, que colocam o progresso e as transformações sociais como produtos dessas leis; determinismo contido na idéia de revolução, apresentada pelos partidos e sindicatos de esquerda tradicional.

Como observou Luiz Carlos Maciel a contracultura não possui uma ideologia, mas ideologias, mesmo assim, a rebeldia é base, que torna possível a ação humana em detrimento do poder da estrutura, o poder não se conquista, ele se exerce e se dissipa e é retomado na ação, idéia que se aproxima do anarquismo, ainda que difuso e distante das idéias do movimento operário libertário³⁹

A relação dos grupos de contracultura e da nova esquerda, dos anos 1960, não pode ser vista como uma coisa homogênea, muitos dos líderes da nova esquerda, eram bastantes críticos à contracultura, por eles se desenvolverem como organizações sem comandos ou por seu oposto, por realizarem um culto a personalidades, ainda que na ação de massa construíssem certa unidade (GROPPO, 2005).

A definição, de Leary (1969), de contracultura revela também a reprodução da concepção de que existe um único modo de mudar a sociedade, algo, que de certa forma, acaba por negligenciar a rebeldia e a importante colaboração dos grupos políticos de sua época, que se organizaram de forma mais rígida, adotando uma disciplina militar para

³⁸Liberato (2006) alerta que se as transformações impostas pelo capital que minaram o poder do operário profissional e levaram a extinção do poder correspondente do movimento operário, no caso da rebeldia juvenil, a repressão se deu pela ativação da existência de uma rebeldia fetichizada, direcionada ao esvaziamento de seu conteúdo radical em detrimento do consumo em massa dessa rebeldia. Essa afirmação, do autor, revela não só a rebeldia como consumo, mas também porque muitas das experiências contraculturais são abandonadas por seus agentes, que passam a negá-las, agendando novas experiências transitórias.

³⁹Segundo Liberato (2006) e Oliveira(1996), o anarquismo, como ideologia, permaneceu vivo depois que perdeu sua influência no movimento operário, graças aos estilos de vida contracultural e ações do movimento anarco-punk.

garantirem sua integridade física frente à violência e à censura institucional estabelecida pelo Estado.

A morte prematura da contracultura daquele período, engolida pela indústria cultural, que pasteurizou sua estética, retirando-lhes seu conteúdo contestador, pelas conseqüências do consumo abusivo de drogas, o qual levou muitos jovens ou para morte ou para escapismo psicanalítico das terapias, não pode ser tida como a morte da contracultura e de seus elementos rebeldes e experimentais em um sentido mais amplo. A juventude contracultural vai reelaborar suas rupturas e continuidades procurando outros estilos de vida, que correspondem a seus questionamentos e frustrações em relação ao mundo moderno e suas instituições nos anos seguintes.

3.1.3.1 A Contracultura do Movimento Punk

O surgimento do movimento punk, na Inglaterra e Estado Unidos, tem raiz na crítica situação social das classes marginalizadas das grandes metrópoles, é difícil saber qual a sua origem e/ou atribuir sua origem ao surgimento de uma banda, “para existir bandas punks era necessário existirem indivíduos punk” (RUGAI, 1996).

A música, o comportamento e a atitude, no punk, não se encontram desassociadas, elas são elementos próprios dessa contracultura, que se entrelaçam como reposta a situação econômica e histórica.

Na Inglaterra, o Punk surge em meio a uma crise e ao desemprego e no início da *Era Thatcher* e suas políticas neoliberais. “*O faça você mesmo*” torna-se uma máxima, que estimula não só os consignatários a produzirem seus próprios visuais, como também à produção e distribuição de músicas, publicações e vídeos de forma independente contrariando a lógica capitalista.

Para Rugai (1996), a origem social do punk demarca um tipo de atitude bastante diferenciada dos hippies, que comumente assumiam posturas de fuga do urbano, em uma negação do mundo tecnocrático em busca de comunidades e do contato com a natureza. Os punks, como provenientes da periferia, convergiam para os grandes centros, provocando tensão, a urbanidade é incorporada e *mostrada no seu exagero em seu lado mais podre*. Ao contrário da frugalidade e do pacifismo dos hippies, os punks assumiam uma postura, onde envolvia enfrentamento direto, muitas vezes violento.

Para Stewart Home o punk original é uma contracultura que surge sem que seus membros estejam muito conscientes de suas origens,

apesar de reciclar várias influências como o dadaísmo, futurismo, de artistas *mail-art*, do *Fluxos*, a ignorância quanto essa origem “não impediu que a garotada nas ruas entendessem o punk como um expressão simultânea de frustração e desejo de mudança”⁴⁰ (HOME. 1999).

O anarquismo também configurou uma vertente importante para o movimento e segundo Liberato (2006), foi uma troca recíproca, porque a contracultura punk manteve vivo o anarquismo como estilo de vida e ideologia política, quando já não tinha mais influência no movimento operário⁴¹.

Os anarco-punks, como são conhecidos os indivíduos, grupos e bandas que adotam os princípios anarquistas em suas ações, não necessariamente filiados a uma única corrente anarquista, são coletivos que se organizam por grupo de afinidade com as mais diversas causas, como pacifismo, liberação animal, anti-fascismo, feminismo, anti-consumismo e para produção de materiais áudios-visuais e publicações. Muitos anarco-punks têm atuação junto às organizações anarquistas, como a Confederação Nacional do Trabalho (CNT) espanhola e grupos de apoio a movimentos, que consideram ter princípios libertários, como os insurgentes zapatistas mexicanos.

No Brasil o punk surgiu no fim dos anos 1970, nas grandes metrópoles como São Paulo e na região do ABC paulista, Salvador, Recife, Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Conforme Rugai (1996), historiador e anarco-punk na época, enquanto se falava em uma abertura política no regime militar, as bombas no Rio Centro em abril de 1981 e os atentados contra bancas de revistas, que vendiam publicações

⁴⁰Para o autor, se fôssemos procurar uma influência mais conhecida pelos punks da época, deveríamos recorrer à influência do escritor Richard Allen, no início dos anos 70. Suas histórias descreviam ações violentas de trabalhadores brancos marginalizados. Os livros circulavam no meio escolar às escondidas, longe dos olhos dos professores e pais, e traduzia muito do que seria a sensibilidade punk.

⁴¹É preciso lembrar que a primeira onda punk flertou com a ideologia tanto de direita como de esquerda, bandas como The Clash e Sex Pistols flertavam com o esquerdismo, já outras como Chelsea e The Bashees com a direita. Posteriormente surgem bandas como Crisis, onde seus membros pertencem a organizações de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores Socialistas, realizando eventos beneficentes, como Rock contra o Racismo e campanhas pelo Direito ao Trabalho. Muitas bandas tornam-se engajadas e demarcavam várias tendências que o movimento assumiu nos anos 80.

de esquerda, mostravam que a redemocratização do país ainda demoraria em vir⁴².

Os punks no Brasil não podem ser entendidos, segundo o autor, como uma mera adaptação de parte da juventude a uma moda, mas produto do descontentamento dessa juventude à violência que era submetida no cotidiano. A atitude de enfrentamento dos punks e sua imagem foram e ainda são usadas pela mídia como algo exótico, sem conteúdo ou mensagem. Mesmo com as transformações que o movimento sofreu ao longo dos anos.

A assimilação do punk anarquismo rendeu muitas divergências no movimento paulista, os punks provenientes da *city* e da zona do ABC discordavam quanto os rumos do movimento, os punks da *city*, influenciados pelo anarquismo, queriam uma postura mais engajada, orientando suas práticas para difusão do anarquismo e a luta concreta contra o capitalismo.

Os punks do ABC se fechariam, mais nas identidades, adotando uma postura mais fechada na sua própria cultura, dando origem aos Carecas de Subúrbio e aos punks radicais conhecidos como Punks OI!. No início ser Careca era apenas uma forma de se diferenciar dos cabeludos punks. Posteriormente começam a se interessar pelo movimento *skinhead* inglês, e, aos poucos, foram adaptando, motivados, principalmente, por se considerarem operários.

Os punks desaparecem aos poucos dos noticiários, a não ser quando alguma Gangue OI! comete algum delito grave. A contracultura punk nunca esteve morta, como comenta Rugai (1996), o movimento punk e sua produção cultural sempre estiveram vivos *através de fanzines, shows, coletivos, squatts*⁴³, *cooperativas, encontros, e essas atividades concretas apenas não circulam na grande mídia, e sim nos meios alternativos.*

A contracultura atravessa os anos 1960, não apenas em forma sem conteúdo na indústria cultural. Os punks negaram, em parte, o seu conteúdo pacifista dos hippies, mas recuperaram vários de seus elementos como *o faça você mesmo*, na produção cultural e distribuição independente, a mídia impressa e para alguns críticos a estética

⁴²O autor está se referindo aos vários atentados cometidos por militares radicais durante os anos de 1980 e 1981, das eleições indiretas de 1982, assim como, da ação policial contra a juventude punk, encarada como uma ameaça em potencial.

⁴³Espaço cultural e de moradia, ocupados, ligados a contracultura anarco-punk, nos países de língua espanhola vão ser chamados de okupa, mesmo nome que veremos mais a frente a um movimento mais amplo de luta por moradia na Europa.

situacionista. O próprio punk se diversifica, em várias tendências, em uma enorme fragmentação de estilos de vida e posicionamento em relação ao ativismo.

Um dos exemplos é o *Straight edge*, uma contracultura provinda do punk, onde os participantes dessa expressão se abstêm do uso de qualquer tipo de droga lícita ou ilícita. Surgido nos anos 80, nos Estados Unidos, quando os jovens, menores de idade, não podiam ingerir bebidas alcoólicas, nos shows de punk rock, e eram marcados com um X na mão, símbolo que identifica o grupo até hoje.

A dinâmica da contracultura, que se afirma e nega rapidamente em relação a outras esferas sociais, nos remete a idéia que contracultura encontra-se em *estado nascente* (ALBERONI, 1991), contínuo, que não chega a se estabelecer como nova ordem social:

Uma experiência tanto individual quanto coletiva, que gera uma ação social de tipo novo, uma nova solidariedade, uma onda de choque sobre as estruturas estabelecidas e uma vontade de renovação radical, uma exploração do possível, procurando realizar alguma coisa daquilo que havia sido vislumbrado. Do ponto de vista sociológico, é um estado de transição que aparece quando determinadas forças que constituem a solidariedade social vêm a falhar. Então, justamente ali onde o tecido social se dilacera, forma-se um novo tipo de solidariedade, com propriedades completamente particulares. Em termos gerais podemos dizer que o estado nascente é um processo de destruição-construção de uma parte do tecido social. Criando uma solidariedade alternativa, juntam protagonistas anteriormente separados e contrapõe-se à ordem existente (ALBERONI, 1991, p.37-38).

Para Alberoni (1991), o grupo ou indivíduo, em estado nascente, abandona o estado de coisas que encontra no seu cotidiano para reelaborar uma renovação radical, para continuar o seu desenvolvimento precisa dar forma e estrutura, chegando a se tornar um projeto histórico concreto, que se choca com a institucionalidade existente. No caso de um movimento social, o estado nascente é uma transição entre um arranjo social e outro que se configura na construção de uma nova cotidianidade e institucionalização.

A contracultura não apresenta fixidez como no movimento social, ele emerge de um segmento social também em transitoriedade, que goza

certo grau de autonomia em relação às instituições e ao mercado, podendo assumir, ou não, um conteúdo de ruptura. Seu poder, segundo Liberato (2006), está na capacidade de potencializar sua condição transitória e *poder constituinte* da juventude e provém, daí, sua fonte de autonomia. A juventude forjará na prática seu projeto, a partir da autonomia vivida e correspondente à *moratória social e vital* da juventude.

A contracultura como expressão da revolta da juventude, segundo Liberato (2006), é uma forma do conflito entre o poder constituinte e o poder constituído, o conflito entre o capital e a autovalorização. A autovalorização nomeada como contracultura é estimulada pela independência econômica e da família, a subjetividade da contracultura se coloca como oposta a da disciplina da fábrica, a subordinação do trabalho e a tecnocracia.

Esse autor se refere às categorias utilizadas por Antonio Negri, onde o poder constituinte é fonte produtora das normas constitucionais, o poder de engrenar novos arranjos jurídicos, regulando as relações em uma nova comunidade. Seria disseminação da força do desejo coletivo que impulsiona a emergência ontológica e a inovação social. O antagonismo entre as duas forças do poder constituinte, representado aqui pela juventude e suas ações, que têm o sentido “revolucionário” de força democrática e o poder estabelecido das instituições formais (como a família, o Estado, o Partido) e da autoridade central.

3.2 Sociedades Complexas e Juventudes

As resistências juvenis contemporâneas, que procuramos compreender e analisar, estão imbricadas nos fluxos da alta densidade de informação, que definem, segundo Melucci (1999), as sociedades complexas, por três elementos fundamentais: a diferenciação; a variabilidade do sistema; e o excesso cultural. Aqui a informação é uma das condições fundamentais para a sobrevivência e o desenvolvimento dessas sociedades.

A *diferenciação* está significada nos âmbitos às experiências individuais e sociais e se multiplicam em cada uma delas, organizadas conforme as lógicas, formas de relação, culturas, e regras diferentes umas das outras. Do ponto de vista dos atores sociais, significa dizer que, a diferenciação se expressa pelos múltiplos códigos e regras existentes na vida cotidiana e pela necessidade de se dominar essa multiplicidade de códigos para circular nas diversas esferas.

Para esse autor, não se pode apenas transferir um modelo de ação, de forma automática, de um âmbito para outro, cada vez que encontramos um novo âmbito, em um grupo diferente do sistema, devemos adotar um modelo de ação, de regras, de linguagem que são próprias desse sistema (MELUCCI, 1999, p. 85).

A *variabilidade* se refere à velocidade e à frequência das mudanças. Um sistema é complexo se ele se modifica, isso quer dizer que a transição de um tempo para outro nos impossibilita transferir um modelo de ação, porque os sistemas também se modificam. Segundo Melucci (1999) podemos dizer que a primeira noção se refere à diferenciação do espaço, no âmbito da experiência, e a segunda se refere aos tempos de experiência.

O excesso cultural se refere às informações e conhecimentos colocados a disposição dos atores sociais. Um sistema é complexo porque põe uma quantidade de possibilidades à disposição dos atores, um potencial de ações possíveis, que é sempre mais amplo que a capacidade efetiva de ação de tais sujeitos (MELUCCI, 1999, p. 86).

Nas sociedades, com alta densidade de informação, a produção diz respeito não só aos recursos econômicos, mas também, aos investimentos nas relações sociais, símbolos, identidades e necessidades individuais.

(...) produzir não significa mais transformar os recursos naturais e humanos em mercadorias para troca, organizando as formas da produção, dividindo o trabalho e o integrando-o no complexo técnico humano da fábrica. Significa, ao contrário, controlar os sistemas complexos de informação, de símbolos e de relações sociais. O funcionamento e a eficiência dos mecanismos propriamente ditos econômicos e dos aparatos tecnológicos são confiados à gestão e ao controle do sistema no qual as dimensões culturais se tornam preponderantes no que se refere às variáveis técnicas. (MELUCCI, 1991, p. 80).

Até mesmo o mercado não diz respeito, apenas, à circulação de mercadorias, mas um lugar onde se intercambiam símbolos. Produzir e consumir liga-se às condições de reconhecimento das identidades, que os atores sociais constroem ou que lhe são impostos pela multiplicidade de pertencimentos sociais e pelos sistemas de regras que o governa.

As considerações, que Melucci (1991) aponta, vão ao encontro das considerações de Urresti, quando o autor diz que não é possível comparar as gerações de jovens contestadores pelo grau de eficiência e

conseqüência de suas ações, pois os conflitos estão delimitados dentro de variáveis estruturais, históricas e culturais, que são específicas de cada época.

Em *Ação Coletiva, Vida Cotidiana e Democracia*, Melucci (1999), está convencido que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições materiais, por esse motivo suas ações coletivas não podem ser entendidas como um simples efeito de condições estruturais pré-estabelecidas, ou de expressões culturais e crenças.

Os indivíduos se adaptam e dão novos sentidos às condições que determinam suas vidas, criando formas próprias de interação dentro do sistema, sendo assim, hoje se luta tanto por questões materiais e por reformas políticas, como também pela criação de códigos e símbolos culturais, resistindo e recriando seu fazer político frente aos fluxos de informação gerados pelos sistemas complexos.

Para Melucci (1999)m os sistemas complexos, em que vivemos, constituem redes de informação de alta densidade e têm que contar com certo grau de autonomia de seus elementos. Sem o desenvolvimento, de certas capacidades formais, de aprender e agir, os indivíduos e grupos não podem funcionar como terminais dessas redes de alta densidade, pois devem ser confiáveis e capazes de auto-regulação. Ao mesmo tempo há uma demanda de maior integração e intensificação do controle, que se coloca como conteúdo para o código do comportamento para pré-condição da ação.

Se por um lado existe o aumento da capacidade social de ação e intervenção na ação, por outro, a produção de significados está marcada por uma maior necessidade de controle e regulação sistêmica. Os conflitos nascem, justamente, naquelas áreas onde ocorrem os maiores investimentos simbólicos e informacionais, ao mesmo tempo mais sujeitas às pressões por conformidade.

A ação coletiva do tipo antagonista é uma forma a qual, pela sua própria essência, com seus modelos próprios de expressão e organização, transmite uma mensagem para o resto da sociedade. A emergência dos fenômenos coletivos é proveniente de tramas mergulhadas na vida cotidiana, os objetivos da ação política se tornam pontuais, e em certa medida substituíveis. Os movimentos sociais além de lutar por bens materiais e por participação política no sistema, lutam por projetos culturais e simbólicos, já que sua simples existência prontamente se opõem ao sistema político quando optam pela mobilização popular para expressar sua existência.

Esse autor chama essa característica de *desafio simbólico*, porque afetam as instituições políticas, modernizam a cultura e as instituições,

influenciam na eleição de novas elites e ao mesmo tempo revelam questões obscurecidas pela lógica dominante da eficiência. Trata-se de uma lógica dos meios, em que os atores colocam cada vez na ordem do dia, os fins e o significado, redes conflituosas que são formas de produção cultural, sugerem as pautas dos movimentos sociais e a construção de novas regras de comportamento e organização.

Para compreensão da construção do coletivo nas sociedades contemporâneas, o autor destaca a categoria *identidade coletiva* definida como um “processo de construção de um sistema de ação onde um ator elabora expectativas e avalia as possibilidades e os limites de sua ação, exige capacidade de definir-se a si mesmo e ao seu ambiente” (p.66). Não é uma simples relação de custo e benefício, mas uma troca de sistema de significados, que muitas vezes se opõem às pressões do mundo social dominante, permitindo a criação de novos valores e que as pessoas os pratiquem. Sem esta capacidade de identificação dos atores a injustiça não poderia ser percebida.

A definição analítica de movimento social de Melucci (1999) é baseada nas seguintes dimensões: *na solidariedade*, como a capacidade dos atores em reconhecerem a si mesmos, e de serem reconhecidos como membros de um mesmo sistema de relações sociais; *na presença de um conflito*, uma situação onde os adversários se encontram em oposição a um objeto comum, em um campo disputado por ambos; e *na ruptura dos limites do sistema em que os atores se referem*, isso significa, que a ação ultrapassa a capacidade de tolerância do sistema, e as relações sociais podem ser muito variadas, mas é importante que a sua capacidade aqui, da existência de um comportamento ultrapasse as fronteiras da compatibilidade, que force o sistema a modificar sua estrutura.

Segundo Melucci (1999, p.47), estas dimensões analíticas definem um movimento social, e a presença dos três permite analisar uma classe específica do fenômeno em variadas modalidades de ações coletivas que se apresentam nas sociedades complexas. Nelas se pode encontrar conflitos sem uma ruptura com o sistema, oposição entre os atores, e, os conflitos se situam dentro dos limites de determinado sistema, que só existem quando há o reconhecimento mútuo e aceitação das regras do jogo.

Pode-se encontrar, também, comportamentos que excedam a compatibilidade com o sistema sem conflito, sem romper as regras, neste se situa a busca dos objetivos particularistas, o ato de rechaço. Para o autor, tornar-se importante para a análise de qualquer forma empírica de ação coletiva composta de variadas dimensões, estabelecer,

que estas dimensões, podem ser completamente distintas, dependendo do sistema de referência, por exemplo, se o conflito tem relação com o funcionamento da organização ou com as regras do jogo de um sistema político.

Melucci (1999) ao se referir aos modelos organizacionais das ações coletivas nas sociedades complexas, prefere falar em redes de movimentos e áreas de movimentos, isto é, rede de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Esta noção de rede sugere que os movimentos sociais estão em uma dinâmica troca das suas formas organizacionais, e que estão desenvolvendo-se de forma completamente diferente das organizações políticas tradicionais, ou seja, estão adquirindo autonomia crescente em relação aos sistemas políticos tradicionais.

Para Scherer-Warren (2008), sempre existiam relações sociais que podem ser interpretadas a partir de suas conexões, mas do ponto de vista sociopolítico, das mobilizações e ações coletivas, quando nos referimos às redes estamos nos referindo à indivíduos, sujeitos, atores coletivos, organizações, determinadas práticas sociais ou projetos de mudança.

Segundo essa mesma autora (2005), é preciso fazer distinção entre *redes sociais*, *movimentos sociais*, *coletivos em rede* e *movimentos sociais em rede*, sem a distinção entre *coletivos em rede* e *movimentos sociais em rede*, podemos facilmente confundir a ação de contra-informação e outros usos da rede técnica com os processos de construção de identidades coletivas e individuais.

Quando se fala de *redes sociais* estamos definindo-a como uma *comunidade de sentido*, isto é, com relações mais ou menos continuadas, com afinidades/identificações entre seus membros ou objetivos comuns, delimitado por espaço de um grupo ou comunidade, são as redes de parentesco, de amizade, as redes comunitárias em geral.

Os *movimentos sociais*, segundo Scherer-Warren (2008), são redes sociais complexas, que transcendem organizações, empiricamente delimitadas, e que conectam de forma simbólica, solidária ou identificações comuns, definições de adversários e de um projeto de transformação social. Os movimentos sociais podem possuir identidades e conteúdos específicos, como também, trans-identitários como o ecofeminismo e os movimentos por justiça ambiental.

Os *coletivos em rede* se referem às conexões, numa primeira instância comunicacional, instrumentalizadas através das redes técnicas, de vários atores e organizações, que tem como objetivo a difusão de informações, apoios solidários ou de organizar estratégias comuns. Os

movimentos em rede seriam redes sociais complexas, que transcendem organizações, empiricamente delimitadas, e que conectam, de forma simbólica, e com laços de solidariedade os sujeitos individuais e coletivos, cujas identidades são construídas em processo dialógico.

Castells (1999) ao longo de seus trabalhos define a sociedade contemporânea como uma *sociedade em rede*, ou seja, uma sociedade onde as redes se constituem a nova morfologia social, que impõem drasticamente uma reorganização das relações de poder, e contribui para modificar os processos de experiência e produtivos, de poder e cultura.

O que nos interessa nestas contribuições não é tanto definir a sociedade como uma complexa rede, visto que tanto Melucci (1999), quanto Scherer-Warren (2005) já delimitaram bastante os campos aos quais estamos nos referindo. Mas, sobretudo, como o autor catalão ao analisar compreende o processo de construção da identidade e seus resultados. Visto que o autor identifica na resistência comunal as identidades que podem servir de base para uma mudança social.

O autor define a identidade como:

(...) o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (is) prevalecem sobre outras fontes de significado, para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo (...) (CASTELLS, 199, p. 22).

Para Castells (1999), pode haver identidades múltiplas, no entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto para auto-representação quanto na ação social, por isso o autor estabelece que é preciso definir o que é identidade e o que os sociólogos tradicionalmente chamam de papéis. Os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais (o sindicalista, o fumante, jogador de basquete).

As identidades, assim como define Melucci (1999), constitui fontes de significados ordenadas e construídas por meio de um processo de individuação dos atores. Ainda que algumas identidades sejam construídas por instituições dominantes, somente assumem essa condição se internalizadas.

Castells (1999) relata que as identidades valem-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e por instituições religiosas. Porém todo material é processado pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que Martin-

Barbero (2003) identifica como as múltiplas mediações, que vão dar significado à ação, seja ela coletiva ou individual.

Esse mesmo autor propõe, já que as identidades implicam em uma construção social, as quais sempre ocorrem em um determinado contexto e relações de poder, a distinção entre três formas, origens de construção de identidades que levam a resultados distintos no que tange a constituição da sociedade.

A *identidade legitimadora* é introduzida pelas instituições, com a intenção de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, essa identidade dá origem à sociedade civil:

o conjunto de organizações e instituições, assim como uma série de atores sociais e organizados, que embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural (CASTELLS, 1999, p. 24).

A *identidade de resistência* é criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, para resistir e sobreviver procuram princípios diferentes ou mesmo opostos das instituições da sociedade. Esse tipo de identidade leva à formação de comunas, ou comunidades, “são formas de resistência coletiva diante de uma opressão, que ao contrário, não seria suportável” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Em geral com base em identidades que são definidas, segundo o autor, com a clareza pela história, geografia ou biologia, a qual facilita a “essencialização” dos limites da resistência. Esse tipo de identidade é uma das mais importantes para nossa pesquisa, será explorada mais à frente quando explorarmos o referencial teórico sobre o estatuto da política na modernidade, onde o surgimento de movimentações e ações que visam proteger e construir a comunidade, para que a política ganhe seu valor de uso.

A *identidade de projeto* é quando os atores sociais, utilizando de qualquer material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir seu papel na sociedade, e ao fazê-lo buscam uma transformação na estrutura social. A *identidade de projeto*, segundo Castells (1999), produz o que Alain Touraine chama de *sujeitos*, ou seja, a vontade do indivíduo de construir sua própria história atribuindo todo um significado a todo um conjunto de experiências da vida individual, que resulta na combinação necessária para afirmação dos indivíduos contra as comunidades e contra o mercado.

Castells (1999) lembra que as identidades de resistências podem acabar resultando em identidades de projeto, ou mesmo, se tornarem dominantes nas instituições, se tornado identidades legitimadoras. “Do ponto de vista social, nenhuma identidade pode constituir uma essência, nenhuma se encerra, per se, valor progressista ou retrogrado se estiver fora do seu contexto histórico” (p. 24).

Para o autor a sociedade, em rede, traz à tona novas formas de transformação social, pois está fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global, para a maioria dos grupos sociais. Sob as novas condições, as sociedades civis, escolhem e são desarticuladas, porque não há mais continuidade entre a lógica da criação do poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedade e culturas específicas. A busca de significado acaba por ser definida por identidades defensivas em torno de princípios comunais.

Para Castells (1999), a maior parte das ações sociais se organiza da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas. Sua hipótese de constituição dos sujeitos assevera que o cerne do processo, da transformação social, toma um rumo diferente do conhecido na modernidade dos seus primeiros anos e em seu período tardio. Enquanto, na modernidade, um projeto era construído a partir da sociedade civil, na sociedade em rede, a identidade de um projeto, que pode surgir e se desenvolver, é originada da identidade de resistência comunal.

Melucci (1999) sugere no seu trabalho um *modelo bipolar de latência e visibilidade*, que nos parece adequado para compreender o novo ciclo de protestos, a partir da segunda metade dos anos 90, e o movimento de resistência ao capitalismo.

A visibilidade é tomada como um ponto, onde os grupos publicizam suas necessidades, propostas e visões de mundo, à toda a sociedade, através de eventos, protestos, desobediência civil, passeatas, ações diretas legais e ilegais e de propaganda pelos fatos. A latência permite que as pessoas gozem das experiências de troca de significados, que criam novos códigos culturais – essa troca de sistema de significados, que muitas vezes se opõem às pressões do mundo social dominante, permite a criação de novos valores e que as pessoas os pratiquem. Há, portanto, uma correlação entre, latência e visibilidade. Enquanto, a latência alimenta a visibilidade de recursos de solidariedade e com uma estrutura cultural para a movimentação; a visibilidade proporciona a renovação da solidariedade ao atrair novos ativistas e a criação de novos grupos atraídos pela movimentação pública.

3.2.1 O Desafio Simbólico das Juventudes Contemporâneas

Assim como os outros trabalhos citados, Melucci (2003) observa que a escolarização permite os jovens prolongarem seu tempo de não trabalho e obterem condições sócio-espaciais para agregação de uma identidade coletiva definida por seu modo de vida e linguagem própria. Onde o mercado se entrelaçou com essas necessidades, alimentando-as, mas também, oferecendo aos seus símbolos uma consistência autônoma. *A condição juvenil é por excelência, uma fase de passagem e suspensão, se prolonga, se estabiliza, torna-se condição de massa, não mais ligada às condições biológicas* (p.101).

Como resultado do prolongamento que se estabiliza e torna-se condição, esse autor aponta que:

Os desequilíbrios entre a escola e o mercado de trabalho vão bem cedo se inserir, neste prolongamento, um sinal de precariedade coercitiva: o ingresso nos papéis adultos não é só liberdade, mas marginalidade imposta e vivida, desocupação, impossibilidade de uma rela autonomia econômica. A condição juvenil, homogênea por muitos aspectos, mas também diferenciada pelo pertencimento social e territorial, aparece marcada, nas sociedades complexas, por essa estável precariedade, por uma falta de limites que acaba por ser uma abertura no vazio, por uma suspensão que se sabe fictícia e controlada. (MELUCCI, 1991, p.101-102).

A juventude, por sua condição, para esse autor, é um espelho da sociedade, *uma espécie de paradigma*, que revela os problemas cruciais dos sistemas complexos: a tensão entre a expansão das oportunidades de vida e o controle difuso; e entre as possibilidades de diferenciação e definições externas da identidade, onde o tempo se torna um fator essencial para compreensão da condição juvenil.

Nas sociedades modernas o tempo possuía duas referências: a) o tempo máquina, produto artificial, que tem a objetividade de uma coisa, uma medida universal a qual permite a comparação e a troca de desempenhos e recompensas através do dinheiro e do mercado, os ciclos de trabalho, balanços anuais, em resumo, na racionalidade instrumental o tempo máquina estabelece uma continuidade entre o tempo social e o tempo individual; b) A experiência moderna do tempo é uma orientação finalista, o tempo tinha uma direção e seu significado só se torna inteligível a partir de um ponto final, o fim da história. Exista assim uma

unidade de orientação linear do tempo, todas as passagens intermediárias são medidas em relação com o final do tempo.

Na situação presente, a diferenciação das experiências do tempo está aumentando, passamos a experimentar tempos muito diferentes uns dos outros, e às vezes, parecendo que até mesmo opostos. Para Melucci (1999), há tempos diluídos e tempos altamente concentrados, dando como exemplo a multiplicidade dos tempos nas imagens fornecidas pela propaganda, pela televisão e outras produções midiáticas introduzidas na nossa vida diária, que geram interrupções e separações mais definidas que no passado, elas estão muito mais perceptíveis do que em estruturas relativamente homogêneas – entre os diferentes tempos em que se vive.

Há uma clara distinção entre os tempos interiores — tempo em que cada indivíduo vive suas experiências internas, emoções e afeições — e os tempos exteriores marcados por ritmos diferentes e regulados pelas múltiplas esferas de pertencimento do indivíduo. As mudanças do tempo refletem tendências amplas, no sentido de uma extensão artificial das dimensões subjetivas do tempo por meio de estímulos particulares ou situações construídas.

Para esse autor o tempo diferenciado produz também novos problemas, o primeiro em reduzir a diversidade de tempos em uma homogeneidade de medida geral, mas existe também a necessidade de integrar as diferenças, no nível coletivo, mas acima de tudo, dentro de uma unidade, de uma biografia individual, de um sujeito da ação dotado de identidade. O tempo aparece também como um tempo de muitas histórias independentes, ou seja, um tempo sem final definitivo, que faz presente uma medida inestimável do significado da experiência para cada pessoa. E por último o tempo passa a ser um produto cultural, onde todos os outros tempos estão perdendo sua consistência.

A adolescência é um tempo que possui uma dimensão significativa e contraditória da identidade, ela inaugura a juventude na sua fase inicial. É na adolescência que a experiência do envelhecimento toma conotações cognitivas e emocionais. O tempo é como um horizonte onde o indivíduo ordena suas escolhas e comportamentos, construindo um complexo de pontos de referência para suas ações. A maneira que o tempo é experimentado (vivenciado) vai depender de fatores cognitivos, emocionais e motivacionais, no modo que o indivíduo organiza o seu “estar na terra”.

Para o referido autor a experiência é invadida pelo apelo simbólico da possibilidade. “ameaça se perder em um presente ilimitado, sem raízes (...) uma memória fraca, com pouca esperança para

o futuro como todos os produtos do desencanto” (MELUCCI, 1996, p.10), dissolvendo a experiência no imaginário, mas o teste de realidade gera a falta de motivação, o tédio e produz a frustração.

Para esse mesmo autor, testar os limites se torna uma condição de sobrevivência do sentido. Para ele sem se chegar ao limite não pode haver experiência e comunicação, pois sem a perda da consciência do outro, como dimensão de estar-na-terra, não pode haver uma ação dotada de significado ou possibilidade de manter uma relação.

Ainda esse mesmo autor, argumenta que o cansaço, produzido pelo esforço para ultrapassar os limites e a consciência do que está faltando — sentido da perda — criam raízes para a aceitação do presente e o planejamento do futuro: como a responsabilidade para consigo e para com os outros, como o reconhecimento do que somos e do que podemos nos tornar.

Nesse sentido, define esse autor, que a experiência do tempo, para os jovens de hoje, se apresenta como possibilidade, mas também como limite, é uma maneira de que o tempo não seja destruído em uma seqüência fragmentada de pontos, uma soma de momentos sem tempo.

Hoje, a maneira que os adolescentes constroem suas experiências, de forma mais fragmentada, pertence a uma pluralidade de grupos e redes, essas participações são mais rápidas e mais frequentes do que antes e a quantidade de tempo em que os adolescentes investem em cada uma.

O passo da mudança, a abundância das possibilidades e as mensagens, oferecidas aos adolescentes, contribuem para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída. O significado do presente não se encontra no passado, no destino final da história, o tempo perde sua finalidade linear e a catástrofe torna-se possibilidade, onde a unidade e continuidade são procuradas na mudança.

Os adolescentes estão expostos, também, a um novo relacionamento com os adultos, eles mesmos expostos a uma pressão crescente de mudança. A juventude tem que encontrar novos caminhos para vivenciar a experiência fundamental dos limites.

Desafiando a definição dominante do tempo, os jovens enunciam para todo o resto da sociedade que outras experiências são possíveis, exigindo do mundo adulto a sua responsabilidade: reconhecer o tempo como uma construção social exercido sobre o tempo. Onde, se torna visível a tarefa mais importante na ordem dos conflitos em nossa sociedade, os jovens acabam por revelar o poder escondido atrás da técnica da regulação.

3.3 As Novas Sociabilidades Políticas Juvenis

Observa-se que o desvelamento das técnicas de regulação pela juventude possui duas ordens distintas que se encontram entrelaçadas, a primeira no campo efetivamente das ações coletivas contemporâneas e uma segunda mergulhada em estilos de vida contraculturais.

Enquanto as primeiras são geradoras da construção de *outra política*, as segundas se apresentam mais nas práticas cotidianas do modo de fazer e vivenciar novas socialidades, ainda que incipientes produtoras de códigos e recursos simbólicos, que vão alimentar as primeiras, ao mesmo tempo, que são alimentadas por elas, em relações ambíguas e muitas vezes conflituosas.

Para Sousa (2002), *as manifestações juvenis contemporâneas se qualificam como atividade política numa abrangência diferenciada daquela que ocupa a esfera institucional com um sentido singular*, não menos comprometidas com a coletividade, o que indica um valor político claro. Esse valor se diferencia da política, entendida na modernidade *como atividade profissional que ocorre dentro do espaço institucional, como uma administração própria e que legitima a representação da cidadania*, guiadas pelo conceito de política reduzida à conquista e manutenção do poder nas chamadas sociedades democráticas.

Segundo essa autora, existe um reavivamento do valor de uso da política, um reencontro da convicção sobre a ação e com capacidade de discernimento dos sujeitos. O *valor de uso* que a autora procura demonstrar está contido na discussão de Negt e Kluge (1999) sobre *o que há de político na política* contemporânea.

Negt e Kluge (1999, p.57) definem que a evolução do conceito moderno de política, tal como associado ao surgimento da burguesia e do modo de produção capitalista, deve sua força a abstração das relações de conteúdo com ao estabelecimento de Estados territoriais, que adquirem diferentes formas políticas. Esse processo não possui qualquer medida, pois não se trata do bem-estar da comunidade, e sim, a regras de manutenção e conquista do poder.

A *Realpolitik* perde-se em sua incapacidade de ter valor de uso, pois ela não produz algo durável e por isso não produz comunidade, dedicando-se a fazer valer seu ponto de vista, atribuindo sentido pejorativo como mera utopia de auto-organização das comunidades, “contribuindo assim para a mistificação do poder de realidade e do que é dado” (NEGT; KLUGE 1999, p 22).

Para Negt e Kluge (1999) a política recupera seu *valor de uso* quando associa a liberdade individual à força social associativa, forçando a necessidade individual a se expressar em coro com outras vozes, buscando seus direitos, ou seja, quando as ações coletivas servem para a formação e proteção⁴⁴ da comunidade e quando ela incentiva seu desenvolvimento e suas possibilidades⁴⁵.

Recorrendo a crítica lingüística, os autores afirmam que a linguagem autenticamente política seria aquela que retirasse seu conteúdo semântico dos movimentos de emancipação das necessidades das pessoas, esse *é um elemento fundamental para ação política que tem como motivo propulsor à ampliação da riqueza interior das relações de comunidade*.

Com os elementos levantados pelos autores, Sousa (2002) fala ser possível encontrar indicações metodológicas para a investigação sobre o caráter da ação política, de grupos ou movimentos, a partir do reconhecimento da precariedade das respostas para a solução das questões sociais da democracia política e da emancipação individual. Os elementos que a autora, então, sugere para investigação são: a observação das possibilidades de autonomia e a durabilidade da experiência do tempo, que depende do grau de politização do grupo; o segundo elemento seria a identificação das relações de medida identificadas na temporalidade do tipo de resposta política das ações coletivas, que tomam como base o bem-estar da comunidade; e, como último elemento apresentado, a observação do elemento político contido nas linguagens presentes, nem sempre nítidas, por não estarem articuladas normativamente pela ordem institucional.

Assim sendo, Margulis e Urresti (2000) e Sousa (2002) consideram a existência de juventudes e não da juventude como algo homogêneo, observando que muitos jovens vêm demonstrando, nas suas ações coletivas, que a política, como *valor de uso*, não precisa recorrer à esfera institucional, parlamentar, e aparelhos políticos, “mas nas aspirações cotidianas ligadas ao mundo do trabalho, do lazer, nas

⁴⁴É importante salientar que os autores não usam o termo proteção no sentido de estado vigilante, e sim, a defesa do perigo no sentido de enriquecimento das relações vitais interiores, seria um pressuposto para que a expansão temporal biográfica de uma comunidade não fosse continuamente interrompida por intervenções externas e por empobrecimento (NEGT; KLUGE, 1999, p21).

⁴⁵Para Negt e Kluge (1999) aliado a isso está a categoria duração, não porque duração por si só possui um valor de uso, mas porque todos os processos que criam comunidade e a riqueza social são processos a longo prazo.

dificuldades do dia-a-dia, como forma de ação cujo comportamento político se orienta pelo exercício de valores éticos” (p. 10).

Em sua pesquisa sobre as ações políticas juvenis, Sousa (2002) procura identificar, sem a intenção classificatória, as novas sociabilidades políticas orientadas pelo *valor de uso*, ou seja, a outra política identifica três formas de participação política juvenil: *os jovens contestadores do Hip Hop*, onde encontramos os jovens de periferia, que integram movimento que representa a voz da periferia através da cultura e da política; *os jovens contestadores institucionalizados* são jovens, que se organizam nos partidos de esquerda e que atuam no âmbito do movimento estudantil se orientando pelas linhas políticas de seu partido; e, finalmente, *os jovens contestadores independentes*, por serem estes jovens que, quase exclusivamente, protagonizam as ações coletivas ligadas à *mídia radical alternativa*, sujeitos pesquisados nesse estudo.

Os *jovens contestadores independentes* (Sousa, 2002) estão presentes também no movimento estudantil, fazem parte de coletivos que procuram novos espaços, os quais permitem criarem seus próprios códigos de participação na esfera pública, concebem expressões organizativas contrapostas à lógica representativa tradicional, buscando que o rechaço ao sistema de representação seja substituído por uma nova prática política (FUENTES, 2007).

A juventude contestadora independente, como sujeito político, ganha visibilidade e importância por seu protagonismo nas ações coletivas contra o capitalismo e a globalização corporativa, que ficou conhecido como movimento “antiglobalização”, iniciado nos anos 1990.

Um novo ciclo de resistência global, que tem em sua composição uma imensa e diversa variedade de redes de luta e solidariedade, surgidos, em várias partes do mundo, como os coletivos anarquistas, socialistas, autonomistas, entidades de espectros variados, movimentos rurais, centrais sindicais, ambientalistas, os piqueteiros argentinos e os zapatistas mexicanos, todos tendo como característica principal: o ativismo radical para construir alternativas, destruir e alterar processos e práticas do capitalismo.

Por reunirem organizações tão variadas, Gohn (2003) afirma que são movimentos completamente diferentes dos movimentos do século XX, movimentos que se unem por razões de reconhecimento característicos dos movimentos sociais da década de 1980 e causas objetivas de caráter estrutural.

Estes jovens, que respondem os chamados por ação direta⁴⁶ nas ações globais contra o capitalismo na sua versão neoliberal, fazem parte de grupos em campanhas contra o livre comércio, contra o trabalho escravo nos países pobres e de solidariedade às lutas dos povos originários, e também, de grupos que lutam deixadas de lado supostamente não fazerem parte das relações do mundo do trabalho pela militância tradicional de esquerda.

Segundo Sousa (2002), no seu ideário da juventude contestadora independente não há preocupação de se criar uma organização com identidade única, e sim, de espaços que possibilitem a atuação em rede de diferentes organizações, grupos e pessoas individuais, que tenham o mínimo de concordância, conforme a compreensão de emancipação social. Muitos desses grupos se organizam de forma horizontal, sem hierarquias, uma proposta que tem vínculo com a democracia direta e que se identifica com o socialismo autogestionário no engajamento onde ninguém se submete a autoridade alguma ou a um órgão de direção: os indivíduos estão juntos por partilharem idéias que os levam ao ativismo de protesto (p. 24).

Existe, além disso, uma valorização nos coletivos e redes do modelo de tomada de decisão por consenso, como explicita o trecho da política da organização pacifista *Food Not Bombs*:

(...) As decisões são feitas usando um processo chamado "consenso". Consenso cria um ambiente em que diferentes opiniões podem ser expressas sem medo, e que conflitos podem ser resolvidos de uma forma respeitosa e não violenta. Não é um concurso de idéias para ver o que um ganha a favor do grupo. Pelo contrário, ela está trabalhando cooperativamente para sintetizar todas as idéias para a melhor decisão possível para todos os envolvidos. O consenso processo se esforça para garantir que todos tenham uma oportunidade de compartilhar seu ponto de vista, e para participar na tomada de decisão. Consenso

⁴⁶A ação direta é uma herança histórica dos movimentos operários anarquistas do século XIX, dos movimentos estudantis da década de 60 e da contracultura, mas não deve ser pensada como uma simples transferência de modelos de ação de uma época para outra. São ações que procuram dissolver qualquer noção de representação externa de intermediários, sejam eles, parlamentares ou gestores. A ação direta caracterizando-se pela autonomia, exaltação da individualidade solidária a coletividade e pela procura do desenvolvimento da capacidade de discernimento dos sujeitos nos processos de construção e execução da ação, por isso, possuem um valor educativo.

não significa que toda a gente pensa da mesma forma, as pessoas podem concordar em discordar e ainda chegar a um consenso (FOOD NOT BOMBS)⁴⁷.

Esse modelo possui uma forte inspiração no modelo de rebelião zapatista, na idéia de um movimento que “escuta” e que não possui um único rosto, mas uma infinidade de cores e gestos, onde o mandar obedecendo é um dos princípios fundamentais para reorganização da sociedade, frente o desgoverno causado pelas contradições do neoliberalismo, a globalização de cima para baixo e a criminalização dos protestos.

No cabaré da globalização, o Estado passa por um *strip-tease* e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder e repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço para mega-empresas... Os novos senhores do mundo não têm a necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles. (BAUMAN, 1999, p.74).

Individualmente ou em grupos de afinidade esses jovens juntam-se numa espécie de rebelião aberta, mutante e preparada coletivamente (SOUSA, 2002, p. 24), utilizando das tecnologias de comunicação como parte de sua organização e de suas práticas políticas, como afirma Castells (1999), fazem da velocidade, da adaptabilidade, da flexibilidade das tecnologias de informação formas de redes de trabalhos descentralizadas para construir ações coletivas, componentes da própria estrutura organizativa: suas ações coletivas aparecem como espelho das ações coletivas contemporâneas, da complexidade de um “movimento dos movimentos” de resistência tolerante a sua própria alteridade, um produto e um dado empírico.

Sousa (2002), com base em depoimento de um dos membros do grupo anticapitalista inglês *Reclaim the Streets*, no Fórum Social Mundial (PORTO ALEGRE, 2002), afirma que as ações coletivas das juventudes contestadoras independentes têm como princípios orientadores: a *diversidade*, que faz com que o movimento não seja permanente morra e renasça sob nova forma; a *descentralização*, porque não há um centro irradiador de algum princípio e projeto único, mas as

⁴⁷<http://home.earthlink.net/~foodnotbombs/seven.html>. Acesso em 18 jun. 2009.

conexões de vários pontos entre si; e a interdependência do particular com o universal, ou seja os movimentos geograficamente localizados se conectam com o global, possibilitando *uma cadeia horizontal de decisão*, como os vivenciados no movimento de resistência a globalização corporativa.

Os estilos de vida contraculturais, dos anos 1990 em diante, apresentados muitas vezes pela mídia convencional de forma exótica e sem conteúdo, podem nos dar elementos importantes para análise e compreensão das contestações juvenis contemporâneas. Se observarmos para além de suas relações de consumo e modismos vistas como irracionais, uma vez que o consumo demarca também a diferenciação e a produção de códigos, podemos encontrar no universo da contracultura, que é altamente diversificado, contraculturas juvenis de esquerda radical, que não se apresentam necessariamente engajadas a um ativismo tido como “sério”.

Para isso, retomam espaços da cidade ou constroem espaços onde o cotidiano é autogerido em tentativas de viver junto, que se apresentam em maior ou em menor grau de intensidade, em zonas descolonizadas dos princípios competitivos do capitalismo, mantendo a individualidade com certo reconhecimento da coletividade e seus códigos de diferenciação, não só em relação sociedade, mas também, em relação à outras contraculturas tidas como adversárias ou não originais, vendidas no mercado.

As contraculturas contemporâneas e aquelas que a antecederam, tem a rebeldia e a experimentação como princípios orientadores da construção de signos e subjetividades. São modos de viver os princípios no cotidiano, de construir sentido frente à perda de sentido gerado pela fragmentação do tempo, a frustração em relação aos modos de sociabilidade institucionalizados como “normais” pelas instituições e pelo mercado, que priorizam a resistência identitária, se definindo como revolucionárias no sentido do consumo.

É importante salientar essa ambigüidade, ao mesmo tempo em que, são questionadores do individualismo, construindo outras subjetividades e o poder constituinte, suas práticas são pouco pragmáticas em relação à suas críticas. O que pode levar o adepto de uma contracultura ao isolamento em paridade à outros setores, que lutam por questões mais amplas, como a distribuição desigual de recursos, o direito a satisfação de necessidades como moradia, alimentação e etc.

Apesar de todas as limitações do universo da contracultura, não podemos cair em uma análise extremamente generalizante de seus

participantes, tendo em vista que muitos jovens contraculturais são ativistas de redes de ação direta, sindicatos radicais e movimentos sociais. Em outros casos, existe jovens contraculturais que aderem às ações coletivas massivas junto com setores mais amplos como imigrantes, trabalhadores, negros e mulheres, como é o caso das manifestações antifascistas na Europa que reúnem uma enorme diversidade de sujeitos, entre os quais muitos punks e skinheads de orientação anarquista e comunista.

3.4 A Juventude, as Ações Coletivas e a Mídia Radical Contemporânea

Se transportar algumas categorias aqui apresentadas, podemos dizer que os jovens, contestadores independentes, estão construindo, através de suas práticas políticas, identidades de resistência, produto de um intenso fluxo de troca e negociações simbólicas. Resistências comunais, que recuperam o sentido da ação política como valor de uso frente à deturpação dos conceitos, realizadas pela mediação das esferas institucionais, que lhe propõem um modelo de cidadania limitada e a mediação volátil do mercado, que não cria laços de solidariedade.

Suas organizações servem de *comunidade de sentido*, conectadas com outras mediações, as quais, muitas vezes, se tornam mais evidentes que as mediações “primárias”, como a classe ou pertencimento à determinada cultura local, sem que o cosmopolitismo os impeça de dialogar entre si e com outras organizações que possuem realidades e práticas diferentes das que estão inseridos.

A mídia radical alternativa vai se reorganizar nos anos 1990, com o desenvolvimento e desdobramentos da tecnologia informacional em torno dos princípios provenientes dessa nova política. Autogerida pelos jovens e movimentos sociais e contraculturais com questões relativas ao direito de compartilhar a informação e o conhecimento frente um mundo globalizado, cada vez mais intercomunicado, mas cheios de alfândegas impostas pelos meios de comunicação convencionais, que delimitam as existências dos fatos, não garantindo a visibilidade pública de setores marginalizados.

Os conflitos se desenrolam onde os fluxos de informação possuem um grande apelo por conformidade, torna a mídia radical alternativa, tanto no modelo de contra-informação como de mídia tática, um espaço de questionamento, difusão e negociação de recursos simbólicos, quando estas se ligam ao imaginário próprio derivado das

mediações cotidianas, do momento de latência e também dos eventos relacionados às ações coletivas de visibilidade, conforme relaciona Melucci (1999).

As produções das formas simbólicas de contestação não se apresentam, neste caso, sob os critérios dos interesses éticos e políticos dos especialistas como na mídia convencional, mas da experiência de sujeitos das ações coletivas ou mesmo de pessoas que compartilhem os valores da rede de movimentos (SANTOS, 2005). Apresentadas como ações coletivas, as mídias radicais alternativas possuem também uma relativa⁴⁸ autonomia aos demais sujeitos que emergem nos conflitos, não podem ser vistas, na sua totalidade, de forma instrumental, como simples veículos que reproduzem os discursos dos movimentos sociais. Possuem gramáticas próprias, relativas ao campo das mídias, princípios e regras próprias, produzidas coletivamente no interior dos veículos e das redes.

Apesar dessa relativa autonomia, o ativista da mídia radical se coloca ao lado das causas populares, étnicas, ecológicas etc. Capacitando tecnicamente os ativistas dos movimentos sociais, utilizando suas próprias experiências e competências técnicas, para potencializar a possibilidade das pessoas não serem apenas receptoras, mas sujeitos da difusão e produção da informação. Levando os movimentos a discutir um conceito próprio de comunicação, que esteja de acordo com suas concepções políticas e éticas.

Nessa pesquisa nos dedicamos à análise e compreensão da participação política dos (das) jovens inseridos na mídia radical alternativa no fim dos anos 90. Realizando um recorte na atuação da rede do Centro de Mídia Independente, no Brasil, procurando qual significado da política que seus protagonistas dão as suas atividades.

A hipótese é que mídia radical alternativa como ação coletiva contribui para reelaboração da política como valor de uso. Onde as redes, como CMI, mais que veículos de contra- informação são espaços de formação de identidade de resistência e de convergência das juventudes contestadoras do estabelecido, ainda que possua uma debilidade em relação a que caminho seguir, devido a transitoriedade da condição juvenil.

⁴⁸O termo autonomia relativa aqui é importante porque em alguns casos há certa submissão dos veículos de mídia radical alternativa às necessidades dos movimentos, principalmente em momentos de crise, casos onde o ativista se coloca a serviço do movimento, não colaborando mais com o veículo de mídia alternativa, que acaba se desfazendo ou quando os veículos passam a ser reapropriados pelo movimento social, de forma voluntária ou não.

No próximo capítulo, descreve-se às ações coletivas do movimento de resistência global, da onde nascem os coletivos da rede Centro de Mídia Independente ou *Indymedia*, como é conhecida internacionalmente.

A intenção é fazer um pequeno resgate desse movimento ao qual temos nos dedicado a estudar no Núcleo de Pesquisa da Juventude Contemporânea (NEJUC), como parte de um projeto maior, que procura não só resgatar as narrativas juvenis contestadoras através dos tempos, mas também, levá-las para outros jovens provenientes de escolas públicas, muitas vezes, levados a acreditar que política se estabelece na esfera institucional e sua participação se resume ao voto.

4 A GLOBALIZAÇÃO, SUAS CONSEQÜÊNCIAS E O PODER IMPERIAL

A globalização é um fenômeno amplamente analisado nas ciências humanas e sociais durante as últimas décadas, recebendo várias designações e teorias, que correspondem aos diferentes ênfases e também as avaliações sobre suas conseqüências.

A preocupação é relacionar os processos e conseqüências dentro da esfera do conflito social entre os sujeitos sociopolíticos contemporâneos, mais precisamente, identificar os oponentes dos movimentos sociais, coletivos autônomos e da mídia radical contemporâneos, a partir dos anos 1990, período que surge o termo movimento antiglobalização.

Quando usamos as expressões *globalização e suas conseqüências*, assim como, *poder imperial* nos remetemos a Zygmund Bauman e Antonio Negri, com base nestes autores faremos algumas observações sobre o neoliberalismo e a sua hegemonia, ou seja, sobre como a utopia dos proprietários, acionistas, estudantes e professores universitários que visualizam um mundo regulado pelo mercado em estado puro, se tornou hegemônica⁴⁹.

4.1 A Globalização

Zygmunt Bauman propõem uma análise de como a globalização e suas conseqüências humanas vêm demonstrando que os processos globalizadores não têm a unidade de efeitos que se supõe comumente. Nas palavras do autor polonês: “(...) o que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel” (BAUMAN, 1999, p. 8).

Para esse autor, as transformações aceleradas, na vida pública e privada, produto da liquidez das instituições modernas, tornou a mobilidade o fator estratificação e a matéria mais cobiçada na construção e desconstrução da hierarquia no mundo global, onde as

⁴⁹A tentativa de usá-los conjuntamente pode parecer estranha, inicialmente, por suas obras possuírem suas especificidades, mas são justamente nas especificidades que residem às conexões que nos permite visualizar como local e global se entrelaçam criando novas formas de dominação e exploração e recriam outras que pensamos estar enterradas junto com idade média.

elites globais cosmopolitas dos investidores se diferenciam dos demais indivíduos, por não estarem presas as determinações espaciais.

Sobre essa definição o referido autor explica que cabem as elites globais apenas decidirem onde investir, o que vão comprar ou vender através de seus corretores nas bolsas de valores espalhadas pelo mundo, sua decisão se concentra em mover a companhia com eficácia para onde percebam que haja mais possibilidades de maximizar seus lucros, sobre tais decisões os trabalhadores, os fornecedores e os porta-vozes das comunidades, presos à localidade, não têm voz ativa, no máximo um ruído de reivindicação.

O não estar preso ao local implica em uma relação descompromissada com as conseqüências de suas ações perante os demais indivíduos não proprietários e não investidores, ou seja, “uma desobrigação com os trabalhadores, com os jovens e fracos, com as futuras gerações e com a auto-reprodução das condições gerais de vida”⁵⁰.

Os trabalhadores, os fornecedores e os porta-vozes das comunidades, presos a localidade, não têm voz ativa nessas decisões, a desconexão do poder, a face ao dever de contribuir com a vida cotidiana e a perpetuação da comunidade, faz surgir uma *assimetria à nova extraterritorialidade do poder e a contínua territorialidade da vida como um todo*.

Entre os fatores técnicos, conforme o mesmo autor, a mobilidade da informação no ciberespaço tem um papel fundamental no processo de polarização, a velocidade da informação, a possibilidade da informação viajar sem seus portadores físicos, afastou quase tudo para além do braço humano, no ciberespaço os corpos não importam, embora as leis do ciberespaço atuem sobre os corpos, os mais poderosos não precisam ser fortes, basta a eles estarem isolados, seguros e inacessíveis aos locais.

Graças à nova incorporeidade do poder na sua forma principalmente financeira, os detentores do poder tornam-se realmente extraterritoriais, ainda que territorialmente estejam no lugar. Seu poder, real e integral, não fora deste mundo – não no mundo físico no qual constroem suas casas e

⁵⁰O mesmo autor argumenta as elites dos ricos, as quais, sempre tiveram uma inclinação mais cosmopolita do que o resto da população da terra. Onde habitavam, em todas as épocas, elas tentaram criar uma cultura própria que desprezava as fronteiras que confinavam as classes subalternas, tinham mais em comum com as elites extra fronteiras do que com as pessoas do seu território.

escritórios super vigiados, eles próprios extraterritoriais, livres da intromissão de vizinhos inoportunos, isolados do que quer que possa se chamar de uma comunidade local, inacessíveis a quem quer que esteja (ao contrário deles) a ela confinado. (BAUMAN, 1999, p. 26).

O território urbano se torna um campo de batalha, cada grupo procura demarcar seu espaço, os moradores desprezados e despojados de poder agem com o que têm em mãos, *rituais, roupas estranhas, atitudes bizarras, rupturas de regras (...) lançando retóricos desafios à lei* na tentativa de tornar audíveis e legíveis as suas reivindicações.

As elites escolhem o isolamento e pagam por ele prodigiosamente e de boa vontade. O resto da população se vê afastado e forçado a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político de seu novo isolamento. (BAUMAN, 1999, p.29).

Os espaços públicos das ágoras e fóruns, onde os assuntos privados tornam-se públicos, onde se formam as agendas, onde opiniões são expressas e verificadas a realidade, segundo Bauman (1999), acompanhou as elites descolando-se da localidade, para longe do alcance da capacidade comunicativa meramente de *wetware* de qualquer localidade e de seus habitantes.

Esse autor observa, assim como Sennet anunciou, o desaparecimento do espaço público e da figura do homem público, homem esse que necessita, como Larzfield em sua análise sobre os líderes de opinião local, da ágora, para que possa avaliar e processar para os outros habitantes da localidade as mensagens que vêm dos meios de comunicação.

Para o mesmo autor o poder de influência das grandes corporações é supranacional, desgastando o Estado-nação. Lógica da livre circulação do capital isenta de controle político, qualquer forma de controle seria imediatamente punida pelos mercados mundiais.

A única tarefa do Estado é garantir um orçamento equilibrado, controlar e policiar as pressões locais por intervenções estatais na direção dos negócios e em defesa da população contra as conseqüências do descontrole do mercado.

Esse autor argumenta que a proliferação de Estados fracos não é contraditória a extraterritorialidade do capital, a fragmentação política, na realidade, serve como uma estratégia onde esses Estados têm permissão dos mercados mundiais para exercer pressões coordenadas sobre todos os outros Estados, para sistematicamente destruírem qualquer obstáculo ao livre comércio e movimento livre dos capitais.

A globalização, para Bauman (1999), tem seu significado mais profundo, é articulado pela idéia que seu caráter é indeterminado e indisciplinado, ou seja:

(...) a autopropulsão dos assuntos mundiais; ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a nova desordem mundial de Jowitt com outro nome. (BAUMAN, 1999, p 67).

O conceito de globalização substituiu o conceito de universalização, cunhado *com maré montante de recursos das potências modernas e das ambições intelectuais modernas*, a universalização queria tornar o mundo melhor, expandindo-se globalmente e buscando tornar as condições de vida semelhantes. Mas globalização, para Bauman (1999), não diz respeito a nós, *diz respeito ao que está acontecendo a todos nós*. A idéia de globalização diz respeito às forças anônimas, que estão fora do alcance de alguém em particular.

Para esse autor a essência da globalização é o movimento rápido onde o espaço deixou de ser obstáculo, a produção do efêmero procura estimular o desejo dos consumidores, afastando-se dos competidores. A situação do consumo atual é muito diferente de outras épocas, pois agora é preciso engajar o social na condição de consumidores, pela sedução da promessa de satisfação. Entre várias escolhas, a única regra é não parar de desejar.

Esse mesmo autor argumenta que para os globais o espaço não existe, enquanto os locais estão presos aos espaços fechados que se movem rapidamente abaixo de seus pés, os globais são os turistas que possuem casas em qualquer local do mundo e com direito a escolhas, os outros são os vagabundos sem direito de escolha, numa situação que pode ser tudo, menos liberdade.

Ambos estão ligados, querendo ou não. Por mais que vagabundo represente o pesadelo do turista, e que se tente varrê-lo para debaixo do tapete e que o turista tente deportar seu próprio medo na sua utopia de um mundo sem vagabundos. Os destinos do vagabundo e do turista estão ligados pelo “destino e experiências de vida geradas pelas agruras comuns produzem percepções bem distintas do mundo, das aflições do mundo e das maneiras de superá-las” (BAUMAN, 1999, p. 107).

4.2 O Poder Imperial

Antônio Negri e Michael Hardt identificam, a partir de uma série de processos contemporâneos, a tendência ao surgimento de uma nova ordem mundial global que não pode ser entendida adequadamente em termos de imperialismo, tal como era praticada pelas potências modernas, com base na soberania do Estado-nação, ampliando seus domínios em territórios estrangeiros.

Para os autores a nova ordem surge a partir de “um poder em rede”, uma nova forma de soberania que tem como seus elementos fundamentais, os pontos nodais, os Estados-nação dominantes, e também, as instituições supranacionais, as corporações capitalistas e outros poderes. Esse poder, em rede, não está dividido de forma igualitária entre os pontos nodais – pelo contrário, “alguns Estados-nação tem um poderio imenso, e outros nenhum, o mesmo se aplica as diferentes corporações e instituições que constituem a rede” (NEGRI E HARDT, 2004, p. 10).

Negri e Hardt (2004) ao argumentarem que nenhum Estado-nação pode seguir em frente sem olhar para os lados, sem colaborar com os outros poderes da rede imperial, admitem que essa tendência não se configura por participação igualitária de todos, ou sequer das elites dos Estados-Nação, como no modelo multilateral sob autoridade das nações unidas. Longe disso, a nova ordem mundial se estabelece por rígidas divisões e hierarquias, em termos regionais, nacionais e locais.

Para esses autores o estado de guerra permanente é um mecanismo inevitável do império, as fraturas e subdivisões geradas por elas são condições da construção das ferramentas de controle e vigilância que garantem o funcionamento da ordem normal da economia de mercado. O que se exige da nação mais poderosa econômica e militarmente, quando atacada dentro de seu território, é que ela venha exercer sua função imperial como tal, mas exigências vão além da mera soberania entendida sob o estatuto do Estado-nação, a soberania diz respeito à soberania da nova ordem, dos pontos nodais corporativos e dos organismos financeiros.

As guerras imperiais se diferenciam das guerras modernas, segundo os mesmos autores, por serem definidas como guerras sem fim, ela não acaba com a rendição do inimigo, por isso se define como um estado permanente, sempre presente, que pode se instalar em qualquer lugar e em qualquer momento, ela nos leva para um estado de exceção permanente. Diferenciam-se também das guerras modernas, onde agentes que detinham o monopólio legítimo da força são os Estados. As

guerras imperiais são guerras civis, onde não há distinção ente guerra e paz, entre política interior e exterior, entre frente ou retaguarda.

As metáforas usadas como a guerra contra a pobreza, guerra contra o narcotráfico e a guerra contra o terror são usadas como uma política estratégica de mobilização dos setores sociais, como esforço de guerra que pouco revela do estado de exceção permanente, a deterioração dos marcos legais convertidos em morais e uma guerra ilimitada ou da inversão da afirmação de Clausewitz: A política é a continuação da guerra por outros meios.

Negt e Hardt (2004) definem que o que há de novo na tese de que a política como continuação da guerra por outros meios é o fato de se referir ao poder em seu funcionamento normal como sempre e em toda parte, fora de cada sociedade e dentro dela. Citando Michel Foucault os autores afirmam que função social do poder político implica estar sempre se reinscrevendo numa espécie de guerra silenciosa, reinscrevendo-a também nas instituições sociais, nos sistemas de desigualdade econômica e até mesmo na esfera das relações pessoais e sexuais.

Isso significa dizer que:

A guerra transformou-se em um regime de biopoder, vale dizer, uma forma de governo destinada não apenas a controlar a população, mas produzir e reproduzir todos os aspectos da vida social. Essa guerra traz morte, mas também, paradoxalmente, deve produzir vida. Isto não significa que a guerra foi domesticada ou que sua violência tenha sido atenuada, e sim que a vida e o funcionamento normal do poder passaram a ser permeados pela violência da ameaça da guerra (NEGRI e HARDT, 2004, p 34)..

Outra conseqüência do estado de guerra permanente, segundo os autores, vai além da perda dos limites da guerra em termos espaciais e temporais, é que as relações internacionais e a política interna tornam-se cada vez mais misturadas. Nesse contexto, os autores explicam que o entrecruzamento entre as atividades militares e policiais, para garantir a segurança, está cada vez menor a noção do que está dentro e o que está fora do Estado-nação: a guerra de baixa intensidade vai de encontro às ações policiais de alta intensidade.

O inimigo que antes era enxergado fora do Estado-nação, como ameaça externa, se torna cada vez mais difícil de distinguir, servindo como base para o esforço de guerra. Nesse tipo de guerra se torna fácil a criminalização dos protestos, às classes perigosas, os estranhos que não

“merecem o reconhecimento” das injustiças cometidas contra eles, muitas vezes são anônimos à visibilidade pública os inimigos em potencial da segurança.

O aparato policial/militar, usado contra os movimentos sociais e contra as “resistências globais”, para garantir a nova ordem imperial que se estabelece como tendência nas relações contemporâneas nos permite visualizar elementos que a variabilidade das definições como descritas por Hardt e Negri, apontam para um alargamento da deturpação e deterioração dos conceitos políticos.

É evidente que essa deturpação e deterioração dos conceitos não são realizadas por um único agente, sujeito histórico coletivo ou individual ou por único ponto nodal da rede, para surtirem efeito os significados têm que estar imbricados em intenso fluxo de informações para se constituir como uma identidade legitimadora utilizando das múltiplas mediações do cotidiano, muitas vezes, em cumplicidade com a indústria cultural frente às identidades de resistência dos movimentos sociais e as insurgências contra o estabelecido.

A deturpação dos conceitos políticos tem que tornar estranhos os sujeitos das ações coletivas para que não haja reconhecimento entre os mesmos e entre eles, os outros atores sociais, deve conectar o medo a um sujeito coletivo ou individual em tempo rápido e hábil, para frear o caminhar do rebelde e as novas utopias que ele carrega consigo, tem que torná-lo a personificação do mal.

Como observa Negt e Klugue (1999), a redistribuição de valores na linguagem política, muitos conceitos experimentam subitamente uma forte revalorização e um crescimento esmagador, o Estado, a nação, capital, religião e dinheiro associam-se de tal maneira à liberdade, autodeterminação e à democracia, como se a linha de sangue desses conceitos nunca houvesse existido no século XX. O acréscimo de sentido e esclarecimento dessas palavras, dos grupos dominantes, corresponde o esvaziamento dos conceitos tais como solidariedade, comunidade, economia, economia comunitária e organização social racional.

Segundo esses autores, o fato de os vencedores desse gigantesco jogo de linguagem social terem avançado tanto pode ser fundamentado pelo fato que a esquerda usou pouco seus conceitos como alavancas para transformação das relações sociais, preservando-as muito mais como fórmulas de uma substância sem vida e tornando-as presas a ortodoxia da conceituação política, aos cartéis de citações em bastiões intelectuais de auto-imunização, ou seja, deixa-se a linguagem política produto das lutas emancipatórias, como substância viva, para se disputar no mercado

de opiniões usando expressões lingüísticas e simbólicas que melhor lhe prouwer à conquista.

Sinteticamente, as considerações de Bauman (1999) e Negri e Hardt (2004), sobre a contemporaneidade apontam alguns pontos comuns como: a) uma nova ordem econômica e política transnacional; b) o uso da violência estatal ilegítima para obter fins políticos de interesse das corporações; c) um forte aparato ideológico que confunde mais do que esclarece os processos de exclusão, exploração e dominação, aos quais estamos inseridos nas últimas décadas; d) a participação ativa dos veículos de comunicação de massa e da academia para deturpação dos conceitos políticos.

4.3 O Neoliberalismo: Origem e Implantação

O neoliberalismo nasceu das críticas ao keynesianismo do austríaco August Von Hayek⁵¹, mas foi somente a partir da década de 1980, sob orientação de intelectuais de peso, como Milton Friedman e seus pupilos na Escola de Chicago, entre outros, que a ideologia que radicaliza a oposição entre Estado e Mercado, se consolidou na maioria dos países do mundo para defender uma absoluta liberdade de mercado.

A proposta principal defendida por Hayek (1977), no seu livro *O Caminho da Servidão*, era que o controle dos meios de produção e serviços pelo Estado leva apenas a um único caminho: a tirania. Mas

⁵¹Hayek fez seu doutoramento na Universidade de Viena, vai ter o pensamento influenciado na Escola Austríaca de Economia, onde os principais nomes eram Ludwig Von Mises, Eugenio Boehm Bawerk e Friedrich Wieser, apesar de o autor ter, por curto espaço de tempo, nutrido uma simpatia pelo socialismo Fabiano, o autor vai se aproximar de Mises, nos anos 1920. Hayek torna-se discípulo de Mises, com quem acaba trabalhando durante cinco anos em uma oficina do governo, o que o teria aproximado do antigo professor na Universidade de Viena foi o posicionamento anti-socialista, a mudança repentina faz que Hayek passe a analisar o sistema elaborado pelo colega e desenvolva sua própria crítica ao socialismo, permeada de uma originalidade que atrai muitos intelectuais da época. O sucesso da sua obra *Teoria Monetária e o Ciclo Comercial* (1929), reeditada várias vezes, lhe garantiu um convite para expor suas idéias na Escola de Londres, onde o autor vai polemizar com John Maynard Keynes. Durante toda a década, de 1930 a 1940, os autores vão debater e rebater as críticas entre si, o estopim do debate foi o ensaio de Keynes *O Fim do laissez-faire* publicado pela primeira vez ainda em 1926, onde o autor emprega um papel importante na intervenção do Estado na economia. A resposta de Hayek veio em forma de críticas aos livros *Um Tratado Sobre o Dinheiro* (1930), Keynes reage criticando *Preços e Produção* de Hayek e escrevendo o livro que se converterá no livro mais influente do século XX no que diz respeito a política econômica: *A Teoria Geral do Emprego, o interesse, o dinheiro*, de 1936. Hayek nesse período refina suas críticas e escreve *Teoria Pura do Capital*, em 1941 e *O Caminho da Servidão*, em 1944, este último onde se dedica demonstrar que o socialismo é autoritário por não dispor de preços de mercado e por suprimir a individualidade do homem.

apesar de destacar que o coletivismo do fascismo, do socialismo e do nazismo, para ele, gêmeos univitelinos, o autor direcionava suas críticas também aos que *empregavam a fraseologia liberal em defesa de privilégios anti-sociais e ao abandono dos princípios básicos do liberalismo*.

Na década de 1950 um dos episódios mais conhecidos da origem do neoliberalismo é a criação por Hayek da Sociedade do Monte Pelerin, uma espécie de clube de economistas, defensores do livre comércio que reunia entre seus membros Karl Popper, Ludwig von Mises e Milton Friedman. Conforme Bresser-Pereira (2009) a criação Sociedade do Monte Pelerin é precursora do neoliberalismo, mas não é o próprio neoliberalismo, estes intelectuais estavam combatendo no meio intelectual *uma ideologia e um movimento político que pretendia substituir o capitalismo pelo socialismo, o mercado pelo planejamento*, o neoliberalismo vai emergir anos mais tarde como uma ideologia dos ricos, assumida pelos governos a partir da década de 1980, como veremos mais à frente.

A vitória temporária dos liberais intervencionistas sobre os defensores do livre mercado absoluto possui uma série de fatores externos. Entre eles, o fato que a memória recente da crise de 1929 fortaleceu a convicção dos governos e dos proprietários industriais que só o keynesianismo e seu pragmatismo liberal poderia tanto garantir a prosperidade dos países capitalistas, como servir de propaganda contra-ideológica ao comunismo e nazismo.

A prosperidade pelo qual os países ricos passaram após II Guerra Mundial, tanto nos governos liberais como o americano, como nos países sociais democratas, na Europa recém reconstruída, mostrou que a contrapropaganda ao comunismo, via intervenção do Estado, na economia deu certo, pelo menos durante certo tempo.

No entanto, embora o consumo se constitua como uma peça-chave no capitalismo monopolista da adequação dos homens ao sistema de produção via fetichização da vida cotidiana, o acesso das classes subalternas a bens culturais (Educação formal, livros, música) potencializaram, em muitos casos, o alargamento da idéia de cidadania, para além de sua função conciliatória de classes e de subordinação cultural.

O sentido de cidadania como acesso a todos e a todas as decisões políticas e a riqueza social produzida, como exigiam os mais diversos setores da movimentalista, nos anos 1960, mediados por uma cultura política radical de várias correntes, era algo que colocava em risco os interesses e o poder, tanto para os ricos proprietários liberais, quanto

para os setores mais conservadores da sociedade. Os primeiros por terem que lidar com a redistribuição, ainda parcial, de seus lucros, os segundos viam os privilégios da segregação racial e sexual serem colocados à prova da realidade.

Era de se esperar que os ricos escolhessem o neoliberalismo como filtro ideológico para justificar a manutenção do seu poder político e econômico, tendo que o liberalismo clássico não era mais suficiente para isso. Muitas das suas teses eram usadas contra o *status quo* da sociedade, seus elementos mantinham uma intrínseca relação com o papel revolucionário da burguesia, no século XVIII, contra o poder autocrático do Estado.

Segundo o economista liberal Bresser-Pereira (2009) o neoliberalismo irá aparecer com toda força nas ciências econômicas nessa época, nos Estados Unidos, se expressará de forma clara em quatro correntes de pensamento: “a teoria econômica neoclássica; o novo institucionalismo baseado nos custos de transação; a teoria da escolha pública; e a teoria da escolha racional reduzindo a política a um mercado” (p. 6).

Essas correntes, explica o autor, irão:

(...) desenhar uma visão reducionista do Estado e da política. A teoria econômica neoclássica demonstrará a desnecessidade da ação regulatória do Estado, o novo institucionalismo transformará o Estado em um segundo melhor (*second best*) em relação ao mercado, a teoria da escolha pública ou social transformará o Estado em uma organização intrinsecamente corrupta, e as versões mais radicais da escolha racional reduzirão a política aos lucros e às perdas no mercado (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 6).

Para esse mesmo autor os economistas nunca conseguiram separar com clareza sua ciência da ideologia. Por esse motivo, não lhe surpreende os economistas da corrente neoclássica demonstrarem isso da pior forma possível, escondendo o elemento político essencial da economia, mesmo depois da autonomização do campo econômico promovida pelo capitalismo. Para esse autor, por meio de uma imagem “ideal-realista”, criada, por modelos economicistas radicais e esquemas matemáticos concebidos como ciência pura.

As idéias neoliberais ganharam terreno durante a crise do modelo econômico de 1973. Os países do capitalismo avançado entraram em uma profunda recessão, que combinava uma baixa no desenvolvimento

com altas taxas de inflação, a primeira crise depois de décadas de crescimento.

Nesse momento Milton Friedman, da Escola de Chicago e futuro professor do neoliberalismo no mundo, ganha uma maior visibilidade nas esferas do Estado e entre os gestores capitalistas. Conforme Klein (2007) os banqueiros, acionistas e proprietários perceberam que não seria nada simpático se eles mesmos fossem seus interlocutores, certamente seriam acusados de barões ladrões, precisariam então de um intelectual com uma capacidade enorme de eloquência e argumentos fortes em defesa do mercado livre que o fizesse filtrando os reais interesses das corporações por meio de instituições acadêmicas ou quase acadêmicas para ter legitimidade.

Friedman (1985) recomendava aos países a implantação de políticas econômicas que visavam três objetivos principais: a) a estabilização da economia (corte do déficit público e combate a inflação), em geral, tendo como medida a dolarização da economia e sobrevalorização da moeda nacional; b) reformas estruturais como a diminuição do Estado, através das privatizações, desregulamentação do mercado e liberalização comercial e financeira; c) abertura da economia, para atrair investimentos internacionais e a retomada do crescimento econômico, para gerar assim uma maior prosperidade para todos os indivíduos livres.

Bresser-Pereira (2009), na verdade, explica que se pretendia com isso era:

(...) um Estado fraco que deixasse que as economias nacionais, tanto dos países ricos onde essa ideologia se originou quanto dos países em desenvolvimento, se transformassem no “campo de treinamento” (playing field) das grandes empresas e dos seus altos executivos e agentes financeiros, deixando-os livres para nelas realizar rendas (rents) de todos os tipos em vez de juros moderados, de lucros empresariais e de ordenados profissionais – essas sim formas legítimas de remunerar razoavelmente o capital, o empreendimento e o conhecimento detido pelas elites econômicas (BRESSEE-PEREIRA, 2009).

Em *Capitalismo e Liberdade*, Friedman (1985) dedica um capítulo inteiro para afirmar que a liberdade econômica e política mantêm uma intimidade intrínseca, afirmando que o livre comércio se desenvolve melhor sob condições democráticas, mas sua visão ideologizada contra o Estado Social tornava a democracia um mero

conceito vazio restrito, meritocrático e elitista, na esfera institucional, sinônimo de democracia representativa, na esfera do cotidiano, uma mera relação contratual entre indivíduos supostamente iguais na possibilidade de ascender socialmente.

Friedman (1985), assim como para Hayke, define que a desigualdades sociais é algo saudável para todos, pois, segundo eles, é a partir das desigualdades que se cria a competitividade e daí o crescimento de toda a sociedade. Nesse sentido, as desigualdades de oportunidades, para o autor, não deveriam ser corrigidas pelo Estado, mas pela iniciativa dos próprios discriminados, percebendo apenas suas capacidades como limites.

A igualdade jurídica para o neoliberalismo implica no mesmo sentido na regulação da garantia de igualdade dos proprietários, o não monopólio e o combate a quaisquer direitos que interfira no direito sagrado estabelecido entre os indivíduos. Para o autor a liberdade deve ser enfatizada na esfera econômica, nas palavras de Friedman: *os liberais não são anarquistas*, caso a liberdade de investir, lucrar e consumir for ameaçada pelos direitos políticos, podendo ser suspensos, apesar de a democracia ser uma condição ideal para o desenvolvimento do livre mercado.

A intransigência é uma das marcas da implantação do neoliberalismo pelo mundo, como veremos a seguir, sob uma forte onda de catastrofismo de ordem ideológica, muitos países considerados liberais abandonaram a tolerância (NEGRI, 2005), o conflito dentro da ordem democrática (PARGA, 2005), ocultou a relação entre corporações e o governo na defesa do capitalismo sem regras. Na nova ordem global, grandes contingentes humanos são descartados a própria sorte (BAUMAN, 2005), já que não se encaixam na sociedade de consumo, algo que cria um poder soberano ainda mais repressor e a possibilidade de viver do produto de seu trabalho algo inalcançável para a maioria dos trabalhadores.

Apesar de seus defensores não aceitarem que se chame Milton Friedman de conservador, afinal o termo é essencialmente ligado aos autores anti-liberais alinhados a tradição como Burke e De Maistre, culpar a esquerda tal alcunha é quase que uma imbecilidade. Pois tanto Milton Friedman como seus pupilos fizeram tudo isso sozinhos, ao se aliarem a governos extremamente corruptos e ditaduras de direita e esquerda para colocarem suas idéias em prática e ao exaltarem teses

neoconservadoras pós-modernas, que decretavam o fim da história em seus discursos para cantar a vitória com a queda do regime soviético⁵².

Como explica a jornalista canadense Klein (2007) o termo doutrina de choque para descrever a implantação do neoliberalismo, que tem como referência a terapia de choque aplicada a pacientes da psiquiatria com o fim de remodelar sua personalidade quando esses estivessem desnorteados momentaneamente, consistiu durante as últimas três décadas na estratégia de “esperar uma grave crise e vender parte do Estado quando os cidadãos estavam ainda se recuperando do choque, e depois transformar as reformas em mudanças permanentes” (KLEIN, 2007, p.16).

Agir rápido, de seis a nove meses, e aplicar todas as medidas econômicas de uma só vez, era o conselho dado por Friedman (1985) para garantir a eficácia das ações em prol da liberação do comércio. Podemos dizer que a síndrome de auto-suficiência neoliberal acreditava que o veneno mais amargo para população era o remédio para estabelecer a cura para sua miséria, só que na prática, o veneno só podia ser aplicado se você matasse o paciente antes, como demonstra as ações dos governos que aplicaram o neoliberalismo de forma ortodoxa.

Nos países de capitalismo avançado, o neoliberalismo tem sua história ligada aos governos do presidente Ronald Reagan (1981-1989) e da primeira-ministra da Inglaterra Margareth Thatcher (1979-1990), e à suas ações para acabar com o estado de bem-estar social, com programas tipicamente neoliberais, às constantes guerras contra as nações, consideradas empecilhos aos interesses econômicos estratégicos dos seus países e à ameaças terríveis à democracia e às medidas para conter qualquer forma de contestação ao estabelecido.

No entanto, é na América Latina e nos países de capitalismo atrasado e emergente onde os problemas estruturais, a desigualdade econômica e disparidades na concentração do poder político possuem antecedentes, historicamente, conectados às elites racistas, patrimoniais e oligárquicas, que o neoliberalismo vai deixar o maior rastro de destruição e deserdados.

⁵²Milton Friedman e seus pupilos da Escola de Chicago exerceram funções importantes nos quadros técnicos dos governos militares ou como conselheiros destes na América latina e Ásia, assim como, na abertura econômica da Polônia, União Soviética, da China e nos eventos causados por catástrofes naturais ou por conflitos bélicos como no caso do Iraque, não só aconselhando quais a medidas que deveriam ser adotadas, mas o momento certo para adotá-las.

4.4 O Neoliberalismo na América Latina

Apesar de o Chile ter sido o grande laboratório de teste da Escola de Chicago, durante a ditadura Pinochet, o caminho para implantação do neoliberalismo na América Latina foi traçado, em 1989, em reunião entre o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que veio resultar no que se chamou de Consenso de Washington.

A proposta dos três organismos internacionais podia ser resumida em três pontos: a) austeridade e equilíbrio fiscal junto com as reformas administrativas, fiscais e previdenciárias, corte nos gastos públicos e políticas monetárias rígidas; b) desoneração fiscal do capital para que possa haver a entrada de empresas no mercado internacional; c) o desmonte total dos modelos anteriores, que tinham como base a intervenção estatal nos assuntos econômicos, a proposta era uma total desregulamentação de alguns setores, principalmente do financeiro e o do trabalho, a privatização, a garantia da propriedade privada e intelectual, também eram parte deste ponto.

Nos países latinos americanos o neoliberalismo havia se confrontado em maior ou em menor grau com o nacional desenvolvimentismo e também com keynesianismo⁵³ durante os anos anteriores. As políticas neoliberais vão ser implantadas com mais eficácia pelos governos eleitos, democraticamente, nos processos de modernização do Estado sob a orientação dos interesses e forças do capital internacional.

Para Parga (2005), os governos neoliberais eleitos iniciaram um novo ciclo de política econômica, marcado por um governo econômico, que no seu cerne possui uma contraditória relação entre desenvolvimento econômico, a participação social na riqueza produzida e a ingovernabilidade imposta por essa ordem.

Para esse mesmo autor, a diferença entre o atual modelo e o antigo, de desenvolvimento econômico capitalista, é que no antigo modelo a pobreza era considerada como uma consequência das limitações impostas à distribuição, nesse sentido, o Estado de Direito e democrático podia compensar e subsidiar políticas e programas redistributivos.

⁵³Mesmo algumas medidas neoliberais haviam sido adotadas anteriormente, sob a orientação de Friedman, os governos militares não tiveram um posicionamento exclusivamente neoliberal.

No modelo atual, a pobreza não é só uma condição, mas um requisito, para produção da riqueza. Os governos para se adequar a esse modelo, onde não é possível que as políticas governamentais sejam pensadas para ampliar a distribuição e participação social das camadas mais pobres na riqueza social, voltam sua política governamental à necessidade do desenvolvimento econômico que prevê a liquidação total do Estado social de direito, e indiretamente de um governo democrático.

Esse autor define que os órgãos de financiamento e cooperação internacional promovem e custeiam, com grandes quantias de dinheiro, as campanhas, que convertem as demandas e reivindicações de maior participação social dos sujeitos coletivos em “guerra contra a pobreza” atenuando os problemas gerados pelo modelo de produção.

As campanhas de guerra contra a pobreza, como observa o autor, vêm acompanhadas também de campanhas de governabilidade, financiadas pelo capital transnacional, na tentativa de encobrir os problemas gerados pela mudança da política econômica de governo para governo econômico da política.

Em muitos casos, o mesmo autor observa que a defesa dos interesses do capital vão contra a existência de um conflito democrático dentro de regras constitucionais, já que em muitas vezes os interesses do capital são defendidos pela violência em detrimento dos direitos sociais, políticos e culturais garantidos pelas leis nacionais e acordos internacionais.

Ainda esse mesmo autor, argumenta que as democracias, no mundo inteiro, modificaram-se em relação a sua natureza e signo: elas não correspondem a uma 3ª onda de democratização, iniciada nos anos 1970, mas a exportação da democracia feita pela adesão ou mais ou menos intensa coerção da força das armas.

Nesse sentido, a democracia, conforme o mesmo autor, se converte com o neoliberalismo no regime político, mais legítimo e legitimador, pelo qual se pode implantar o regime mais excludente e produtor das maiores desigualdades já que a nova ordem econômica global se impõe como um novo modelo mundial de concentração e acumulação capitalista.

Duas observações devem ser feitas nesse momento, a primeira é que o autor não está defendendo uma saída socialista para os problemas gerados pela nova ordem e nem a retomada do Estado de bem-estar social, ele está apenas analisando o enfraquecimento do conflito democrático, mediados pelas leis nacionais e acordos internacionais.

A segunda observação, é que ao ligar o neoliberalismo à modernização do Estado, o autor não está dizendo que antes as elites

oligárquicas e empresariais na América Latina, algum dia, nutriram um respeito incondicional às normas constitucionais, o que ele propõe é a visualização dos conflitos sociais, levando em conta as exigências do capital transnacional como sujeito atuante nas políticas governamentais.

Nesse sentido destacamos que a implantação do neoliberalismo, na América Latina, vai delinear a nova conjuntura de lutas dos povos do continente. Apesar da ortodoxia em favor do livre mercado parecer um fenômeno homogêneo, ela se configura nas economias nacionais de forma diferenciada em relação à atores pontuais, no caso, os mais combativos a sua implantação.

Como exposto no item a seguir, a relação da implantação, no Brasil, do neoliberalismo tem como um dos seus elementos a estreita relação entre o monopólio da mídia e legitimação das políticas econômicas por parte dos governos e a desqualificação realizada por setores conservadores nas instituições públicas e daquelas que podem significar algum tipo de melhoria nas condições de vida da população de baixa renda.

4.5 O Neoliberalismo no Brasil

O neoliberalismo chega ao Brasil nos anos 1990, gerando o que Ricardo Antunes (2004) identifica como a *era da desertificação neoliberal*, iniciada com o Governo Collor sob um modelo de governo *bonapartista aventureiro*, ganha corpo no governo social liberal de Fernando Henrique Cardoso e tem continuidade no governo Lula.

O período Collor, para Antunes (2004), é marcado por um brutal processo de privatização, um amplo aspecto de desregulamentação, um intenso processo de reestruturação, um vasto movimento de financeirização e um enorme e desmesurado ritmo de precarização social.

Quanto ao bonapartismo de Collor, o autor explica que não está procurando a identificação entre singularidades tão distintas, como a França do século XIX e o Brasil dos anos 1990, mas “a dimensão universalizante, presente no fenômeno social e político do bonapartismo” (ANTUNES, 2004, p.7).

Continuando a explicação, ele afirma que a primeira dimensão intrínseca ao bonapartismo se remete ao fato que nos projetos bonapartistas os interesses gerais da ordem são sempre prevaletentes, mesmo quando, alguns interesses dos dominantes são atingidos. Nesse caso, o Plano Collor é exemplar, pois apresenta um “Télos que visa a modernidade do grande capital e, para alcançar tal objetivo, implementa

algumas medidas que, em sua imediatidade, e só neste plano, ferem os setores do capital” (ANTUNES, 2004, p. 8).

A segunda dimensão bonapartista destacada pelo autor advém do fato da *persona* do Bonaparte carece de uma massa de manobra, para que permita calibrar sua autonomia entre ante aos interesses dos dominantes. O Governo Collor também foi exemplar nesse aspecto, com muita astúcia política, do caçador de marajás de Alagoas, teve uma entrada muito forte nos setores mais carentes, mas o bonapartismo não para aí, como afirma o autor, ele tende a constante regressão parlamentar, produto das medidas provisórias e os vetos presidenciais.

No entanto, segundo esse mesmo autor, o bonapartismo de Collor teve seu grau de originalidade e criatividade, que lhe concede o adjetivo de aventureiro, já que o momento em que ele estabelece sua política é um período de transição, que o obrigava a fazer alianças tanto com a direita, como com a esquerda.

Segundo a argumentação desse autor, Collor teria aplicado *o remédio correto em doses exageradas*: modernização privatista; o estímulo às exportações e às práticas de arrocho salarial, mas acompanhadas de ações intervencionistas em relação aos bens financeiros (confisco da poupança), essa simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal, antes experimentada no Chile.

Ainda para esse mesmo autor, um dos principais motivos da deposição de Collor fora a desaprovação ante o capital e entre a população em geral, produto da enorme instabilidade econômica e política gerada pelos escândalos de corrupção, pelo processo de desindustrialização, de informalidade, os confiscos de poupanças e pela tensão com os militares.

A vitória Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a presidência da República, em 1994, foi sustentada pelo impacto positivo do Plano Real⁵⁴, de um lado, e pelas forças políticas conservadoras, sobretudo representadas pelo Partido da Frente Liberal (PFL), de outro, segundo Antunes (2004) se define um processo de implantação do neoliberalismo no Brasil mais acentuado e complexo para seguir a agenda do consenso de Washington.

⁵⁴Segundo Sonia Rocha (2000), pesquisadora do Instituto de Pesquisa Avançados (IPEA), a noção de instabilidade econômica do Plano Real incidiu sobre os valores positivos de crescimento, no entanto, a incidência da pobreza no país, nesse período, encobre trajetórias locais diversas, como melhorias no centro-oeste, mas agravamento dos problemas nas zonas metropolitanas, em consequência da extinção de postos de trabalho pouco qualificados.

Esse mesmo autor (2004), explica que no início do seu mandato, em 1995, FHC se depara com uma forte greve dos petroleiros, que atingiu todo o país, causando o desabastecimento de produtos e um inevitável desgaste perante a opinião pública, tal situação fez o governo adotar uma “nova racionalidade” em relação aos sindicatos e movimentos sociais, com o objetivo de abrir caminho para as medidas neoliberais.

Segundo esse mesmo autor, FHC passa de opositor para inimigo dos trabalhadores, reprimindo-os, aplicando-lhes pesadas multas e outras medidas legais, proporcionadas por alterações jurídicas que lhe conferiam amargas derrotas, algo próximo que já havia acontecido com o governo da dama de ferro na Inglaterra, durante os anos 1980, que considerava como seu inimigo o sindicalismo reivindicatório combativo.

No campo, o inimigo, declarado de FHC, chama-se Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), combativo e vigoroso na ação por uma reforma agrária real, o MST recebeu do Governo Fernando Henrique Cardoso, um tratamento parecido com o dado aos sindicatos, porém muito mais duro do ponto de vista dos seus impactos sociais.

Segundo Coletti (2003), a Medida Provisória nº 2.109-50, de 27.03.2001, da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24.08.2001, e da Portaria /MDA/ nº 62, de 27.03.2001, determinaram a vistoria, por dois anos, em imóveis ocupados pelos sem-terra (em setembro de 2002 havia 88 imóveis nesta situação, relacionados na página do INCRA na Internet), suspensão de vários processos de desapropriação de imóveis ocupados (nesta situação havia, na mesma data, 28 imóveis relacionados) e determinou a exclusão, do “Programa de Reforma Agrária”, dos trabalhadores que praticarem “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais” (25 nomes e respectivos documentos de identificação estão relacionados no sítio do INCRA).

A continuidade da política de privatizações e as reformas constitucionais são duas marcas deixadas por esse governo. As privatizações, para Bolieiro Junior (2006), eram uma das prioridades do governo para desafogar das tarefas econômicas estratégicas do passado, assim como, para obter recursos extras para o caixa de seu governo.

O governista, do Partido da Social Democracia Brasileira, afirmava ser uma ação de modernização contra o empreguismo tradicional do setor público. O Estado, agora, deveria apenas regular e não mais produzir, nesse primeiro momento, foram vendidas, do setor industrial: a Companhia Siderúrgica Nacional, inaugurada em 1943 por

Vargas; a Companhia Vale do Rio Doce; assim como, o sistema Telebrás, que atendia todo o país⁵⁵.

Mais a frente, sendo vendidas 35 empresas, de diferentes tamanhos e setores da economia, na qual se incluem: o setor petroquímico, de fertilizantes; o setor ferroviário, o elétrico, de mineração, o portuário; e o setor financeiro, arrecadando cerca de US\$ 20 bilhões, sendo US\$ 11 bilhões em recursos reais, senão contarmos com os de R\$ 10 bilhões, Banco Nacional de Desenvolvimento destinados para socorrer empresas que assumiram o controle de ex-estatais privatizadas.

Para Bolieiro Junior (2006), as reformas do governo Fernando Henrique não poderiam ser realizadas sem mudanças na estrutura jurídica do país, tendo em vista, que a constituição de 1988 era compatível com o nacional desenvolvimentismo e mantinha muitas das estruturas de uma economia essencialmente estatista.

Segundo esse autor, FHC não poupava críticas à constituição que fora chamada outrora de constituição cidadã, atribuindo a ela os adjetivos taxativos, fortemente associados ao atraso e à ineficiência do Estado, mas para ter apoio necessário para passar as medidas por via parlamentar se aliou ao Partido da Frente Liberal, maior partido de direita do Brasil, para conseguir aprovar muitas medidas de seu ideário reformista, contrariando interesses e desconsiderando o caráter impopular das medidas.

Diniz (2001) observa que o esforço reformista do Governo Fernando Henrique na tarefa de sepultar a Era Vargas, superar os entraves representados pela sobrevivência da antiga ordem e promover um novo modelo econômico centrado no mercado, foi de tal forma eficaz, que seria anacrônico voltar a tentar operar pela antiga ordem.

No entanto, essa autora define que ao invés de promover a não intervenção do Estado na economia de mercado, suas ações guiadas pela hegemonia neoliberal, onde a primazia do paradigma tecnocrático promoveu o fortalecimento desproporcional do Executivo, pela concentração de poder decisório, nesta instância, cada vez mais

⁵⁵As privatizações da Vale do Rio Doce e da Telebrás foram alvo de muitas suspeitas, até mesmo entre os defensores das medidas privatistas, Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-caixa de campanha de FHC e do senador José Serra e ex-diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, é acusado de pedir propina de R\$ 15 milhões para obter apoio dos fundos de pensão ao consórcio do empresário Benjamin Steinbruch, que levou a Vale, e de ter cobrado R\$ 90 milhões para ajudar na montagem do consórcio Telemar.

controlada pela alta tecnocracia, enfraquecendo os suportes institucionais da democracia.

O que autora chamou de paradigma tecnocrático:

(...) segundo o qual, independentemente do regime político em vigor, eficiência governamental seria a resultante de um processo de concentração, centralização e fechamento do processo decisório, sendo a eficácia de gestão reduzida à noção de insulamento burocrático (DINIZ, 2001, p.19).

Orientou outra reforma do setor radiodifusão no Brasil, essa, menos visível para maioria da população brasileira, porém não menos importante para a política nacional. Contemplando não só os grupos de poder que já detinham o monopólio da mídia de massa, como também, estabelecendo critérios puramente econômicos para manutenção desses grupos com o monopólio como relatado a seguir.

4.5.1 Os Donos da Mídia no Brasil

O histórico da relação entre governos e elites políticas, na radiodifusão brasileira, demonstra uma configuração bastante nítida entre a troca de favores políticos. Esse fenômeno, já observado por vários autores, se configurou, tanto pela lógica clientelista, como pela necessidade dos governos de darem suporte a seus planos de desenvolvimento, como no caso do desenvolvimentismo durante a ditadura militar, que para ampliar seu espectro nacional concedeu privilégios e apoio para a formação do maior grupo de radiodifusão no país, a rede Globo.

Embora o monopólio atual, da radiodifusão brasileira, demonstre uma aparente concorrência entre as grandes emissoras de televisão por causa da disputa de audiência entre a Rede Globo e a Rede Record, essa segunda pertencente a Edir Macedo, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, a configuração do monopólio da mídia não mudou muito, pelo contrário, apenas se estendeu e incorporou novas tecnologias.

Nesse momento, tentar-se-á ater apenas as mudanças na radiodifusão brasileira procurando sintetizar a manutenção do clientelismo dentro da modernização do Estado, lembrando que o espectro eletromagnético no Brasil, como em outras partes do mundo, é entendido como bem público e finito.

No Brasil sua exploração é regulada pelo Estado, mediante à concessão, pelo artigo 21 da Constituição Federal da República do Brasil, de 1988.

Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, para a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais.

No entanto, a regulação que deveria apresentar a sociedade brasileira, critérios claros e objetivos a fim de que esse bem público fosse revertido direta ou indiretamente para benefícios da população, na realidade não passa de mera formalidade, já que o quadro alarmante de privilégios de interesses das elites, a falta de transparência e fiscalização que predominam historicamente nas políticas de concessões de rádio e televisão.

No Estado Novo, de Getúlio Vargas (1937-1945), os critérios de concessão de rádios eram eminentemente políticos, não era em vão que representavam a voz do poder (CALDAS, 1986).

No seu primeiro mandato (1930-1937), Getúlio Vargas havia já emitido uma série de portarias e decretos que concedia ao executivo o controle total da radiodifusão, tudo passava pelo controle do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha como modelo o Ministério da Informação e Propaganda nazista controlado por Goebbels durante o nazismo (1933-1945).

Mesmo com o advento da televisão na década de 1950, a regulação só vai acontecer apenas em 1962, com a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações, que na melhor das hipóteses apenas facilitou a ocupação das frequências previstas abrindo um espaço enorme para o crescimento do setor privado.

A criação do código coincide com a fundação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT), que demonstrou sua força no Congresso Brasileiro quando conseguiu derrubar 52 vetos do presidente João Goulart, que considerava a proposta excessivamente liberalizante. Entre os vetos derrubados, a renovação das concessões de forma automática quando não houvesse irregularidades comprovadas contra a emissora que já detinha a concessão.

A prerrogativa de concessão exclusiva ao presidente da república, contida no Código de Telecomunicações, permitiu a continuidade do uso das concessões como moeda de troca dos interesses públicos e de representantes das elites. Em 1963, dois decretos ainda estabeleceram um período de validade das concessões, para rádio, por 10 anos e da televisão por 15 anos. Em 1967, o decreto-lei 236 estabelece condições para as outorgas de rádio e TV, mas esse decreto é omissivo em um ponto fundamental: o uso de um bem público para fins privados.

Durante o regime militar (1964-1985), o projeto desenvolvimentista investiu no desenvolvimento tecnológico nacional através das telecomunicações, área considerada de extrema importância para o controle político no país. Ao mesmo tempo outorgou centenas de concessões de rádio e televisão para os colaboradores do sistema. Esse período também é marcado por uma aliança entre o governo militar e a Rede Globo de Televisão, que permitiu o aporte ilegal de dinheiro do grupo *Time-Life*, que culminou no crescimento da rede Globo, ao ponto de controlar 90 % das rádios e televisões no país.

Durante o governo Figueiredo (1979-1985), foram concedidas 634 concessões de radiodifusão, 295 rádios AM, 299 rádios FM e 40 emissoras de TV. Mesmo no período de democratização a ABERT tentou pressionar por diversas vezes para que as concessões vigentes permanecessem sem critérios e regras claras.

Durante o governo Sarney (1985-1989), o presidente e o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães utilizaram as concessões para agradar seus aliados políticos, em três anos e meio foram outorgadas mais de 1.028 concessões, mais de 25% só em setembro, mês que seria promulgada a constituição. Os beneficiados eram parlamentares de direita que se comprometeram em apoiar os projetos de Sarney, entre eles, o projeto aprovado que aumentava de quatro para cinco anos o mandato da presidência da república.

No período do governo Collor (1990-1992), as concessões foram suspensas, mas isso não significa que a relação entre os proprietários dos meios de comunicação e a classe política tenha sido menos importante. A manipulação no compacto do debate entre os candidatos a presidência da república, a no *Jornal Nacional*, na véspera das eleições de 1989, dava a vitória do debate a Fernando Collor sobre Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, que impactou o resultado das eleições que favorecendo a candidatura de Collor.

Como lembra Cíntia Sandri⁵⁶, da revista eletrônica *Canal da Imprensa*, a evidente manipulação do debate despertou o descontentamento de artistas e intelectuais simpatizantes do Partido dos Trabalhadores, que realizaram uma manifestação na frente da sede da emissora no dia seguinte, mas como se a manipulação do debate não bastasse, no dia da eleição foi noticiado pelo jornal *O Estado de São*

⁵⁶SANDRI, Cíntia **Lula editado**. Disponível em: <http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/nostalgiavint5/nostalgiat2.htm>. Acesso em: 12 jul. 2008

Paulo, uma suposta ligação do PT com o seqüestro de Abílio Diniz, empresário da rede de supermercados Pão de Açúcar.

Segundo a jornalista, após todos os debates e notícias, Collor venceu a disputa com 50% dos votos e Lula ficou com 44%, com uma diferença de apenas quatro milhões de votos⁵⁷.

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), foram anunciadas mudanças no sentido de dar mais transparência aos processos de concessão, o decreto 1720/95 estabeleceu que a necessidade de licitações e o pagamento pelo uso das licitações, mudanças que privilegiaram as empresas com maior poder econômico e não critérios baseados na proposta de conteúdo da programação.

Durante esse período foi efetivada a Lei de TV a Cabo (Lei nº 8.977, de Janeiro de 1995): a qual permite a participação estrangeira em até 49% do capital das concessionárias; a quebra do monopólio Estatal das telecomunicações (Emenda Constitucional nº 8, de agosto de 1996); a Lei Mínima (Lei nº 9.472, de julho de 1997), que permite a entrada de capital estrangeiro para área de telefonia celular, no limite de 49%; e a Lei Geral de Telecomunicação (Lei nº 9.742, de julho de 1997), que autorizou o poder Executivo a estabelecer qualquer limite à participação estrangeira no capital de prestadoras de serviços de Telecomunicações.

As reformas do Estado, no período Fernando Henrique, dividiram o setor de comunicação, a medida tinha o objetivo de possibilitar maior facilidade da privatização do setor de telecomunicações, agora regulado pela Lei Geral de Telecomunicação (Lei nº 9.742, de julho de 1997), e fiscalizado pela Agência Nacional de Telecomunicações, uma autarquia administrativa independente, financeira autônoma, não subordinada hierarquicamente a nenhum órgão de governo brasileiro. As outorgas de rádios e TVs continuaram a ser reguladas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações.

Durante o governo FHC foram dadas 1848 outorgas de estações retransmissoras de TV, 268 foram entregues a políticos; 342 ao grupo SBT; 319 à Rede Globo; 310 à Rede Vida, ligada à Igreja Católica; 252 à Bandeirantes; 151 à Rede Record, ligada a Igreja Universal do Reino de Deus e 125 às TVs Educativas.

⁵⁷Para muitos até hoje, a vitória de Collor teve ligação direta com malfadada edição, para o vice-presidente da emissora, o debate não influenciou em nada as eleições, para ela é fácil perceber o empurrão dado a Collor.

4.5.2 O Social Liberalismo do Governo Lula

A implantação do neoliberalismo, no Brasil, foi mantida pelo governo Lula, segundo Antunes (2005), não só dando continuidade a política econômica de FHC, realizando das reformas onde seu antecessor havia falhado, como também, favorecendo o capital internacional, irmanando velhos adversários no movimento sindical e dos partidos de esquerda.

Para esse autor, foi entristecedor constatar que a primeira reforma do governo Lula, a (*contra*) reforma da previdência e sua privatização, foi agendada pelo Fundo Monetário Internacional e aceita sem resistência pelo governo, desestruturando um importante setor da classe trabalhadora brasileira, composta pelos funcionários públicos que haviam sido, até então, as bases de sustentação do Partido dos Trabalhadores, particularmente no difícil período da ditadura militar.

Embora o mesmo autor demonstre ter nutrido uma esperança que a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições presidenciais freasse a desertificação neoliberal, ele de forma bem mais pragmática que na passagem acima, afirma que os motivos pelos quais as forças do governo não terem se voltado contra os capitais financeiros, contra os capitais transnacionais, contra os proprietários agrários e sim, contra os trabalhadores do espaço público deve-se a contextualidade vivenciada nos anos 1990.

Onde, segundo sua observação pode-se presenciar a proliferação do neoliberalismo pela América Latina, o desmoronamento do socialismo real e a social-democratização da esquerda e seu influxo para agenda social liberal, “eufemismo que certa esquerda usa quando pratica o neoliberalismo” (ANTUNES, 2005, p. 3).

Antunes (2004) define que a social-liberalização do PT parece completar o ciclo da maioria política: o PT nasce no seio dos movimentos sociais na década de 1970, sob um signo da recusa tanto do socialismo real, como da social democracia, sem migra para o capitalismo, onde sua grande vitalidade era produto dos laços com as forças sociais do trabalho. Nos anos 1980, onde os movimentos do mundo do trabalho tiveram um significativo, o PT estava junto com movimentos sociais, do campo e da cidade e sindicatos, “que interrompiam pela base, questionando nossa trajetória quase prussiana, autocrática, cujos estratos de cima expressavam um universo burguês ao mesmo tempo agressivo e medroso, elitista e insensível” (ANTUNES, 2005, p. 3).

Para esse mesmo autor, o PT chega aos anos 1990, depois do processo de modernização neoliberal do Estado de Collor a FHC, no meio de uma tempestade, oscilando entre a resistência ao desmonte e a assunção da moderação. Lutava contra as políticas neoliberais, mas aumentava sua sujeição aos calendários eleitorais, se atenuando cada vez mais a institucionalidade.

Ainda, esse autor explica que a metamorfose do partido contra-ordem para um partido da ordem, decorre das derrotas nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, assim como, das transformações profundas no Brasil.

No apogeu da fase da financeirização do capital-dinheiro, do avanço tecno-científico, do mundo digital e quase espectral, onde tempo e espaço se convulsionam, o Brasil vivenciava uma mutação do trabalho que alterava sua polissemia, da qual a informalidade, precarização e desemprego são expressões. Ingressamos então na simbiose entre a era da informalização e a época da informatização (ANTUNES, 2005, p. 4)..

Segundo Antunes (2005), quando o PT chega ao governo em 2002, o país estava de cabeça para baixo, as lutas sociais tinham quase sido completamente estancadas pelas medidas repressivas de FHC e, porque nem o PT era mais o mesmo, enquanto o Brasil parecia estar desertificado, o PT parecia desvertebrado.

Esse autor argumenta que a Carta aos Brasileiros, assinada pelo PT em plena campanha eleitoral era uma clara demonstração de que o governo do PT seria fiador dos grandes interesses do capital financeiro, sob o comando do FMI. A metamorfose do PT, durante os anos 1990, decorre do processo parecido com a transformação do Labor Party inglês no New Labor de Tony Blair, mas a intensidade da subordinação ao financismo, ao ideário e à pragmática neoliberais, deixou estupefatos até seus mais áspers críticos.

A política de conciliação de classes, na época da campanha, que reunia em torno de Lula setores oriundos dos setores financeiro, industrial, do agrobusiness, comunicação, e segundo Leher (2006), vão refletir na agenda e na composição ministerial do governo.

Na área econômica, segundo o autor, os quadros mais relevantes do governo Lula vão ser buscados no mercado, o Banco Central vai ser entregue a Henrique Meirelles, ao deputado eleito pelo PSDB e ex-presidente do *Bank of Boston*, atual *Boston Fleet*, mesmo a despeito das críticas, que haveria conflito de interesses por Meirelles ter presidido o

banco envolvido em operações obscuras que levaram a crise o default argentino de 2002.

Ainda, esse mesmo autor explica que tendo em vista a experiência de Meirelles como lobista do setor financeiro, no processo reforma constitucional marcada pela liberação do setor financeiro e, os seus vínculos com Wall Street, o Banco Central pode ser operado segundo os interesses de seus credores, a mesma lógica é aplicada ao Banco do Brasil, principal banco de crédito do país.

O Ministério da Fazenda é entregue a Antônio Palocci, para Leher (2006), um petista com fortes afinidades com o neoliberalismo, ex-prefeito de Ribeirão Preto, São Paulo, que durante sua gestão promoveu uma intensa privatização, incluindo a distribuição de água, este deixará o cargo em 2006, a pedido do presidente Lula, após ser acusado de chefiar um esquema de corrupção na época em que era prefeito de Ribeirão Preto, onde cobraria propina de até 50 mil reais mensais de empresas que prestavam serviços à prefeitura. No lugar de Palocci entra Guido Mantega, economista e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que continua no cargo até hoje.

Esse autor ainda define, seguindo a mesma de opção pelo mercado, os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Agricultura são entregues a dois representantes do agrobusiness: o pecuarista Marcus Vinícius Pratini de Moraes e do desenvolvimento Luiz Fernando Furlan, atual presidente do conselho de administração da Sadia, após ser substituído por Miguel João Jorge Filho, que antes havia sido vice-presidente de assuntos legais, recursos humanos e assuntos corporativos da Volkswagen e do Banco Santander.

Ainda sobre a composição do governo Lula, o Ministério da União Nacional responsável pela interface entre os estados, foi assumido por Ciro Gomes, ex-candidato a presidência, o comando político foi confiado a tendência majoritária do PT, a Articulação, segundo o autor, responsável pela inflexão do partido rumo ao centro esquerda. As áreas sociais, onde se inclui o Ministério da Comunicação, foram distribuídas tanto à corrente majoritária como aos partidos aliados, ministérios que tiveram cortes profundos em seus orçamentos por exigência do ministro da fazenda.

Sobre a composição do governo, na política de relações exteriores, o autor afirma, que é preciso uma análise sistemática posterior em outro espaço, já que o Ministro Celso Amorim, um diplomata que ficou conhecido por ter sido punido pelo governo FHC

por seu envolvimento com a campanha contra o Acordo de Livre Comércio das Américas e Samuel Pinheiro Guimarães vêm assumir posturas a favor da soberania nacional e dos demais países latino americano, contra o plano Colômbia, contra invasão Americana no Iraque, próximo da trajetória anterior do PT, muito diferente da política macroeconômica marcada pelo forte viés social liberal.

Apesar desse autor não mencionar, falta também uma análise sistemática da ação dos militares brasileiros que chefiam a missão de paz da ONU no Haiti. Denunciada pela Anistia Internacional por desprezar os direitos humanos para com a população local e de ser uma ocupação motivada pela vontade imperial de manter superexploração, por parte das multinacionais, em toda a América Central e no Caribe, segundo a Campanha que pede a retirada das tropas da ONU do Haiti.

Como observa Leher (2006), os rumos da política do governo Lula vão ser determinados pelas políticas macroeconômicas, mas nos restringimos aos rumos do setor de radiodifusão, essa de responsabilidade direta do Ministério das Comunicações, por essencialmente traduzirem as práticas do governo atual contestadas, não só por seus críticos, mas também, pelos movimentos sociais.

4.5.3 O Coronelismo Eletrônico

Suzy dos Santos (2007) em *Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito* analisa a política de radiodifusão no Brasil por meio da re-adaptação do conceito de coronelismo de Victor Nunes Leal, 1949, onde (...) o “coronelismo” é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público (...) e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra.

Para Santos (2007), o coronelismo eletrônico se dá através da adição das empresas de comunicação de massa, em especial as de radiodifusão, como um dos vértices do compromisso de troca de proveitos entre as redes de comunicação de massa e os chefes políticos. Nessa modalidade de coronelismo, o que interessa ao coronel eletrônico é essencialmente a capacidade massiva de disseminação do seu poder de influência, fenômeno que acompanha a história da radiodifusão brasileira.

As redes de clientelismo que o coronelismo eletrônico estabelece nem sempre são óbvias, como exemplo, a autora cita o caso dos deputados evangélicos, que apesar de não terem as outorgas das

emissoras no seu nome fazem a defesa dos interesses das suas igrejas para liberação de outorgas. Outras nem tanto, como no caso noticiado pela jornalista Elvira Lobato, no Jornal Folha de São Paulo, em 19/6/2006, que relatava em detalhes a distribuição de outorgas, pelo governo Lula, de TVs e rádios educativas para políticos e fundações ligadas aos parentes de políticos.

O governo Lula reproduziu uma prática dos que o antecederam e distribuiu pelo menos sete concessões de TV e 27 rádios educativas à fundações ligadas a políticos. Entre políticos contemplados estão os senadores Magno Malta (PL-ES) e Leonel Pavan (PSDB-SC). A lista inclui ainda os deputados federais João Caldas (PL-AL), Wladimir Costa (PMDB-PA) e Silas Câmara (PTB-AM), além de deputados estaduais, ex-deputados, prefeitos e ex-prefeitos. Em três anos e meio de governo, Lula aprovou 110 emissoras educativas, sendo 29 televisões e 81 rádios. Levando em conta somente as concessões a políticos, significa que ao menos uma em cada três rádios foi parar, diretamente ou indiretamente, nas mãos deles.

Como no caso da Fundação Rodesindo Pavan, administrada pela esposa do ex-senador e vice-governador de Santa Catarina Leonel Pavan, que recebeu uma rádio em Balneário Camboriú (SC), o quadro de conflitos de interesses ocorre também na escolha da comissão de Ciência e Tecnologia. Pelo artigo 180 do regimento interno da Câmara Federal dos Deputados, o deputado deve ser impedido de votar, caso a pauta no caso se configure como causa própria, mesmo assim, dos 80 membros da comissão, pelo menos 16 deles têm envolvimento direto com emissoras de rádio e TV.

Santos (2005), descobriu um total de 97 políticos, os quais controlam as 128 geradoras, que configuram as concentrações familiares ou de apadrinhamento divididas entre os Estados da União, como se fossem feudos reeditados. Na figura 1, essa autora relaciona os políticos com outorgas de TV aberta e o tipo de atuação e partido.

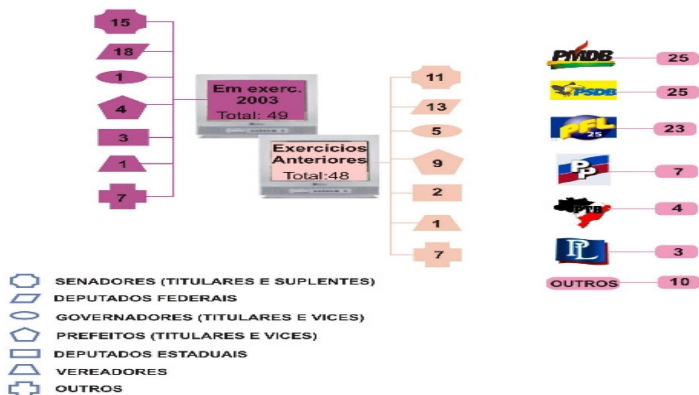


Figura 1 - Relação dos Políticos com Outorgas de TV Aberta e o Tipo de Atuação e Partido.

Fonte: Santos (2005).

O PMDB, PSDB e o PFL aglutinam mais de 73,2% dos personagens envolvidos com o conflito de interesses.

Mesmo que o Artigo 54 da Constituição afirme que os deputados e senadores, desde a expedição do diploma, não podem: (...) *manter ou firmar contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes* (...) sob pena de perda de diploma, 53 deputados e 23 senadores possuem diretamente veículos de comunicação; 40 geradoras de televisão afiliadas e 705 retransmissoras da Rede Globo estão nas mãos dos políticos; 128 geradoras e 1765 retransmissoras de outras redes de televisão estão também na mão de políticos.

Para Santos (2005), no governo Lula pouco ou nada tem sido feito em termos de uma política de desenvolvimento social para o setor de comunicação, parece que cada novo governo que assume torna-se mais prisioneiro da centralidade da mídia na legitimação das políticas e na construção de imagens positivas perante a população, e por enquanto, o projeto político do governo Lula contraria as expectativas numa profunda mudança no setor.

Essa autora, define que o coronelismo eletrônico, com a força dos seus interesses ideológicos, acima dos interesses de movimentos sociais e do mercado de comunicações, mantém seu *status quo* vigorando, apesar de haver exemplos de elites políticas proprietárias de serviços de

TV por assinatura e provedores de conteúdos para internet, mas na lógica dos coronéis o caráter fragmentado destes meios não compensa o volume de investimentos necessários para implantação.

A adoção do ideário neoliberal acontece de forma cautelosa à lógica do clientelismo das comunicações brasileiras, tanto a flexibilização da regulamentação como a competição de livre mercado se reservam a espaços que não alteram o domínio dos coronéis eletrônicos.

O grupo *Intervozes* afirma, em seu informativo, que os meios de comunicação de massa têm apresentado a questão da implantação da TV Digital apenas como uma melhoria na imagem, a interatividade, como a possibilidade de escolha de câmeras pelo espectador, venda interativa, jogos e previsão do tempo, reduz também o tema na escolha de três padrões: o norte-americano, o europeu e o japonês, ocultando que a escolha pelo modelo de alta resolução só beneficiará as camadas mais altas da população, com poder aquisitivo para comprar aparelhos que sejam compatíveis com todos os recursos da tecnologia.

A TV Digital, segundo *Intervozes*, pode ser uma ferramenta importante para inclusão digital no Brasil, onde apenas 20% da população têm acesso a um computador ligado a internet e 90% têm TV em sua casa. A interatividade pode servir para disponibilizar aos brasileiros serviços interativos educacionais, de governo eletrônico, como também os serviços de e-mail, entrega de imposto de renda entre outros. A tecnologia de digitalização pode permitir também uma mudança radical no atual contexto de monopólio, já que há a possibilidade real de criação de novos canais, se adotado o modelo de multiprogramação, como adotado na Europa, o mesmo espaço que mantém apenas um canal analógico, permite, com a digitalização, quatro novas programações no mesmo espaço, quando digitalizado.

No início do governo Lula, em 2003, foi criado pelo decreto 4.901 de 26 de dezembro, com um investimento de 80 milhões de reais, o edital para criação do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) seus objetivos: promoção da inclusão social, a diversidade cultural e a língua portuguesa por meio do acesso a tecnologia digital, visando à democratização da informação; planejar o processo de transição do sinal analógico para o digital, de modo a garantir a adesão gradual de usuários a custos compatíveis com a realidade de renda da população; estabelecer ações e modelos de negócios para o setor; incentivar o desenvolvimento industrial regional e local para o desenvolvimento de instrumentos e serviços digitais (BRITTOS; BOLAÑO, 2007).

Os 22 editais do investimento inicial de 38 milhões de reais, resultou em consórcios de pesquisa, que reuniram 100 instituições, mais de 1200 pesquisadores de universidades, centros de pesquisa e empresas que iriam desenvolver os instrumentos e serviços necessários para atingir os objetivos do SBTVD.

Segundo matéria da Folha de São Paulo de 5 de fevereiro, de 2006, uma verdadeira guerra foi travada sobre os rumos da TV Digital, de um lado, encontravam-se as emissoras que detinham o poder político e um defensor, o Ministro Hélio Costa, do outro lado as empresas de telefonia que detinham o poder econômico, os fabricantes, e ambas interessadas na grossa fatia de mercado, que pode movimentar mais de R\$100 bilhões. Os fabricantes e fornecedores dos padrões de digitalização, nesse caso, exerciam papel secundário.

A queda de braço entre as telefônicas e emissoras culminou no fim do primeiro mandato do governo Lula com a escolha do padrão japonês, a escolha que tinha como objetivo político a gratidão das emissoras e seu apoio político.

A escolha perigosa recebeu diversas críticas e oposições, mas o que marca o fenômeno é a continuidade aos interesses do privado sobre o público, já que as concessões do sinal digital foram dadas aos já proprietários das emissoras, ignorando que a faixa de 6mhz pode comportar quatro programações e a eliminação da figura do operador de rede⁵⁸ permitiu que as emissoras continuassem a transmitir diretamente seus sinais, sem a regulação de um mediador que poderia definir o uso do sinal; um “cala boca” nos opositores, tanto de mercado quanto da sociedade civil, já que os coronéis mostraram que sua força política mostrava-se inabalada.

Sobre o comportamento da mídia brasileira em relação à política governamental, podemos dizer que apesar dos grandes meios de comunicação darem uma grande visibilidade para o moveidço campo da política institucional, ela o faz, quase sempre, denunciando a corrupção nas esferas do executivo e parlamentar, lógico que operando segundo seus interesses e dos grupos de poder ao qual se aliam circunstancialmente.

Essa prática midiática faz a sugestão de que o campo governamental e parlamentar estão imobilizados pelos escândalos⁵⁹,

⁵⁸Na TV Digital é possível separar os provedores de programação e os operadores de rede de transporte, responsáveis pelo controle da recepção e transmissão do sinal.

⁵⁹O mensalão nunca foi uma prática estranha a oposição do governo Lula, como demonstrado a compra de votos para a votação da reeleição e dos cinco anos de mandato nos anos FHC, o

embora aquilo que não é dito no jornais, revistas e noticiários televisivos revela que o campo da política institucional tem alargado os poderes das elites favorecendo-se da grande cortina de fumaça que é gerada pelos escândalos de corrupção. Ao desviar a atenção pública da agenda política, as decisões mais penosas da classe trabalhadora são tomadas, muitas vezes, sem visibilidade a oposição, muitas delas com apoio de antigos aliados dos trabalhadores.

A atuação dos interesses transnacionais nos países latino-americanos nos últimos anos, muitas vezes, se manteve por uma aparente equação, onde governos operam como agentes dos interesses transnacionais apesar de manterem discursos altamente contrários aos que pregam os defensores do neoliberalismo ortodoxo.

Essa equação só pode ser compreendida se levar em conta a existência de elites provenientes da tecnocracia, das velhas oligarquias e dos movimentos sindicais e anti-sistêmicos preexistentes, concentradas em várias instituições estatais e privadas, operam na construção de apoios necessários para manter vivos seus privilégios.

Como produto dessa equação tem-se a manutenção das políticas neoliberais, temos um conflito social complexo entre sujeitos sociopolíticos, que buscam o alargamento de conquistas para os setores populares, aqueles que querem manter as regalias do poder oligárquico e os tecnocratas de toda espécie.

Isso significa dizer, em outras palavras, que a perda da autonomia política dos gestores públicos os obriga imprimir mudanças cada vez mais rápidas e penosas no cotidiano dos milhares de cidadãos, para que a burguesia nacional, dependente do capital internacional, não entre em colapso.

O campo da política institucional dentro do Estado-nação, mais do que antes, torna-se um poderoso mecanismo de contenção de crises geradas pelo descontentamento da população, com o uso da violência ilegítima pelo Estado, já que as decisões que poderiam melhorar a vida dos seus cidadãos não estão ao seu alcance, elas foram embora junto com sua autonomia do governo.

que é estranho, realmente, é a amnésia pela qual vive a sociedade brasileira em relação a história da classe política, que gera espetáculos um tanto cômicos, como a campanha do movimento Cansei, alguns anos atrás, a escolha de um dos representantes das grandes emissoras como ministro das comunicações e o senador Collor como fiscal da obra do Plano de Aceleração do Crescimento na figura de presidente da comissão de infraestrutura do senado.

5 O CICLO MUNDIAL DE PROTESTOS

O ciclo de protestos, iniciado nos anos 1990, contra as corporações, a implantação de políticas neoliberais e do livre comércio recebeu uma série de denominações, que em maior ou menor grau, se aproximam da natureza das ações coletivas protagonizadas por uma diversidade enorme de sujeitos coletivos em diversos países, em movimento de movimentos que tem suas especificidades inerentes ao seu tempo, espaço, sua história, suas possibilidades e recursos (Melucci, 1999).

A denominação que ficou mais conhecida é movimento antiglobalização, apesar de ser utilizada amplamente pela mídia convencional, por acadêmicos e ativistas atraídos pela visibilidade midiática das manifestações contra Organização Mundial de Comércio (OMC), na cidade de Seattle, em 1999 (LUD, 2001), é a designação que mais se afasta de uma aproximação da natureza do fenômeno.

O problema do termo está no prefixo “anti”, este dá um sentido reducionista a essas ações coletivas, como se os protagonistas desses protestos fossem contra qualquer tipo de globalização e, não, contra a globalização imposta, de cima para baixo, como única alternativa de desenvolvimento econômico, político, e cultural, mas porque ela traz uma série de significados que procuram desqualificar os sujeitos dos protestos usando de artifícios midiáticos.

Cotidianamente os editoriais e matérias jornalísticas, tendenciosamente, descontextualizam os eventos, atribuindo sentidos negativos das ações coletivas aos seus protagonistas, reforçando com certa naturalidade as opiniões dos chefes de estado centrais na economia global, da classe política, gestores corporativistas e outros setores da sociedade, que orientam pelo conservadorismo político neoliberal.

Outro problema inerente à denominação movimento antiglobalização é o tipo de divisão que ela sugere, impedindo a visualização das conexões entre as ações coletivas protagonizadas por movimentos sociais de base territorial rural e urbana e as manifestações-bloqueio que visam barrar as reuniões do G8, Banco Mundial, OMC, FMI etc.

Outra designação bastante difundida é movimento global anticapitalista global, ainda que seja atrativo acreditarmos que todos os sujeitos envolvidos nos protestos de Gênova, Seattle e Praga etc. apontem suas práticas para o anticapitalismo, não podemos deixar de salientar que parte dos envolvidos nos dias de ação global, nos

encontros e convergências contra as políticas neoliberais e suas conseqüências, não são necessariamente anticapitalistas.

Sindicatos reformistas, partidos políticos, ONGs e cristãos progressistas fazem parte deste cenário, constituem grandes redes associativistas que realizam campanhas como o perdão da dívida externa dos países pobres, contra os tratados livre comércio e as privatizações dos recursos naturais, orientando seus objetivos para a regulação da economia e a garantia dos direitos humanos. Nesse sentido, as visões de mundo e as práticas políticas dos sujeitos coletivos guiam-se, como observa Castells (1999), por identidades legitimadoras, ou seja, se guiam para reprodução das instituições da sociedade.

Negri e Hardt (2001) situam as ONGs, assim como, os cristãos progressistas e os meios de comunicação, como um arsenal de “forças legítimas” de sua intervenção da rede do poder imperial, que agem como pacificadoras dos conflitos, movendo-se local, regional e mundialmente, como agentes da paz na nova ordem mundial, por mais que os seus militantes neguem esse papel.

Apesar de não discordar totalmente da afirmação de Negri e Hardt, é necessário separar as ONGs, que estão na folha de pagamento do governo e do capital internacional, na função implantar políticas focalizadas para amenização dos problemas gerados pelo capitalismo, das ONGs que, vulgarmente falando, são arranjos jurídicos para receber doações aos movimentos sociais, como acontece com os zapatistas do Chiapas e no MST Brasileiro ou que realizam trabalhos de assessoria jurídica e de formação sem a pretensão de substituir os sujeitos sociais frente os conflitos.

Como movimento anticapitalista, definimos as esquerdas libertárias, que se orientam por princípios coletivistas e autogestionários, como os sindicatos radicais anarquistas e marxistas, os movimentos indígenas e camponeses, os coletivos, redes e outras formas de associação, como as mídias radicais alternativas, que apresentam *a tendência*, em diferenciados graus de intensidade, de re-significar a política como valor de uso, dando sentido à outra hegemonia não alienada.

No decorrer do texto iremos denominar movimentos de resistência global, para designar os protestos dos movimentos sociais de base territorial e as convergências de movimentos que protagonizam as manifestações contra implantação das políticas neoliberais, as corporações e os órgãos gestores do capital transnacional.

O termo movimentos, no plural, designa que não estamos falando de um único movimento e sim de redes movimentalistas e coletivos em

rede, em confluências e movimento de movimentos, que assumem conteúdos e práticas comuns e um oponente declarado, no caso, a globalização corporativa e a implantação das políticas neoliberais.

O termo resistência apresenta elasticidade, nas ciências sociais⁶⁰, podendo ser: a recusa à submissão da vontade, a persuasão e ao controle de outrem de forma explícita; a persuasão e ao controle de outrem de forma silenciosa, como sugere Certeau (1994); a defesa de direitos políticos, sociais e culturais frente a uma ordem injusta; a capacidade de suportar a dor, fadiga e privações causadas por privações materiais; a reação à ocupação militar estrangeira; e a revolta contra o estabelecido, seja de ordem institucional e/ou mercadológica.

Nesse estudo, o uso do termo, resistência, serve para reafirmar que esses movimentos se contrapõem ao sistema dentro de um quadro de especificidades, complexidade e historicidade. Diferentes dos movimentos contestatórios e de oposição que o precederam, assim como, com mais ou menos intensidade, resistem duplamente a um projeto único de sociedade, orientada pelo poderoso aparato ideológico neoliberal e aos modelos fechados para se chegar a uma transformação radical da sociedade.

5.1 O Novo Ciclo de Resistência

As mudanças nas ações coletivas, iniciada nos anos 1990, é um processo historicamente recente e em curso, caracterizado pelo protagonismo de movimentos anti-sistêmicos distintos (WALLERSTEIN, 2005), que enfrentam as questões de seu tempo através de práticas, concepções políticas e objetivos diferenciados de épocas anteriores, embora isso não queira dizer que suas táticas sejam novas.

Nos anos 1970, Emmanuel Wallerstein cunhou o termo movimento anti-sistêmico na busca de um vocábulo, o qual explicasse a diferença histórica e analítica de movimentos populares distintos e rivais em muitos aspectos. Tendo em vista que o termo, movimentos sociais, referia-se basicamente às organizações sindicais e partidos políticos socialistas, que se empenhavam no objetivo de impulsionar a luta de

⁶⁰O termo resistência é alvo de disputas teóricas entre modernos e pós-modernos quanto à intencionalidade dos sujeitos e a relação subjetividade e poder, os modernos focados no poder onde a resistência decorre da necessidade, colocando a subjetividade em um plano secundário, os pós-modernos exaltando as questões relativas à subjetividade e identidades quanto intencionalidade das ações.

classe contra a burguesia, enquanto o termo, movimentos nacionais designavam à busca da criação de um Estado nacional, seja agrupando unidades políticas separadas, que se consideravam parte da mesma nação ou a luta por independência de Estados considerados opressores e imperiais da nacionalidade em questão.

Para Wallerstein (2005), ambos os movimentos surgiram na metade do século XIX, possuíam organização significativas e estruturas burocráticas que se fortaleceram ao longo do tempo. Ambos, também, tenderam a pensar que seus objetivos eram prioritários sobre qualquer outro tipo político e mais importante que os objetivos representados pelo outro rival, produzindo muitas acusações uns entre os outros, sendo que raras vezes cooperavam em termos políticos, a visão sobre a cooperação quase sempre era transitória e não como uma aliança.

Ainda, esse mesmo autor argumenta que se observássemos a história desses movimentos entre, 1850 e 1970, veríamos que eles compartilhavam de muitas características semelhantes, como: ambos se proclamavam revolucionários, no sentido de serem favoráveis a promoção de transformações fundamentais nas relações sociais; do ponto de vista daqueles que estavam no poder tanto os movimentos sociais, quanto os movimentos nacionais eram vistos como ameaças a estabilidade do poder e a própria estrutura política; e ambos eram semelhantes na fragilidade política, que os obrigava, por diversas vezes, enfrentar batalhas para continuar existindo frente a governos as prisões e a violência sistemática dos Estados e como de forças privadas.

Uma terceira característica destacada pelo o autor é que pelo menos nos três últimos anos do século XIX, tanto os movimentos sociais como nacionais passaram por longos debates sobre as estratégias que seriam seguidas. No campo dos movimentos sociais o debate ocorre entre anarquistas e marxistas em relação ao Estado, o primeiros vendo o Estado como inimigo intrínseco e o segundo sob perspectivas que se orientavam ao Estado, tornando-o um mecanismo da revolução. Nos movimentos nacionais o debate girava em torno das perspectivas dos nacionalistas políticos e dos nacionalistas culturais.

Historicamente, como observa o mesmo autor, o resultado foi a vitória da posição orientada ao Estado. O que persuadiu a maioria foi o Estado representar a fonte imediata de poder, e qualquer intenção de ignorar sua centralidade política estava destinada ao fracasso, dado que o Estado iria suprimir qualquer tendência ao anarquismo e ao nacionalismo cultural. A estratégia era, primeiro, tomar o poder de Estado e depois transformar o mundo.

Essa característica comum, para Wallestein (2005), é menos óbvia, porém não menos real. Os movimentos sociais frequentemente incluíam uma retórica nacionalista em suas lutas, assim como, os movimentos nacionalistas incorporavam a retórica social nos seus. Como resultado o autor afirma que na Europa os movimentos socialistas cumpriram a função de integração nacional, às vezes, muito melhor que os movimentos conservadores ou que o próprio Estado, como exemplo ele cita os partidos comunistas, os quais chegaram ao poder na China, Vietnã ou em Cuba, onde o movimento se construiu como um movimento de libertação nacional.

Para esse autor, houve duas razões para isso, a primeira, na tentativa de incluir nas mobilizações um número cada vez maior da população, ambos os movimentos perceberam que ampliar o campo de ação de sua retórica era muito eficaz. Na segunda, os líderes, de ambos os movimentos, reconheciam que tinham inimigos em comum no sistema existente e que, portanto, mais semelhanças entre si.

Mais três características são destacadas por Wallerstein (2003): a primeira é a propósito da semelhança entre ambos os movimentos quanto à mobilização popular. Os dois grupos começaram com um número pequeno de intelectuais e um punhado de militantes de outros extratos e aqueles que tiveram êxito só foram capazes, por terem conseguido fazer uma longa campanha educacional e organizadora, que conseguiu assegurar a participação das bases populares em um padrão de círculos concêntricos de militantes, simpatizantes e simpatizantes passivos.

A segunda característica é a existência do tensão/debate entre revolução ou reforma, como modos de transformação, em ambos os tipos de movimentos. Porém, como observa o autor, em última instância, na prática muitas leituras equivocadas da realidade mostraram que os revolucionários não eram tão revolucionários, e os reformistas nem sempre eram reformistas, as diferenças entre os estilos, de ambos, foram ficando cada vez mais nebulosa ao longo das suas trajetórias políticas.

Como última característica, o autor destaca a dificuldade de implantação da estratégia de duas etapas em relação ao poder do Estado, tendo em vista que ao conquistar o poder de Estado os seguidores esperavam o cumprimento das promessas de transformação feitas pelas lideranças. Quando se depararam com as exigências, perceberam, ou já sabiam, que os Estados estavam limitados, pelo fato de fazerem parte de um sistema inter-Estado, onde nenhum membro possuía poder absoluto.

Sobre esse debate, João Bernardo em uma série de quatro artigos⁶¹, os quais alertam que a relação do marxismo com o nacionalismo, desde a sua fundação às perspectivas contemporâneas, até meados dos anos 1970, nunca soube lidar com a questão de forma muito clara, colocando em diversas ocasiões o nacionalismo acima da luta de classes.

No primeiro artigo, o autor afirma que o anti-eslavismo de Engels e Marx fez com que eles transpusessem a luta de classes para o plano nacional, considerando que umas nações seria revolucionárias e outras contra-revolucionárias, estabelecendo como critério para saber se uma nação era revolucionária ou não, a sua posição em relação aos povos eslavos. Como consequência desta visão dicotômica, o autor afirma que teremos nos trabalhos de Marx e Engels a orientação da Organização Internacional dos Trabalhadores para a promoção da emancipação de certas nações, que recusava a outras o direito de existência.

No segundo e terceiro artigos, o autor mostra, que em 1918, os dirigentes bolchevistas imprimiram um rumo nacional a um processo revolucionário de âmbito supranacional e que a Internacional Comunista aplicou sistematicamente esta linha, com consequências, especialmente, trágicas na Alemanha. Tendo em vista, que os apoios de dirigentes aos nacionalistas e aos nacionalistas de extrema-direita levaram à aniquilação do Partido Social Democrata, a única força do movimento operário que podia frear o avanço do nazismo dentro da Alemanha.

No último artigo, o autor se dedica a revelar como os partidos comunistas, oficiais no terceiro mundo, diluíram o comunismo em nacionalismo, colocando-se úteis durante a luta pela independência e na fase da construção do Estado nacional. Contudo, quando se revelaram dispensáveis às burguesias e tecnocracias nacionais não hesitaram em desmantelar e em matar ou prender os seus membros.

Diferente de Wallerstein (2005), onde a relação entre a opção pelo nacionalismo emerge do reconhecimento de um inimigo comum, tanto das forças nacionais e das forças socialistas, e pela percepção da necessidade do inter-relacionar, João Bernardo (2009) mostra que a opção pelo nacionalismo teve uma influência tão grande nas práticas dos partidos e movimentos socialistas, que levaram tais movimentos a perderem-se no objetivo de lutar contra a opressão e exploração de classe, em nome da consolidação do Estado.

⁶¹Ver em: <http://passapalavra.info/?p=4140>. Acesso em: 2 abr. 2009.

Voltando as considerações de Wallerstein (2005), ele observa que quanto mais esses movimentos nacionais socialistas permaneciam no poder, mais os quadros dos movimentos se tornavam quadros, de dirigentes do poder, modificando assim sua psicologia individual.

Algo parecido com o sistema, o qual se chamou na União Soviética de Nomeklatura passou a emergir em cada Estado que os movimentos chegaram ao poder. Uma casta privilegiada de oficiais, com mais poder e riqueza social que o restante da população, que ordenava aos trabalhadores comuns trabalharem ainda mais em nome do desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo, atribuíam às práticas contestatórias dos movimentos sindicais um sentido contra-revolucionário, tornando-os alvo de repressão e perseguição política.

Nesse sentido, o autor observa que, nos anos de 1960, tínhamos o seguinte quadro: os movimentos se assemelhavam mais do que nunca na maioria dos países que haviam completado as duas etapas. Em quase todos os lugares do mundo, chegando a um terço, no entanto, não haviam transformado o mundo. A combinação dos três fatores, para Wallerstein (2005), surgia por trás de uma das principais características da revolução mundial de 1968.

Esse autor, falando dos revolucionários de 1968, afirma que apesar de possuírem demandas diferentes convergiam em dois pontos comuns: em relação à crítica ao imperialismo americano e a convivência soviética com essa hegemonia e a condenação das velhas esquerdas, ou seja, os movimentos anti-sistêmicos clássicos por terem se tornado não a solução, mas parte dos problemas.

Para Wallerstein (2005), o segundo ponto em comum é produto da desilusão em larga escala, desencadeada pela postura dos movimentos anti-sistêmicos após sua chegada ao poder. Com essa desilusão, emerge também a descrença nos Estados como mecanismos de transformação. Embora, como ele destaca, desde 1968, os revolucionários tenham buscado alternativas que pudessem conduzir a um mundo mais democrático e igualitário.

Para esse autor, há quatro tipos diferentes de movimentos anti-sistêmicos ainda em curso, a primeira leva de movimentos surge na década de 1960 e 1970, são inúmeros movimentos diferentes, rivais, em geral pequenos, mas algumas vezes são grandes e se autoafirmam como maoístas.

Porém, esses grupos tiveram uma pequena duração, já que na maior parte dos pequenos grupos as discussões e debates se baseavam em argumentações puristas, o que os levou a se tornarem grupos isolados e sectários. Já nos grupos grandes, como na Índia os grupos

evoluíram para novas versões da velha esquerda. Mesmo na China, depois da morte de Mao Tse Tung, o maoísmo foi entrando em decadência.

A segunda e mais duradoura variedade de movimentos anti-sistêmicos surgem na década de 60, a nova esquerda, como vimos anteriormente apontadas por Marcuse, como uma força social importante onde a política afetiva se encontrava política de ordem material. Esses movimentos, para Wallerstein (2005), tinham em comum o repúdio à velha esquerda, por sua estratégia em duas etapas, por suas hierarquias internas e suas pelas prioridades políticas que adotavam, e também suspeitavam muito dos Estados e das ações por eles direcionados.

Por volta dos anos 80, todos os movimentos da nova esquerda estavam divididos, como observa o autor, entre o que os Verdes alemães chamaram de *fundis* e *realos*. O que aconteceu foi uma repetição dos debates sobre revolução ou reforma, onde os *fundis*, baseados em princípios comprometidos com a democracia radical de base, perdem, e quase que desaparecem praticamente, e os vitoriosos *realos*.

Esse mesmo autor explica que a nova esquerda tornar-se, cada vez mais, uma variedade do movimento social-democrata, mantendo características parecidas com sua variedade clássica, mas incorporando questões ecológicas, contra o racismo, sexismo, e homofobia, de uma maneira geral atendendo a qualquer um destes em particular.

A terceira variedade de movimentos anti-sistêmicos, destacadas por Wallerstein (2005), são os movimentos por direitos humanos, que já existiam antes de 1968, mas que ganham uma força relevante nos anos de 1980. Os movimentos de direitos humanos, como aponta o autor, se afirmavam como porta-vozes da sociedade civil, termo estratégico tendo em vista que sociedade civil não é o Estado. Distinção que, sugere o Estado como sendo controlado por pequenos grupos privilegiados e a sociedade civil constituída pela maioria da população. O impacto dessas organizações faz com que, quase todos, os Estados passem a mudar o tom de suas políticas e orientá-las com mais intensidade aos temas relacionados aos direitos humanos.

No entanto, durante esse processo passaram a ajudar mais ao Estado do que opor-se a ele, por isso não foram, em seu conjunto, anti-sistêmicos: esses movimentos se transformaram em ONGs, localizadas, na maioria das vezes, em zonas centrais, que buscavam programar suas políticas nas zonas periféricas. Frequentemente foram consideradas mais agentes do Estado sede do que críticas a ele. Raramente mobilizaram

apoios massivos, pelo contrário, atuaram, mais, usando a habilidade de aproveitar das elites militantes nas zonas centrais.

Nesse caso, é importante lembrar algo bastante imprescindível acerca dos Direitos Humanos, já que a batalha por direitos humanos começa na formulação do seu conceito, como destacam Negt e Kluge (1999). Afinal, como afirmam os autores, um instrumento essencial dos dominadores é expropriar as pessoas que se tornam conscientes da sua repressão e querem se emancipar dos meios de expressão de sua linguagem política, “na qual estão concentradas, ao mesmo tempo a recordação de ferimentos sofridos, a memória coletiva e a reivindicação e a promessa de uma vida melhor” (p.67).

Segundo esses mesmos autores, quem fala de direitos humanos não está falando apenas de categorias analíticas e jurídicas, mas também, de conceitos de luta, e dos abusos da linguagem na política carregados de emotividade, nos últimos anos, levaram o conceito de direitos humanos, a se tornarem em muitos casos esvaziados de sentido devido, o caráter seletivo que elege quais direitos humanos desrespeitados são passíveis de condenação e quais não são.

A quarta variedade de movimentos anti-sistêmicos pós-1968, Wallerstein (2005) chama de movimento antiglobalização composta pelas redes de movimentos e movimentos em rede (SCHERER-WARREN, 2008) que confluem para protagonizar a resistência ao neoliberalismo e consequências da globalização de cima para baixo, que chamamos de um novo ciclo mundial de protestos, destacando sua multiplicidade, aproximações e especificidades.

Nesse sentido, antes de trazer as considerações de Wallerstein (2005), destacamos que a unicidade, a qual nos permite chamarmos de novo ciclo de protestos, nasce justamente das práticas políticas compartilhadas por sujeitos coletivos, onde a diferença serve para mobilizar e potencializar o sujeito e a igualdade passa pelo reconhecimento da opressão e dominação.

Esse movimento de movimentos, que protagonizam o ciclo mundial de protestos, se reapropriaram das formas de se organizar e participar da política do movimento revolucionário dos trabalhadores, dos novos movimentos sociais (ecologistas, feministas), das contraculturas e das técnicas de produção e distribuição da informação e comunicação, como também, reinventaram sua própria história, tradições e sentidos comuns de justiça, dignidade e liberdade

Wallerstein (2005) define que os movimentos antiglobalização reúnem conteúdos e práticas políticas dos movimentos anti-sistêmicos preexistentes, nacionais, regionais e locais. No entanto, destaca que tais

movimentos anti-sistêmicos vivenciam um período de transição permeado por duas características fundamentais que interferem nas suas estratégias.

A primeira característica fundamental do período de transição, para o autor, é quem está no poder já não tenta manter o sistema, mas modificá-lo no sentido de preservar os piores traços negativos do existente em relação à estrutura de privilégios e à desigualdade.

Apesar de não demonstrarem isso na sua retórica e na existência de conflitos no interior da direita tradicional e da ultra militar, as lideranças de ambas as elites no poder trabalham incansavelmente para obter apoio à construção de um sistema tão ruim como o que vivemos ou bem pior. A segunda característica fundamental, destacada pelo autor, é que no período de transição existe uma profunda incerteza ou impossibilidade de se prever o *porvir*, o qual garanta os resultados que as ações acarretarão.

As duas características tornam evidentes que as questões enfrentadas pelos movimentos anti-sistêmicos se apresentam de forma muito diferenciada das confrontadas pelos movimentos anti-sistêmicos nos séculos XIX e XX, exigindo estratégias a curto, médio e longo prazo.

De acordo com o autor, a velha estratégia em duas etapas de orientação em direção ao Estado tem se tornando cada vez mais sem sentido. Isso explica também, segundo ele, o mal-estar da maioria dos descendentes das organizações anti-sistêmicas de outros tempos em relação à proposta de conjuntos objetivos políticos, tanto a curto quanto ao longo prazo, muitas vezes traduzida em ceticismo e indiferença com aqueles que desejam fazê-lo.

Esse autor sugere, em curto prazo, o debate constante, amplo e aberto entre os movimentos antiglobalização sobre a transição e o que esperamos dela. Uma necessidade indispensável e constante, algo que nunca foi simples nos movimentos anti-sistêmicos do passado.

O segundo componente, dessa estratégia, é que o movimento anti-sistêmico não pode se descuidar da ação em curto prazo, incluindo a ação eleitoral, para ele as nações no mundo vivem, no presente, necessidades imediatas que devem ser atendidas, como o autor explica:

Qualquer movimento que delas se descuide estará condenado a perder apoio passivo e generalizado que é essencial a longo prazo. No entanto, remediar um sistema defeituoso não pode ser motivo e justificativa para uma ação defensiva; mas o propósito deve ser prevenir que os efeitos

negativos piorem neste curto prazo. Isto é muito diferente psicológica e politicamente (WALLERSTEIN, 2005, p 275).

O segundo componente é o estabelecimento de objetivos intermediários em médio prazo se orientando na direção correta, sugerindo uma desmercantilização seletiva e crescente.

No entanto, isto não quer dizer que a solução para aqueles setores industriais ou outros setores da produção em crise seja a estatização (nacionalização), até porque, longo prazo, a estatização como esse autor observa, tem sido na maior parte das vezes outra versão da mercantilização. Para a desmercantilização, o autor sugere a criação de estruturas operando no mercado apenas com o objetivo de desempenho e sobrevivência, não com o lucro, como exemplo, ele cita, os hospitais e escolas.

Por fim, o último componente apresentado pelo autor tem como argumento a idéia de precisarmos desenvolver nossos interesses longo prazo, deixando de determinar como será uma sociedade melhor (não a sociedade perfeita). Para ele precisamos discutir, esboçar e experimentar estruturas alternativas para torná-las realidade, segundo seu entendimento um mundo mais democrático e igualitário.

Considera-se que, de certa forma, boa parte dessas estratégias apontadas por Wallerstein (2005) estão sendo colocadas em prática pelos movimentos anti-sistêmicos contemporâneos.

Evidentemente essas estratégias não são colocadas em prática de forma pura e não menos conflituosa do que nos movimentos anti-sistêmicos anteriores. Tendo em vista, que alguns problemas quanto ao diálogo entre os movimentos anti-sistêmicos ressurgem, freqüentemente, com a deturpação dos conceitos políticos realizada pelo poderoso arcabouço ideológico do neoliberalismo tão presente na *Realpolitik*.

Nesse sentido, que o debate sobre as estratégias e táticas a serem tomadas pelos sujeitos coletivos do movimento de resistência global, são mediados pelos constructos sociais existentes, como veremos quando tratarmos da “questão da violência” ao examinar a ação política do *Black Block*.

A seguir será relatado o trabalho de Seoane sobre as mudanças nas ações coletivas na América Latina e Caribe e as considerações de Ana Esther Ceceña e outros autores sobre os movimentos de base territorial e a relação entre os movimentos anti-sistêmicos latinos americanos, europeu e norte-americano.

5.2 Os Ventos Avançam sobre o Território Rebelde

Hoje dizemos: Aqui Estamos. Somos a dignidade rebelde, o coração esquecido da Pátria!
 Não morrerá a flor da palavra. Poderá morrer o rosto oculto de que a nomeia hoje, porém a palavra que desde o fundo da história e da terra já não poderá ser arrancada pela soberba do poder.
 CCRI/ Comando Geral do EZLN⁶²

Para Seoane (2005), nos últimos anos os movimentos sociais da América Latina e Caribe vêm assumindo características diferentes das décadas passadas, os movimentos de base territorial estão surgindo nos cenários rurais e urbanos, constituindo-se nos espaços a partir de identidades étnico culturais (movimentos indígenas) e de carências materiais (sem teto, sem terra), e também, a partir de um habitat de vida compartilhada (imigrantes).

A emergência vem desenvolvendo um número crescente de conflitos, movimentos sociais e convergências sociopolíticas locais, nacionais, regionais. Para o autor, demarcaram um novo ciclo de protestos sociais, produto das tentativas de implantações de políticas neoliberais, que repousam fundamentalmente sobre a exploração intensiva dos recursos naturais, orientada para exportação, falta de controle do capital transnacional e a privatização dos serviços públicos⁶³.

Nesse novo ciclo de protestos, os movimentos indígenas, principalmente Equador, Bolívia e México, segundo o autor, têm alcançado nos últimos anos uma importante influência a nível nacional e internacional transcendendo as reivindicações setoriais e questionando não só as políticas neoliberais e os governos que as impulsionam, mas também, a forma constitutiva os governos na América Latina.

Esse mesmo autor dá como exemplo do movimento indígena equatoriano, que vem lutando por reconhecimento do projeto político de um estado pluri-nacional e a busca de autogoverno das diferentes nações indígenas: a radical exigência por autonomia dos zapatistas, e a luta por reconhecimento dos direitos constitucionais das comunidades indígenas,

⁶² Quarta Declaração da Selva Lacandona.

⁶³ O autor faz essa observação a partir dos dados fornecidos pelo Observatório Social da América Latina da Confederação Latino Americana de Ciências Sociais (CLACSO) que demonstram que de 2000 a 2002 os números de protestos duplicam e oscilam até chegar ao ano 2005, onde temos de 2100 a 2400 pontos de conflitos, concentrados na região andina e os outros terços distribuídos no cone sul e na área do México, Centro América e Caribe.

mais ou menos, cristalizadas no Acordo de San Andrés, as quais inspiram a Marcha pela Dignidade, em 2001; a ação dos movimentos indígenas do Altiplano Boliviano, e em menor grau do Peru, contra a erradicação do plantio da folha de Coca por exigência do governo americano; do movimento Mapuche contra a expropriação das suas terras pelas transnacionais; e a presença destes movimentos nos protestos contra o Plan Puebla Panamá, um plano multi-estatal destinado a acelerar a penetração do mercado e do capital na América central.

Sobre os exemplos dados por Seoane (2005), devemos lembrar que nesses países as tentativas de incorporar os indígenas ao Estado sempre se deu na condição de camponeses ou como povos que deveriam ser tutelados sem voz ativa sobre as decisões das políticas governamentais sobre seu território.

A aparição e consolidação do movimento indígena são acompanhadas pela emergência de inúmeros movimentos camponeses que alcançam significativa presença a nível nacional e regional, conforme Seoane (2005). Nestes casos, ele destaca, além dos movimentos já mencionados, o MST brasileiro, não só pelas ocupações de terra e de prédios do governo, como forma de pressão por uma reforma agrária progressiva e integral, mas também por suas ações e campanhas contra os transgênicos e os modelos de produção rural não sustentável.

Apesar de salientar que movimentos indígenas e rurais ganham uma enorme visibilidade e influência na última década, o autor afirma que os movimentos dos trabalhadores assalariados urbanos não deixam de existir e ter importância, principalmente nas lutas contra o desmonte do setor público.

Para esse autor, a complexidade e a heterogeneidade que o trabalho ganha com a flexibilização acaba por conferir re-identificações não vinculadas, em termos da relação capital e trabalho, mas em outros critérios como de pobreza, etnicidade, ofícios e atividades informais e de comunidades primárias.

Seoane (2005) observa que os efeitos estruturais das políticas neoliberais, principalmente no cone sul, têm como consequência a aparição e consolidação de movimentos de trabalhadores desempregados. A Argentina, para ao autor, é o caso mais emblemático, onde o movimento dos piqueteiros ocupa, principalmente depois de 1999, um papel central nos protestos anti-neoliberais, que culminaram com a renúncia de Fernando de La Rúa, em 2001.

Embora caracterizados em bloco, no exemplo de Seoane (2005), apontamos, como sugere Garcia (2005), que o movimento piqueteiro

constitui um conjunto heterogêneo de ações, os quais se diferem em relação ao de número ativistas, ao diálogo com o Estado, aos seus vínculos com os partidos e sindicatos e as atividades que administram.

Nesse sentido, se destacam os MTDs La Matanza e Solano, por sua busca de autonomia em relação ao Estado e ao Mercado, ao procurar estabelecer valores como a horizontalidade organizativa, a tomada de decisão baseada na participação direta e a administração autônoma dos recursos frente as dificuldades, comuns também aos outros MTDs.

Segundo Seoane (2005), a radicalidade e o tempo de duração das lutas dos movimentos sociais latinos americanos têm motivado muitos trabalhos acadêmicos, assim como, um vasto material elaborado pelos movimentos sobre suas práticas. Após essa observação ele argumenta que é através destes materiais e das pesquisas recentes que se torna possível destacar três elementos, que de forma distinta, aparecem com maior ou menor intensidade nas práticas da maioria dos movimentos sociais latino-americanos.

O primeiro elemento é a reapropriação comunitária dos espaços da vida, o autor se refere tanto às formas de luta e organização baseadas na ocupação do território, como na ampliação das experiências de autogestão produtiva, de resolução coletiva das necessidades sociais e formas de gestão autônomas de assuntos públicos⁶⁴.

O segundo elemento se relaciona com o primeiro, são práticas e discursividades atravessadas por uma intensa experimentação democrática, implicando na reinvenção de mecanismos de participação e decisão direta ou semi-direta orientadas por uma matriz assembleísta, questionando legitimidade dos governos e a democracia representativa⁶⁵.

O terceiro elemento, destacado por Seoane (2005), é a emergência de um novo internacionalismo, que tem se dado de maneira profunda e singular com as experimentações dos movimentos, tanto no nível continental, como mundial. Os dias de ação global contra o

⁶⁴ Os exemplos citados pelo autor são: os assentamentos coletivos do movimento sem-terra no Brasil, as comunidades indígenas no Equador e Bolívia, os municípios autônomos zapatistas, os empreendimentos coletivos e fábricas ocupadas na Argentina, e ainda, como práticas de gestão do espaço público, a Guerra da Água em Cochabamba, a Guerra do Gás na Bolívia, as assembleias populares nos centro urbanos da Argentina, em 2001.

⁶⁵ Como exemplo Seoane (2005) destaca as lutas contra a exploração mineira como as realizadas no Peru, entre 1999 e 2003, pela Confederação das Comunidades Afetadas pelas Mineradoras (CONACAMI), a confrontação com a expansão do agro-business, em defesa da biodiversidade, a recriação de alternativa de produção agrícola em defesa de bosques e selvas; as resistências contra a privatização da água, represamento em defesa dos aquíferos, a privatização hidrocarbonetos e o modelos de exportação; a luta pela produção da coca (movimento dos cocaleros).

capitalismo, como em Seattle, em 1999, Gênova, em 2001 e 2003, as jornadas e caravanas globais contra os acordos de livre comércio, o Fórum Social Mundial, a Cúpula dos Povos em contraposição a Cúpula dos Presidentes e os Encontros pela Humanidade e contra o Capitalismo, são espaços onde as convergências afloram.

Segundo Soeane (2005) os movimentos latino-americanos e caribenhos vão ao longo dos conflitos transformando suas concepções, a experiência dos movimentos territoriais, na luta pela terra, aparece transformada pela concepção de território, sua ocupação e defesa, onde os movimentos indígenas e sua concepção de terra-mãe, influenciam outros, o conjunto de outros sujeitos coletivos. A reconcepção atinge também os movimentos camponeses por reforma agrária, onde o modelo de desenvolvimento do agro-business é contrastado por modelos de desenvolvimento alternativos e sustentáveis, que implica na aproximação com o movimento ecologista.

O que esse autor chama de reconcepções, produzidas pelos movimentos territoriais latinos e caribenhos, podemos dizer, que vai além dos movimentos mencionados por ele, atingem jovens ativistas e contraculturais pelo mundo inteiro e convertem-se em ferramentas de lutas, reconhecimento e de solidariedade.

Nesse sentido, podemos citar como exemplo: os comitês de apoio à luta zapatista, no meio urbano das grandes cidades, e a rede brasileiro-mexicana Flor da Palavra; o movimento estudantil americano e europeu contra o trabalho escravo, promovido pelas grandes corporações; e a incidência dessas novas práticas e re-concepções no movimento estudantil. Com a emergência de organizações e coletivos autonomistas, socialistas, anarquistas e independentes, que vem, ao longo desta década, protagonizando lutas referentes à melhoria do sistema de ensino, não privatização da educação pública, como na Revolta dos Pingüins, no Chile, em 2006, e de acessibilidade à escola, como no caso do movimento passe-livre brasileiro, onde o transporte coletivo é entendido como um bem comum da população, que garante o direito de ir vir, e não como um serviço a ser explorado pela iniciativa privada.

Apesar de terem como base comum estudantes, provenientes do ensino público secundarista e universitário, das classes médias baixas urbanas e terem muitas referências simbólicas compartilhadas, muitos coletivos autônomos e ativistas negam a condição de estudante ou de jovens, atribuídas a eles tanto por nós pesquisadores, como por seus opositores, sejam eles diretos ou indiretos, que em comum tem a visão de enquadramento político dos jovens dentro de seus projetos como clientes/prestadores de serviços e não como sujeitos políticos.

Os movimentos sociais latino-americanos e caribenhos apontam como observa Seoane (2005), para uma intensa experimentação democrática, de reconstituição de alternativas sociais, de reapropriação do público e a atualização das sociedades e suas possibilidades, para um período de transformação pós-neoliberal. Processos que estiveram presentes no triunfo eleitoral das coalizões político-partidárias, inspiradas em programas e discursividade crítica ao neoliberalismo.

Porém, o contexto de continuidade dos protestos sociais, reconceitualização da democrática e a possibilidade de transformação, contrasta com iniciativas, por parte das elites, de limitar institucionalmente às demandas sociais, acentuar e expandir a militarização e disputar espaço com as manifestações de rua.

Enfim, as características apresentadas por Seoane (2005) e outros autores, como Ana Esther Ceceña e Porto-Gonçalves, nos levam a conceber a existência de processos duradouros, que emergem no cotidiano de setores marginalizados tanto pelo capital transnacional, quanto pelo Estado Nação, a partir do reconhecimento entre os sujeitos e o estranhamento das relações de opressão e exploração.

Inicialmente são resistências silenciosas, nascem do fazer e pensar a opressão no cotidiano, tomando corpo no momento das revoltas populares espontâneas, que descritas como produtoras de novas características e re-conceitualizações⁶⁶.

Processos que se assemelham a descrição de Estado-Nascente de Alberoni, mas que não chegam a ser formadores de uma nova institucionalidade, no âmbito mais geral da sociedade, já que são interrompidas pela *Realpolitik* e por meio do uso da força repressiva do Estado.

Entretanto, isso não quer dizer que simplesmente se dissipam no ar, elas vão alimentar outras rebeldias e outras consciências. Como veremos mais a diante, a produção de sentidos e de significados no novo ciclo de protesto se dá de forma distinta da produção de sentido da *Realpolitik*, das lutas da classe trabalhadora, das décadas anteriores, e dos movimentos em prol à cidadania restrita. Seus protagonistas se

⁶⁶ Podemos visualizá-las também, como *identidades de resistência* (Castells. 1999), que interligam o reconhecimento entre atores distintos, mas igualmente explorados, humilhados e desapropriados dos seus sentidos comuns pelos fluxos de informação produzidos pela comunicação de massa, pelas instituições políticas modernas e da sociedade civil (Castells. 1999), que generalizam suas concepções e visões de mundo como únicas portadoras de possibilidades de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

reinventam não só os meios de sobrevivência no dia-a-dia, mas também, os espaços participação política, sua dignidade, tradições e história.

5.3 A Produção de Sentidos no Novo Ciclo de Protestos

Utilizando de um referencial marxista, mediado pelas experiências e os discursos zapatistas, Ceceña (2006) afirma que sua perspectiva parte *do reconhecimento do sujeito, dos sujeitos em interação e das relações intersubjetivas, como espaço de construção da história e do exercício da política*, sua ênfase se encontra no corpo crítico de encontro e resoluções destas relações.

Por esse motivo é necessário que a inteligibilidade descubra a relação de dominação e os estranhamentos, que se constituem nas situações e todas suas vertentes de saída, sem perder de vista, simultaneamente, a complexidade e historicidade.

Assim como Martín-Barbero (2003), Ceceña (2006) percebe a comunicação de massa como um poderoso agente de mediação na produção de sentido, que os homens fazem sobre sua ação no mundo, que ao longo da modernidade dá *sentindo comum* à hegemonia dos dominadores.

O *sentido comum* é definido pela autora como explicações coletivas de adaptação geral, que emanam “da experiência, do intercâmbio com a natureza da realidade que se forma, com da observação e interação do cosmos e diferenciadas práticas da vida” (CECEÑA, 2006, p.36.). Foi perdendo seu poder de mediar às relações por causa da velocidade acelerada do desenvolvimento técnico-científico no capitalismo, que impõe adiantamento dos processos de percepção das pessoas sem que haja uma maturidade necessária para que os sentidos comuns sejam absorvidos e incorporados coletivamente⁶⁷.

Segundo a mesma autora, a visão do sujeito dominante (ou sujeitos), apoiada pelas novas ferramentas e instrumentos de todo tipo e com uma preocupação com a competência, passa a produzir unilateralmente, sem permitir uma solidez. *A solidez se foi sendo suprimida com o impacto*: as idéias deixam de ruminar, de compartilhar os sentidos comuns, deixando de ser uma construção de comunidade para convertesse em novos produtos dirigidos à consciência.

⁶⁷Observa-se que esta afirmação possui uma natureza semelhante às considerações de Melucci (1999), em relação à aceleração do tempo e experiência, pelos jovens contemporâneos.

Para Ceceña (2006), não se trata de intimidar as pessoas, principal tarefa do poder bélico e econômico, mais do que isso, se trata de legitimar um modo de vida usando a tecnologia como meio, suporte e justificativa em conformidade com o sentido produzido. “A internalização das imagens de realidades produzidas pelo poder em vez e contra as imagens produzidas coletivamente, gera seres de consciência conformada, seres esvaziados do impulso de tornar-se sujeito” (CECEÑA, 2006, p. 37).

As comunidades de sentido, produzido ou construído, são lugares de definição das possibilidades de dominação ou emancipação, é da onde se delimitam os horizontes de outra hegemonia, não alienada e não hegemonicamente ligada aos dominadores, passa, para a autora, pela emancipação dos sentidos comuns, provenientes de outros universos criativos.

Uma nova “politicidade” e novos sentidos da vida, novas sociabilidades, apesar de inventadas, surgem da história e do fazer cotidiano, das vivências e visões, de histórias herdadas, experimentadas e sonhadas. Estão cheias das histórias vividas e desejos (CECEÑA, 2006, p 38)..

Para essa mesma autora, a sobrevivência em uma sociedade fragmentada e contra-insurgente, como a capitalista, requer a busca de solidariedades familiares, comunitárias e de vizinhança, que permitam a proteção da comunidade, diante da vulnerabilidade, quase absoluta, dos setores populares e dos setores despossuídos de todo tipo. Em torno da solidariedade barrial e comunitária se constrói formas de trabalho, que garantem a sobrevivência diária, e também, se compartilham os rancores, visões, crenças, esperanças e dignidades, todos componentes de um magma, o qual contém o sentido moral que o capitalismo e todas suas modalidades tentam romper e confundir.

Ceceña (2006) define, que o povo se transforma em sujeito por indignação quando se quer retirar-lhe a água, quando o expulsa das terras, da selva e moradia ocupada, ou seja, o povo se subleva de diferentes maneiras quando é empurrado pelo capitalismo ao limite. Essa é força, segundo as observações e análises da autora, que encontramos nos movimentos sociais latino americanos e por todo mundo.

(...) os movimentos não podem ser circunscritos nem no social, nem no político porque se movem em todos os âmbitos, planteando a transformação da totalidade o que implica em novos

procedimentos e conteúdos (CECEÑA, 2006, p. 40)

Segundo Ceceña o espaço do conflito, em seu estado latente, são os espaços onde procuramos os elementos explicativos mais transcendentais, mais essenciais, pois, são os lugares de expressão, onde o princípio é considerado irrevogável, onde se estabelecem as portas e se deslocam às regras do jogo, onde se profana e transgride. Um lugar também de criação, até certo ponto lúdica, de novas subjetividades e relações.

Como relata essa autora:

(...) se observa, ou se vive, nas profundezas da selva Lacandona, onde confluem personagens, lutadores e rebeldes de todas as partes do mundo com os maias armados de palavras e fogo; nas ondas populares dos piqueteiros argentinos, um lugar de encontro e efervescência; na praça central de Cochabamba, quando a guerra da água convocou todos os setores da sociedade para lutar e decidir juntos; nas marchas desafiantes, nos “**plantones**” e outras formas de manifestação que ocorrem quando o coletivo se afasta de suas atividades e ritmos cotidianos para criar um espaço criativo e relativamente livre (CECEÑA, 2006, p. 17).

São nesses espaços deslocados, onde se rompem os ritmos cotidianos e a fragmentação, que a autora afirma ser possível visualizar as relações entre pessoas diferentes, sem a regulação do estereótipo construído pelos dominadores, que atribuem certos comportamentos a certas camadas sociais e grupos, são da onde emergem solidariedades, e os ordenamentos sociais vigentes são colocados em questão, permitindo a construção de outros vínculos, novas cumplicidades e novos sentidos. No terreno da luta se possibilita inventar e construir novas aprendizagens, nutridas das experiências dos velhos e velhas, lutadoras e lutadores, de novas idéias, e, onde permite-se profanar os santuários do poder, dessacralizar os oponentes para descobrir suas intenções e desmontar suas ofensivas.

A *subjetividade desatada* é ingrediente indispensável para a construção do sujeito e não nega, em nenhum sentido, a organização, pelo contrário, são importantes elementos agregadores de novidades e possibilidades.

(...) como mecanismos de defesa a partir de exercícios autogestionários que fortalecem os

sentidos compartilhados e fazem da prática de luta uma massa em que se combinam meios e fins, horizontes e possibilidades. (CECEÑA, 2006, p.18).

Quase sempre, como afirma Ceceña (2006), às revoltas não institucionalizadas transcendem, apelando para conteúdos históricos de lutas de maior amplitude. Os problemas da gestão da água permitem, por exemplo, a visualização das diferentes concepções de mundo, das diferentes culturas, de relações sociais às relações com a natureza, que dentro da perspectiva moderna institucional parecem estar fora de lugar. Enquanto para os povos, como uma visão muito menos dividida de realidade, é parte do mesmo problema histórico de larga duração.

As revoltas populares, que a autora observa, possuem um caráter muito forte e presente de recuperação/recriação de dignidade e sentidos, identidades novas nutridas por tradições e histórias, que vão se inventando nas lutas. Segundo sua perspectiva a maioria dos movimentos da atualidade procuram sentido a partir dos territórios da onde se sublevam.

Segundo essa autora o território é o espaço de inteligibilidade do complexo social em que a história se traça, desde inframundo até o cosmos, abarcando todas as dimensões do pensamento, da sensibilidade e da ação. É destes territórios culturais e complexos que se geram as práticas de utopia, os sentidos da vida e da morte, dos tempos e dos universos de compreensão.

(...) é da onde se constrói a esperança e também onde os sonhos se rompem quando não é possível manter-se. É da onde se alimentou o Tupac Amaru, Cuauhtémoc, Emiliano Zapata, Zumbi, Atahuapa e tantos outros que fazem parte de nossa história que não vamos renunciar. É esse território que nos fez conhecer a dignidade e que nos impede de renunciá-la (...) dignidade que reclama liberdade de pensamento e ação, a revalorização do passado e da capacidade de se autodeterminar sem nenhum tipo de mediação. Liberdade para se nomear, para se mover e relacionar, a liberdade para ser (CECEÑA, 2006, p. 41).

O vínculo com o território, para Ceceña (2002), também é um grande campo de identificação e diferenciação entre os movimentos sociais de resistência global, no subdesenvolvido do terceiro mundo, a insubordinação, em termos gerais, corre em rumo da ressignificação da

territorialidade e do território como espaço de constituição da cultura, do sentido da vida e apontam um dos limites absolutos da mercantilização.

Em relação ao norte, o perfil dos movimentos se inclina mais para *desterritorialização*, suas demandas competem pela normatividade internacional e as reivindicações cidadãs de caráter geral e, portanto, desterritorializadas, parecem conter incluso um deliberado rechaço a territorialização, pois se assume como uma sujeição a Nação.

Outro elemento diferenciador, segundo Ceceña (2002), diz respeito aos interlocutores das iniciativas de luta, nos cenários do norte, boa parte das reivindicações giram em torno do Estado ou das instituições supranacionais como, por exemplo: o cancelamento das dívidas dos países pobres, contra a regulação da propriedade intelectual, pela proibição dos produtos transgênicos e o pelo desaparecimento da OMC.

Para essa autora, no sul, a mudança está ocorrendo com o desaparecimento deste tipo de interlocução, apesar dos protestos também terem como alvo o FMI e o Banco Mundial. Ela acredita que os apelos ao Estado nacional são cada vez menores, devido à constatação dos Estados serem incapazes de defender seu povo do imperialismo. Como em outros momentos, se pensava, os movimentos perceberam que o Estado é parte das instituições reguladoras e disciplinadoras de um sistema, o qual se apresenta através de uma polarização regional muito forte e onde o Estado se coloca disposto a enfrentar as pessoas.

Apesar de sugerir diferenciações entre os movimentos do norte e do sul, a autora afirma que há um tipo de *continnum*, o qual permite construir elos para apresentá-los como parte da mesma história de insubordinação e rebeldias, de resistências e utopias, parte da mesma construção civilizatória para um mundo futuro, onde o reconhecimento para se empreender em uma luta compartilhada, ao mesmo tempo, é uma desvelação da complexidade que é construir uma utopia.

5.4 Os Dias de Ação Global e o Braço Armado do Estado

A relação entre os dias de ação global e a guerra contra o terrorismo (Inimigo invisível) se traduziu, visivelmente, em um sistema ainda maior de controle e repressão sobre os protestos, a militarização e isolamento das cúpulas dos organismos internacionais e acordos de livre comércio, onde as medidas repressivas são legitimadas através de um aparato contra- ideológico, que visava esvaziar os conteúdos políticos do ciclo de protestos mundiais.

O *Patriot act* aprovado durante a onda de choque dos ataques, em outubro de 2001 nos Estados Unidos, foi baseado em três pilares: a proteção contra ataques terroristas, proteção contra a ação de inteligências estrangeiras, e proteção contra crimes cibernéticos e de alta tecnologia. Seus dispositivos prevêem penas mais elevadas para casos de terrorismo, medidas preventivas contra ameaças bioterroristas, contra imigrantes suspeitos, lavagem de dinheiro, ampliação do serviço de informações e vigilância sobre pessoas, cooperação entre várias agências e a revista domiciliar sem mandato de busca e apreensão, ainda que na ausência do proprietário ou locatário.

As medidas antiterroristas constituíram que todo suspeito de participar de atividades terroristas podia ser detido e mantido preso, por tempo indeterminado, sem direito a defesa ou a comunicação e os dados e informações sobre qualquer pessoa estavam disponíveis para investigações secretas das agências.

A Inglaterra, primeiro país a adotar as novas leis contra o terrorismo, *Terrorism Act 2000*, aprovado sete meses antes de 11 de setembro, também é “o país europeu onde o desmantelamento do Estado de direito se encontra no ponto mais avançado, ultrapassando, em muitos casos, as medidas tomadas nos Estados Unidos” (PAYE. 2006).

Assim sendo, como o *Patriotic act* o *Terrorism Act 2000* permitiu o encarceramento por tempo indefinido, sem julgamento, nem inculpação, de estrangeiros suspeitos de terrorismo. Em 2005 foi aprovada *Prevention Terrorism Act*, que deu ao ministro do interior o poder de sancionar ordens de restrição de liberdade, proibição do uso de telefones, internet e a conversa dos suspeitos de terrorismo com outras pessoas. A suspensão do habeas corpus, que prevê a lei, não é discriminatória, tanto cidadãos britânicos, como estrangeiros estão sujeitos a serem considerados terroristas por ordem de um membro do poder executivo.

Em 2006, o novo *Terrorism Act* prevê novas categorias de crimes, a incitação indireta ao terrorismo, isso quer dizer que declarações feitas contendo algo entendido como glorificação ou incitação, mesmo sem bases materiais, podem ser passíveis de punição. Em resumo, como afirma Payne (2006): “essa lei representa um novo passo de criminalização não só toda a ação política, mas também toda a expressão de oposição radical ou de apoio a ações políticas”.

Com a crise causada pelos atentados de 11 de setembro, o Congresso Americano se apressou em aprovar, mesmo sob protestos de alguns senadores, o uso do sistema de monitoramento DS1000, mais conhecido como *Carnivore*. Esse sistema pode gravar apenas certos

dados, que correspondem a critérios juridicamente estabelecidos e mediante permissão judicial, esse programa ainda pode seguir os rastros de um internauta e mostrá-los no monitor do FBI as páginas acessadas, sendo que o *Carnivore* é inacessível para qualquer internauta. Especula-se que o *Carnivore* pode scanear milhões de e-mails por segundo - processando um pouco mais de 6 gigabytes (6.000 megabytes) de informação a cada hora.

A primeira ofensiva contra o movimento de resistência global, conforme a análise de Gómez (2002), antecede os ataques de 11 de setembro, foi à tentativa de criminalização dos movimentos transnacionais de oposição a globalização, com o uso de um forte aparato contra ideológico depois das manifestações de Seattle.

O autor explica que autoridades locais e transnacionais, comunidades de negócios, a mídia especializada e conservadores, atentaram contra a imagem pública dos ativistas, elaborando categorizações, como inimigas do povo, vândalos, geneticamente violentos e globofóbicos. Essa tática foi utilizada e ampliada após as manifestações de Gênova, utilizando figuras do próprio movimento, explorando sua diversidade, apontadas pelo autor como dificuldades internas de se chegar a um denominador comum em relação à tática (violentas ou não violentas) e de convergir para um projeto de globalização de baixo para cima.

A segunda ofensiva, para o mesmo autor, foi a tentativa de igualar movimento de resistência global, suas táticas de protesto e objetivos, às táticas e objetivos das redes terroristas transnacionais, por meio do uso da imagem da violência, que é poderoso constructo social. Como vimos anteriormente, esvazia-se os conteúdos políticos das manifestações, a longa história da luta de classes, onde a confrontação dos movimentos sociais e juvenis com os órgãos de repressão do Estado é inerente.

Quanto à segunda ofensiva, o autor argumenta que apesar de o terrorismo atual ter em comum a resistência às imposições da globalização, de cima para baixo, e ter, como modelo organizacional, o movimento de redes descentralizadas, seus objetivos são completamente diferentes dos objetivos do movimento de resistência global.

Para ele, enquanto o primeiro quer impor uma ordem teleológica para se alcançar um objetivo unitário de valores morais de salvação, baseados na sua cultura e nacionalismo, o segundo, em maior ou em menor grau, se impõem como condição do sujeito, avesso a retrocessos de cunho reacionários ou nacionalistas, de forma plural e heterogênea por definição, que habilita a política como uma prática coletiva

participativa e democrática, compromissada com a solidariedade entre os povos, abraçando utopias de emancipação social de igualdade e diferença.

Por meio da campanha massiva midiática procura-se construir sua legitimidade, para impor seus aparatos repressivos contra os protestos políticos em defesa dos interesses capitalistas. Apesar da utilização da repressão e brutalidade contra o movimento de resistência global ter opositores dentro das instituições governamentais⁶⁸, essa oposição, poucas vezes, foi suficiente para desacelerar o processo de criminalização gerada pela campanha contra o terror.

A insistência da mídia comercial em explorar, de forma sensacionalista, as cenas da violência urbana, ampliando assim a sensação de insegurança da população é um dos fatores que determina o não reconhecimento dos outros setores sociais em relação aos sujeitos, que protagonizam os protestos políticos. Mas também, de toda grande massa de mulheres e homens jogados a própria sorte nas cidades e campo, entre eles muitos jovens, trabalhadores informais, moradores de rua⁶⁹ e ligados ao tráfico de drogas.

A sensação de insegurança gera como produto o medo constante e o não reconhecimento do outro, afetam assim a capacidade de discernimento político, já que as decisões dos indivíduos são tomadas de acordo com a autopreservação individual e do seu núcleo mais próximo, a família, seja ela entendida por consangüinidade ou afinidade. Sem a solidariedade entre os sujeitos individuais e coletivos não consegue dar visibilidade aos problemas e apoios entre seus pares, para suspender os ataques contra aqueles que são vistos como estranhos.

Os estranhos são todos aqueles que estão à margem da visibilidade pública ou tem sua imagem associada aos valores contrários às certezas modernas⁷⁰ e ao desenvolvimento da ordem econômica em curso.

⁶⁸ Nos Estados Unidos e Na União, quase que exclusivamente no poder judiciário, em outros países, setores progressistas de partidos políticos, em governos liberais tem se colocado contrários ao uso da brutalidade contra os protestos políticos.

⁶⁹ Como exemplo, no Brasil podemos citar: o projeto de segurança Tolerância Zero de Florianópolis, o Choque de Ordem (2009) e as inúmeras ocupações militares nas comunidades cariocas, a política de revitalização do centro de São Paulo e operações da polícia e da Força Nacional de segurança antes e durante o Fórum Social Mundial em Belém, em 2009, em comum, a ampla criminalização da pobreza e o uso da violência de forma irrestrita contra moradores de rua, usuários de drogas, prostitutas e trabalhadores informais.

⁷⁰ Os governos, os intelectuais liberais e a mídia são poderosos agentes de mistificação das propostas socialistas, anarquistas e ecologistas, como se as mesmas, estivessem colocadas

Os estranhos são todos aqueles que apesar de todo apelo por conformidade são contrários em orientar suas vidas, suportando de forma obediente as imposições de suas condições materiais e imateriais, ou seja, são aqueles que de forma rebelde incomodam os governos e outros gestores do capitalismo ciosos de seus poder. São estranhos os jovens anarquistas do Black Block, as comunidades indígenas e camponesas em luta, os trabalhadores e os movimentos por luta por moradia, terra, saúde e educação, que usam da ação direta como tática de luta e as pessoas das manifestações contra as guerras imperiais.

Os dias de ação global continuaram a crescer no triênio de 2002 e 2004, como mostra a progressiva convergência do movimento de resistência global e o movimento contra guerra do Iraque, que culminou com marchas de milhares de pessoas na Europa e Estados Unidos e com manifestações menores nos países latinos americanos. Os protestos em outubro de 2002, em 14 cidades do continente americano, contra reunião de cúpula da ALCA, em Quito, onde se questionava também o Plan Plueba Panamá e os 510 anos de injustiças e atrocidades cometidas contra população autóctone do continente, milhares de pessoas se encontram em Evian, fronteira da França com a Suíça, para protestar contra o G8, em 2003, como observa Seoane (2005). Entre o triênio de 2005 e 2007, os movimentos não seguiram o mesmo ritmo, nos Estados Unidos, na União Européia e nos países que se comprometeram com a luta contra o terrorismo.

A diminuição do número de participantes nos dias de ação global, segundo Rodriguez (2008), foi consequência das novas medidas de fiscalização e diminuição das liberdades individuais nos EUA e UE, em parte, pela descentralização do Fórum Social Mundial e em grande medida pela repressão.

Para o autor as medidas de segurança adotadas por esses países e as práticas policiais, nesse período, adquiriram um caráter altamente restritivo ao ativismo social, gerando um temor latente entre os ativistas. Estas medidas tinham o mesmo tipo de represália destinada aos grupos terroristas e os protestos passaram a ser reprimidos não apenas pelas práticas policiais, mas também, por práticas militares de repressão aos movimentos de contestação.

numa esfera fora dos valores modernos de igualdade, liberdade e justiça social. Um outro processo proveniente da ação desses agentes é a adaptação das propostas para seus projetos de emancipação, esvaziando seus conteúdos, das críticas ao modelo ao desenvolvimento capitalista.

Apesar de terem diminuído em número de participantes tanto nos Estados Unidos como na União Européia, os protestos contra os gestores do capitalismo e contra guerras imperiais não desapareceram. Outros protestos emergiram, como a revolta nos subúrbios de Paris, em 2005, as manifestações massivas contra a lei de primeiro emprego na França, em 2006, e as revoltas promovidas pelos anarquistas gregos contra brutalidade policial, em 2008. A recente crise também tem gerado protestos contra as medidas, que visam salvar instituições bancárias e empresas, sustentadas até então pela especulação financeira.

Na América Latina e Caribe os protestos estão longe de terem diminuído, pelo contrário, muitos deles cresceram e emergiram em outros locais, com a radicalidade democrática demarcando, ainda mais, as características observadas por Seoane (2005) e produção de sentidos comuns contra-hegemônicos assinaladas por Ceceña. O governo econômico da política (PARGA, 2005) ainda uma constante nos países com governos democraticamente eleitos, o poder das oligarquias e transnacionais se faz presente no contexto latino americano, promovendo ataques aos governos, que direcionam suas iniciativas contra seus interesses.

As revoltas contra o sistema de transporte coletivo e o aumento das passagens em Florianópolis em 2004 e 2005, a insurgência das comunidades de Oaxaca contra o governo de Ernesto Ruiz, a Revolta dos Pinguins no Chile, ambas em 2006, e a declaração da sexta campanha pelos zapatistas, são parte de um novo cenário onde o instituído é questionado.

Apesar das revoltas reclamarem demandas distintas, podemos visualizá-las em bloco, por uma série de características comuns: a) são insubordinações geradas a partir da priorização do governo econômico da política, com o uso da violência estatal para manutenção da ordem econômica, social e política; b) foram protagonizadas por jovens ou tiveram uma presença juvenil ativa e fundamental no desenrolar do processo; c) a organização sem interlocutores (partidos, sindicatos ou ONGs) ou fora da esfera da rua, das barricadas e dos piquetes; foram atravessadas por experiências de auto-organização e democracia direta; e por fim, a característica que vamos debater no próximo tópico, a presença da mídia radical alternativa e da reapropriação dos veículos de comunicação como ferramentas de luta.

Em síntese, o que estamos buscando esclarecer é que o novo ciclo de protestos não chegou ao fim, e nem o movimento de resistência global foi totalmente incorporado ao sistema. Ele assumiu, e mudou, significativamente, suas táticas e estratégias de oposição e resistência ao

capitalismo, passando de momentos de grande visibilidade para momentos de latência e atuação local e nacional. Haja vista, os gestores corporativos e governos, ao longo da última década, possuem, cada vez mais, um discurso, muitas vezes, compatível com as exigências dos movimentos, embora suas práticas políticas continuem sendo neoliberais e de favorecimento do mercado global.

5.5 A Mídia Radical Alternativa e a Resistência Global

A relação entre as mídias radicais alternativas e os movimentos sociais, redes de movimentos e coletivos em rede, é inerente ao novo ciclo de protestos, iniciado nos anos 1990. As características organizacionais dos veículos de comunicação de mídia radical alternativa, dos últimos anos do século XX, correspondem à influência às experiências, às proximidades e aos distanciamentos com os movimentos sociais e suas transformações. O fato de muitos ativistas atuarem tanto nos movimentos sociais, como nos veículos de mídia radical alternativa, é um exemplo de que os movimentos contestatórios e anti-sistêmicos, de hoje, compartilham a necessidade de furar os bloqueios gerados pela mídia convencional, do falso pragmatismo *da política institucional* e da censura estrutural, mas o fazem, de forma diferenciada em relação aos movimentos que os precederam.

As novas gerações de ativistas, que já nasceram tendo uma relação capilar com as tecnologias de informação e de produção midiática, trocam experiências e significados com ativistas mais velhos, potencializando reconceituações da comunicação midiática e do seu papel nos momentos de crise e conflito.

Seria impossível analisar os veículos de mídia radical alternativa sem pensar a influência que as lutas sociais, passadas e presentes, exercem sobre seus ativistas. Muitas das experiências que hoje destacamos como inovadoras, protagonizadas pela juventude contestadora independente, nascem na década de 1960, como as rádios livres, os coletivos de *culture jamming* e de contra-informação. Todavia, não são reproduções de modelos de uma época para outra, apesar de muitos discursos, dos sujeitos em questão, fazerem transparecer certa nostalgia, não de algo vivido, mas de um imaginário sobre o que foi no passado e o que podemos fazer hoje.

Nesse sentido, afirmamos, que para contar e se sentir parte da mesma história de rebeldia foi preciso uma enorme meta-reciclagem, não é só de componentes eletrônicos, de técnicas de comunicação, e do desenvolvimento de software de publicação aberta. Mas também, que o

desenvolvimento da percepção da opressão, transformasse as concepções sobre a produção midiática, trabalho cooperativo, história, mito e conceito e produziu uma série de sentidos comuns desenvolvidos a partir do aprendizado que se adquire na luta.

Embora esse seja um processo em curso e que sofra com as tentativas do sistema de reapropriar-se dos seus conteúdos políticos, eliminando sua radicalidade, como já aconteceu com os ciclos de protestos anteriores. Ao nos depararmos com o uso das técnicas de forma constitutiva de outros arranjos sociais frente às múltiplas realidades e formas de opressão e exploração, procuramos analisar a emergência do conceito de política como valor de uso. Utilizando como sujeito de pesquisa os jovens, sujeitos submetidos a diversos condicionantes socioculturais, econômicos e biológicos, inseridos na rede do Centro de Mídia Independente no Brasil. Um grupo concreto, ou melhor, uma rede de coletivos de mídia radical alternativa autogestionária e contra-informacional, que se forma a partir do movimento de resistência global mediante o surgimento e desenvolvimento dos dias de ação global.

Diferente da pesquisa realizada anteriormente por nós, onde analisamos o “Crescimento e Desenvolvimento da Rede do CMI e Relacionando-a com os Dias de Ação Global” (SANTOS, 2005). Nossa pesquisa procura analisar e compreender onde conceitos políticos possuem sentido libertário e emancipador, ao retomar uma generalidade necessária para se converterem em práticas de duração, auto-organização e tomada dos meios de produção material e imaterial. Desatando-se dos sentidos políticos submetidos à deturpação do pragmatismo da *Realpolitik* e dos meios de comunicação de massa.

O objetivo principal é analisar e compreender o que eles e elas definem como política, buscando definir se a participação, política, destes jovens, inseridos nos coletivos da rede do Centro de Mídia Independente, se aproxima do conceito de política como valor de uso de Negt e Kluge (1999).

Como objetivos secundários, buscamos resgatar a história da rede do CMI Brasil, quem são seus sujeitos e quais são os materiais e projetos produzidos pelos coletivos locais, que eles e elas destacam sua repercussão social, política ou cultural.

Não foi possível colocar tudo, por isso ficaram de fora alguns eventos importantes quando se descreve o novo ciclo de protestos, optamos por narrar esses eventos junto aos desdobramentos da trajetória do CMI, para que o leitor tenha idéia tanto da trajetória de *Indymedia*, no Brasil, como das questões que estão sendo debatidas.

6 INDYMEDIA A REBELDIA DOS CORPOS POR TRÁS DAS LENTES

O Centro de Mídia Independente ou *Indymedia*, como é conhecido mundialmente, segundo seus ativistas:

(...) é uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente⁷¹.

São mais de 170 coletivos espalhados por todo mundo. No Brasil, entre 2001 e 2005, eram 14 coletivos em diferentes graus de atividade, nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Ourinhos, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Tefé, Salvador e São Paulo e 16 pré-coletivos, nome dado aos coletivos que estão em processo de ingresso na rede, em diferentes graus de atividade⁷².

Utilizando de diversos meios de comunicação para organizar-se e como parte de seu ativismo, o CMI têm o objetivo de:

(...) dar voz a quem não têm voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial, que freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais⁷³.

Ampliando o leque para além da descrição da página, descrevemos como objetivos da rede CMI⁷⁴: a democratização dos meios de produção e distribuição de imagens, sons e textos acerca dos movimentos sociais, grupos autônomos e comunidades, sem os filtros oficiais; a livre e aberta troca de informações; a criação de laços e conexões entre elementos e grupos autônomos; e a colaboração mediante a coordenação descentralizada; tomadas de decisões através do consenso *e a prática autogestionada de enredar-se*⁷⁵.

⁷¹<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2009

⁷²Esse dado foi obtido na página de acompanhamento do grupo de trabalho processo do CMI, de 2004 a 2008, alguns desses coletivos acabaram e outros pré-coletivos já foram aceitos na rede. O processo de inclusão na rede vai ser descrito posteriormente.

⁷³<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2009

⁷⁴ Com base nas entrevistas realizadas no trabalho de campo e documentos da rede.

⁷⁵Juris (2004, p.3) entende por lógica autogestionada de *enredar-se* o princípio, perfilado pela lógica do capitalismo informacional que são interiorizadas ativistas, que geram práticas

A descrição feita na página da internet, da rede do CMI Brasil, explica que a *ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os "novos movimentos") e sobre as políticas às quais se opõem*. Lembrando-nos que atrás daquelas filmadoras, gravadores e máquinas fotográficas estão corpos e mentes indóceis, que revelaram, sem filtros comerciais e estatais, o que estava dado como irreversível pelas mega-corporações, pelos chefes de estado e pelos organismos multilaterais: a globalização de cima para baixo, seus acordos de livre comércio e suas guerras imperiais.

Esses corpos e mentes indóceis estão em lugares distintos, gozam de recursos técnicos e materiais diferenciados e atuam em espaços movimentalistas, com identidades e trajetórias diversas. Mas, estão conectados entre si por diversos espaços virtuais e reais, onde é possível pensar as possibilidades e limites das práticas políticas, assim como, contarem e sentirem parte de uma mesma história de rebeldia.

Ao longo dos nove anos, a rede CMI Brasil acompanhou o momentos de visibilidade e latência do movimento de resistência global, as mudanças nos movimentos sociais de base territorial, a criação de movimentos juvenis com fortes laços autonomistas, como o Movimento do Passe-livre, e a formação de novas redes e convergências de ativismo juvenil.

O ingresso de muitos dos seus voluntários no “mundo adulto”, as mudanças nas políticas promovidas por programas governamentais ligados a produção cultural, os descaminhos da política de comunicação durante o governo Lula e a violência contra os protestos políticos, são elementos que também fazem parte da trajetória do CMI.

Nesse sentido, as dinâmicas que se depara ao pesquisar a rede CMI têm especificidades locais, produto da aproximação ou distanciamentos da relação aos fenômenos, acima citados. Como havíamos afirmado, no decorrer dos capítulos anteriores, as mídias radicais alternativas do final da década de 1990, entre elas o CMI, vão assumir as características organizacionais e políticas emergentes nos

concretas de criação de redes. Esta lógica cultural tem como característica uma série de disposições culturais e sociais profundamente arraigadas que orientam os atores e se apresentam nos objetivos da rede Indymedia. JURIS, Jeffrey S. Indymedia: de la Contra-Infomación a la Utopía Informacional. In: MARÍ SÁEZ, Victor Manuel (Coord.). **Cuando los Movimientos Sociales se Apropian de la Red**: Comunicación, Redes, y Cambio Social. Madrid: Editorial Popular, 2004, p.154-177

movimentos sociais e do desenvolvimento tecnológico de sua época, espacialmente e historicamente situados.

Procura-se, também, afastar-se de concepções fixadas no ineditismo das experiências organizacionais e comunicacionais do CMI, para que a historicidade, pluralidade e complexidade, comuns aos sujeitos coletivos e individuais associados aos coletivos e movimentos em rede, sejam deixadas de fora, segundo as referências no campo comunicacional e político.

Por esse motivo, historiciza-se a origem do primeiro coletivo da rede *Indymedia* em 1999, durante os protestos contra OMC, em Seattle, destacando outras experiências de mídia radical, que podem ser definidas como fundamentais para sua formação: o movimento do acesso livre e TVs comunitárias, por trazerem a noção de mídia participativa para o seio do debate sobre o emissor/receptor; o neo-zapatismo, no que tange sua estratégia comunicacional e organizacional e os coletivos Tech⁷⁶, por criarem a estrutura técnica e novas práticas políticas.

Depois se contar um pouco da história recente das mídias radicais, entramos na história da rede *Indymedia* e sua trajetória e desenvolvimento no Brasil. Explicando como essa rede de coletivos, indivíduos, colaboradores e usuários se organiza e quais os desafios que enfrentam.

6.1 As TVs Comunitárias e o Acesso Livre nos Estados Unidos

No início dos anos 1970 a teledifusão, nos Estados Unidos, consistia em três redes das emissoras e um incipiente canal público, as inovações da tecnologia da TV a cabo pareciam, segundo Stein (2003), uma alternativa genuinamente consistente frente a um mercado centralizado.

Entre os entusiastas das possibilidades, que emergiam com a diminuição dos gastos de produção e com a teledifusão, estavam congressistas liberais, operadoras, categorias profissionais e ativistas de acesso público. Estes últimos, uma ramificação do ativismo social dos anos 1960, que advogavam a democracia participativa com o objetivo de democratização radical da comunicação, visando transformações no âmbito social e político.

⁷⁶O termo tech é uma abreviatura de tecnológico usada pelos próprios coletivos.

Conforme Stein (2003), a mídia impressa alternativa, dos anos 1960, buscou criar em seus leitores uma consciência e uma cultura alternativa, os ativistas de acesso público procuraram estender os objetivos da imprensa radical utilizando a televisão. Os militantes esperavam que as comunidades pudessem utilizar a tecnologia de TV a cabo junto com os equipamentos de vídeo doméstico, para engajar-se na expressão imediata, para aumentar a comunicação entre si e com os outros e para descobrir e definir uma agenda político popular⁷⁷.

O modelo de TV comunitária, adotado nos Estado Unidos, possui, segundo Fibrino (1990), uma influência direta da experiência canadense do programa *Challenge to Change*, criado em 1966, por um consórcio entre vários órgãos federais, organizados na *National Film Board* com o objetivo de facilitar o diálogo entre a população e o governo, para ajudar na erradicação da pobreza através de transformações sociais básicas.

O *Challenge to Change*, segundo esse autor, adotou perspectivas assumidas por McLuhan, em seus estudos, onde explora a possibilidade dos meios em potencializar as capacidades humanas e de estímulo a sua consciência, segundo a perspectiva dos documentaristas de Robert Flaherty e John Grierson, que buscavam realizar documentários sem estúdio e atores profissionais onde os sujeitos opinavam diretamente na produção, para diluir a fronteira produtor e sujeito nos documentários⁷⁸.

Dois experiências, do *Challenge to Change*, são destacadas pelo mesmo autor, a primeira foi entre 1969 e 1970, em Alberta, uma região de mineração, onde as câmeras portáteis serviram como ferramentas aglutinadoras de organização e comunicação externa e interna para essas regiões negligenciadas pelo governo canadense.

⁷⁷Lembrando, como observa a autora, que em 1968 chega, ao mercado americano, a primeira câmera de vídeo doméstico com um preço relativamente baixo e de fácil manuseio, e que em 1971, as novas filmadoras, mais leves, dispensavam uma equipe de suporte e uma sincronização posterior, permitiam também visualizar, gravar e apagar o material gravado.

⁷⁸Grierson seguia a linha de cinema social de Eisenstein, ajudando a criar *National Film Board*, mantinha uma posição firme de não fazer filmes sobre as pessoas, e sim, com as pessoas. Robert Flaherty procurava retratar, com fidelidade, a realidade social da diferentes povos. Em *Nanook of the North*, de 1921, Robert Flaherty, filmando a partir de 1913, tem como protagonista um hábil caçador de morsas, que dá nome ao filme. *Mano of Aran* retrata sobre a vida dos moradores das Ilhas Aran na costa da Irlanda. Estes vídeos, de Robert Flaherty, podem ser vistos no youtube: *Nanook of the North*, 1921. In: <http://www.youtube.com/watch?v=cLERFRQI5EY>, MAN OF ARAN, 1934, Acesso em 14 qbr. 2009. <http://www.youtube.com/watch?v=Pc1SkNsYHig>. Acesso em: 9 mar. 2009.

A segunda experiência se passa na cidade, com uma organização militante de moradores de uma favela em Montreal. Os militantes inicialmente foram capacitados e depois receberam câmeras, após isso, foram para as ruas entrevistar vários moradores da cidade, na fase final do projeto todo material captado foi visto e analisado em encontros públicos.

Outro projeto, mencionado pelo autor, foi realizado numa parceria entre *Parallel Institute* e o *Challenge to Change*, em 1970, reforçando a idéia de utilizar os equipamentos de vídeos para mobilização das pessoas pobres, promovendo exposições públicas. O projeto tinha como objetivo promover o debate público, já que as pessoas podiam falar em suas casas, mas não o faziam nas ruas. Segundo o mesmo autor, muitas vezes as gravações serviram, também, para pressionar os políticos profissionais com as promessas à população.

Apesar das conquistas do *Challenge to Change*, na TV comunitária, serem significativas, alguns problemas surgiram devido a vaidade de alguns diretores, que estavam mais preocupados com o produto final do que com o processo de produção. Essas questões, por outro lado, apesar de não afetarem a produção como um todo, não eram comparáveis com outras perguntas em aberto, surgidas ao longo do processo decorrido com a convergência da tecnologia de produção e de distribuição. Afinal, quem controlava a programação? Como garantir às comunidades o acesso às experiências? Quem financiaria os projetos?

Essas perguntas vão definir a diferença entre a TV comunitária e americana, enquanto a primeira vivia exclusivamente de subsídio do governo, a TV comunitária estadunidense era mantida por subsídios, doações de fundações e de cidadãos das comunidades locais. Situação que vai se modificando conforme os interesses instrumentais de cada sujeito envolvido no processo de mudanças da tecnologia a cabo.

Entre 1968 a 1972, os órgãos reguladores e as operadoras de cabo também foram atores importantes no estabelecimento da TV comunitária nos Estados Unidos, logicamente, cada um com seus interesses instrumentais bastante específicos.

Como observa Stein (2003), o interesse da *Federal Communication Commission* (FCC) era motivado pela possibilidade de promover políticas públicas de incentivo à programação local, onde a regulação da radiodifusão havia falhado. As operadoras tinham interesse de atender o favor da FCC, afinal, oferecer canais à comunidade e incentivar a produção de programação local possibilitaria as mudanças na regulação da TV a cabo, conforme seus interesses, já que a FCC centralizava e mantinha congelada a regulação no setor.

Segundo essa autora, o apoio do governo e da indústria, oferecendo canais e recursos para produção de programação local e abertura de TVs comunitárias, levou muitas comunidades a acreditarem na sua boa vontade, mas o acordo entre as operadoras e a FCC vai se desfazendo assim que as operadoras conseguiram as concessões municipais.

No fim da década de 1970, como afirma Stein (2003), se inicia também a expansão de serviços da TV por satélite: *ShowTime*, *Movie Channel* e *Nickleodeon*, ao mesmo tempo, que a *Midwest Vídeo Corporation* consegue impugnar juridicamente as normas federais de TV Comunitária, o que leva muitos canais a não mais contemplar a programação e produção local, retransmitindo apenas séries, programas e filmes Hollywoodianos.

De acordo com essa autora, mesmo em meio à crise de financiamento, que obrigou as TVs comunitárias se manter, quase que exclusivamente, de doação dos cidadãos, de fundações e mediante as ações de lobbies, que persuadiam os governos municipais a incluir cláusulas de acesso público nos contratos, muitos projetos, coletivos de produção e TVs comunitárias permaneceram comprometidos com causas sociais e progressistas, entre esses sujeitos destaca-se a *Alternate Media Center* e os *radical videos collectives*.

O *Alternate Media Center* nasce em Nova Iorque, em 1971, por iniciativa de George Stoney, um pioneiro na produção de vídeos que havia trabalhado na produção do *Challenge for Change* e da cineasta Red Burns.

Segundo Fibrino (1990), os co-fundadores da *ACM* conseguiram uma doação de 250 mil dólares, da Fundação John e Mary Markle, para um projeto, que visava inicialmente a reapropriação das tecnologias de informação proporcionadas pela TV a cabo por comunicadores não profissionais e, posteriormente, foi desenvolvendo ações muito mais amplas.

Em cinco anos de existência os membros do *AMC* promoveram assembleias, debates, compartilharam produções e ajudaram a montar outros centros em outras cidades. O projeto de levar os *videomakers* independentes para fora de sua base de atuação foi financiado pela *National Endowment for the Arts*.

O *Alternate Media Center*, segundo Fibrino (1990), torna-se ponto focal do movimento por acesso público norte-americano, em 1976, ao criar *National Federation of Local Cable Programmers (NFLCP)*, principal organização institucional do movimento de TV comunitária. Seu objetivo era apoiar as iniciativas de produção e

também de participar na construção de políticas públicas para TV a cabo, frente às tentativas governamentais e interesses do mercado de restringir o uso comunitário da tecnologia televisiva.

Os *radical videos collectives* foram grupos de produtores de vídeo que surgiram dos movimentos antiguerras, por direitos humanos e liberdade de expressão, como o *Raindance*, *Videofreeks*, *People's Communication Network*, *Video Free América*, *People's Communication Network*, *Video Free América*, *Ant Farm*, *Global Village* e *May Day Collective*. Buscavam, como afirma Fibrino (1990), estender as novas tecnologias de informação ao papel dos veículos de mídia alternativa em criar uma contracultura.

Como explica esse autor:

A imprensa alternativa, à época, era o principal instrumento de organização e educação da Nova Esquerda, corrente política que mantém os ideais igualitários característicos da esquerda, mas que se opõe às interpretações ortodoxas do marxismo; há uma crítica ao determinismo econômico e uma revalorização da cultura, que expande a aceção de política para além das relações de produção (FIBRINO. 1990).

Os *radicals videos collectives*, ao abraçarem tanto as tecnologias de informação como a contracultura da época, possibilitam a emergência de utopias possíveis chegarem às comunidades. Muitos com otimismo da interpretação mcluhiana dos meios como extensão do homem, outros pensando a tecnologia como ferramentas de construção de transformações radicais na forma de fazer mídia e política, sem desprezar a necessidade das lutas mais amplas.

Fibrino (1990) observa que no mesmo período há um enfraquecimento dos ideais libertários dos movimentos dos anos 1960. Para ele o movimento estudantil e a nova esquerda tinham perdido a potência de criar um clima de ativismo, já no fim da década de 1970. Muitos coletivos optaram por assumir uma postura mais artística do que popular, nas produções independentes, como já havia acontecido no Canadá.

Nesse sentido, o projeto de uso da televisão comunitária, com objetivos emancipatórios, por mais que se mostrasse bastante criativo e preocupado com a participação popular, se enfraquece, mas não deixa de ter uma importância na luta por democratização dos meios.

Na década de 1980, membros da cooperativa *Paper Tiger TV* começaram a organizar uma rede de acesso público por satélite, como

observa Stein (2003), o objetivo era de construir uma infra-estrutura nacional e uma audiência para uma programação progressista. Nasce a rede *Deep Dish TV* (DDTV), em 1986, a primeira rede nacional de acesso público via satélite, vinte anos depois das experiências pioneiras do *Challenge for Change* no Canadá.

Segundo Stein (2003), a DDTV possui cerca de 250 canais de acesso público em todos os estados americanos e alguns canais da rede pública de TV. Suas atividades incluem distribuição de programas de orientação progressistas, produzidos e coordenados por eles ou por outros grupos sem fins lucrativos. A rede tem apenas três funcionários remunerados e, mais uma centena de produtores voluntários. Mantendo-se através de subsídios e venda de programas.

Conforme essa mesma autora, a rede é pioneira, no formato de programa em que se reúnem uma série de múltiplas partes em torno de um tema central, trabalhos realizados de forma independente.

Como ela explica:

A série examina as questões sociais de diversas perspectivas culturais e regionais que geralmente estão ausentes dos noticiários de rádio e TV. Os programas recorrem a gêneros de produção, desde documentário a assuntos de interesse público a teatro experimental e justapõem materiais muito bem produzidos com as produções mais toscas, geralmente associadas à TV Comunitária. Podem consistir em trabalhos na íntegra ou em trechos de várias fontes. (STEIN, 2003, p. 401).

Entre os temas destacados pela autora estão: o uso cidadão da TV de acesso público, a opinião popular sobre as questões ambientais, a guerra no Golfo Pérsico, a censura e as ameaças contemporâneas às liberdades civis, os quinhentos anos de Colombo e das lutas dos povos indígenas em todo o mundo, o sistema de saúde pública e o crescimento da indústria carcerária.

Zabaleta et al. (1998), definem que na década de 1990 cerca 17% dos canais de TV a cabo, nos Estados Unidos, tem acesso público, essa porcentagem é importante, tendo em vista o número de operadoras.

Esses autores observam que a situação atual da TV comunitária é heterogênea, em cidades como Nova Iorque as TVs comunitárias possuem mais força, em consequência da sua vida social e comunitária. Em outras cidades, onde os movimentos de cidadãos são débeis, as TVs também são fracas.

6.1.1 O Fogo e a Palavra Rebelde

Combatente da contra-informação
 Envenenando as redes
 Cyber punk com fuzil na mão
 Disseminando a contra-hegemonia
 Salve Marcos!
 Salve, Salve!
 Mundo Livre S/A⁷⁹

Em 1º de janeiro de 1994, quando os gestores estatais dos Estados Unidos, México e Canadá celebrariam o ano novo, brindando a população mexicana, com mais um acordo de livre comércio, um grito ensurdecedor de Ya Basta! emerge do Chiapas.

O grito rebelde, dos povos indígenas e camponeses, filhos e filhas de mais 500 anos de luta, que reivindicavam a memória de Emiliano Zapata e da revolução mexicana de 1910, ultrapassou rapidamente a Selva Lacandona, a zona fronteiriça com a Guatemala e a serra, colidindo com os interesses dos poderosos membros do *mau governo*, na cidade do México, dos abutres do mercado nacional mexicano e internacional.

Quando a Flor da Falavra foi lançada pelos neozapatistas, se espalhou pelas mídias convencionais e alternativas nos cinco continentes, onde foram abraçadas por pessoas enchendo seus corações com a digna raiva geradora da insubmissão, que busca democracia justiça e liberdade.

Nesse sentido, o impacto do neozapatismo colocou em xeque as certezas neoliberais, assim como, da esquerda mundial, em relação ao papel do Estado, da revolução, das práticas e concepções políticas e do uso da mídia nos momentos de crise (HILSENBECK, 2007).

Não é exagerado falar que se a revolução cubana figura entre as principais fontes de imaginário rebelde para os jovens contestadores da geração de 1968, a experiência mais recente que nutriu e nutre a geração atual de ativistas, de práticas políticas e comunicacionais, constituintes de um imaginário de rebeldia, é o neozapatismo, onde é possível *sentir-se parte da mesma história*, tanto ao norte, quanto ao sul (CECEÑA, 2003).

O poder constituinte do neozapatismo é traduzido nas suas práticas concretas de apropriação dos meios de produção, de democracia comunitária intercultural, nas juntas de um bom governo e caracóis, e na

⁷⁹Trecho da música *Desafiando Roma*, da banda brasileira Mundo Livre S/A.

guerrilha informacional (Castells, 1996). como forma de interlocução com a sociedade civil nacional e internacional⁸⁰, que revelam características de uma heterodoxia política, que distingue os rebeldes chiapanecos dos movimentos guerrilheiros clássicos.

Isso ocorre, em primeiro lugar, como observa Hilsenbeck (2007), porque o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) não é uma força política que se impõe mediante a legitimidade de suas lutas para os demais setores de esquerda radical, como uma mão única para transformação da realidade. O autor destaca que para o EZLN a mudança se dará de distintos modos, não sendo sua experiência a mais legítima, ou seja, sua luta é o modo como eles encontram de fazer, de se organizar na luta, dentro de suas possibilidades e limites, sem perder sua perspectiva política e sua história.

Os neozapatistas, como também argumenta Liberato (2006), não querem sentar-se nas cadeiras mais altas do poder de Estado, não desejam carregar consigo o estigma do movimento revolucionário clássico de tomar o poder e mudar de cima para baixo as relações socioeconômicas e culturais tornando-se políticos profissionais. Explicando que, por esse motivo, se definem como rebeldes e não como revolucionários.

A rebeldia é definida em um comunicado do Subcomandante Marcos de 2002, como:

A Rebeldia é como aquela mariposa que dirige seu vôo para este mar sem ilhas e sem rochedos.

Sabe que não terá onde pousar e, contudo, seu vôo não titubeia.

Não, nem a mariposa e nem a rebeldia são bobas e suicidas, acontece que sabem que terão onde pousar, que por aí há uma ilhota que nenhum satélite detectou.

E esta ilhota é uma rebeldia irmã que, com certeza, sairá flutuando justo quando a mariposa, ou seja, a rebeldia voadora começar a desfalecer.

Então a rebeldia voadora, a mariposa marinha, passará a ser parte desta ilhota emergente, e será

⁸⁰ Quanto à apropriação aos meios de produção pelos neo-zapatistas, recomendamos ao leitor ou leitora o quarto capítulo do livro *Nem centro, Nem periferia*, de autoria do Subcomandante Marcos e o artigo do Sociólogo e ativista Léo Vinicius, para o coletivo luso-brasileiro Passa-Palavra, *O neo-zapatismo e os velhos meios de produção*. Ambos disponíveis em: http://pt-br.prototype.wikia.com/wiki/Nem_o_centro_e_nem_a_periferia. Acesso em: 16 jun. 2009 e <http://passapalavra.info/?p=2280>. Acesso em: 16 jun. 2009.

assim o ponto de apoio para outra mariposa que já empreendeu seu vôo decidido rumo ao mar.

Nos livros de biologia, isso tudo não irá além de uma curiosidade, mas, como disse não sei quem, o bater das asas de uma mariposa costuma ser a origem dos grandes furacões.

Com seu vôo, a rebeldia voadora, ou seja, a mariposa, está dizendo NÃO!

Não à lógica.

Não à prudência.

Não à imobilidade.

Não ao conformismo.

E nada, absolutamente nada, será tão maravilhoso como ver a ousadia desse vôo, apreciar o desafio que representa, sentir como o vento começa a agitar-se e ver como, com estes ares, não são as folhas das árvores a tremerem, e sim as pernas dos poderosos que até aquele momento pensavam, ingênuos, que as mariposas morriam mar adentro (SUBCOMANDANTE MARCOS, 2002).

Ao mesmo tempo, que o neozapatismo não se propõem ser única via anticapitalista para transformação radical da sociedade ou uma vanguarda, eles se colocam críticos a política representativa.

Conforme Correia (2007)⁸¹, os neo-zapatistas dizem que política representativa é uma forma limitada de escolha, onde o eleitor é um mero espectador da cena social, onde o candidato eleito não faz menor esforço para envolver os representados nos assuntos políticos e econômicos.

A concepção de construir, a partir de baixo e a esquerda, um novo arranjo social, que contemple as necessidades dos povos em movimento, pode ser vista como produto, como revela o Subcomandante Marcos, do amadurecimento dos rebeldes em contato com outras realidades, desde os primórdios do neozapatismo.

Nós chegamos à selva como uma clássica elite revolucionária em busca desse sujeito, o proletariado, no caso da revolução marxista-leninista. Mas a proposta inicial entrou em choque com as propostas das comunidades indígenas, que tem outro substrato, uma complexa pré-história de emergências e insubmissões. Nós modificamos as nossas propostas interativamente.

⁸¹ Disponível em: <http://divergences.be/spip.php?article327&lang=fr>. Acesso em: 17 jul. 2009.

O EZLN não nasce de propostas urbanas, mas tampouco das propostas vindas exclusivamente das comunidades indígenas. Nasce dessa mescla, desse coquetel molotov, desse choque que produz um novo discurso. O que dissemos é que a transformação histórica não deve ser feita às custas da exclusão de setores na sociedade.

Isso tem custos políticos sociais, políticos e econômicos, para cada nação e para o mundo inteiro. Quando um setor diz Já Basta! Está tentando repetir o que outros setores já disseram e praticaram. Ressalta a exclusão. Nunca existirá um mundo homogêneo, deve-se respeitar a diferença, e o excluído reclama: ou nos levam em conta ou terão que nos levar em conta como ruído na aparente harmonia da nova ordem mundial (SUBCOMANDANTE MARCOS, 1999, p. 42).

Se por um lado, a oposição à *Realpolitik* vai se tornando cada vez mais forte, ao longo dos 15 anos da luta, com o descumprimento do governo mexicano, os acordos e negociações entre as partes envolvidas no conflito, com os ataques do exército e de paramilitares às comunidades autônomas zapatistas e com as tentativas dos partidos de esquerda capitanear a influência da guerrilha a seu favor no jogo político⁸².

Por outro lado, o direito à diferença, para quebrar com hegemonia da nova ordem mundial e a multiplicidade de formas de luta por mudanças na sociedade, vai estar no cerne da estratégia de diálogo do EZLN com outros setores sociais. Muito embora, como adverte Hilsenbeck (2007), o diálogo EZLN com os demais sujeitos sociais nacionais e internacionais, não deve ser entendido como uma forma instrumentalizada do EZLN para criar mecanismos de pressão contra o governo, e sim, como ação política, que se relaciona com suas propostas e valores. Iniciadas nos primeiros dias do levante e que passará a ser, cada vez mais marcante, no seu vasto campo de atuação política, como

⁸²Em 2005, segundo Correia (2007), os neo-zapatistas dissolvem a Frente Zapatista de Libertação Nacional, organização política civil pacífica criada para articular apoios no meio urbano sem tomada de poder, rompem laços com o Partido Revolucionário Democráticos (PRD) e na Sexta Declaração da Selva Lacandona. O EZLN propõem uma forma de política, que opõe as eleições e os meios institucionais, realçando os movimentos sociais de esquerda e anticapitalistas.

consultas, diálogos, marchas, encontros, manifestações, convocatórias e etc.

Para esse autor contando desde 1994, quando é emitida a I Declaração da Selva Lacandona, a estratégia comunicacional do EZLN foi se tornando cada vez mais ampla, conforme as reorganizações da guerrilha em decorrência de diversos fatores, como a própria mudança de lugares, modalidades e formas de luta.

O principal motivo dessas transformações, segundo o mesmo autor, decorre da não só da fragilidade bélica do EZLN, haja vista, um terço do exército mexicano se encontra cercado a região das comunidades autônomas, mas também, da sua capacidade de diálogo e contato com outros setores da sociedade civil.

Os contatos com outros setores da sociedade civil, que partiram em muitos casos, da iniciativa neozapatista, como o I Encontro Intergaláctico contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, em 1996, criaram os elos necessários para construção do movimento de resistência global, assim como, de convergências entre meios alternativos, que cobriram os dias de ação global.

As estratégias comunicacionais, entendidas como parte de sua ação política (HILSENBECK, 2007), proporcionaram a criação de contra-esferas públicas, definidas por Nancy Fraser (1992) como arenas de interação discursiva, que proporciona a produção e circulação de discursos que possam, por princípio, fazer críticas ao Estado e ao mercado, onde o povo pode decidir suas coisas comuns⁸³.

Para abranger a diversidade dos sujeitos nas contra-esferas públicas, o neo-zapatismo vai distinguir-se, de outros movimentos sociais e guerrilheiros, no uso dos meios de comunicação. Criando condições favoráveis para o diálogo e para furar os bloqueios de visibilidade pública, o que nos remete a segunda característica: a criatividade comunicacional no uso e produção midiática.

Os comunicados assinados pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral e pelo Subcomandante Marcos, um dos principais chefes militares e porta-vozes, são

⁸³ Para Fraser (1992) a concepção de esfera pública burguesa, de Habermas, não dá conta de toda problemática. A autora salienta, em Habermas, para existir uma ordem democrática deve existir uma esfera pública, o aparecimento de várias esferas públicas que competem entre si à existência, aleija a esfera pública original. Para ela, Habermas possui uma crença das grandes narrativas qual acredita que os grupos humanos refletem sob grandes categorias universais. FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy In: CALHOUM, Craig (Ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992, p. 62-73.

espalhados pela internet, *contaminam às redes*, misturam as narrações do cotidiano das comunidades, personagens da cosmologia maia ou inventados, citações de Shakespeare, Pablo Neruda, García Lorca e vários estilos literários e formas lingüísticas, *variando conforme o objetivo e o interlocutor* (HILSENBECK, 2007) obtendo um grande êxito de visibilidade pública para sua luta.

Contrapunha-se ao Estado autoritário, tecnocrático e científico aquilo que tradicionalmente foi classificado como irracionalidade e que no zapatismo aparece como uma outra forma de razão: a “palavra”, a comunicação horizontal, esteticamente enraizada nas tradições locais, livres em suas traduções e invenções, feita da interlocução entre a razão que brota do coração de cada uma das minorias e das entidades, constituindo um espaço democrático.

(...) das palavras do EZLN e de Marcos depreende-se a visão que ser livre é lutar, lutar é inventar (...) Juntam-se, assim, num mesmo movimento de emancipação, as noções de tradição, invenção, memória, ruptura e luta. Diferentemente da liberdade iluminista que é ruptura em um tempo linear, a zapatista sincretiza a linearidade ocidental com o tempo maia, em que as épocas são como diferentes camadas do presente. A liberdade zapatista é um movimento de conexões, traduções e ressignificações, a partir de repertórios tradicionais e, na comunicação horizontal com o “outro”, a “palavra” (GITAHY, 2009, p. 55).

Nesse mesmo sentido, a circulação de pessoas, imagens, áudios e vídeos sobre os neozapatistas proporcionaram, como observa Gitahy (2009), a intensificação do caráter performático da política, que colaborou para atrair a atenção dos meios convencionais⁸⁴ e

⁸⁴ O trato com a imprensa convencional possui também um diferencial, segundo Gitahy (2009), ao invés de tratá-la como um todo homogêneo e vendido, ou espelho e não como um sujeito ativo na sociedade, elegendo três veículos para lhe conferir um acesso privilegiado às informações e proibindo o acesso dos meios hostis, como a Televisa aos territórios autônomos zapatistas. A escolha dos veículos pelos neo-zapatistas, para o mesmo autor, segundo declarações, teve como critério suas políticas editoriais pluralistas, sendo o *La Jornada*, pelo empenho de seus jornalistas em ir aos locais do conflito para buscar as informações, o *El Financiero*, por sua profundidade analítica e seu distanciamento da arrogância do jornalismo feito pelos veículos elitistas e o *Proceso* por sua objetividade.

participativo da mídia. Esse autor lembra que a literatura e as outras artes se diferenciam das ciências e das engenharias, por permitirem o uso de linguagens coloquiais plásticas e sonoras, que não dependem de um saber monopolizado por especialistas.

Pode-se dizer de forma sintética, para que o ruído fosse alto suficientes para incomodar os ciosos donos do poder e as certezas das práticas políticas dos movimentos guerrilheiros e sociais anteriores, foi preciso que os significados da rebeldia, dignidade, justiça, democracia e liberdade fossem reescritos de forma distinta dos significados sociedade civilizada e dominante, através do contato com “os outros” também mergulhados na opressão.

Nesse sentido, quando a banda recifense, Mundo Livre S/A, descreve Marcos como *um Cyber-Punk de fuzil na mão*, evidentemente, ao fazer tal descrição, não está afirmando que o Subcomandante Marcos e os demais combatentes neozapatistas na Selva Lacandona são *cyber-punks*, no sentido literal da palavra.

O significado que eles dão para o termo, nada haver, tem, com o estilo musical futurista e apocalíptico criado pelas bandas de música eletrônica ou cenários de filmes, como *Blade Runner*, e a estética, que algumas tendências contraculturais assumiram na década de 1980, nos países ricos ou reduzido um gênero literário.

Seu significado é construído pela identificação dos músicos do movimento musical *mangue beat*⁸⁵, caracterizado pela mistura da cultura nordestina com elementos contra culturais, sincretizando os ritmos do maracatu, samba ou rap, ska, música eletrônica e rock e letras politizadas, que descrevem a situação dos bairros pobres da periferia de Recife, *a cidade, a bandidagem por uma questão de classe*, com as práticas políticas neozapatistas contra o capitalismo.

Onde é possível dizer que todos somos cybers-punks, assim como, *Todos somos Marcos! (...) os intolerados buscando uma palavra, sua palavra. Todos aqueles e aquelas (...) que incomodam o poder e as boas consciências*⁸⁶.

⁸⁵ Movimento cultural. Musicalmente, o *Mangue beat*, faz a fusão entre a música popular, como o maracatu e o samba, com ritmos modernos como o rock, rap e a música eletrônica.

⁸⁶ Questionado pela mídia convencional sobre sua identidade e do porque do uso dos palcates e passa-montanhas pelos rebeldes chiapanecos, Subcomandante Marcos emite um comunicado que dizia: “Marcos é gay em São Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, hispânico em San Isidro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, rockero na cidade universitária, judeu na Alemanha, feminista nos partidos políticos, comunista no pós-Querra Fria, Pacifista na Bósnia, artista sem galeria e sem portfólio, dona de casa num sábado à tarde, jornalista nas páginas anteriores do jornal,

Onde é possível sentir-se parte da mesma história de rebeldia e resistência (CECEÑA, 2003) e reinventar-se continuamente para reescrever um imaginário de libertação, que proporciona a reapropriação dos conceitos políticos em prol de seu valor de uso para proteção e formação de comunidades (NEGT; KLUGET, 1999).

A Flor da Palavra, que nasce da razão aberta à sensibilidade e da sensibilidade aberta à razão, a qual Marcuse percebe estar contida nos movimentos da nova esquerda e guerrilheiros da década de 1960, que volta dar frutos nas novas gerações rebeldes, não simples pegadas dos movimentos anteriores. Podemos, assim, dizer que o neozapatismo colaborou para aprofundar as concepções anticapitalistas e antiautoritárias sob bases materiais e imateriais mais próximas das perspectivas, concepções e problemas locais e globais dos veículos de mídia radical alternativa, nos dias de hoje.

Nesse sentido, sua influência deve ser considerada como um dos elementos mais importantes para compreender as práticas políticas e organizacionais da rede Indymedia, não só em relação à crítica ao sistema e a esquerda tradicional, mas também, em relação à busca dos significados próprios para a autonomia, pluralidade, comunicação, política, democracia e liberdade.

6.1.2 Do Cyberpunk ao Hacketivismo

No capítulo sobre as midiatisações, foram escritos algumas das concepções da cultura do *copyleft* e do movimento de software livre, que influenciaram nos movimentos juvenis se convertendo em concepções políticas e ações diretas nos meios virtuais e nas ruas. No entanto, alguns laços, do que chamamos de cibercultura e o ativismo anticapitalista, não foram, suficientemente, esclarecidos, para que possamos relacioná-las com o surgimento da rede Indymedia.

Para descrever a importância dos coletivos *tech*, para criação do CMI, usaremos alguns termos cunhados pela perspectiva dos estudos da

mulher no metropolitano depois das 22h, camponês sem terra, editor marginal, operário sem trabalho, médico sem consultório, escritor sem livros e sem leitores e, sobretudo, zapatista no Sudoeste do México. Enfim, Marcos é um ser humano qualquer neste mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, exploradas, dizendo ¡Ya basta! Todas as minorias na hora de falar e maiorias na hora de se calar e agüentar. Todos os intolerados buscando uma palavra, sua palavra. Tudo que incomoda o poder e as boas consciências, este é Marcos". SUBCOMANDANTE Marcos; Comunicado. 18 de março de 1994. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso em: 25 jun. 2009

comunicação e da tecnologia da informação, que procuram visualizar os fenômenos das comunicações mediadas por computadores, especificamente ligadas às práticas políticas, que colocam a tecnologia a serviço da rebeldia.

Nessa categoria se encontram as definições como *cyber-rebeldes* (LEMOS, 2000), o hackertivismo e os coletivos de programadores e desenvolvedores, que tem em comum quatro lemas herdados das contraculturas ciberpunk:

(...) a informação deve ser livre; o acesso aos computadores deve ser ilimitado e total. Desconfie das autoridades, lute contra o poder; coloque barulho no sistema, surfe essa fronteira, faça você mesmo (LEMOS, 2000).

Lemos (2008) relata, que toda tecnologia cria novos rebeldes, assim como, a revolução industrial gerou a primeira geração de tecnorebeldes, os luditas, hoje, os novos rebeldes, utilizam as tecnologias microeletrônicas. Nos anos 1960, explica Lemos (2008), os rebeldes eram conhecidos como *Phreakers*, os piratas do telefone, que se apropriavam da rede de telecomunicações mundial com o objetivo de viajar gratuitamente pelas redes. Nos anos 1970, do mesmo modo que os telefones criam os *Phreakers*, os computadores criam os *hackers*, uma verdadeira elite da informática.

Em um primeiro momento, os *hackers* pretendem liberar as informações e dos computadores do poder militar, universitário e industrial e vão ser o principais responsáveis pelo desenvolvimento da microinformática, nos anos 1970, na Califórnia (LEMOS, 2008; GOFFMAN; JOY, 2004). Tendo em vista, que a primeira geração de computadores vai ser composta de máquinas enormes, ligadas a balística militar.

Posteriormente as ações dos hackers vão estar inseridas, não só no desenvolvimento de tecnologias livres da propriedade corporativa, no desbloqueio de programas fechados por chaves de segurança e números de série, mas também, em ações, que tem como metas expor ao ridículo as tecnologias fechadas e os sistemas de segurança de empresas e de instituições estatais.

Esse nome dado pelos próprios novos rebeldes às suas “ações reivindicativas, de caráter sociopolítico, definidas como ativismo” (VICENTE, 2004), abrangendo uma vasta gama de formas e táticas, foi hacktivismo. Uma fusão do termo hacker, que abrange ações no ciberespaço, com o termo *ativismo*, que indica a ação política, não

exclusiva, mas geralmente ligada aos movimentos sociais e campanhas de correntes de cunho libertário e anticapitalista.

O *Cult the of Dead Cow* (CDC) que se identifica como mais velho grupo de hacktivism, foi criado no Texas, em 1984, segundo eles, por um ex-assessor de segurança de informática, um pesquisador de Haward, um ex-funcionário da ONU, um professor de lógica, um cineasta, um desenvolvedor de jogos e mais uma infinidade de músicos e outros artistas, que *aceitaram participar da dinastia CDC* em ações reais e virtuais⁸⁷.

O CDC tem realizado, ao longo de sua história, uma série de intervenções em defesa dos que eles definem direitos humanos, onde incluem acesso irrestrito as liberdades digitais, perdidas com a propriedade intelectual.

Além dessa página na internet, especializada em ações diretas no meio virtual, o CDC ficou mundialmente conhecido, entre 1998 e 2001, por criar um *trojan*, um programa de computador que libera as portas de acesso de outro usuário sem que ele perceba, com o objetivo de mostrar as falhas do programa proprietário Microsoft Windows 98. O nome dado ao *trojan* foi *back orifice* (orifício traseiro), como uma sátira ao programa servidor da Microsoft *Back Office*.

Henshaw-Plath, de 22 anos, cofundador do Indymedia e criador do Protest.Net, um portal que disponibiliza além de um calendário de protestos, também oferece, notícias, links e informações sobre reuniões, conferências e encontros para os ativistas⁸⁸, para ele havia duas vantagens na utilização da Internet pelos movimentos de contestação, no fim da década de 1990.

A primeira vantagem é que ela permite aos ativistas organizarem uma ação coordenada, que facilita a mobilização de diversos grupos; a segunda é não haver custos para as pessoas expressarem suas opiniões. Conforme o fundador da Protest.net mais de 700 petições on-line estavam disponíveis em 1998, época em que o portal foi lançado, tratando de questões específicas, que iam da luta para salvar as baleias às acusações de traição ao presidente Bill Clinton.

O ativista expõe na entrevista, em 1998, que só o site, *E-The People*, mantinha disponível cerca de 17mil e-mails, de funcionários públicos do governo no nível local, estadual e federal, para que as

⁸⁷ <http://w3.cultdeadcow.com/cms/about.html>. Acesso em: 22 jul. 2009..

⁸⁸ Entrevista concedida a: HARRIS, Edward. **The Wall Street Journal**, 5 de agosto de 1999. Disponível em: http://protest.net/activists_handbook/wsj_article.html. Acesso em: 26 jul. 2009

pessoas possam expressar suas divergências com a política dos gestores públicos, segundo ele, *essa é uma forma de militância*.

Ainda em 1998, o *Electronic Disturbance Theatre*, um coletivo de hackers ativistas e artistas que realizam performances políticas on-line como meio de desobediência civil, reuniu 20 mil pessoas em uma ação de bloqueio à página do governo mexicano, em apoio aos neozapatistas, ao Pentágono, contra as guerras americanas e à bolsa de valores de Frankfurt, símbolo do capitalismo global.

Esse grupo de cinco ativistas ingleses, chamados de *Eleto-hippies*, que ficaram conhecidos nas suas ações virtuais durante os protestos de Seattle, em 1999, realizou uma ação de envio de e-mail, em massa, para 78 oficiais e para o departamento de agricultura americano, protestando contra os alimentos geneticamente modificados.

As ações diretas virtuais contra páginas dos governos, de organismos multilaterais, das grandes corporações, dos provedores de internet, de empresas poluidoras, de transgênicos, nucleares, sexistas e etc., se consolidam, segundo Rosas (2003), em 1998, ano que um hacker inglês invadiu mais de 300 páginas, colocando textos e imagens anti-nucleares.

Os coletivos tech, apesar de não deixar de se enquadrarem dentro dos quais definimos anteriormente como hacktivism, possuem uma ação mais específica dentro deste tipo de ação sociopolítica e distinguem suas atividades dos grupos hacktivistas, ligados às concepções políticas mais puristas de mídia tática.

Enquanto os hacktivistas ligados às concepções políticas da mídia tática, chamados por ciber-rebeldes por Lemos (2008, p.4), concentram suas atividades na leitura, como explica o autor, *que não há uma rebelião possível, mas rebeliões efêmeras, estéticas e lúdicas, presas ao “aqui e agora”* desviando-se do enfrentamento direto com o sistema.

Os ativistas dos coletivos tech, se aproximam das leituras anticapitalistas dos movimentos de resistência global, dos movimentos sociais e campanhas contra o neoliberalismo, não só porque valorizam a esfera das ruas e o enfrentamento ao sistema capitalista, mas também, porque muitos deles e delas são parte de outros coletivos e movimentos sociais, que possuem o caráter revolucionário e rebelde de cunho social fora do ciberespaço.

O coletivo *Riseup*⁸⁹, por exemplo, se define como uma entidade autônoma com base em Seattle, mas com membros por todo mundo,

⁸⁹ <http://help.riseup.net/about-us/>. Acesso em: 26 jul. /2009.

com o objetivo de ajudar na criação de uma sociedade livre, um mundo sem hierarquias e opressão, onde o poder é compartilhado de forma igual.

Para atingir seus objetivos, os membros do *Riseup*, fornecem recursos de comunicação e informática para os ativistas engajados nas lutas anticapitalistas. Entre os projetos do coletivo estão destacados, na página⁹⁰, o fornecimento de e-mails seguros para os ativistas, já que o governo americano possui tecnologias de mapeamento dos e-mails, que possibilita construir mapas detalhados sobre as organizações e ações coletivas.

Além disso, as contas de e-mail e listas seguras (mais de 10.000 listas só no *Riseup*), segundo dados do coletivo, o coletivo fornece hospedagem de sites em mais de 30 servidores espalhados no Brasil, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Estados Unidos e Alemanha, auxiliam na criação de páginas e projetos usando sempre software livre.

Outros coletivos e redes oferecem, também, hospedagem gratuita em provedores, e-mails seguros e etc. aos ativistas e movimentos. Argumentam que esse tipo de ação política é fundamental para segurança dos movimentos e seus membros frente às ações dos governos, que buscam cada vez mais utilizar das tecnologias digitais meios de controle e mapeamento das ações políticas.

Muitas das páginas e portais nascem das convergências entre diversos grupos e organizações, como é caso do *sindominio.net*, produto da convergência entre 25 coletivos e centros de cultura social na Espanha, em 1999, com o apoio do coletivo *Organizing for Autonomous Telecomms (TAO)* e do *Nodo 50*, provedor de internet, criado, em 1994, na convergência, que estava organizando os protestos contra a celebração dos 50 anos do acordo de Bretton Woods e da criação do FMI e Banco Mundial, em Madri. O *Nodo 50*, atualmente, disponibiliza formação, conteúdos e serviços comunicativos a 1198 organizações e grupos de esquerda social da Espanha e da América Latina.

6.2 A História do Centro de Mídia Independente

O primeiro *Indymedia Center* nasce em outubro de 1999, quando um pequeno grupo de ativistas e indivíduos de redes de comunicação

⁹⁰ www.riseup.net. Acesso em: 27 jul. 2009.

alternativa, como *Freespeeche.org*⁹¹, *Protest. Net*, *Paper Tiger TV* e *Deep Dish TV* se empenharam em trabalhar, por tempo integral, para criar um espaço midiático dentro das características utilizadas na organização dos protestos que ocorreriam em Seattle (JURIS, 2004).

Três meses antes das manifestações de Seattle, Matthew Arnisson da *Community Activist Technology* (CAT), postou em um fórum da internet informações sobre um software, que havia acabado de concluir, o qual possibilitava a hospedagem na internet de fotos, vídeos e relatos produzidos por ativistas, podendo serem hospedados na internet, sem a mediação de um especialista⁹².

A notícia chega aos ativistas de mídia alternativa, envolvidos no movimento de resistência global, que rapidamente escolhem o software de publicação aberta para criar o espaço virtual para cobrir as manifestações.

Dee Dee Halleck (2004), professora da Universidade San Diego e co-fundadora do *Paper Tiger TV* e *Deep Dish TV*, afirma que Chris Burnett especialista em computadores, ajuda a preparar o código, fontes e hospedagem para o site, que fazia cobertura de Seattle. Burnett também ajudou a convidar os músicos para um concerto beneficente, com o objetivo de montar o centro, agora chamado de Centro de Mídia Independente. Ani DeFranco e Michael Franti deram um concerto, duas semanas antes das reuniões da OMC, e arrecadou US \$ 60.000 para os preparativos de Seattle.

Para a ativista e pesquisadora, era a primeira vez que os organizadores dos protestos davam uma importância para os meios alternativos, *geralmente se dava preferência aos jornalistas mainstream corporativo do que a perder tempo com pequenos canais de notícias independentes*. O espaço onde ficou o IMC se tornou um ponto de encontro durante os protestos, tanto de jornalistas independentes como dos organizadores, assim como, o site, www.indymedia.org, tornou-se um centro virtual para discussões ativistas e multimeios, postos de preparações de demonstração.

O filme *No Olho do Furacão*, produzido pelo Indymedia Argentina e um editorial da rede CMI Brasil, de 24 de dezembro de

⁹¹TV pública via satélite, com base em Denver, Colorado fundada em 1995, mas sua história é anterior aos anos 90. Vive de doações e atualmente atinge mais de 25 de domicílios nos Estados Unidos.

⁹² Veremos que outra mediação serve como filtro para o CMI quando discutirmos a política editorial.

2003⁹³, narra que durante as manifestações contra OMC o site do CMI recebeu milhares de acessos e postagens dos ativistas, que participavam dos protestos. Meses depois do término dos protestos o site permaneceu no ar com o mesmo editorial, de acordo Henshaw-Plath, membro do coletivo técnico da rede Indymedia, conta que depois das manifestações eles estavam tão cansados, que simplesmente esqueceram o servidor ligado.

Logo após as manifestações em Seattle, em uma carta, Matthew pediu aos ativistas americanos, que utilizavam o software, para que modificassem o endereço web de <http://seattle.indymedia.org> para somente indymedia.org. A ferramenta de publicação que serviu milhares de jovens, que estavam em Seattle, poderia ser utilizada por outros ativistas, ao redor do mundo, para dar visibilidade as suas lutas.

Ainda nesse período, ativistas ingleses dos coletivos de ação direta entraram em contato com os ativistas americanos, para utilizar o software de publicação aberta na cobertura dos protestos do dia do trabalho em 2000. Pois estes coletivos estavam sendo alvo de uma ampla campanha da mídia convencional, com o objetivo da legitimação do uso de um enorme aparato repressivo por parte do governo, para desmobilizar os protestos políticos, que vinham, desde o início da década de 1990, se radicalizando nos âmbitos organizativos e táticos.

Nos Estados Unidos e no Canadá, após Seattle, muitos coletivos do CMI foram surgindo, primeiro em Portland, depois na Filadélfia e em Vancouver, protestos contra a biotecnologia em Boston, em março de 2000, e protestos em Washington D.C contra a reunião do FMI, organizado por uma coalizão de movimentos estadunidenses, que colaboraram para a construção da rede nestes locais.

A manifestação em Praga, contra o capitalismo, como resposta à reunião do FMI e Banco Mundial, em 2000, foi um dos eventos que marcaram a expansão da rede Indymedia pela Europa; depois dos protestos surgiram outros CMIs, em Madrid, Euskal Herria (País Basco) e Galícia.

O rápido crescimento do Indymedia, de um coletivo em 1999, para 39 coletivos em 2000 e 70 coletivos em 2001, como mostra Behling (2006), levou os voluntários dos coletivos, já sindicalizados na rede, perceberem a necessidade de orientar os novos coletivos segundo os princípios de unidade e a política editorial concebidos desde o

⁹³ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/12/270525.shtml> . Acesso em: 22 jun. 2009.

primeiro coletivo, baseando-se nas concepções políticas dos movimentos de resistência global.

Na primeira reunião presencial da rede, realizada em São Francisco nos Estados Unidos, no ano 2001, nasce um grupo de trabalho, o New Imc., com a função de fazer o acompanhamento da formação de novos coletivos segundo as concepções comunicacionais e políticas da rede.

Em setembro de 2001, a rede Indymedia tem seu primeiro coletivo no continente africano, fundado na África do Sul durante a Conferência contra o Racismo, em Durban. Em novembro, nasce o CMI na Nigéria com a colaboração norte-sul do CMI Filadélfia e dos coletivos *Earth First!* e *The Environmental Rescue International* (ESTRADA, 2003).

Em 2002, surgem os coletivos da região da Ambazônia (ex-Camarões do Sul) e o processo de construção do CMI Zimbábue, que nunca chegou a ser concluído. Em 2003, são os ativistas das Ilhas Canárias que vão construir seu CMI, na região de fronteira África-Europa forma-se o coletivo Maquiq/Estrecho IMC.

Como mostra o exaustivo trabalho de Behling (2006), entre 1999 e 2004 há um crescimento ascendente do número de coletivos do CMI, que possuem sites próprios na WEB, 106 coletivos em 2002, 136 coletivos em 2003, e 162 coletivos em 2004. Em 2005, com 165 coletivos, o processo de formação de coletivos, com sites próprios, entra em fase de estabilização.

Esse autor explica que a tendência não deve ser entendida por uma contemplação dos números de coletivos em relação aos sites, pois, muitos coletivos são formados utilizando os sites e recursos locais já existentes, como é o caso do CMI Remânia do Norte/Vesfália, que publicam no site alemão do Indymedia e de alguns casos de coletivos na Itália. Há ainda coletivos locais que publicam em um site nacional, como é o caso do Brasil, regionais como o CMI Oriente Médio e Indymedia Reino Unido e do site continental CMI Oceania, que reúne os coletivos da Nova Zelândia, Indonésia, Austrália e Filipinas.

A expansão da rede Indymedia pela Ásia, como explica o mesmo autor, é lenta, o primeiro site vai ser do coletivo on-line na Índia, em novembro de 2000, dois anos mais tarde se cria um coletivo local na cidade de Mumbai, em 21 de julho de 2002. Há também coletivos do CMI em Beirute, Jerusalém, Armênia, Rússia, Istambul, Japão e em Israel.

A idéia de construir um CMI em Beirute foi concebida durante abril de 2002, quando centenas de ativistas ocuparam a Praça dos

Mártires e protestaram, por um mês, contra o ataque israelense ao povo palestino, conhecido como o Massacre de Jênin.

O CMI Palestina funcionou entre 2001 e 2003, sendo retomado no mesmo ano, como Coletivo Internacional Oriente Médio, onde voluntários, do CMI Palestina, trabalham em cooperação com jornalistas independentes de todo mundo para cobertura dos conflitos entre Israel e Palestina.

Na apresentação do coletivo na sua página na Web⁹⁴, eles procuram esclarecer que seu objetivo é realizar uma cobertura global e justa do conflito. Recentemente o coletivo Oriente Médio conta com o apoio do CMI Barcelona, para tradução em espanhol das coberturas aumentando a amplitude das informações produzidas por eles, em árabe.

O CMI Coréia do Sul, criado em 2004, demonstra também preocupações com a língua, eles explicam que apesar de haver uma rica experiência de mídia participativa no país, os noticiais em coreano só atingem o âmbito nacional, dificultando as atividades que exigem a solidariedade internacional. Além disso, analisam que a mídia independente multilíngue constrói a base necessária para desafiar as distorções da mídia corporativa em inglês.

O CMI Rússia aponta um novo desafio, o de ser uma plataforma informacional para trabalhadores, estudantes, feministas e toda e qualquer pessoa que queira discutir sobre as guerras, problemas ambientais, os problemas da globalização capitalista, frente à ausência de movimentos de massa e a fragmentação da antiga União Soviética, assim como, os problemas causados por grupos políticos, que tentam se beneficiar dos trabalhos realizados, pela rede Indymedia, exclusivamente a seu favor.

O primeiro coletivo da rede Indymedia na América Latina foi no México, em junho de 2000, seguido pelo CMI Colômbia, em outubro, e do CMI Brasil⁹⁵, em Dezembro. O coletivo do CMI Bolívia, no entanto, se fragmentou e retomou suas atividades apenas em 2003, voltando a ser aprovado no processo de inclusão na rede, em 2004.

A retomada do CMI Bolívia em 2003 é marcada pela tensão social e política no país e pela guerra do gás, nos meses de maio e junho de 2005. Segundo Ayaju, voluntário do CMI Bolívia, em seu relato na reunião da rede Latina do CMI, em 2007, o CMI foi criado com o objetivo de quebrar com o cerco midiático.

⁹⁴http://www.imemc.org/about_us. Acesso em: 17 ago. 2009.

⁹⁵Voltaremos falar expansão da rede CMI Brasil mais frente, especificando o surgimento dos coletivos locais e suas características.

Os coletivos de Sucre, Cochabamba e La Paz surgiram por causa da necessidade de ampliar a abrangência do CMI Bolívia, quando os conflitos se dividiram por regiões. O voluntário explica que cada coletivo é autônomo, trabalha e segue a dinâmica das organizações e movimentos sociais locais, agindo como facilitadores, para que os noticiais e informações produzidas por esses sujeitos sejam difundidas na página do CMI.

Ayaju define que depois do CMI Bolívia se converteria em uma rede, eles tiveram problemas com falsas denúncias e insultos, contra militantes de esquerda postados, na coluna de publicação aberta, por causa desse tipo de problema muitos militantes passaram a acreditar que o CMI era financiado por ONGs de direita. Ao perceber que seu trabalho na Web estava servindo de certa forma para fortalecer a direita, os coletivos bolivianos mudaram de servidor e de forma de publicação.

Na mesma reunião, Zule do CMI Sucre, afirma que os conflitos na Bolívia vitimaram muitos jornalistas e comunicadores indígenas, muitas das rádios comunitárias foram atacadas e que voluntários de Cochabamba foram alvos de ameaças, agressões e roubos de equipamentos, por grupos fascistas.

O Coletivo de Sucre, segundo Zule, tem, de forma coordenada, atuado junto com comunicadores indígenas, produzindo noticiários do Pacto de Unidade, parte da estratégia de informação dos movimentos sociais dos povos originários e campesinos da região e uma revista periódica chamada Gato Negro. Sobre a mudança na página do CMI Bolívia, ele afirma que apesar dos problemas do servidor, o coletivo está organizado e recebendo ajuda do Zapata, um companheiro do CMI Brasil.

O CMI Argentina nasce em maio de 2001, com o intuito de cobrir as manifestações massivas na Argentina contra a reunião ministerial da ALCA em 5, 6 e 7 de abril, em Quebec.

No entanto, o coletivo local vai ganhar mais fôlego e sua página na Internet vai se tornar uma verdadeira ferramenta das lutas populares, em novembro, por causa das ações coletivas espontâneas massivas e de desobediência civil, em meio à crise econômica e política, desencadeada por anos de política neoliberal no país.

Como observa Boido (2003), pesquisador e voluntário do CMI Argentina, os protestos exaltam um novo protagonismo social, como o desconhecimento das representações da política tradicional, onde não só se questiona o sistema político e econômico, mas também, os meios que os expressam.

Para esse mesmo autor, a partir do momento que as pessoas não viam suas demandas e protestos nos canais de televisão, as ações diretas contra a censura, os boicotes aos diferentes meios de comunicação e os “escraches”, começa abrindo espaço para um maior protagonismo das pessoas em produzir sua própria mídia.

Atualmente na Argentina, o CMI tem cinco coletivos temáticos, divididos em direitos humanos, povos originários, gênero, meio ambiente e contracultura, e mais cinco coletivos locais, em Buenos Aires, Rosário, La Plata, Córdoba e Mar Del Plata.

Em 2001, também é formado o CMI Uruguai, período marcado pela privatização das ferrovias e do terminal de contêineres do porto de Montevideu, depois da tentativa de mais de 500 mil cidadãos tentarem barrar a decisão via plebiscito, ocupações e manifestações estudantis, camponesas, de trabalhadores públicos e desempregados, contra as políticas neoliberais do governo de Jorge Batlle, que levavam o país a uma profunda crise.

Já, no ano de 2002, foi o ano que mais se formaram coletivos do CMI na América Latina, conforme Behing (2006), motivados pela efervescência política da região se formaram nove coletivos, em oito países diferentes, sendo que dois são coletivos locais do Chile. O coletivo de Santiago abandona a rede, em 2004, alegando problemas com as críticas direcionadas por membros da rede.

Em um trecho da carta aberta sobre sua desfiliação da rede *Indymedia*, publicada no CMI Galícia⁹⁶, os voluntários do CMI Santiago afirmam que suas publicações incomodaram muitos coletivos locais, que descarregaram muitas críticas as atividades por eles desenvolvidas. Essas críticas apontam para o desejo de muitos membros coletivos de controlar e direcionar o coletivo para uma “objetividade”, que se resume em transformá-los em técnicos e jornalistas, que descrevem eventos, sem opinião.

Para os voluntários do CMI Santiago a relação do coletivo e da rede tornou-se insustentável após três anos, devido à posição que muitos jornalistas independentes assumem de reduzir a mídia a um fim em si, o que não contribui para luta de classes. Em 2005, o coletivo CMI Santiago volta a ingressar na rede *Indymedia* com uma nova formação e junto com o CMI Valparaíso e Chile Sul compõem a rede *Indymedia* no Uruguai.

⁹⁶ <http://galiza.indymedia.org/gz/2004/11/1042.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2009.

Se funda também o CMI Chiapas sob as concepções zapatistas, em 2002, os produtores e produtoras de mídia independente do coletivo colocam na internet, também, as transmissões da Rádio Insurgente, produzida pelo EZLN e transmitida *de algum lugar das montanhas do sudeste mexicano* e a rádio on-line Zapatista, que transmite as declarações e comunicados dos zapatistas, entrevistas e programas especiais sobre a sexta campanha, desde 2005.

O CMI Venezuela foi criado em 2003, propondo-se ser uma alternativa informativa desligada do Mercado e dos interesses Estatais, segundo a apresentação, disponível no site local⁹⁷, o coletivo passou por altos e baixos nessa fase inicial. Em agosto de 2005 e janeiro de 2006, em decorrência do Festival Mundial da Juventude e do Fórum Social Mundial, realizaram respectivamente duas reuniões, com membros de outros coletivos da rede Indymedia de diferentes países e de ativistas de diferentes organizações venezuelanas, todos interessados em fortalecer e acelerar o processo de constituição do CMI Venezuela.

Como explicam na apresentação, depois de passar por intenção real e de trabalho virtual, em 2007, após quatro anos, conseguiram organizar o coletivo que tem por objetivo: criar e fortalecer uma visão crítica da luta social, sem dívida com os interesses políticos e econômicos de nenhuma força no poder, quebrar com cerco midiático dos veículos de comunicação transnacionais, acerca dos processos políticos e sociais que ocorrem no país e dar espaço a partir de uma posição independente aos movimentos, *organizações para ajudar a aprofundar a revolução de esquerda*, com o intuito de (...) *criar uma autêntica revolução popular e alternativa*.

Segundo os arquivos do CMI Venezuela, eles são apoiados pela Associação Nacional de Meios Comunitários, Livres e Alternativos (ANMCLA), pelo jornal dos movimentos sociais autônomos El Libertário e de meios comunitários de Caracas.

Em 2003, também se forma com a colaboração de voluntários de outros coletivos da rede, o CMI Qollasuyu, formado por descendentes dos povos originários do que conhecemos hoje por Equador, Bolívia e Peru.

Atualmente se calcula, segundo a documentação no site da rede global, cerca de 170 coletivos locais, no entanto, esse número pode oscilar para menos ou mais, em decorrência da dinâmica que a rede está

⁹⁷ <http://venezuela.indymedia.org/es/static/quien somos.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2009.

inserida, passando por momento de visibilidade e latência, comuns às ações coletivas contemporâneas.

Entre 2005 a 2008, segundo pesquisa realizada nas bases de dados do grupo de trabalho New IMC, foram aprovados, na rede, 30 novos coletivos na rede Indymedia com páginas própria na internet, 14 coletivos, em 2005, 4 coletivos, em 2006, 12 coletivos, em 2007, e 3 coletivos, em 2008. Aproximadamente 20, do total de coletivos já aprovados na rede global Indymedia, estavam inativos.

O coletivo CMI Paraguai iniciou suas atividades, em 2007, como explica a carta de apresentação do coletivo, eles se motivaram a construir o coletivo em decorrência do desrespeito aos direitos humanos contra os movimentos sociais, estudantis e as comunidades indígenas da região.

Participam atualmente do coletivo, segundo a mesma carta, homens e mulheres de 20 a 60 anos, pertencentes à várias organizações sociais e universitárias. O site foi criado com a ajuda de um voluntário brasileiro e hospedado, na internet, durante o processo de filiação à rede, pelo CMI São Francisco, nos Estados Unidos, por este motivo o endereço eletrônico se difere um pouco, www.paraguay.indybay.org, sendo indybay.org o endereço eletrônico do CMI São Francisco.

O número de acessos aos sites do CMI é impreciso, no entanto, conforme Halleck (2004) aproximadamente 3,2 terabytes, de informações mensais, circulam em média pelos servidores globais do CMI, proporcionando 18 milhões de acessos mensais. Segundo informações do coletivo global, o CMI Gênova registrou aproximadamente 5 milhões de acessos ao seu site durante as manifestações contra o G8, em 2003.

Além do site CMI Oriente Médio, que trata de assuntos específicos relacionados ao conflito entre Israel e a Palestina, existe o site *Biotech* Indymedia, onde estão relacionados à biotecnologia, a engenharia genética usada na agricultura e medicina e sua relação com a globalização.

O *Biotech* Indymedia, criado em 2002, conta com a participação de ativistas das questões relacionadas à biotecnologia e voluntários dos coletivos locais nos cinco continentes, com o objetivo de tornar o site uma ferramenta para organização, troca de informações “das lutas por toda parte contra a aquisição das empresas da vida, e sobre as alternativas”⁹⁸.

⁹⁸ <http://docs.indymedia.org/view/Global/BioTech>. Acesso em: 13 ago. 2009.

No site global da rede Indymedia há ainda links para as páginas dos projetos relacionados às atividades do CMI fora da Internet, como impressos (<http://print.indymedia.org/>), vídeos (<http://video.indymedia.org/en/>), rádio (<http://radio.indymedia.org/>) e TV por satélite (<http://satellite.indymedia.org/>), onde está relacionada às páginas de TVs comunitárias e livres, assim como, uma série de programas mensais, de base progressista, sobre assuntos relacionados à poluição do ar e da água, direitos reprodutivos, sem-abrigo, para prisões de lucro, *sweatshops*, racismo, violência policial, as lutas indígenas, etc.

6.2.1 Algumas Notas sobre a Repressão

Em 10 anos de rede Indymedia houve mudanças, não só, em relação ao número de coletivos, mas também, em relação às pautas e aos projetos comuns, das redes locais, nacional e global. Essas mudanças foram produto da circulação de pessoas nos coletivos, das transformações inerentes às lutas sociais, assim como, em decorrência da maior repressão e vigilância sobre os movimentos sociais e meios de comunicação alternativos depois dos ataques de 11 de setembro⁹⁹.

Nos arquivos CMI estão relatados 42 casos de opressão contra ativistas, entre 2001 e 2006. A grande maioria dos casos relatados é de prisões de voluntários durante a cobertura de manifestações, quase sempre com uso de força e destruição do material coletado, logo em seguida os casos de perseguição policial a membros da rede e apreensão de servidores.

A primeira investida contra os servidores do CMI foi em abril de 2001, quando os agentes do FBI e do serviço secreto americano “visitaram” o CMI Seattle e selaram os provedores durante as manifestações contra a ALCA em Quebec¹⁰⁰.

A ordem judicial de busca, emitida sob alegação, investigava o desaparecimento de documentos importantes do governo canadense, que haviam sido divulgados por um jornalista anônimo no site do CMI. O mandato judicial ordenava os responsáveis pelo servidor a entregar os endereços de IP dos usuários, que acessavam a página, assim como,

⁹⁹Destacamos apenas alguns episódios, com ênfase naqueles que constituíram em ataques direcionados a organização e os mais graves em relação a prejuízos físicos aos membros do Indymedia, segundo editoriais disponíveis nos sites www.indymedia.org e www.midiaindependente.org que relatam os casos aqui apresentados. Faremos o mesmo sobre o CMI Brasil posteriormente.

¹⁰⁰ <http://www.indymedia.org/fbi/>. Acesso em: 16 ago. 2009.

impedia qualquer pessoa de falar sobre o assunto ou sobre a ordem judicial, procurando amordaçar os ativistas¹⁰¹.

O silêncio foi quebrado seis dias depois, o Seattle IMC divulgou um comunicado, em uma conferência de imprensa, após a retirada da mordaza judicial. No entanto, a exigência de, esse, entregar os 1,25 milhões de jornalistas, leitores e voluntários, que acessaram o site do CMI nos primeiros dias da manifestação contra a ALCA, permaneceu, mesmo depois que ativistas do CMI descobriram que os três suspeitos investigados pelo sumiço dos documentos tinham sido descobertos e nenhum deles mantinha qualquer relação com a o site do CMI¹⁰².

O caso despertou o interesse de importantes organizações de direitos, como a *Electronic Frontier Foundation*, da *Electronic Privacy Information Center*, do *Center for Constitutional Rights*, que auxiliaram judicialmente o CMI, e teve término apenas em junho, com repentina retirada da ordem de entrega de IPs pelo governo.

Em julho do mesmo ano, em Gênova, 8 voluntários do CMI foram hospitalizados em decorrência da violenta invasão da polícia no edifício onde estava instalado o CMI, durante a cobertura das manifestações contra o G8.

Em fevereiro de 2002, a polícia italiana, sobre as ordens dos Procuradores do Distrito de Gênova, Andrea Canciani e Anna Canepa, voltou investir contra o CMI na Itália, fazendo buscas atrás de vídeos, fotos e áudios nos Centros de Cultura Social Gabrio, em Torino, Cecco Rivolta, em Firenze, TPO em Bologna e o escritório do COBAS, em Taranto. Segundo os procuradores o material áudio-visual, que havia sido postado no CMI Itália, deveria estar armazenado nos centros de cultura social que abrigavam os escritórios do CMI¹⁰³.

Em 2004, o governo dos Estados Unidos atacou diversas vezes a rede Indymedia e outros veículos de mídia independente. Em agosto, o serviço secreto tentou utilizar um mandado judicial para tirar o site,

¹⁰¹CONSELHO de porta-vozes CMI Seattle - **Governo suspende ordem da justiça enquanto CMI prepara recurso legal.** Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2001/06/2686.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2008. <http://docs.indymedia.org/view/Global/BioTech>. Acesso em: 23 jun. 2008.

¹⁰²CONSELHO de porta-vozes CMI Seattle - **Governo suspende ordem da justiça enquanto CMI prepara recurso legal.** Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2001/06/2686.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2008. <http://docs.indymedia.org/view/Global/BioTech>. Acesso em: 23 jun. 2008.

¹⁰³CMI Itália. **Indymedia Itália esta sendo atacado.** Impresso Fevereiro de 2002. N. 2. Disponível em: http://print.indymedia.org/local/webcast/uploads/portugues-2002-2_-pdf.pdf. Acesso em: 23 jun. 2008.

CMI Nova Iorque, do ar antes da eleição do Partido Republicano, um pouco antes disso, fechou diversas estações de rádio em todo país e através do FBI solicitou que o CMI Nantes tirasse as fotos de um policial suíço disfarçado, pelo mesmo motivo, os voluntários do CMI Seattle foram visitados pelo FBI.

No dia 7 de outubro, do mesmo ano, um mês antes do Fórum Social Europeu, 20 sites de coletivos locais, do CMI Rádio e de outros projetos caíram misteriosamente. Os servidores, que estavam na Rackspace Reino Unido, simplesmente haviam desaparecido. No dia seguinte, após inúmeras tentativas de obter informações e centenas de especulações sobre o que havia acontecido, a *Rackspace* lança uma declaração:

No presente momento, sobre o Indymedia, Rackspace Managed Hosting, uma companhia norte-americana com escritórios em Londres, está agindo em concordância com uma ordem legal permitida pelo Tratado de Ajuda Legal Mútua (MLAT), que estabelece procedimentos para que países se ajudem em investigações como terrorismo internacional, seqüestros e lavagem de dinheiro. Rackspace responde a uma Comissão de intimação, emitida sob o Título 28, do Código Norte-Americano, Seção 1782 em uma investigação que não chegou em solo Norte-Americano. Rackspace está agindo como uma boa corporação cidadã com leis e autoridades internacionais. A corte proíbe que a Rackspace comente mais sobre esse assunto¹⁰⁴.

Mesmo depois da declaração da *Rackspace*, as autoridades americanas e britânicas negaram-se a prestar qualquer esclarecimento sobre o assunto. Segundo uma fonte não declarada, os servidores haviam sido apreendidos a pedido dos governos da Suíça e Itália, fato não confirmado pelo FBI.

No ano seguinte, no dia 28 de julho, o servidor do CMI Bristol foi apreendido, pela polícia britânica, após recusa dos voluntários de entregar os IPs dos usuários, suspeitos de ter publicado anonimamente uma matéria sobre a ação direta, que havia causado danos aos carros que estavam sendo transportados por trem. A apreensão ocorreu uma semana antes dos protestos contra a reunião do G8, na Escócia.

¹⁰⁴<http://www.indymedia.org/fbi/>. Acesso em: 23 jun. 2008

As tentativas mais recentes de encerrar as atividades do CMI, antes ou durante as coberturas de grandes manifestações, ocorreram na Grécia e outra vez no Reino Unido, onde a polícia prendeu um homem, no dia 9 de fevereiro, segundo a Lei de Crimes Graves, em vigor desde 2007, por sua relação com a apreensão dos servidores do CMI Reino Unido, após uma hora o homem foi liberado¹⁰⁵.

Na Grécia, o governo e do partido de extrema-direita, LAOS (Partido Alerta Ortodoxa Popular), atacaram o CMI Atenas e Patras durante e depois da rebelião de jovens anarquistas¹⁰⁶, após a morte Alexandro Grigolopoulos, um jovem de 15 anos, assassinado pela polícia quando voltava para casa, em dezembro de 2008.

Os CMIs de Atenas e Patras foram acusados de serem os centros de coordenação da rebelião que se espalhou pelo país. A pedido do ministro federal da educação, Kyriakos Velopoulos, membro do LAOS, e do subsecretário de Educação, S. Taliadouros, para tomar providências quanto os servidores do CMI na Universidade Politécnica, o então Subsecretário de Educação e Cultos de Atenas, Spyridon Taliadouros, aceitou então a tarefa de agir contra o que chamou de uma ameaça à democracia.

Sabendo que a reitoria não iria entregar os servidores, a fim de garantir sua autonomia e a integridade de seus estudantes, os membros do LAOS, com apoio de grupos de extrema direita, procurou outro meio de fechar os sites os CMIs Atenas e Patras.

Em 3 de julho de 2009, à Organização Helênica de Telecomunicações (Hellenic Telecommunications Organization - OTE) faz uma aliança com o LAOS e despacham um pedido extra-judicial para a Rede Nacional de Investigação e Tecnologia (EDET), onde afirmam que o contrato de utilização de fibra ótica da OTE com a Universidade de Atenas contempla apenas a utilização para fins de pesquisa e educação. Nesse caso, a suspensão dos serviços de fibra ótica seria feita, caso houvesse terceiros utilizando os serviços e não fosse corrigido pela universidade.

Em um comunicado emitido, em julho, o CMI Atenas e Pratas, definem:

¹⁰⁵ ANÔNIMO. **Hospedar Servidores da Rede Indymedia é Ilegal?** Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/green/2009/02/440653.shtml>. Acesso em: 10 jul 2009.

¹⁰⁶ AGÊNCIA de notícias anarquistas - **Emergência para o Centro de Mídia Independente de Atenas e Patras**. 06/07/2009. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/07/449495.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2009..

O ataque contra os Indymedias Atenas e Patras não pode ser analisado separadamente da repressão metódica das "Autoridades" (seguindo os recentes acontecimentos em dezembro) contra o amplo Movimento de oposição que conseguiu criar fissuras no tecido social e esfera pública agindo "por baixo", e que impõe sua presença na cena social em seus próprios termos. Inicialmente, o estado policial tomou as ruas seguindo as orientações das "Autoridades", persuadido a fragmentar as áreas ocupadas. Para este fim, ataques (tanto legislativos quanto reais) foram ordenados contra os setores da classe trabalhadora do Movimento. A cereja no bolo da repressão é o massacre em massa contra os imigrantes que tem acontecido no centro da cidade desde junho¹⁰⁷ (CMI ATENAS E PRATAS, julho de 2009)¹⁰⁸.

Os dois casos mais graves são as mortes dos voluntários Lenin Cali Nájera, do CMI Equador, assassinado, em 2004, sob circunstâncias estranhas e de Brad Will, voluntário do CMI Nova Iorque, assassinado por paramilitares quando cobria a revolta popular dos Povos de Oaxaca.

Lenin Cali Nájera, 23 anos, foi o primeiro voluntário da rede Indymedia a ser assassinado, membro da Juventude Pachakutik e co-fundador do CMI Guayaquil, o ativista foi morto, na noite de 29 de julho, em 2004, quando voltava para casa, segundo a versão da polícia, consequência de um disparo de arma de fogo quando um assaltante tentou roubar sua bicicleta¹⁰⁹.

¹⁰⁷Os ativistas estão se referindo ao ataque de 300 membros do grupo neonazista Chryssi Avghi aos 500 imigrantes ilegais, que ocupavam a antiga Corte de Apelações de Atenas, abandonada desde 2000. Diante dos olhos da polícia, que nada fez para impedir, o grupo de neonazistas arremessaram projéteis e bomba de efeito moral no prédio onde estavam os imigrantes, só após o revide dos imigrantes ilegais a polícia age dispersando o conflito. As denúncias da cooperação da polícia com os grupos de extrema direita tem sido freqüentemente feitas pelos Centros de Mídia Independente e em vídeos postados pelos ativistas no YouTube. BPI – Biblioteca Pública Independente. Disponível em: <http://www.bpi.comze.com/grecia/textos/policia-e-neonazistas.html>. Acesso em: 10 jul. 2009 Ver também: http://www.youtube.com/watch?v=x_X-N_kMIcg; Acesso em: 10 jul. 2009. <http://www.youtube.com/watch?v=3CheGPvAHbA>. Acesso em: 10 jul. 2009. <http://www.youtube.com/watch?v=dUtP6FfEqiQ&feature=related>. Acesso em: 10 jul. 2009.. <http://www.youtube.com/watch?v=KfzWdKnAxCM>. Acesso em: 10 jul.2009. <http://www.youtube.com/watch?v=XznJjz231MM>. Acesso em: 10 jul. 2009.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹CMI Equador - **Asesinan a miembro de Indymedia Ecuador. 02/07/2004.** <http://www.ecuador.indymedia.org/es/2004/07/5891.shtml> . Acesso em: 10 jul. 2009.

A versão da polícia foi mais tarde questionada pela família do ativista devido à falta empenho das autoridades, que investigavam o caso, em responder por que a colega, que estava com ele na hora do suposto assalto, não teve suas coisas roubadas e que o disparo foi feito de imediato, sem aviso ou chance de reação, como uma execução e só depois o agressor roubou a bicicleta, segundo o testemunho da colega¹¹⁰.

Segundo a família, a participação política de Lênin, incomodava a oligarquia que controla a ferro e fogo na política local, a sua participação na juventude Pachakutik, um dos elos da resistência dos povos equatorianos, poderia ser o verdadeiro motivo de sua morte. Mesmo sob protestos de vários setores da sociedade civil equatoriana¹¹¹, com identificação posterior do autor dos disparos e evidências que apontavam para execução, o caso permaneceu como latrocínio.

Bradley Roland Will ou Brad Will, como era conhecido o ativista anarquista e voluntário do CMI Nova Iorque, foi assassinado em 27 de outubro de 2006, por paramilitares pró-governistas quando fazia a cobertura dos ataques às barricadas dos insurretos, no município de Calicanto. A vigésima quarta pessoa morta desde o início da revolta popular de Oaxaca, cinco meses antes.

O ativista, que gravou, infelizmente, também o momento de morte, era bastante conhecido pelos coletivos da rede latina do CMI, onde estabeleceu laços de amizade e cooperação ao produzir uma série de vídeos sobre as ações coletivas dos movimentos sociais do continente desde que esteve na América Latina, pela primeira vez, para participar das manifestações contra ALCA, em Quito, em 2002.

Entre as produções, além das imagens dos protestos anti-globalização corporativa, de povos originários no Peru, Equador, Venezuela, estão as imagens do Movimentos do Trabalhadores Sem Terra e o documentário *Sonho Real – Uma História de Luta por Moradia*, feito junto com o CMI Goiânia. O filme fala sobre os dias que antecederam e o despejo violento de 3,5 mil famílias da ocupação Sonho Real, em Goiânia, em 2005.

Além do CMI, Brad Will participou de diversas movimentações políticas ligadas ao ativismo social e a contracultura, antes das manifestações de Seattle, como mostra as imagens do ativista no documentário *Brad – Uma Noite Mais nas Barricadas*, onde aparece em

¹¹⁰CMI Equador - **Identificados asesinos de Lenin Cali, 15/07/2004.**

<http://ecuador.indymedia.org/es/2004/07/5954.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2009.

¹¹¹CMI Equador - **Ecuador IMC activist assassinated, 08/07/2004.**

http://archive.ucimc.org/newswire/display_any/18925/index.php. Acesso em: 10 jul. 2009

cima do prédio ocupado, em que morava, com mais outras pessoas, para impedir que fosse demolido com os pertences e animais de estimação das pessoas, e em outra ocasião, morando em uma árvore centenária no Oregon, em 1997, para impedir que a floresta fosse derrubada.

No mesmo documentário Brad Will é descrito por seus amigos e companheiros de CMI, como *alguém que levava a ação direta para vida cotidiana, um típico representante do underground nova iorquino*, uma pessoa com postura solidária e profundamente crítica aos processos da globalização corporativa, como mostra sua própria fala: *a história nunca nos perdoaria se não tivéssemos feito aquilo*, se referindo as enormes manifestações contra a OMC.

A crítica social e a participação em várias frentes de luta é um perfil comum também a Lénin Cali, segundo a carta de seus companheiros de movimento:

Los jóvenes no somos semillas del mañana, somos el fruto de cada día que alegra la vida y el alma. Esa semilla es LENIN CALI NAJERA, amigo y compañero de luchas, de sueños y esperanzas, quien brinda alegría y coraje para seguir luchando. LENIN, ¡estás entre nosotros y vivirás por siempre!.

Nacerás cada vez que necesitamos esperanza, aliento, fuerza, sentimientos de libertad. Harás también realidad el Pachakutik, retornarás en nuestras reuniones, en la resistencia, en nuestros gritos de rebeldía, compañero.

Estas palabras no son otro texto, son en este momento nuestros corazones dolidos, indignados y agitados es la respiración contenida, la risa callada; somos los jóvenes tus compañer@s de siempre; los jóvenes, hombres y mujeres de la red Nacional Tejiendo un Nuevo País.

Ese fuego construido en minga crepita con más fuerza y está presente en nuestras danzas, en nuestros cantos, en el trabajo con GLBT y todo esto germinará en el proyecto de la utopía de un NUEVO PAÍS.

Jóvenes Tejiendo um Nuevo País - Guayaquil.
01/07/ 2004¹¹²

¹¹²JÓVENES Tejiendo um Nuevo País -Carta a Lenin Cali. **Lénin: Semilla y Fruto de Hoy y de mañana.** Disponível em: <http://ecuador.indymedia.org/es/2004/07/5906.shtml>. 01/07/2004. Acesso em: 20 jul. 2009.

Apesar de haver diferenças entre o Brad Will e Lênin Cali, quanto origem social e cultural, nas maneiras de ser jovem e em relação à complexidade e historicidade dos contextos locais onde atuavam, acreditamos que há características comuns entre os dois ativistas nos possibilitando traçar algumas considerações iniciais, permitindo tecer algumas distinções sobre suas práticas comunicacionais e políticas dos voluntários do CMI.

6.2.2 O que Brad Will e Lênin Cali Tinham em Comum?

A primeira característica é a múltipla militância, como vimos Brad Will e Lênin Cali, além de voluntários do CMI, nas suas respectivas cidades, ambos eram ativistas de outras redes, grupos e movimentos, algo que é bastante comum entre os ativistas dos coletivos autônomos e veículos de mídia radical. Como mostraram as entrevistas que realizamos com os membros da rede CMI Brasil e a pesquisa sobre o ativismo juvenil autonomista feita por Liberato (2006), onde o autor releva o perfil dos jovens ativistas do movimento de resistência global.

Esse múltiplo engajamento não proporciona apenas uma visão mais ampla dos problemas, mas também, uma participação política baseada no respeito pela diversidade e pluralidade de tática sob uma forte dose de influência do zapatismo. O que nos lembra de outra característica, essa apontada por Ceceña (2003), uma espécie de *continun*, que fazem os ativistas sentirem-se parte da mesma história de rebeldia, em amplo *movimento de movimientos* (MELUCCI, 1999).

Um movimento de movimentos generosos nas práticas de solidariedade entre indivíduos, coletivos e movimentos, algo inerente à descrição da autora, pode ser visualizado na fala de Diego amigo de Brad e membro do CMI Goiânia, no documentário *Brad – Uma Noite Mais nas Barricadas*.

Sobre a morte do companheiro:

Estamos na luta cotidianamente e poderíamos estar no lugar dele.

Quem estava lá, não era só o Brad, era também o Diego.

Se fosse o Diego que estivesse lá, não seria só Diego, seria o Miguel.

Se fosse o Miguel que estivesse lá, não seria só o Miguel.

Quem está ali, representa a todos nós (...) todos que acreditam nessa luta.

O Brad morreu com a câmera na mão.

Aquela câmera ali estava nos representando. Não o Indymedia. A gente que luta por um mundo diferente (Diego).

Estar no lugar, identificar-se com a opressão e sofrimento do outro, ou seja, o reconhecimento gera a solidariedade que não se dá apenas nos momentos de visibilidade (MELUCCI, 1999). Ela ocorre no cotidiano dos movimentos, redes e coletivos, nas micro e macro-relações, inferindo, junto, o sentido que os ativistas dão sobre o que estão fazendo.

O sentido da ação, no caso de reportar um evento, sob uma perspectiva do reconhecimento, pode nos apontar algumas distinções existentes entre práticas comunicacionais dos ativistas da mídia radical alternativa, as práticas comunicacionais dos profissionais da mídia convencional e outros profissionais de comunicação alternativa.

Em primeiro lugar, sem menosprezar a subjetividade do profissional da mídia convencional, podemos dizer que suas práticas, de reportar um evento como manifestações mais radicalizadas, são mediadas por valores intrínsecos à sua atividade profissional, às técnicas jornalísticas e à linha editorial, o veículo de mídia para qual trabalha e seus compromissos comerciais com os anunciantes.

No entanto, outro fator muito importante é a clara distinção que o jornalista da mídia convencional faz de sua prática de reportar, em relação ao sujeito da ação e evento reportado, o jornalista não só se coloca em uma posição distinta do sujeito da ação coletiva, como também, não compartilha com os sujeitos as referências simbólicas que dão significado a ação coletiva.

Porém, o problema não se concentra na atitude do jornalista, em não ser ele a notícia ou de não compartilhar com os sujeitos os sentidos, mas no fato de se colocarem como sujeito, que não atribui opinião sob fenômeno e uma fidelidade única a sua versão dos fatos reportados.

Ainda que o sentido, do profissional da mídia, não seja construído como algo mecanicamente para ser encucado nas cabeças das pessoas, podemos dizer que a atividade do jornalista profissional é produzida, destacando uma série de construtos sociais já enraizados, ligadas às mediações que dão o sentido hegemônico à uma história, a qual se tem por verdadeira.

Nesse mesmo sentido, do trecho acima, podemos afirmar a existência de práticas comunicacionais nos veículos de mídia alternativa, que caminham lado a lado, e as práticas comunicacionais dos jornalistas dos veículos de mídia convencional, que tendem a reprodução das idéias dos dominantes, mesmo sob forma antagônica.

Dorothy Kidd (2003), pesquisadora e veterana ativista de rádios livres nos Estados Unidos, sugere dois paradigmas para analisar a comunicação alternativa nas manifestações contra OMC, em Seattle, paradigmas que refletem dois posicionamentos quanto a globalização corporativa e o modo ao qual se organizam os veículos.

O primeiro paradigma é representado pelas organizações não governamentais, tais como, o Fórum Internacional de Globalização, a Aliança Global, o Observatório Corporativo da Europa, Os Amigos da Terra, o Club de Sierra, Oxfam e o Instituto de Políticas Comerciais e Agrícolas. ONGs, em sua maioria, de bases estadunidenses, financiadas por fundações, como a Fundação Ford, Charles Stewart e Solidego, que operam dentro de uma agenda reformista defendendo um comércio justo no livre comércio.

Para essa autora, as ONGs produzem conteúdos alternativos, no entanto, seus meios não são diferentes da mídia corporativa, as equipes de comunicação são formadas por profissionais capacitados, que utilizam argumentos racionais apelando para Organização Mundial de Comércio, suas táticas incluem redes de imprensa e operações próprias de um centro de imprensa utilizada pelos meios massivos de comunicação, anúncios nos meios massivos de comunicação, a circulação de informes e análises através de seus sítios na WEB

Se associarmos as contribuições de Kidd (2003) com as considerações de Castells (1999), sobre as identidades na sociedade em rede percebe-se que o primeiro paradigma comunicacional se aproxima, ao que o autor define, como identidades legitimadoras, que dão origem *a um conjunto de organizações e instituições, bem como por uma série de atores sociais, que às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutura.*

O segundo paradigma em contraste ao paradigma das Ongs, segundo Kidd (2003), é a do CMI, que articulou suas práticas e estratégias de modo muito diferente.

Ellos no prepararon a comunicadores profesionales, con el objetivo de contradecir el status quo de las reuniones formales y los informes de prensa. Em su lugar una tripulación colorida voluntarios tomó sus cámaras, los micrófonos y herramientas de escritura a la calles. Su intención era hacer testigos a los manifestantes, mientras outra tripulación editada rápidamente y transmitía las imágenes a una audiencia global em Internet. La estrategia de comunicaciones tenía como objetivo ser testigo de

una diversidad de perspectivas, una gama de tonos y registros a una audiencia em rede, utilizando um circuito de medios del gobierno y de la regulación corporativa (KIDD, 2003).

Para essa autora a convergência de Seattle, de novos níveis de organização dos movimentos sociais, a inteligência e a tecnologias coletivas, permitiram uma troca qualitativa de uma *práxis* dos meios alternativos e comunidades autônomas.

Associando o paradigma às contribuições de Castells (1999), pode-se fazer duas considerações, o segundo estabelecido na convergência de Seattle pelo CMI se aproxima do que esse autor define como identidades de resistência, ou seja, identidades que levam a formação de comunas ou comunidades.

Não se pode dizer que esse é um paradigma exclusivamente do CMI, outras experiências semelhantes, como as centenas de rádios e TVs livres espalhadas pelo mundo nos leva a considerar, que o termo mais adequado é o paradigma dos veículos de mídia radical alternativa autogestionários ou paradigma autonomista.

Sob o paradigma autonomista, o sujeito que reporta o evento não está desconectado do sujeito da ação, ele compartilha com o sujeito da ação os sentidos comuns, que dão significado a ação. Sua atividade, ao reportar, é entendida como uma ação política, ou seja, significa dois movimentos, sentir-se parte e reconhecer-se na história, onde é possível falar nós, compartilhar e identificar-se com o outro.

Essa gramática não significa mecanicamente que o voluntário do CMI vai produzir o evento ou que ele é o protagonista da ação reportada, apesar de como vimos nos casos de pressão, para autoridades policiais isso não faça muita diferença.

Não são os raros os casos, em que a autonomia entre veículo de mídia radical e movimentos sociais e populares aparentemente se diluem nas atividades do CMI, quando o coletivo local é composto na sua maioria por ativistas, que são parte dos movimentos e protagonizam a ação coletiva ou quando os movimentos, que protagonizam a ação, se apropriam das ferramentas comunicacionais da rede.

Isso não quer dizer que o coletivo local se dissolva e sim, que nesse período há uma maior organicidade entre o coletivo local e movimento ou movimentos sociais, que protagonizam a ação coletiva, são os momentos de visibilidade (Melucci, 1999). Onde efervescência política, frente a um contexto específico, exige do ativista uma fluidez na sua participação, para reproduzir o sectarismo e isolamento, comuns

aos veículos de mídia radical, frente ao que está colocado de forma impositiva pelos processos, muitas vezes contraditórios da luta social¹¹³.

Nos momentos de latência os laços entre os coletivos locais possuem características mais próximas das considerações de Downing (2003) sobre a autonomia dos veículos de mídia radical. A conexão entre os coletivos locais e os movimentos são realizadas através de atividades, como oficinas, exibições de vídeos e outras atividades, as quais buscam esclarecer a perspectiva de atuação do CMI; capacitar coletivos, indivíduos e movimentos para produção da informação; e aproximar os diversos sujeitos políticos, que atuam na cidade.

6.3 Os Sites e a Estrutura da Rede da Rede Indymedia

O layout da página do CMI Global e dos CMIs locais são parecidos, variando em relação à identidade visual, nos logos e banners no cabeçalho das páginas, à adoção de divisões por tópicos temáticos na coluna da esquerda, a mesma coluna onde estão relacionados os links para o site dos coletivos locais, o acesso aos documentos e a inscrição para as listas de e-mails e matérias não aprovadas, segundo a política editorial da rede.

Na coluna central, estão as matérias produzidas pelos coletivos locais e à direita a coluna de publicação aberta. No topo da página estão os links para contatos, informações sobre o coletivo, sua política editorial e os princípios da rede.

Abaixo estão algumas variações do logo original da rede *indymedia* (figura, que varia conforme os grupos de trabalho e coletivos locais ou temáticos):

Logos:



Figura 2 - Logo CMI



Figura 3 – Logo Indymedia



Figura 4– CMI Chiapas

¹¹³ Voltar-se-á a uma explicação mais sistemática desse argumento mais a frente quando tratarmos da política editorial e qual a o sentido que os voluntários do CMI Brasil dão a sua participação política e as atividades por eles realizadas.

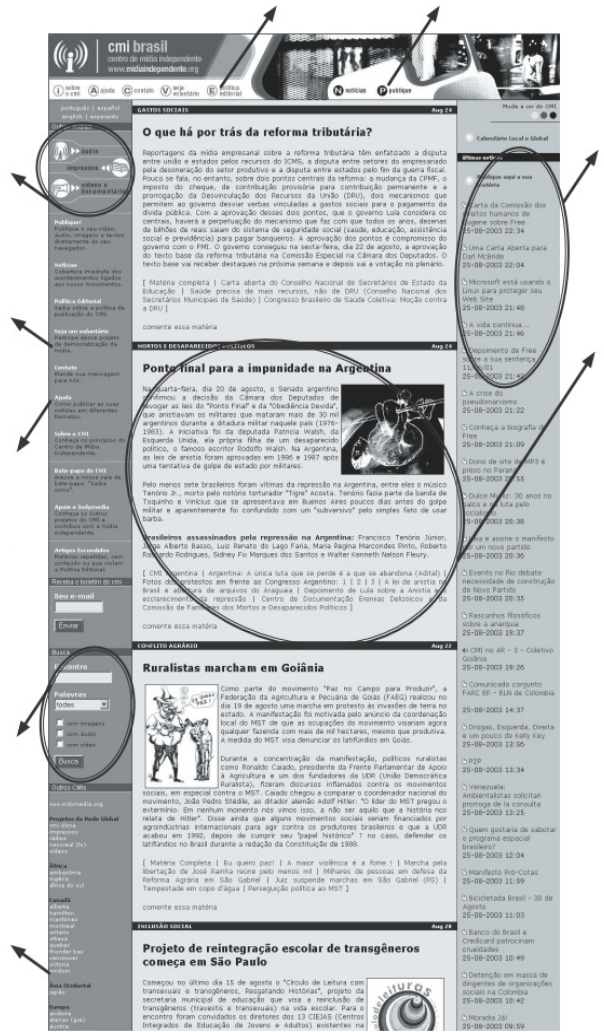


Figura 5 - A Estrutura Virtual

A estrutura virtual, como mostra a figura 5, é no formato portal, esse formato permite que o site seja uma porta de entrada e um direcionamento para informações alternativas na internet. A partir de

qualquer site da rede *Indymedia* você pode acessar os sites de outras localidades, que integram a rede e os bancos de dados, onde estão os vídeos, impressos e áudios produzidos pelos coletivos locais ou por usuários do site, por meio da publicação aberta.

Apesar da estrutura do site proporcionar tanto o compartilhamento, como a construção de um imenso banco de dados sobre os conflitos sociais dos últimos 10 anos, podemos observar que a rede do CMI tem especificidades inerentes ao modelo de mídia radical de contra-informação e as mediações políticas consensualmente estabelecidas pela rede e expressas na sua política editorial.

Nesse sentido, como observado por Schwingel (2004), a arquitetura da informação, termo utilizado para definir:

A estrutura que permite ao usuário chegar a um determinado conteúdo no sistema; (...) as relações dos conteúdos entre si e destes com os usuários em sistemas mais complexos; (...) à integração de estruturas narrativas multimidiáticas diferenciadas de acordo com os gêneros ou a especificidade de determinado produto propostas desde a sua concepção (SCHWINGEL, 2004, p. 4).

Proporciona um desenho, da rede, diferente de outras redes de compartilhamento com as Ponto a Ponto (P2P) e softwares, que permitem a edição colaborativa de textos na internet, como é o caso dos softwares *wiki*, onde a colaboração é direta confiando no bom senso do usuário, como é o caso da *Wikipédia*¹¹⁴, onde não há um desenho definido, segundo a mesma autora.

Os desenhos dos tipos rede sugerido por Schwingel (2004), visualizam o que se está falando:

¹¹⁴Enciclopédia on-line em mais de 250 línguas e dialetos onde qualquer usuário pode acessar, modificar os textos dos verbetes e criar novos desde que os direitos de cópia sejam preservados. www.wikipedia.org. Acesso em: 13 jun. 2009.

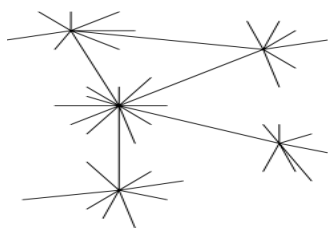


Imagem A
Arquitetura de rede
descentralizada dos CMSs.
Estrutura do IMC

Figura 6 – Arquitetura da rede
Indymedia.

Fonte: Schwingel (2004)

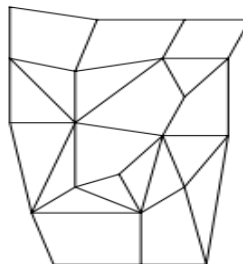


Imagem B
Arquitetura de rede
distribuída dos P2P.
Estrutura do Twiki

Figura 7 – Arquitedura de redes P2P e
Twiki

Fonte: Schwingel (2004)

Na figura 6, que ilustra a estrutura da rede do CMI Mundial na Internet, percebe-se que há uma centralização em pontos nodais, permitindo filtrar aquilo tido como correspondentes aos princípios e objetivos da rede CMI. O fluxo é descentralizado e também orientado de acordo como os objetivos, dos coletivos locais, auto-organizam as publicações.

Na figura 7, está representado o que corresponde às redes ponto a ponto P2P e wiki, os pontos nodais não são mediados o fluxo ou orientados.

Os mecanismos de controle internos da rede, *Indymedia*, são claros e explícitos, correspondendo ao modelo de mídia radical de contra-informação e ao entendimento do uso da técnica como condicionada e condicionante à realidade dos usuários, uma ferramenta objetiva na luta dos sujeitos coletivos e individuais, que almejam caminhar lado a lado.

Analisando de um ponto de vista meramente técnico, colocando a técnica como neutra, pode-se chegar a uma conclusão equivocada acerca da relação liberdade de expressão e censura, afirmando que a forma de regulação presente no desenho da rede Indymedia é uma reprodução dos modelos da mídia convencional ou das mídias radicais autoritárias.

No entanto, como vimos anteriormente, todas as mediações políticas possuem sintaxes inerentes a sua comunidade de sentido, que dão significado a sua ação sobre o mundo, não são meras especulações filosóficas acerca da liberdade e nem produto de pragmatismo

exagerado, mas de relações e experiências concretas. No caso do CMI, produto das trocas entre comunidades autônomas, movimentos juvenis e de mídia radical, que tem se modificado rapidamente.

O uso da publicação aberta, feita pela rede *Indymedia*, segue um caminho parecido com a firmação de Downing (2003), a mídia radical tem como objetivo furar com os bloqueios de informação produzidos pelos veículos de mídia convencional, pelo Estado e por forças conservadoras, mas não consegue romper contradições comuns no cotidiano dos movimentos sociais e políticos, ligados ao veículo de mídia radical.

Os limites e possibilidades da rede *Indymedia* se encontra justamente em como os sujeitos inseridos no CMI e nos dos movimentos de contestação vão usar seus conceitos como alavancas, para dar sentido à política como valor de uso (Negt & Kluge. 1999) e nas possibilidades dos meios de comunicação midiáticas para agendar discussões trazendo a tona os conteúdos políticos.

Sobre essa última afirmação, devemos lembrar que o uso das ferramentas tecnológicas de produção midiática e de difusão da informação tem um duplo potencial: o de constituinte de novas relações; e sociabilidades entre os ativistas, como de reproduzir e potencializar relações autoritárias.

6.4 Como se Organiza a Rede Indymedia

A rede *Indymedia* está organizada, internacionalmente, em coletivos em rede (SCHERER-WARREN, 2006), divididos por cidades e temas, utilizando das tecnologias de comunicação e informação (e-mails, telefones, chats etc.) para autogestionar seus processos de decisão e projetos comuns, de forma descentralizada e horizontal.

Os pontos nodais, que constroem a organicidade da rede e regulam os coletivos já integrantes ou em processo de filiação, foram construídos a partir da declaração de princípios do primeiro coletivo da rede, em 1999, são os consensos gerados a partir do intenso fluxo de informações, da troca de significados e experiências entre as comunidades autônomas, mídias radicais e movimentos anti-sistêmicos no movimento de resistência global.

Os consensos encontram-se declarados sob forma de princípios em uma série de documentos, que foram sendo produzidos ao longo do desenvolvimento da rede *Indymedia*. Como os Princípios de União da

Rede Global e os critérios de filiação à rede global¹¹⁵, e no âmbito local, os princípios de união da rede CMI Brasil e na política editorial específica, possuindo uma série de objetivos dentro de vasta gama de questões.

A enunciação dos princípios na união da rede global, assim como dos demais documentos, possui tanto um caráter de proteção, como de esclarecimento. No sentido de tornar visíveis as mediações consideradas saturadas, das lógicas da *Realpolitick* e do mercado, presentes tanto no cotidiano, como no interior de muitas organizações políticas; de proteção, no sentido de proteger os consensos produzidos pelas mediações e troca de significados, pelas quais os ativistas do CMI cunham a forma de sua participação política, diferenciando-se outras esferas que também dão sentido ao agir político.

Internamente a rede *Indymedia* adota como estrutura organizacional a subdivisão em grupos trabalho, que desenvolvem suas atividades de forma coordenada e colaborativa. Os grupos de trabalho são formados, tanto no âmbito local quanto global, por voluntários dos coletivos locais ou colaboradores de confiança da rede, podendo possuir um caráter permanente, como a produção de vídeos e impressos, a manutenção e desenvolvimento do site e outros recursos virtuais, e a articulação entre os coletivos, ou possuir caráter temporário, segundo as necessidades do coletivo local ou das redes, como a preparação logística para uma grande cobertura e a resolução de conflitos.

Todos os grupos de trabalho se orientam pelas decisões tomadas nos coletivos locais, ou se for o caso, de um projeto ou atividade que envolva mais coletivos, por decisões tomadas em comum entre as redes regionais ou a rede global.

Os grupos de trabalho tidos como importantes em relação à segurança dos coletivos locais e das redes, como o grupo de trabalho responsável por monitorar as postagens no site no Brasil, composto por voluntários indicados pelos coletivos locais.

A participação de colaboradores, que não são de um coletivo local do CMI, nos GTs fechados é permitida desde que passe pela aprovação dos coletivos e voluntários da rede, caso haja alguma desconfiança, se procura esclarecer o porquê da entrada dessa pessoa e quais serão as suas atribuições.

Se tratando de uma rede global as tecnologias de comunicação e informação, são usadas levando em conta as limitações, que podem vir a

¹¹⁵Ver anexos.

existir nos coletivos locais e procurando estimular o uso de tecnologias livres e contas de e-mails desenvolvidas por coletivos *tech*, por serem mais seguras em relação a violação da privacidade de seus usuários.

Existem aproximadamente 270 listas de e-mails associadas à dinâmica dos coletivos de cada local, regiões, temas e aos grupos de trabalho responsáveis por realizar atividades específicas, como a manutenção do site, a produção de vídeos, fotos e programas de áudios, por acompanharem os processos de formação de novos coletivos e os processos de organização da rede.

A maioria das listas de e-mails e seus arquivos estão abertos para consulta e participação de qualquer pessoa. Existem restrições à participação nas listas fechadas, sendo estabelecidos critérios de segurança, que os coletivos locais deliberam para garantir a integridade dos voluntários, das atividades e dos projetos. No âmbito regional e global são usadas listas de e-mails e o Internet Reclay Chat (IRC).

6.5 A Tomada de Decisão por Consenso e Horizontalidade

O CMI, global e local, toma suas decisões através dos processos horizontais e por consenso, ou seja, todos têm o direito de decidir sobre o planejamento, divisão e execução das atividades e rumos da rede, tanto no âmbito local, como global, até que se chegue a uma solução, ainda que temporária, para os conflitos e interesses discordantes.

As vantagens, das tomadas de decisão por consenso, e as táticas, para sua melhor obtenção, são apresentadas pelo CMI, usando como referência o livro *On Conflict and Consensus: a Handbook on Formal Consensus Decisionmaking*, dos ativistas C.T Butler e Amy Rothestein, do coletivo *Food Not Bombs*, traduzido parcialmente por Adriana, do CMI Belo Horizonte, em 2004.

Esses autores explicam que o processo de decisão tem mais haver com a resolução dos conflitos do que é de comum acordo, no processo de decisão por consenso “a atmosfera em que o conflito é incentivado, suportado, e resolvido cooperativamente, com respeito, a não violência, e com a criatividade”¹¹⁶, para eles o objetivo não é seleção de diversas opções, mas o desenvolvimento de uma decisão, que seja melhor para todos do grupo. *É em síntese evolução, não competição, nem atrito.*

¹¹⁶Além do livro de C.T Butler e Amy Rothestein, existem uma série de outros textos escritos, por ativistas e voluntários da rede Indymedia, sobre o processo de decisão por consenso, que estão disponíveis em: <http://docs.indymedia.org/view/Global/ImcResolve>. Acesso em: 17 jul. 2009.

Segundo esses mesmos autores, para que os/as envolvidos/as no processo estejam dispostos/as chegar ao consenso, eles/as devem adotar uma série de princípios e atitudes perante aos demais, criando um ambiente favorável para a resolução do conflito: *a confiança, paciência e respeito* às pessoas, às suas opiniões e considerações ao que está sendo discutido, levando em conta à diversidade de interesses, *da unidade a finalidade aos objetivos*, uma *atitude não-violenta*, são apontadas como meios de chegar a cooperação.

A cooperação é apontada, por Butler e Rothstein (2004), como um princípio de negação da reprodução da competição, nas relações sociais capitalistas nas organizações políticas. Para eles *o processo é a chave para uma mudança revolucionária*, tendo em vista, que estrutura hierárquica não é um problema em si. O problema das estruturas hierárquicas é que elas concentram o poder no topo, e invariavelmente, tornam o poder cada vez mais inacessível às pessoas, que são as mais afetadas pelas decisões tomadas pelas lideranças.

No discurso de Butler e Rotschstein (2004), nos tutoriais e documentos da rede CMI Brasil, há uma forte dose da influência anarquista e zapatista, no sentido que a decisão por consenso possui tanto o papel de distribuição igualitária ao poder, como de responsabilizar o indivíduo envolvido no processo de decisão, com as suas deliberações.

A tomada de decisão por consenso, no CMI, não é uma reprodução das formas organizacionais destes dois movimentos, e sim, a dinâmica dos seus sujeitos, como explica Paíque do CMI Distrito Federal:

Nós temos algumas dinâmicas de horizontalidade na rede Brasil (...) nossa dinâmica não tem 100% do poder e a gente dividi em 100 pessoas e cada um tem 1% do poder, nosso projeto de horizontalidade não é esse, isso é burocrático (...) Na hierarquia é o contrário (...) é piramidal, uma pessoa com pouco poder tem 10% de acesso do poder da instituição, a pessoa de médio poder, com médio poder, tem 50, 60 % e no topo a pessoal com 100% do poder da instituição. A organização horizontal quando é bem construída quer dizer que toda pessoa tem 100% de acesso ao poder e não a 1%. A figura da liderança, ela existe, mas é circular (...)

Na hora de falar com um parlamentar vai alguém que talvez já tenha essa experiência.

Essa circulação de pessoas que é importante e se isso se cristaliza (...) cristalizar que eu digo é durar muito tempo, não é ter alguém ter mais expressão no coletivo 6 meses, não é também um coletivo tem 5 pessoas e uma pessoa exerce poder porque ela escreve uma carta do coletivo. Paíque CMI Distrito Federal.

A tomada de decisão por consenso procura emponderar a todos e a todas atribuindo a responsabilidade de decidir e assumir os encaminhamentos necessários para efetivação da decisão, mediante o estímulo, a capacidade de discernimento e autodeterminação, os laços produzidos não separam o planejamento e a execução da atividade, mas há uma divisão das atividades, segundo as capacidades e subjetividade dos envolvidos.

Caso o ativista não se comprometa com o grupo, o processo se quebra afetando o coletivo ou grupo de trabalho que faz parte, a responsabilidade do voluntário perante o coletivo, com base na identidade de resistência, é reafirmada constantemente a fim de garantir a organicidade do grupo.

Esses casos, que envolvem problemas e comprometem seriamente as atividades do coletivo, passam por discussão na rede ou no interior do coletivo, dependendo do grau de repercussão. Quando esgotadas todas as alternativas propostas, se a rede ou coletivo local, achar necessário, pode aplicar medidas restritivas contra um indivíduo, como restringir o acesso às senhas e outros recursos, que são tidos como importantes para segurança da rede.

Nos casos mais graves, envolvendo coletivos locais, pode ser encaminhado um pedido de desfiliação do coletivo, impedindo seu acesso aos processos de decisão da rede, podendo ser revertido se o coletivo local aceitar passar por um novo processo de filiação. Consultando os arquivos das listas de discussões do CMI Global, podemos constatar que na maioria das vezes, os conflitos que desencadearam longos processos de discussão na rede *Indymedia*, na dissolução dos coletivos locais¹¹⁷ ou a necessidade de interferência de rede local ou global, para mediar as discussões, foram originados: a) a partir da desconfiança de que um coletivo estivesse sendo

¹¹⁷Quando falamos dissolução do coletivo, não estamos dizendo que este foi desfilado da rede, mas que ele deixou de existir por conta da vontade de seus integrantes.

instrumentalizado por uma organização incompatível com os princípios da rede; b) conflitos externos trazidos para dentro dos coletivos locais por pessoas do coletivo.

6.6 A Política Editorial no Brasil

O consenso, que o CMI é uma rede de produtores e produtoras de mídia independente em relação ao Estado e mercado, é materializado também por meio da política editorial. O objetivo dessa enunciação é restringir às tentativas de fazer da página do CMI um espaço para o proselitismo partidário, estatal, mercadológico e assegurar a não utilização da publicação aberta para a reprodução das diversas formas, que o preconceito e a discriminação se apresentam no cotidiano.

A política editorial adotada é específica em cada site da rede e baseada nos princípios da global *Indymedia*; no Brasil, onde o site é gerenciado pelos coletivos locais, o que é publicado na coluna da direita é mantido ou retirado, segundo os seguintes critérios fixados, em 2005:

Sejam de cunho racista, sexista, homofóbicos ou em qualquer sentido discriminatórios; Conttenham ofensas ou meações a pessoas ou grupos específicos. (Consideramos que há uma diferença entre crítica e ofensa: na crítica, há uma demonstração argumentativa de algo com que não se concorda; numa ofensa não há demonstração argumentativa alguma, e sim ataques infundados); Façam qualquer tipo de propaganda comercial; Tratem de assuntos esotéricos ou de pregações religiosas de maneiras que fujam de nossas propostas políticas; Visem promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político; Visem apenas contatar pessoas ou o próprio CMI. (Para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para contato em midiaindependente.org); Sejam publicadas mais de uma vez, sendo que um texto publicado como comentário a uma matéria não pode ser publicado novamente como matéria independente; O/a autor(a) peça que sejam retirados; Sejam boatos conhecidos (hoax), informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando extremamente evidentes ou

denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido; Sejam spam - ou seja, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de publicação aberta e/ou sabotar o sítio - que serão considerados como artigos sem conteúdo; Estejam contra os objetivos apresentados nesta política editorial ou em outros documentos públicos do Cento de Mídia Independente (Sobre o CMI, nota de copyleft, etc.). Rede CMI Brasil¹¹⁸

A responsabilidade, por monitorar a publicação aberta no site, é do grupo de trabalho editorial, composto por voluntários indicadas pelos coletivos locais, para dar agilidade e autonomia a cada coletivo local e movimento, que usa o CMI, o GT Editorial possui autonomia para decidir, sem que seja preciso consultar os membros do coletivo local.

As publicações, que não correspondem à política editorial, vão para a seção de artigos escondidos e podem ser acessados por qualquer usuário do site. Os artigos produzidos pelos coletivos locais, para serem publicados na coluna central, passam por um processo semelhante, o membro do coletivo editorial propõe um texto, de coluna do meio, para ser discutido junto com propostas e links. Depois de três aprovações, de voluntários, o editorial é colocado no ar.

A deliberação do GT editorial pode ser revista caso algum coletivo local conteste a decisão, passando por uma nova discussão, e se caso for necessário o conteúdo ou a forma, em que ele é apresentado, é alterado pelo autor, seja ele, um coletivo ou voluntário, algo que raramente acontece. Para manter a transparência, do processo das decisões, todas as discussões, do GT editorial, estão disponíveis para consulta nos arquivos da lista de e-mail, para membros e não membros do CMI.

A política editorial do CMI Brasil, como havia mencionado anteriormente, passou por alterações, em 2005, sendo acrescentadas mais explicações acerca da regras, que regem o sítio, como copyleft, formatos livres e publicação aberta.

O Copyleft, a licença de direito autoral, permite o uso e modificações do que é produzido, pelo CMI Brasil, para fins não comerciais, desde que a fonte seja citada. Ao passo que a reprodução comercial, sem a consulta prévia ao autor, é impedida, não é a única

¹¹⁸ Fonte: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2010.

licença alternativa de direito autoral usada pela rede Indymedia, o CMI Portugal utiliza o *Creative Commons*, com os critérios: copiar, distribuir, exibir e executar a obra e criar obras derivadas.

Ambas as licenças tem o objetivo de proteger a produção da rede Indymedia e incentivar o uso de softwares livres e a *publicação em formatos livres* - Vorbis (.ogg) Free Lossless Audio Codec (.flac) para áudio, Theora (.ogg) Matroska (.mkv) para vídeo e eXperimental Computing Facility (.xcf) Scalable Vector Graphics (.svg) Portable Network Graphics (.png) para gráficos, por exemplo, e em formatos proprietários públicos (...) não incentivando o uso de formatos proprietários¹¹⁹.

6.7 Como se Financia a Rede Indymedia

A rede Indymedia para manter as suas atividades, utiliza recursos de doações em dinheiro e equipamentos, vindas de seus voluntários, de pessoas físicas e jurídicas, que simpatizam com o projeto, organizações não-estatais e da venda de bens materiais, produzidos pelos seus coletivos locais, como camisetas, imagens e vídeos.

Para gerenciar os recursos, manter a transparência das movimentações do dinheiro doado existe um grupo de trabalho chamado *IMC Finance*, formado por voluntários dos coletivos locais, no mundo inteiro.

O *Finance* não tem poder deliberativo, sua função é organizar internacionalmente os pedidos e doações, as discussões, e repassar os recursos pedidos, quando estes foram aprovados pelos coletivos locais, facilitando os processos que envolvem o transporte de voluntários para os encontros nacionais, regionais e internacionais e no repasse de equipamentos, provindos de doações internacionais, segundo a necessidade do coletivo.

Segundo dados coletados, nos arquivos do Finance IMC, o processo funciona da seguinte maneira, o coletivo manda o pedido descrevendo como vai ser gasto o dinheiro, de preferência em inglês e outro idioma, em casos de emergência a rede tem que deliberar no máximo em dois dias, se os fundos requeridos forem inferiores a UD\$ 500 a rede tem uma semana para decidir, em casos que os fundos requeridos forem maiores que UD\$ 500, o prazo é de duas semanas.

¹¹⁹Página de publicação aberta do CMI Brasil. <http://prod.midiaindependente.org/indymediabr/servlet/OpenMir?do=opensession&sessiontype=article&language=pt&colourscheme=blue>. Acesso em: 3 jan. 2010

Pesquisando nos arquivos, da lista do Finance IMC, as doações de voluntários e entidades a rede global gira em torno de UD\$ 40.000 a UD\$ 50.000 anualmente. Para se ter uma idéia, de como as doações são usadas, e quais os gastos da rede *Indymedia*, na tabela abaixo está relacionado o que foi repassado pelo Finance IMC, quais os coletivos e redes nacionais, que pediram e quanto foi pedido, de janeiro a dezembro de 2003:

Tabela 1 – Despesas da rede global Indymedia.

Proponente	Justificativa	Valor do pedido (US\$)	Decisão
CMI Brasil	Cobertura do FSM, Reunião nacional, Compra de projetor para CMI Rio de Janeiro.	4.490	Aprovado
CMI Los Angeles	Compra de servidores para a página de documentação	1.800	Aprovado
CMI Brasil (São Paulo)	Compra de servidor para rede Latina	2.064	Aprovado
CMI Rosario	2 computadores, Cabeamento do espaço destinado à oficinas	1.890	Aprovado
CMI Vancouver/Victoria/Alberta	Compra de servidor	1.500	Aprovado
CMI Peru	Encontro com movimentos sociais	500	Aprovado
CMI Beirute	2 Computadores, Teclado arábicos para espaço de oficinas e produção do coletivo local	450	Aprovado
CMI Brasil São Paulo	Reembolso à voluntário, por transferência ao Finance IMC	50	Aprovado
CMI St. Louis	Compra de projetor e produção de vídeos.	2.144	Aprovado depois de um período de pendência para melhor esclarecimento da situação

CMI Chiapas	Cobertura da reunião da OMC em Cancun	500	Aprovado
CMI Santiago	Fundo inicial para novo coletivo	100	Aprovado
CMI Brasil	Transporte de computadores doados por europeus para outros países da América Latina	3.275	Aprovado
CMI Argentina	Compra de computadores e sinal de internet para o CMI Bolívia durante crise	500	Aprovado
CMI Beirute	Passagens para Bagdá	300	Aprovado
CMI Chiapas	Criação de espaço multimídia	500	Aprovado
Total de gasto: US\$ 20.663, 00			

Como se pode observar, na tabela 1, do total de gastos da rede em 2003, de US\$ 20.663, cerca de US\$ 7.054 foi enviado para rede CMI Brasil. No entanto, o dinheiro não foi usado apenas pelos coletivos locais brasileiros para financiar suas atividades, mas para manutenção técnica, compra e manutenção de servidores da rede latina, onde o grupo de trabalho técnico brasileiro exerce um papel muito importante e no transporte de doações de equipamentos para outros países.

Isso também acontece com o pedido de US\$ 500 do CMI Argentina, onde o dinheiro foi destinado ao CMI Bolívia para solucionar o problema de acesso à rede dos coletivos locais, durante a intensa crise, que se abatia sobre o país. E do pedido, do CMI Peru, para a organização de um amplo encontro, entre ativistas de diversos segmentos explorados e marginalizados, com o objetivo de traçar estratégias de luta naquele ano.

A política de doações procura, através de discussões, garantir autonomia política e sua unidade da rede, em um universo bastante plural de experiências, em relação aos apoios e colaborações de fundações privadas aos movimentos de democratização da mídia. Apesar dos coletivos locais terem autonomia total para gerar sua sustentabilidade, quando esses meios de sustentar as atividades entram

em choque com os princípios da rede, envolvendo a rede global, essa questão é discutida e avaliada pela rede.

O exemplo foi quando a Fundação Ford ofereceu uma grande quantia em dinheiro para que o CMI realizasse um encontro global, em 2002, nos arquivos, da lista de e-mail, da rede global, encontramos as discussões e é perceptível, que havia nesta época, posições diferenciadas sobre receber dinheiro da Fundação Ford, a acalorada discussão se inicia em março de 2002 e se estende até o fim do mesmo ano.

A proposta intitulada *Local to Global Indymedia Convergences: Building Foundations*, da Fundação Ford, para um encontro internacional do CMI foi feita em março de 2002 e reencaminhada com alterações pelo CMI Urbana-Champaign em setembro. Sasha Meinrath, voluntário do CMI Urbana-Champaign, em um e-mail enviado para lista, resume como foi oferecido a doação, ele afirma que a doação foi oferecida ao CMI Urbana-Champaign depois de seis meses que um coletivo independente do CMI, mas composto por voluntários do coletivo local, trabalhou em projetos em parceria com Fundação Ford.

Em setembro, após muitas discussões e no limite do prazo estabelecido para se chegar a uma conclusão, o CMI Argentina, por e-mail, afirma que o recebimento de doações dessa organização era algo inaceitável, os principais motivos eram o papel da Ford nas ditaduras militares dos anos 1970, 1980 e nos dias de hoje, que vitimou e vitimam milhares de pessoas por todo globo e das tentativas da Fundação Ford em debilitar o movimento de direitos humanos na Argentina, no fim do período ditatorial, da mesma forma que tentou fazer com o movimento negro da década de 1970.

O CMI Argentina também questiona a dependência a que estas doações criam para aqueles que as recebem, onde a autonomia de decisão, fragilmente se quebra quando as atividades, que ele realiza, vão contra as políticas do doador e os motivos pelo qual um coletivo da rede faria parcerias com a Fundação Ford.

Em resposta, questionando as afirmações dos voluntários do CMI Argentina, Sasha Meinrath esclarece que nunca, os membros do CMI Urbana-Champaign, estabeleceram parceria com a fundação, nunca falou em nome do CMI Global e que o assunto não fora prontamente esmiuçado para se chegar as conclusões, tiradas das inúmeras mensagens desencontradas nas listas da rede.

Para ele, ver a aceitação da doação, por dicotomia bem contra o mal, é falsificar a situação atual, pois a Fundação Ford tem aspectos cruéis, mas tem também ajudado a consolidar as mídias por todo globo e

considera inapropriado, que um indivíduo bloqueie o processo onde o único beneficiário seria o CMI Urbana-Champaign.

No entanto, as considerações dos voluntários do Urbana-Champaign resumidas no e-mail de Sacha convenceram, não apenas o CMI Argentina, mas também, os coletivos da Itália, Barcelona, São Francisco, Atenas, Melbourne e outros coletivos da rede latina e europeia, que manifestaram a favor do bloqueio, aceito também pelo coletivo Urbana-Champaign, por considerar que tal decisão não deveria comprometer a unidade da rede.

Outro exemplo de uma grande doação, feita à rede Indymedia, foi da banda Chumbawamba, sendo o dinheiro originado na venda de uma música da banda para a General Motors, só que esta, no término da discussão o dinheiro foi aceito, sendo que do total recebido de US\$100.000, 40% ficou com o empresário da banda, USD 30.000 para o CMI e o restante para o Reclaim the Streets.

6.7.1 Formas de Financiamento da Rede CMI Brasil

Como se vê, em encontros ou projetos da rede global e latina, o CMI Brasil recebe doações, repassadas do Finance IMC, mas apesar de aparentemente os recursos serem bastante significativos, o que nos mostra os relatos da reunião nacional do CMI realizada em Brasília, em 2006, e as entrevistas com voluntários da rede, é que os coletivos brasileiros possuem uma séria dificuldade em obter recursos para suas atividades cotidianas ou projetos mais amplos.

Segundo as mesmas fontes, a grande maioria das atividades do CMI Brasil é bancada pelos voluntários, com dinheiro do próprio bolso, já que na maior parte das vezes os meios criados para gerar sustentabilidade ao coletivo são ineficientes, devido o baixo retorno.

Um dos problemas apontados sobre as doações são individuais na maioria das vezes, algo que dificulta o desenvolvimento de trabalhos mais amplos. Outra fonte de geração de recursos bastante utilizada pelos coletivos da rede Brasil é a venda de camisetas e vídeos, mas, segundo os relatos, é preciso que a rede se organize melhor quanto à venda de materiais, para que se possa dar mais sustentabilidade ao projeto.

Os coletivos locais também recebem contribuições de sindicatos ou de pessoas ligadas ao movimento popular, tanto em material, como em dinheiro, durante as coberturas de manifestações, doações que são gastas em cópias de jornais, fotocópias ou fitas de áudio e vídeo, não chegando a ser o principal meio de arrecadação nos períodos de latência dos movimentos e ações coletivas.

Não muito diferente da falta de recursos para as atividades, a maioria das câmeras de vídeo, fotográficas e outros instrumentos para realização de coberturas e atividades do CMI são dos próprios voluntários, o CMI São Paulo é um dos poucos coletivos com espaço físico, segundo Foz, voluntária do coletivo local (...) *o Ay Carmela com 4 computadores na rede em Linux que podem ser usados por qualquer voluntário para produzir*, outros fazem reuniões em espaços cedidos por coletivos autônomos, como é caso do CMI Curitiba, que realiza suas reuniões na ocupação J13 ou em lugares públicos.

A grande maioria, dos voluntários dos coletivos locais, tem acesso à internet em casa, no trabalho ou na instituição de ensino que freqüenta. Um perfil mais detalhado dos voluntários será traçado após contarmos a história da rede CMI Brasil.

6.8 A História da Rede CMI Brasil

O CMI Brasil foi criado em 2000, de um desdobramento das discussões entre coletivos autônomos, em São Paulo, que na época organizavam os protestos em 26 de setembro (S26), na cidade de São Paulo, simultâneos à reunião do FMI e Banco Mundial, que aconteceriam em Praga.

Como relata, em entrevista, Pablo Ortellado, um dos co-fundadores do CMI/SP, participaram do processo de organização dos protestos do S26 os coletivos: Ação Local por Justiça Global; Do Contra, um coletivo autônomo de estudantes da Universidade de São Paulo; e a ATTAC (Associação pela Taxação das Transações Financeiras e Apoio ao Cidadão), que luta pela implantação da Taxa Tobin.

Toya, também co-fundadora do CMI, conta como conheceu a rede e o processo, que culminou com a criação do CMI Brasil:

Meu primeiro contato com o CMI, em junho de 2000, eu estava em Nova Iorque e ia ter a manifestação em Praga, queria saber se ia ter algo em Nova Iorque ou alguma coisa assim.

(..) um certo Pablo Ortellado mandou um manifesto de uma tal de AGP, e aí pensei esse moleque deve saber de algo. Mandeí um e-mail para ele, e ele me respondeu: porque você não olha um site chamado Indymedia. Org?

Entreí no site e descobri que tinha vários sites para outras cidades, e aí, eu comecei a mexer e ver qual era dessa mídia independente.

Por milhões de razões eu resolvi me guardar e não fazer porra nenhuma. E antes um pouco do que houve em Praga, houve uma manifestação grande contra candidatura do George Bush. Fui para essa manifestação que foi muito grande e muito reprimida, por essa manifestação eu conheci o Mídia Independente Filadélfia (...) tinha um jornal impresso todos os dias, uma rádio FM(...) e pela Internet também, um canal junto a outros meios independentes que ia sendo transmitido por TV via satélite.

E isso para mim foi uma escola, como que os caras estão fazendo isso, que merda é essa. (...) fui para Nova Iorque, conheci um dos poucos centros de mídia independente que têm espaço no mundo, e fui e conheci o pessoal.

Eu falei vai ser muito foda ter um espaço desse no Brasil, e por milhões de coisas resolvi voltar (...) porque tinha a manifestação contra Praga. A gente organizou uma manifestação em São Paulo e o pessoal de Belo Horizonte também estava afim, eu fui para Belo Horizonte ajudar a organizar lá.

Eu comecei a conversar com o Pablo, que estava com a idéia de montar um CMI, nesse tempo teve na lista da AGP São Paulo, a gente colocou na lista e chamou um tal de Pietro.

(...) fizemos a primeira reunião, foi quando eu vi o Pablo pela primeira e conhecemos o Pietro, a gente começou a resolver como faria o site, em contato com as pessoas que já tinham CMI na suas cidades, em 22 de dezembro de 2000, começou o CMI Brasil. Tuya – CMI SP – novembro de 2003.

A ação do Dia Sem Compras, em Belo Horizonte, se tornou a primeira matéria do site, como explica Pablo Ortellado, na época no CMI SP:

Não tinha uma idéia na época de ser um CMI São Paulo, na época a gente teve a idéia de formar um CMI Brasil. A história é mais ou menos o seguinte: o pessoal que estava envolvido com todas as aspás, com o movimento “anti-globalização”, a gente já era leitor do site do CMI global há muito tempo e, a gente achou que tinha tudo haver e a gente resolveu começar o projeto. Começou com um coletivo de pessoas que estava

envolvida, aspas de novo no movimento anti-globalização, que a gente se reuniu para montar um coletivo do CMI aqui no Brasil, óbvio que no início a gente não tinha nenhuma discussão sobre descentralização que poderia ter em várias cidades. E a gente foi conversando, isso foi em maio de 2000.

No começo eram seis pessoas e a idéia era ter um coletivo que fosse aberto, com reuniões públicas, que inclusive é um dos princípios do CMI Global, que os coletivos são sempre abertos e fazem reuniões públicas. Então, a gente sempre foi público, sempre foi aberto, mas na prática foi um coletivo limitado, vinha uma ou outra pessoa. No primeiro ano do CMI Brasil foi praticamente o CMI São Paulo. Que chegou a ter só três pessoas, e as coisas eram decididas nas reuniões eram decididas com essas três pessoas, e com as pessoas que só ajudavam pela Internet davam uma ajuda ou outra¹²⁰. Pablo - CMI SP- novembro de 2003.

O ativista destaca que durante alguns meses o CMI Brasil chegou a ser um coletivo de três pessoas, mas com o envolvimento do CMI São Paulo em outras iniciativas de democratização da informação, como as rádios livres, o I Fórum Social Mundial (FSM) e a campanha contra a ALCA, o CMI passou a tomar corpo.

O FSM proporcionou o primeiro contato presencial, dos voluntários do CMI São Paulo, com as pessoas interessadas em montar coletivos, nas suas cidades, e ativistas da rede *Indymedia*, de outros países. A campanha contra a ALCA por ter aglutinado coletivos autônomos, movimentos sociais e sindicais em torno de um objetivo comum no Brasil, barrar o processo de liberação do comércio e as medidas neoliberais implantadas como exigências pelo Estados Unidos para assinatura do acordo.

As três edições do jornal Ação Direta e o vídeo “Não Começou em Seattle e Não Vai Terminar em Quebec”¹²¹, sobre os protestos

¹²⁰Entrevista com ativista do CMI/SP feita pelo pesquisador no I Encontro de Rádios Livres, em Campinas (SP) em 22 de novembro de 2003. Original publicada em: *Ações Coletivas na Idade Mídia – Um Estudo sobre as atividades da rede do Centro de Mídia Independente no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso. Santos, Carlos André dos. Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. As aspas no termo anti- globalização foi sugerida pelo entrevistado.

¹²¹Na página estática de vídeo existem mais de 150 curtas, filmes e documentários sobre protestos e assuntos relacionados às ações coletivas, que podem ser baixados gratuitamente

contra a ALCA, em 20 de abril de 2001, em São Paulo, produzido pelo CMI Rio de Janeiro, vai ser o primeiro contato de muitos coletivos autônomos, no Brasil, com materiais produzidos pelo CMI. Os vídeos produzidos pelo CMI e por outros coletivos autônomos vão ser utilizados amplamente, para promover os debates sobre o movimento de resistência global e necessidade dos ativistas de se apropriarem dos meios técnicos, para coordenar e dar visibilidade às suas ações coletivas. Algo, que unido a circulação de ativistas e a ampla troca de informação pela internet, vai ajudar a rede se espalhar pelo Brasil, como já havia acontecido anteriormente em outros lugares do mundo.

Segundo a entrevista com um dos seus voluntários, o CMI Rio de Janeiro foi criado na cobertura do A20¹²², depois que uma voluntária da rede *Indymedia* de Nova Iorque passou na cidade vinda do FSM, em Porto Alegre.

(...) nos já tínhamos ouvido falar do CMI, porque tínhamos legendado o "Showdown in Seattle" (primeiro vídeo do cmi). Nos não sabíamos direito o que era o CMI, mas à medida que ela foi explicando nós fomos tendo certeza de que íamos começar um coletivo por aqui. Começamos a nos organizar e entrar em contato com outros coletivos. Claro que demos especial atenção a São Paulo. Desde o início ficou claro que nós tínhamos que nos aproximar deles. A ocasião do encontro acabou sendo o A20 e depois daquilo tudo, foi como se fossemos amigos de infância.
Voluntário do CMI Rio de Janeiro.

O CMI Rio de Janeiro permaneceu ativo, com regularidade, postando no site e confeccionando jornais postes até meados de 2007, entre as atividades desenvolvidas ao longo de sua trajetória está o programa na *Rádio Interferência*, uma rádio livre, mantida por estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fechada

ou comprados, a fim de financiar outros vídeos. Além dos vídeos, produzidos por coletivos do CMI, existem vídeos de outros coletivos de mídia radical, como o Media Sana, Videohackers, Big Noise Tactical Media, Calle y Media, Chiapas Media Project, por documentaristas independentes e movimentos sociais. O endereço da página de vídeo: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/video.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2010.

¹²² Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/12/270508.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2009.

definitivamente pela Polícia Federal, em 2003, sob a acusação de interferir na comunicação dos aviões no Aeroporto Santos Dumont¹²³.

As coberturas da intensificação da repressão policial às comunidades de baixa renda, em consequência dos jogos Pan-americanos, que aconteceriam em 2007, e a campanha contra o caveirão, carro blindado utilizado pela polícia militar nos morros cariocas, são pautas que se destacam na produção do coletivo do Rio de Janeiro, em colaboração com voluntários de outros coletivos do CMI e com movimentos sociais e comunitários locais.

No entanto, a ação do coletivo local, que mais se destaca, foi o trabalho desenvolvido junto à ocupação Chiquinha Gonzaga. Organizada pela Frente de Luta Popular (FLP) e a Central de Movimentos Populares (CMP), no centro do Rio de Janeiro, onde dois voluntários do Rio e uma voluntária de São Paulo organizaram exposições de vídeos para os moradores, com o objetivo de mostrar como funcionava o movimento sem-teto em São Paulo, organizaram oficinas de vídeo e produziram uma série de matérias com as demandas da ocupação.

Segundo a ata da reunião nacional do CMI, realizada em Brasília em 2006, na ocupação Chiquinha Gonzaga os voluntários envolvidos na cobertura não eram vistos como apenas um grupo que apoiava o movimento, ao ponto que a confiança era tão grande, que participavam de todas as reuniões, mesmo as mais sigilosas sem nenhum problema, foi algo que permitiu uma intensa troca de experiências.

O primeiro coletivo local do CMI, no sul, foi o CMI Porto Alegre, a idéia surgiu por volta de agosto de 2001, quando estudantes universitários e secundaristas, organizaram, junto com sindicatos e outras associações de trabalhadores, uma manifestação contra Rede Brasil Sul (RBS), por causa da pressão que o grupo RBS fazia para que os manifestantes que quebraram o relógio comemorativo dos 500 anos do descobrimento fossem punidos.

Segundo Camila, voluntária do CMI Porto Alegre, nessa época, em uma entrevista realizada, em abril de 2004¹²⁴, o grupo que montou o primeiro coletivo do CMI na cidade contou com o apoio de um jornalista da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que participou da

¹²³ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/11/268110.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2009.

¹²⁴ Entrevista do pesquisador realizada em abril de 2004 na cidade de Porto Alegre. Originalmente publicada em: *Ações Coletivas na Idade Mídia – Um Estudo sobre as atividades da rede do Centro de Mídia Independente no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso. Santos, Carlos André dos. Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. Idem.

formação do coletivo junto com estudantes universitários e secundaristas. Como relata Camila, Ex- Integrante do CMI Porto Alegre:

(...) ele propôs ao grupo passar por uma atividade de capacitação, destinada a dar noções básicas de técnicas jornalísticas.

Então se realiza uma Oficina de Formação de Repórteres Populares com o coletivo. A oficina é baseada fundamentalmente na imprensa sindical. A partir daí, o grupo avalia a possibilidade de reestruturar alguns pontos da oficina e aplicá-la também fora do coletivo, em movimentos sociais, escolas e comunidades. Camila. CMI Porto Alegre.

Uma dessas oficinas, de repórteres populares, realizadas pelo CMI Porto Alegre está documentada em vídeo, produzido em parceria com o CMI Belo Horizonte, um editorial de 31 de dezembro de 2004, onde há uma explicação sobre a metodologia da oficina e seus objetivos:

Com base em um modelo de comunicação horizontal, onde o receptor pode ser o próprio emissor e vice-versa, a oficina de Formação de Repórteres Populares visa capacitar membros de comunidades e movimentos sociais a produzir informações sobre seu cotidiano.

A atividade é dividida em duas partes. No primeiro momento, realiza-se uma discussão geral sobre mídia, abordando as diferenças entre mídia alternativa e corporativa e a importância dos repórteres populares para a democratização da comunicação. Em seguida, a oficina limita-se a um determinado veículo de comunicação - de acordo com a realidade e as necessidades do lugar onde a atividade é aplicada - podendo ser dirigida à rádio comunitária, mídia impressa ou Internet. Por isso, não há um conteúdo específico e uma metodologia padrão adotada para esta atividade, tornando-se necessário para os oficinairos uma reavaliação constante do trabalho desenvolvido. CMI Porto Alegre.

Além das oficinas, uma das atividades do CMI Porto Alegre que mais se destacou, sobre as ações coletivas locais, foram as coberturas do FSM, com a colaboração de outros coletivos do CMI Brasil, e a visibilidade que deram as lutas dos catadores de material reciclável. Nosso último contato, com os voluntários do CMI Porto Alegre, foi em

2004, durante o OurMedia & Nuestrs Meios, o encontro que reuniu ativistas de mídia, e pesquisadores na capital gaúcha. Mas, através de contatos com ativistas, que não são da rede, ficamos sabendo que o CMI Porto Alegre está ativo, publicando em blog próprio e desenvolvendo atividades em contato com outros coletivos de mídia alternativa local.

Em 2002, se forma o CMI Belo Horizonte quando um colaborador e uma colaboradora, que já haviam participado da rede, se encontraram em Porto Alegre durante o II FSM, onde foi realizada a reunião global da rede *Indymedia*. O coletivo permaneceu ativo até 2005, segundo a documentação disponível na internet pela rede CMI Brasil, sua dissolução foi motivada pela falta de participação.

O CMI Fortaleza iniciou suas atividades, no mesmo ano, pela iniciativa de ativistas envolvidos na organização das manifestações contra a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que ocorreria na cidade, de 7 a 13 de março.

No dia 11 de março, do mesmo ano, as manifestações convocadas pela Ação Global dos Povos e outras organizações se espalharam para cidade, segundo a página estática do coletivo, houve conflitos com a polícia nestes dias, apesar de não assumirem grandes proporções. Durante todos os dias de manifestação o espaço foi criado pelo CMI com acesso à internet, aberto 24 horas.

O CMI Goiânia se forma em abril de 2002, depois que Diego, um dos co-fundadores do coletivo local, foi para o II FSM, onde conheceu as pessoas dos coletivos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Porto Alegre trazendo a idéia de montar um coletivo do CMI na cidade.

Segundo a entrevista feita com Diego, em 2004, seis meses de formação do coletivo, sua participação no CMI era realizar traduções e publicar matérias sobre a cidade, para o CMI. O principal motivo que despertou sua atenção para a rede foi a proposta organizacional e as concepções políticas, algo que vinha procurando e que o movimento estudantil e os partidos, por sua burocracia, não podiam lhe oferecer. O coletivo de Goiânia foi o primeiro a passar pelo processo de entrada, de novos coletivos no CMI Brasil, com objetivo de garantir que entrem para a rede “apenas coletivos que construam, ao longo de sua formação, uma boa dinâmica de trabalho e afinidade com os demais coletivos em relação aos princípios da Rede Global e da Rede CMI Brasil”¹²⁵.

¹²⁵PÁGINA estática do Grupo de trabalho Processo. Disponível em: <https://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilNovosColetivos>. Acesso em 22 jan. 2010.

Para um novo coletivo passar a fazer parte da Rede CMI Brasil, é preciso que ele fosse aprovado pelos demais coletivos locais. No caso, do CMI Goiânia, a aprovação dos coletivos locais de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Fortaleza, apresentando uma carta de filiação à rede, onde além de apresentar o coletivo, afirmar estar ciente dos princípios de unidade da rede global e Brasil¹²⁶ e fazer uma avaliação de suas possibilidades de atuação e quais as dificuldades que encontraram.

No dia primeiro de maio de 2002, o pré-coletivo CMI Goiânia organizou e realizou sua primeira cobertura, sobre a fábrica de óleo de girassol, no município de Trindade, ocupada pelo Movimento de Luta Socialista (MLS) e pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta).

Entre 2002 e 2004, o coletivo local de Goiânia destacou como atividades importantes, realizadas por eles, o projeto de montagem, em parceria com a União Popular, um coletivo autônomo que trabalha com inserção social, do primeiro Centro de Cultura Libertária na cidade, e, também destacou, a formação de repórteres populares, com grupos organizados no Parque Ateneu, em parceria com o movimento cultural, assim como, a divulgação das lutas da organização e a realização de discussões, acerca da comunicação no bairro Goiânia Viva, em parceria com o SOLUP, Sociedade de Luta Popular (Santos, 2005).

Além do que destacamos em pesquisa anterior, realizada por Santos (2005), os voluntários ressaltam a participação do coletivo na organização de transmissões de Rádios Livres e Comunitárias. Em destaque a Rádio Grilo, a Rádio Magnífica, na UFG, e a criação temporária da Rede Arrastão de Rádios Livres e Comunitárias, em parceria com movimentos sociais, militantes e ativistas de diversas áreas de atuação, a participação na organização, no Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, 17 de outubro, onde se formou uma coalizão de movimentos, indivíduos e coletivos de rádio para realizar transmissões em forma de ação direta e em protesto contra a repressão promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pela Polícia Federal.

Segundo a página estática do coletivo de Goiânia, outra grande experiência para o grupo foi o acompanhamento e a cobertura da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, ocorrida em 2005, organizada pela Via Campesina, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo

¹²⁶ Estes documentos serão discutidos mais a frente e estão em anexo.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A marcha saiu de Goiânia, no dia 2 de maio de 2005, e chegou em Brasília no dia 17 do mesmo mês, com mais de 12 mil integrantes.

É justamente na luta pelo direito de acesso à terra e à moradia que o CMI Goiânia teve uma de suas experiências mais marcantes. O coletivo já havia participado e acompanhado de perto ocupações na cidade, no Setor dos Palmares e no Conjunto Vera Cruz, mas com certeza a que esteve mais atuante e que tomou maiores proporções foi a ocupação Sonho Real, no Parque Oeste Industrial. CMI Goiânia¹²⁷.

O vídeo *Sonho Real - Uma História de Luta por Moradia*, sobre a desocupação violenta da Ocupação Sonho Real, realizado pelo coletivo, em parceria com Brad Will do CMI Nova Iorque, é uma das produções, do coletivo, que teve maior repercussão no meio ativista, o vídeo também foi vencedor da mostra de Vídeo Universitário do I Festival de Cinema Brasileiro de Goiânia, em novembro de 2005, nesse dia, como afirma o relato dos ativistas presentes *o prefeito de Goiânia e patrocinador do Festival, teve que ouvir algumas verdades em público*.

Os voluntários do CMI Campinas também tiveram o primeiro contato com outros voluntários da rede Indymedia e com outros ativistas dos movimentos anticapitalistas no I FSM, em Porto Alegre e na cobertura do A20, em São Paulo, nessa época, segundo a página estática do coletivo as pessoas que foram para o FSM eram integrantes da Rádio Muda, a rádio livre com maior longevidade no Brasil, funcionando dentro do campus da Universidade de Campinas a mais de 15 anos.

Segundo essa mesma fonte, a afinidade entre os grupos foi imediata, apesar disso, o coletivo CMI Campinas vai começar a se formar concretamente, em 2003, quando o coletivo da Rádio Muda havia se diversificado, muitos programadores haviam assumido uma postura mais ativista. A lista de e-mail começa a funcionar em abril, no segundo semestre do mesmo ano, ocorre a primeira reunião do CMI Campinas, em agosto acontece uma reunião do membros do coletivos de Campinas com voluntários do CMI São Paulo.

Ainda em 2003, inicia-se o processo de formação de coletivo em Joinville, a idéia de se montar um coletivo local, na época, tinha sido encaminhada através de contatos com os coletivos que já estavam na rede.

¹²⁷ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/goiania.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2010.

Os ativistas dispostos a montar o coletivo já utilizavam o site para publicar matérias acerca das lutas sociais na cidade, mas percebiam que havia grandes dificuldades que serão enfrentadas. A primeira era que boa parte dos jovens, que tinham interesse acerca de projetos como o CMI, deixavam a cidade para fazer faculdade em outras cidades como Florianópolis e Curitiba.

A segunda dificuldade era baixa articulação entre os movimentos sociais na cidade. Para solucionar tais problemas, procuram articular, com ativistas da cidade de Blumenau, algumas atividades e coberturas, já que os ativistas de Blumenau passavam problemas parecidos.

Segundo os voluntários do CMI Joinville, no fim de 2003, as manifestações contra o aumento das passagens de ônibus, tratadas pela mídia local com típico apoio a classe empresarial e desprezo pelos protestos, aumentou a motivação de se criar um coletivo do CMI Joinville. No fim de 2004 e início de 2005, a articulação com os ativistas de Blumenau é abandonada, a fim de manter a autonomia dos voluntários da cidade, o coletivo começa fazer as discussões sobre os documentos da rede Indymedia e apresenta sua carta de filiação.

Os voluntários do CMI de Joinville relatam, na sua carta de filiação, à rede, que no início tiveram um pouco de dificuldade em estabelecer as decisões por consenso, mas que nunca decidiram nada por voto. Para eles outra preocupação era a composição do coletivo, a maioria jovens estudantes, que se conheciam do circuito hardcoriano punk, algo que foi superado, segundo eles, com a articulação com movimentos sociais, apontada como o principal elemento enriquecedor das discussões a atuação do coletivo local¹²⁸.

¹²⁸Como mostra os links organizados por Oriel voluntário do CMI Joinville, em março de 2006, na documentação disponível no site do CMI: 13/12/2004 : ato d em s trabalhadores/as da CIPLA. <http://www.midiaindependente.org/eo/blue/2004/12/297636.shtml>. 10/11/2004 - Livro sobre ocupação da CIPLA/INTERFIBRA lançado hoje em Joinville-SC. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/294366.shtml>. 17/12/2004 - Ato contra o aumento da tarifa de ônibus. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/12/297855.shtml>; 24/11/2004 - Ato público em defesa dos 1070 empregos da Cipla/Interfibra; <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/295439.shtml>. 23/02/2005 - Ato contra o aumento da taxa de limpeza urbana. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/308594.shtml>; Segundo ato contra o leilamento da Cipla. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/07/323021.shtml>. Movimento Passe Livre paralisa sessão na Câmara de Vereadores; <http://www.midiaindependente.org/eo/blue/2005/10/331825.shtml>; Jornalista marrom acusa militantes do MPL de "terrorismo". <http://www.midiaindependente.org/en/blue/2006/02/345070.shtml>. Manifestação contra o Rodeio - 14, 15 e 16 de Outubro de 2005; <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332374.shtml>. Rejeição da lei pelo passe livre não desmotiva movimento. <http://www.midiaindependente.org/pt/>

Em 13 de março de 2003, o CMI São Paulo, ocupa a Casa das Rosas¹²⁹ na Avenida Paulista, e instala uma rádio sem autorização, emitindo um comunicado ao Presidente Lula, à Agência Nacional de Comunicações (ANATEL), ao Ministro das Comunicações, a Polícia Federal, que desafiava as autoridades estatais a fecharem, com a mesma truculência com que fechavam as rádios comunitárias instaladas nas periferias, a rádio instalada na Casa das Rosas.

Na declaração do coletivo local de São Paulo, a ação foi motivada pela continuidade do governo Lula de fechar, de forma indiscriminada, as rádios comunitárias, pela criação do Grupo de Combate às Rádios Clandestinas (GCRAC) pela Polícia Federal e o descaso com a questão da democratização dos meios de comunicação demonstrado pelo governo que abriu mão das vagas do PT na comissão de comunicação da Câmara dos Deputados e permitiu que representantes dos monopólios continuassem dominando o Conselho da ANATEL.

No mesmo ano, em maio, pela democratização da comunicação, ativistas ocupam os escritórios da Anatel, em Porto Alegre e São Paulo, por causa da repressão às rádios comunitárias. Calcula-se que o número de emissoras, fechadas pela Anatel, aumentou 37%, só no primeiro ano do governo Lula em 2002. Em 2003, foram fechadas 3200 rádios comunitárias, foram 4212, só entre janeiro e março de 2004 o número de rádios comunitárias fechadas eram de 862, segundo as associações as práticas mais frequentes no fechamento das rádios é abuso de poder e a apreensão irregular dos equipamentos¹³⁰.

blue/2005/10/334466.shtml; Relato de 26 de outubro de 2005. <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/10/334304.shtml>; Questões jurídicas sobre as fábricas ocupadas; <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/07/322192.shtml>; Manifestação em Joinville termina em duas prisões <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/01/343374.shtml>; Empresas de transporte perseguem MPL-Joinville; <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/335517.shtml>. Manifestam contra ataques à Cipla, em Joinville. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/07/322849.shtml>; Trabalhadora da Cipla há 30 anos desabafa; <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/321076.shtml>; Situação atual Cipla/Interfibra; <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/07/323055.shtml>. Prisões do dia 24/02/06 no terminal da Tupy <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/02/346624.shtml>. Manifestação contra o leilão da Cipla; <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/321127.shtml>

¹²⁹Um casarão construído em 1935 que pertencia ao arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, desapropriada em 1986, onde hoje funciona a livraria da Imprensa Oficial de São Paulo e uma biblioteca especializada em poesia.

¹³⁰Em 2009, segundo Luis Carlos de Almeida, assessor de Comunicação da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias Nacional (ABRACOM), o número da repressão às rádios

Em 2004, ano que a rede globo de televisão fez 40 anos, voluntários do CMI e da Rádio de Tróia realizaram um evento no Largo da Alfândega, em Florianópolis, com um debate entre representantes dos movimentos comunitários, indígena e da mídia alternativa, com a exibição do filme *Além do Cidadão Kane* e um bolo distribuído a população.

Em São Paulo, em 18 de outubro, os voluntários do CMI São Paulo, ativistas de coletivos autônomos e estudantes, no Dia pela Democratização da Mídia rebatizaram a Avenida Jornalista Roberto Marinho¹³¹, com o nome Vladimir Herzog, jornalista assassinado nos porões da ditadura, em 1975.

Voltando ao crescimento e expansão da rede CMI Brasil, uma de suas molas foram os encontros de coletivos autônomos e movimentos sociais durante as campanhas contra a globalização corporativa e acordos de livre comércio, e outros, relacionados com comunidades contraculturais e de mídia alternativa.

O CMI Distrito Federal é um exemplo do que estamos falando, antes da sua formação atual, um ativista, que havia conhecido a rede CMI durante o FSM de 2001, tentou formar um coletivo local por diversas vezes, mas as tentativas esbarravam nas brigas internas da comunidade ativista da cidade.

Em 2003, outro grupo de pessoas retoma o processo de formação do coletivo local, como explica Paíque do CMI Distrito Federal:

Quando começou o CMI (...) não tinha essa história dos coletivos e um dos voluntários era daqui. Ele tentou formar o coletivo várias vezes e não conseguiu. Quando a gente começou, ele já estava bem desinteressado e já havia até saído.

comunitárias é de cinco mil comunicadores populares condenados e cerca de 100 milhões de reais em equipamentos apreendidos pela ANATEL, para superar este quadro o movimento de rádios comunitárias defende a anistia para os comunicadores punidos e a devolução dos equipamentos apreendidos. Luis Carlos de Almeida - Anistia é prioridade para o movimento das rádios comunitárias, 2 out. 2009 - <http://www.abraconacional.org/?p=618>; As fontes dos dados foram obtidas no dossiê produzido pelas associações de rádios comunitárias intitulado *Querem Calar a Boca do Povo II* - disponível em: <http://www.cefuria.org.br/doc%5Cdossieradcom.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2010..

¹³¹A antiga Avenida Águas Espraiadas havia recebido o nome do fundador da Rede Globo por um decreto da prefeita Marta Suplicy, contrariando a Lei Municipal 13.180, que proíbi a troca de nomes de rua, a menos que o nome implique na exposição ao ridículo dos moradores ou casos de homonímia.

(...) em 2003, a gente formou o primeiro coletivo organizado (...) para cobrir o movimento radical aqui, mas não existia movimento radical em Brasília. Ou a gente esperava acontecer alguma coincidência como o quebra-quebra da reforma da previdência que foi a nossa primeira grande cobertura, a gente espera a esquerda institucional fazer isso ou a gente cria esse movimento.

A gente começou a procurar as pessoas para criar uma política comum (...) entramos em contato com os anarco-punks, com algumas pessoas que eram do hardcore, do movimento estudantil e do movimento secundarista (...) Começou a procurar essas pessoas que estavam entrando no movimento, que já tinha uma carga bastante institucional, mas que tinham essa disposição, essa vontade na busca por espaços mais radicais.

(...) o pessoal que estava formando o CMI passou por três espaços, o Encontro Nacional do CMI no Rio de Janeiro no ano novo, o encontro de grupos autônomos em São Paulo, em 2004 e depois o Carnaval Revolução¹³² (...) que um grupo de mais de 30 pessoas participaram de algum desses eventos e um grupo de pelo menos 10 pessoas, participou dos 3 espaços. Colocando o pessoal na rota da comunidade ativista nacional, fazendo a galera deslumbrar coisas, cogitar idéias e conversar bastante.

Quando o pessoal voltou (...) pensou (...) vamos criar os grupos autônomos aqui (...) foi um processo longo e que tinha duas características: primeiro porque era uma galera muito nova, as pessoas velhas do nosso coletivo tinham 25 anos, (...) as gerações antigas haviam brigado muito (...) e essa galera muito nova começou a conversar e estabelecer laços de solidariedade. Paíque CMI Distrito Federal.

O ativista afirma, na entrevista, que os ativistas que estiveram nos encontros, voltaram mais motivados e organizaram o primeiro I

¹³² Um pouco antes destes eventos acontecer, o Janeiro Autônomo na periferia de Buenos Aires, reunindo mais de 1500 pessoas de dezenas de coletivos e movimentos, principalmente do continente americano e o II Encontro de Organizações Populares Autônomas na cidade de Cochabamba, na Bolívia.

Encontro de Grupos Autônomos do Distrito Federal, da onde nascem a Convergência de Grupos Autônomos do Distrito Federal (CGA-DF) e seus quatro grupos de trabalho ALCA, Passe Livre, Violência Policial e Jornal.

Um processo semelhante à formação da CGA-DF é o que dá origem a rede Flor da Palavra anos mais tarde, uma rede com inspiração zapatista de coletivos autônomos e indivíduos no Brasil e México, que tem participação de voluntários do CMI Brasil, tendo como objetivo estreitar os laços entre os movimentos sociais e comunitários com o sujeito inserido nos veículos de mídia radical.

No entanto, há molas mais fortes, a incidência de uma série de protestos entre 2004 e 2005, que vão impulsionar o fortalecimento da atuação da maioria dos coletivos locais do CMI e alimentar as discussões nos coletivos autônomos no Brasil, sobre algo que lhe são de comum acordo: a necessidade de reconquista dos espaços da vida, de estreitar laços com os movimentos populares e de furar os bloqueios dos meios convencionais de comunicação.

Em muitas cidades, essas molas serão os protestos contra os consecutivos aumentos de passagens de ônibus e a formação do movimento do passe livre (MPL). Mas quando falamos em reconquista dos espaços da vida, não estamos afirmando que todos os coletivos autônomos voltam suas atividades diretamente ligadas ao transporte coletivo urbano e sim, que as táticas e estratégias da participação política desses jovens possuem no seu cerne, o desejo de reconquistar a cidade, onde a questão da segregação sócio-espacial se faz presente no jogo de exclusão e inclusão na sociedade capitalista, pela sociedade do consumo e pelas alfândegas da mídia convencional

O processo de criação do CMI Salvador, por exemplo, teve início depois de uma reunião de interessados, na proposta da rede, com Pablo do CMI São Paulo, durante o Encontro de Fanzines e Mídia Independente (INFAME), em dezembro de 2002.

Segundo a carta de apresentação do coletivo, a rede, nessa época, *a maioria, dos nossos 15 membros, tinha participação em ONGs e movimentos sociais*, os motivos que levaram a criar o CMI Salvador foi a necessidade de dar visibilidade as lutas sociais.

(...) os grandes centros de mídia, que nos trazem uma visão uniformizada, dita "imparcial" dos fatos ocorridos em nossa sociedade (...) desassociando a informação do capital privado.

(...) para que a própria população, a quem foi negada a liberdade de expressão, possa divulgar as

suas próprias notícias, seja ela composta por indivíduos com ou sem acesso à rede mundial de computadores. Também nos motivamos pela necessidade de um meio de comunicação que atue como uma rede de integração e divulgação de ONGs e movimentos sociais que visem a combater a desigualdade econômico-social e promovam manifestações culturais. (CMI Salvador – 25/01/2003).

Em setembro de 2003, a Revolta do Buzu, como ficou sendo conhecida a revolta popular que reuniu milhares de jovens, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras para protestar contra o aumento da tarifa, foi a primeira grande cobertura do CMI de Salvador. E uma das primeiras vezes que a página do CMI é amplamente utilizada com relatos, e críticas à mídia convencional e à situação das barricadas, que se espalharam pela cidade¹³³ por ativistas de ação coletiva local, que apesar de manter características comuns com os protestos de resistência global, se diferenciam quanto ao contexto e objetivos.

A formação do CMI Florianópolis, seus desafios e conflitos, nos permite visualizar uma trajetória a outros coletivos do CMI.

6.8.1 A Rádio de Tróia e a Formação do CMI Florianópolis

O coletivo CMI Florianópolis começa seu processo de formação em 2003, por iniciativa de pessoas envolvidas no coletivo da Rádio de Tróia, uma rádio livre criada por estudantes em 2002, após terem conhecido a experiência de algumas rádios comunitárias e livres no II Fórum Social Mundial.

A Rádio de Tróia teve um papel fundamental na constituição do CMI Florianópolis e do ativismo de mídia radical local. Não só por ter sido a porta de entrada para jovens, que não haviam ainda participado de

¹³³Editorial Salvador. Manifestações. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/09/262627.shtml>. Avenidas Afetadas Pelas Manifestações. <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262423.shtml>. Manifestações dos Estudantes e Omissão da Mídia; <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262394.shtml>. Boletim das Manifestações em Salvador - Segunda e Terça-Feira. <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262412.shtml>. Barricadas em Salvador. <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262406.shtml>; Estudante é Detido Pela PM. <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262400.shtml>. Estudantes Param Salvador - Segunda-Feira. <http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262363.shtml>; Relato dos Protestos de Sexta-Feira; <http://www.midiaindependente.org/pt/green/2003/08/262251.shtml>; Relato dos Protestos de Quinta-Feira. <http://www.midiaindependente.org/pt/green/2003/08/262114.sht>. Acesso em: 22 jan. 2010.

nenhuma organização coletiva, mas, principalmente, por ter conseguido agregar, em torno de um objetivo comum, jovens que vinham da cena contracultural das movimentações anarquistas, que tentavam construir espaços culturais autônomos, promover manifestações/protestos de cunho anticapitalista e os militantes autonomistas e independentes do meio estudantil¹³⁴.

As grandes dificuldades, dos coletivos autônomos no início da década de 2000, eram estabelecer um projeto em comum e disseminar suas idéias para outras pessoas, de uma forma que estimulasse participação e mantivesse uma relação mais efetiva com os movimentos sociais, juvenis e comunitários.

As grandes dificuldades, dos coletivos autônomos no início da década de 2000, eram estabelecer um projeto em comum e disseminar suas idéias para outras pessoas, de uma forma que estimulasse participação e mantivesse uma relação mais efetiva com os movimentos sociais, juvenis e comunitários.

A idéia de se montar uma rádio livre era algo estimulante e ao mesmo tempo palpável, tendo em vista, o baixo custo do investimento, ainda mais quando o grupo que estava montando a rádio recebe de doação, um transmissor, no fim de 2002, após ter passado quase um ano discutindo o que seria a Rádio de Tróia.

Quando a rádio foi ao ar, imediatamente abre-se um campo fértil de diálogo entre os participantes ativistas e não ativistas sobre questões ligadas à participação política, seus objetivos e o papel da comunicação. Algo que ao longo da trajetória da rádio, durante as reuniões, discussões nas listas de e-mail e principalmente no cotidiano, o termo *livre* para designar uma forma de fazer a mídia, revelou a disputa pelo conceito de liberdade.

Apesar de não serem papéis fixos na Rádio de Tróia, era possível identificar quatro formas de participação no veículo, baseadas na relação do programador com o coletivo segundo essa disputa.

A primeira forma de participação política era de militante, onde o programador ou programadora atuava no coletivo da rádio, nas suas

¹³⁴ Antes da formação da Rádio de Tróia, entre 2000 e 2001, muitos estudantes ligados as concepções libertárias, autonomistas ou que simplesmente se identificavam como independentes começam a se organizar em coletivos ganhar eleições para os centros acadêmicos e grêmios estudantis, apesar de não terem constituído uma maioria no movimento estudantil, entidades como o DCE da UFSC, o Grêmio da Escola Técnica Federal de Santa Catarina e o Centro Acadêmico de Ciências Sociais (UFSC) são conquistados por grupos que se orientam pela autogestão política, o apartidarismo e a horizontalidade herdadas das teses anarquistas.

atividades de gestão e organização da rádio. Procurando estabelecer uma conexão de sua atividade com a sua militância em outros grupos, influenciando na organização do veículo, segundo sua ideologia política, possuindo visão mais rígida de organização, a fim de garantir a objetividade da proposta.

A segunda postura e forma de participação, muito próxima da postura do militante, era também bastante ativa em relação ao coletivo e de ter múltipla militância em outros coletivos ou grupos de afinidade, era a postura do ativista. Mais aberta a experimentar formas organizativas, que se adaptassem aos anseios de todos e todas, envolvidas independente de sua orientação política quanto à forma de organizar o veículo.

A terceira forma de participação na rádio é do programador ou programadora de vínculo fraco. Apesar de tecerem crítica ao modelo tradicional da mídia convencional de organização e produção de conteúdo, mantinham uma relação utilitarista com o veículo, fazendo seu programa e indo embora, não se envolvendo nem nas atividades cotidianas, como reuniões, nem nas atividades para gerar recursos, para manutenção dos equipamentos.

A quarta forma de participação, na rádio de Tróia, se caracterizava pela total falta de vínculo com o coletivo. Não apenas no que diz respeito às atividades cotidianas de gestão, organização e manutenção da rádio, mas até mesmo em relação aos cuidados dos equipamentos. Muitas vezes esses programadores ou programadoras faltavam ou iam ao estúdio apenas para confraternizar com seus amigos e amigas, fazendo consumo de álcool ou drogas, algo vetado pelo coletivo por questões de segurança.

Entre os dois primeiros grupos de programadores havia constantes e acaloradas discussões sobre como gestar a rádio de forma mais espontânea ou mais rígida, em consequência da postura da terceira e quarta forma de participação política dos programadores ou programadoras, algo que muitas vezes causava um desgaste político pouco frutífero para a rádio.

Após diversas discussões, muitos programadores, que tinham uma participação com menor vínculo com o coletivo, passaram ao longo do tempo a ajudar nas atividades cotidianas da rádio, outros deixaram o coletivo. Entretanto, os programadores e programadoras, que não tinham menor compromisso com as atividades e nem mesmo cuidavam dos equipamentos, eram os que mais resistiam a deixar o coletivo.

Um dos motivos, para que essas pessoas permanecessem e fossem toleradas, era o receio dos membros em reproduzir as formas de

resolução de conflitos da esquerda, como punições e até mesmo a expulsão do membro do coletivo, que desrespeitasse os princípios políticos.

Todavia, se a reprodução das práticas da esquerda tradicional era visto como um problema pelos membros da rádio livre, a permissividade teve como consequência resultados mais sérios.

Ao traçarmos uma linha temporal da Rádio de Tróia, sem entrar em muitos pormenores, poderíamos observar, que entre 2003 e 2005, no momento onde há uma intensa participação nas atividades e o acalorado debate entre os programadores que defendiam uma organização rígida e os que acreditavam numa organização mais espontânea, a intensa movimentação política concedia uma organicidade ao coletivo. As faltas cometidas, por aqueles que tinham uma relação mais tênue com o coletivo, apesar de serem toleradas, não causavam grandes estragos ao desenvolvimento do projeto como um todo.

Os problemas sérios passam a acontecer por meados de 2005 e 2006, quando a Tróia passou a ter uma hegemonia de pessoas com uma relação tênue e total falta de vínculo com o coletivo. Um tipo de participação e relação com o veículo, que sobrecarregava os programadores e programadoras mais envolvidos na rádio, gerando conflitos internos, muitas vezes culminando em desavenças pessoais.

Em 2006, com a saída de muitos programadores, que haviam constituído o primeiro coletivo, a rádio foi perdendo seu perfil ativista e organicidade. A falta de regularidade nas transmissões fazia muitos ouvintes pensarem que a rádio havia deixado de existir e o não comprometimento com as tarefas desenvolvidas, para manter a rádio funcionando, foi delapidando os equipamentos. Ao ponto de as transmissões perderem sua qualidade, devido a ruídos e interferências.

Entretanto, o golpe final na Rádio de Tróia foi dado pela Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina por meio da reintegração de posse¹³⁵ da ocupação da antiga livraria do Centro de Convivência, onde

¹³⁵ Alguns fatos desse evento mostram como o Diretório Central dos Estudantes na época sob gestão de militantes da União Nacional de Estudantes fez uma política de alianças com a reitoria para que não houvesse resistência ao desalojo. Abertamente quando os dirigentes do Diretório Central de Estudantes ficaram sabendo do pedido de reintegração de posse se mostraram solidário oferecendo o outro espaço para realização das oficinas, entretanto esse convite não se estendia a Rádio de Tróia por ser uma atividade ilegal. Apesar de pessoas como Luiz Poeta do grupo de Teatro Artesãos de Dionísio se opor a restrição a rádio, outros oficineiros não se posicionaram a favor da rádio, estavam mais preocupados em garantir outro espaço para realização de suas oficinas, do que com a decisão que poria fim a rádio. Duas semanas depois que as oficinas foram para o DCE, os programadores da Rádio ficaram

funcionava o estúdio da rádio e também se realizavam aulas de artes marciais, teatro, dança e reuniões do movimento estudantil, desde 2005.

O encontro de Rádios Livres em Campinas, em 2003, foi um dos momentos mais férteis para os jovens do coletivo da Rádio de Tróia, que iriam formar o CMI Florianópolis. No sentido, que no desenrolar dos debates foi possível visualizar dentro de uma gama de perspectivas acerca das experiências de como se organizavam as outras rádios livres, os problemas comuns enfrentados e como procuravam solucionar, algo que de certa forma definia os caminhos que a Rádio de Tróia e o futuro CMI Florianópolis seguiriam.

Com relação à história da formação do CMI Florianópolis, o coletivo local nasce da iniciativa de programadores e programadoras, que almejavam organizar um programa coletivo de cunho informativo pautado nas questões locais e globais anticapitalistas. Uma necessidade, que desde o início da rádio era preocupação de muitos programadores e programadoras e acabou não se efetivando na rádio, mas depois, após uma reunião no Encontro Nacional de Rádios Livres, em novembro de 2003, em Campinas, com os voluntários do CMI que já participavam da rede, era o que faltava para constituição do CMI local.

Em 2003, na primeira reunião como pré-coletivo do CMI Florianópolis, foi decidido que se manteria total autonomia do CMI em relação à Rádio de Tróia, nas formas de se organizar, nas decisões e, nos projetos, algo que já era previsto e que faz parte dos princípios organizacionais da rede CMI. Muito embora se possa dizer, que essa decisão tinha uma forte influência dos conflitos, gerados a partir das discussões sobre organização dentro do coletivo da rádio, afinal não se podia começar algo novo, trazendo para dentro do coletivo, velhos problemas.

O coletivo CMI Florianópolis iniciou suas atividades em março de 2004 com cinco voluntários permanentes e cerca de sete colaboradores, todos integrantes da Rádio de Tróia, que participavam esporadicamente de reuniões, mas estavam presentes em quase todas as atividades, que iam desde a colagem de jornais postes à publicar artigos no site.

De certa forma, nessa época, a diferenciação entre voluntários e colaboradores, no CMI Florianópolis, era algo inerente à composição da

sabendo que os dirigentes do DCE haviam negociado a saída dos ocupantes em troca de reformas no prédio.

Rádio de Tróia. Os voluntários, aqueles que efetivamente mantinham regularmente sua participação no coletivo eram os programadores e programadoras, que tinham uma visão mais rígida de organização do veículo de mídia, enquanto os colaboradores eram os programadores com uma visão mais flexível.

No mesmo período, que se formava o coletivo do CMI Florianópolis, as questões sobre transporte coletivo ganhavam muita visibilidade na cidade, por causa da implantação do sistema integrado e da campanha organizada pela Juventude Revolução Independente (JRI) em prol do Passe Livre Estudantil. Apesar dos voluntários, do CMI e da Rádio de Tróia, nessa época, não estarem efetivamente na campanha do Passe Livre, por causa da desconfiança de membros com origem partidária, na organização da campanha e da tendência marxista de alguns de seus militantes, que figuravam como lideranças.

Os programadores conheciam a campanha e um grupo pequeno comparecia em eventos e protestos organizados pela mesma, algo que vai mudar gradativamente quando os conflitos entre os membros da campanha e prefeitura se acirram com a Revolta da Catraca em 2004 e com a formação do Movimento do Passe Livre, em 2005, como veremos a seguir.

6.8.2 As Revoltas e a Reconquista da Cidade

O movimento do passe-livre tem sua origem na campanha com o mesmo nome que pede a gratuidade nos transportes coletivos para os estudantes proposta pela Juventude Revolução da corrente trotskista *O Trabalho* do Partido dos Trabalhadores. Em 2000 a campanha organizada pela Juventude Revolução conseguiu 20 mil assinaturas (5,5% da população) para um projeto de lei municipal pelo passe -livre, mas o pedido foi rejeitado pela a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Vereadores sob a alegação o projeto era inconstitucional (ORTELLADO, 2005).

Passado dois anos, estudando a viabilidade financeira do projeto de passe-livre, em 2002, os militantes rompem com a Juventude Revolução e automaticamente com o PT e se definem como Juventude Revolução Independente, uma corrente simplesmente revolucionária apartidária, autonomista e libertaria (Liberato, 2004) deixando para trás as práticas do centralismo democrático e assumindo uma postura mais madura em relação a sua autonomia política, a tensão entre a organização formal dos militantes mais comprometidos e a "espontaneidade" do movimento das ruas (ORTELLADO, 2005).

A formação de coletivos em escolas e as suas ações de rua passam a chamar a atenção de muitos jovens, das esquerdas tradicionais e dos movimentos populares deram a campanha algo mais almejado que concretizado por muitos coletivos autônomos e de mídia radical da cidade, a possibilidade de atuar de forma mais ampla segundo as concepções políticas libertárias e autônomas de participação política.

Nesse sentido, apesar de não ser o nosso objetivo traçar a trajetória da campanha do passe-livre em Florianópolis, podemos dizer que ela conseguiu trazer a questão do transporte para o centro de um debate mais amplo sobre o direito a cidade e não menos importante deram uma visibilidade para novas formas de sociabilidades na participação política juvenil.

O prólogo da revolta da Revolta da Catraca se deu no dia da inauguração do Sistema Integrado de Transporte, a falta de informação sobre como funcionava o sistema, o aumento na tarifa e do tempo no ônibus e baldeação feita para se chegar ao destino despertou a fúria de muitos usuários que em um protesto espontâneo fecharam a Avenida Mauro Ramos, uma das principais ruas da cidade, quando voltavam do trabalho.

Em 22 de julho de 2004, o Conselho Municipal votou o aumento de 15,6% das tarifas de ônibus, o descontentamento da população foi unânime já que não só o sistema integrado não funcionava, mas também, as passagens chegariam ao patamar acima de R\$ 3,00. A manifestação contra o aumento chamada pela Campanha pelo Passe Livre para o dia 28 de junho, segunda-feira, um dia após a entrada em vigor das novas tarifas, deveria ocorrer durante todo o dia, culminando às 17 horas, em frente ao Terminal Integrado do Centro (TICEN) (LIBERATO, 2004).

No entanto, os protestos se anteciparam, onde a campanha tinha núcleos, junto aos grêmios estudantis, em lugares e com a adesão de jovens e populares descontentes e revoltados contra mais um ataque da prefeitura e dos empresários de transporte, agora organizados na Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A (COTISA) beneficiados pela concessão de financiamento, no valor de R\$ 8,6 milhões, pelo BNDES, para implantação e gestão operacional dos terminais do Sistema Integrado de Transporte de Florianópolis por um período de 20 anos.

Os dias que se seguiram trouxeram algo de novo nos protestos da cidade em escala muito maior que as ações coletivas entre 2000 e 2003, um movimento multifacetado, rebelde e com participação de uma multidão formada por jovens secundaristas, ativistas de diferentes

coletivos autônomos, militantes do movimento comunitário, dos partidos de esquerda e universitários, que tomaram a palavra para decidir os rumos dos protestos nas assembléias e privilegiavam ação direta e não vias institucionalizadas para se obter conquistas concretas em curto prazo¹³⁶.

As tentativas de algumas lideranças da esquerda tradicional de manipular a situação em causa própria foram rechaçadas com vaias e palavras de ordem, dos jovens. Algo que se entendia para os militantes do movimento estudantil quando estes erguiam as bandeiras de partidos ou de entidades consideradas burocratizadas e “pelegas”, como a UNE e a UCE.

No mesmo sentido, uma das coisas mais interessante, presenciada na Avenida Paulo Fontes, em frente ao TICEN tomada pelos populares era que o desinteresse aparente de muitos jovens que iam lá para namorar e estimulados pela manipulação da esquerda, segundo as palavras da prefeitura e da mídia convencional, contrastava com a participação nas assembléias e decisões tomadas.

Esses jovens, o coração pulsante do movimento das ruas na Revolta da Catraca, contrariando não apenas a autoridade constituída do poder estatal, mas também, a autoridade de muitos militantes mais velhos dos partidos e sindicatos viciados nas velhas práticas centralistas do leninismo.

O CMI Florianópolis produziu durante os protestos sete jornais poste, seis CMI na Rua e um CMI Denúncia, ambos, em formato A4. Os primeiros traziam informações e a cobertura das manifestações e o último denunciava a violência da polícia militar e dos seguranças do consórcio de empresários proprietários das empresas de ônibus contra manifestantes e usuários nos dias das manifestações.

Materiais que foram distribuídos, pelos jovens e por muitos populares, durante os dias da revolta. Os mesmos sujeitos que se prontificavam organizando-se em pequenos grupos de afinidade nas escolas, nas suas comunidades ou na frente do TICEN, para executar atividades decididas, principalmente quando as investidas dos meios convencionais e as declarações da prefeita Ângela Amin contra os protestos tornaram mais freqüentes.

Como nos lembra Ceceña (2003) e Melucci (1999), é na rua, nos momentos de visibilidade das ações coletivas (MELLUCI, 1999), como

¹³⁶Algo necessário para que o movimento popular tenha força para continuar frente os obstáculos violência e humilhação que lhe são impostas pelo Estado e pelo Mercado.

as revoltas populares, que a troca de significados se amplia e possibilita a construção de solidariedades entre os sujeitos individuais e coletivos necessários para o respeito às diferenças e o reconhecimento do outro, elementos produtores que nos dão a oportunidade de nos desatarmos dos estereótipos criados pelos dominantes.

Em relação às conseqüências positivas da revolta aos sujeitos juvenis, organizados nos coletivos autônomos e de mídia radical em Florianópolis, podemos destacar o amadurecimento político de muitos desses sujeitos em relação ao seu papel na lutas sociais, produto do contato e do estabelecimento de laços com sujeitos políticos do movimento popular.

Entretanto, a revolta também trouxe conseqüências negativas, como refluxo de participação nos coletivos pelo esgotamento físico imposto por tantos dias de protestos e violência policial, processos judiciais impediam que ativistas que tinham papel de liderança ir a manifestações e a conflitos entre os ativistas que se traduziam em posturas sectárias, como a condenação previa de qualquer proposta que parta de meu desafeto e a troca de acusações faz que os coletivos se fechem esgotando o diálogo¹³⁷.

A revolta da catraca de 2005, manteve, porém, as mesmas características organizacionais de participação direta dos ativistas nas ruas e o rechaço aos políticos profissionais de partidos e sindicatos, pelo contrário, em algumas situações muitos manifestantes simplesmente deixaram os militantes de partidos e sindicalistas falando sozinhos, nos seus magníficos trio elétricos, e efetivaram suas decisões tiradas nas assembléias por jogonal.

A conturbada relação entre membros da Tróia e voluntários do CMI Florianópolis, gerada pela tensão entre o espontaneísmo e uma estrutura organizacional e por inúmeras trocas de acusações, nos meses anteriores, foi superada nos dias da revolta em 2005 para realização da cobertura dos protestos. A Rádio de Tróia foi instalada no centro, na sede de um sindicato e transmitiu as manifestações com participação de membros do CMI, que nessa época também eram integrantes da campanha do passe livre.

¹³⁷Esses problemas causaram problemas tanto aos militantes da JRI, como aos ativistas autonomistas e de mídia radical. Em um dos episódios mais deploráveis um anarco-punk, por uma discussão insignificante atacou dois militantes da JRI, a distração oportunizou a ação policial que prendeu quatro militantes que foram acusados de formação de quadrilha e foram submetidos a um tratamento humilhante.

Entretanto, os dissensos entre os voluntários do CMI e programadores da Rádio de Tróia nos meses posteriores à revolta, refletiram negativamente para os dois coletivos. Apesar do período, entre 2005 e 2006, corresponder ao momento em que o CMI Florianópolis mais produziu matérias sobre as ações coletivas de caráter popular, com a edição do Jornal *O Independente*, com a cobertura das tentativas de desapropriação da Vila Santa Rosa e das manifestações do passe-livre, foi o momento em que o coletivo do CMI Florianópolis tornava-se cada vez mais um grupo de amigos, processo que prejudicou a entrada de novos voluntários e colaborou com afastamento de muitos colaboradores.

Como consequência, o coletivo local da capital catarinense permaneceu com um número estável de membros até fim de 2007, e no momento em que os voluntários foram deixando a cidade e tendo que dedicar-se exclusivamente as atividades profissionais e acadêmicas, o coletivo se tornou quase inativo, realizando apenas algumas atividades e coberturas esporádicas nos anos posteriores, realizada por dois antigos voluntários e por uma voluntária e um voluntário do CMI Distrito Federal que estava residindo na cidade.

Após, mais de um ano e meio, em 2009, o CMI Florianópolis voltou a se rearticular, sua composição, além dos dois membros mencionados, contava ainda com mais quatro voluntários um vindo do Passe Livre, outro do movimento estudantil autônomo, um ativista de um coletivo Tech e uma estudante Engenharia de Aqüicultura, que após poucos meses, por motivos profissionais deixou o coletivo.

Praticamente todos os voluntários eram também do coletivo que estava construindo a Rádio Tarrafa, uma rádio livre, que foi ao ar pela primeira vez em 2010, composta também por estudantes que tinham participação no MPL, nos movimentos estudantis autônomos e coletivos, como o Grupo de Ação Feminista (GAFF) e grupo de apoiadores à Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), que realizou no mesmo ano, o I Colóquio de Anarquismo Social culminando com a formação do Grupo de Prática e Idéias Anarquistas de Florianópolis (GEIPA).

A Rádio de Tróia, que ao longo de 2006 havia passado por sérios problemas de organização devido à saída de muitos de seus programadores e pela falta de organização interna, já mencionada, em 2007, não existia. Os equipamentos da Tróia passaram a ser usados para transmissões de eventos e por outros coletivos, na tentativa de construir uma rádio comunitária na comunidade Monte Cristo, comunidade de baixa renda situada na região continental de Florianópolis.

A relação entre o CMI Florianópolis e a Rádio de Tróia foi marcada por gestos de solidariedade, mas também, por dissensos sobre a organização e concepções políticas dentro dos veículos de mídia radical e conflitos, que ultrapassaram as questões políticas assumindo um tom personalista. Esta relação não pode ser considerada nem regra e nem ao menos exceção, na trajetória dos veículos de mídia radical brasileiros, formados na década de 2000, composto na maioria por jovens.

Antes de explorar essa questão, por meio das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, daremos continuidade a história do CMI Brasil, narrando a formação de um dos seus coletivos mais ativos e também localizado, geograficamente, mais distante das capitais urbanas do Brasil: o CMI Tefé, história essa que se confunde com a história da rede Flor da Palavra e com as mudanças no CMI após 2006.

6.8.3 O CMI Tefé e a Flor da Palavra – Nem Centro, Nem Periferia

O último coletivo formado do CMI no Brasil é o CMI Tefé, no Amazonas, em 2006, segundo Pedro¹³⁸, que faz parte do coletivo local. Ele conheceu o CMI através de um professor, por meio de um debate em uma aula na universidade sobre locais na internet que disponibilizavam espaço para divulgação de conteúdo¹³⁹. O passo inicial foi dado a partir do momento que Pedro e outro estudante foram chamando as pessoas.

Desde a sua formação inicial até hoje, o coletivo CMI Tefé vem desenvolvendo atividades junto à uma rádio livre, a Rádio Xibé, que foi ao ar pela primeira vez em outubro de 2006, produzindo conteúdo em um site de publicação aberta, software livre, jornalismo popular, produção de vídeo e realizando oficinas com diferentes públicos.

Segundo Pedro em um artigo, escrito por ele e o professor Gitahy¹⁴⁰, o coletivo além de composto por estudantes universitários, possui jovens que fazem parte de grupos culturais da região e fazem também parte da Rádio Xibé. As atividades da Rádio Livre proporcionou a primeira atividade que tem repercussão no cotidiano da

¹³⁸Entrevista feita por e-mail pelo pesquisador, em 3 out. 2008.

¹³⁹O professor mencionado é Guilherme Gitahy ou apenas Guile como é conhecido pela comunidade ativista brasileira, o antropólogo e voluntário da rede da CMI e do Rizoma de Rádios livres.

¹⁴⁰PAULA JÚNIOR, Pedro Pontes de; FIGUEIREDO, Guilherme Githay. **O Centro de Mídia Independente de Tefé: mídias livres na educação e na organização coletiva**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. Porto Velho; 18 a 20 jun; 2009. Disponível em: www.followscience.com. Acesso em: 8 out. 2009.

sociedade local, a transmissão ao vivo da audiência pública na câmara dos vereadores sobre as constantes faltas de energia elétrica na cidade.

Em dezembro de 2006, segundo o mesmo artigo, o CMI Tefé iniciou uma série de oficinas de democratização dos meios de comunicação em cinco escolas estaduais, que chamou de 1ª Maratona de Mídia Democrática. Desde essa época o coletivo vem desenvolvendo suas atividades junto às comunidades indígenas, iniciadas quando o movimento indígena do Médio Solimões levou à Universidade Estadual do Amazonas (UEA), pela demanda de realização de projetos de extensão e pesquisa, em 2007.

As atividades do CMI Tefé em parceria com o projeto Mídia e Cidadania da UEA, junto aos povos indígenas Ticuna, Cambeba e Cocama, foram aprovados por meio de uma reunião realizada no dia 11 de agosto de 2007, sendo oficialmente reconhecidas como parte do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em Tefé (PNCSAT).

Em 2008, o CMI Tefé transmitiu, na Rádio Xibé, duas assembléias do movimento indígena realizadas no mês de novembro de 2008, a V Assembléia da Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (ACPIMSA) e a I Assembléia da Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (AMIMSA), registraram e difundiram as apresentações culturais, os debates e oficinas, aproveitando a relação com os órgãos governamentais e não governamentais para intensificar suas atividades.

Em 2009, junto ao projeto Rondon, por meio de um edital, que UEA foi contemplada, realizou na comunidade Felix Pinto, no Município de Cantá perto de Boa Vista, a formação de 82 comunicadores populares, que segundo os objetivos das oficinas se tornaram multiplicadores, segundo Paula Junior e Gathay (2009), cerca de 70% dos inscritos eram jovens estudantes do ensino médio, alguns deles no terceiro ano.

Além disso, das atividades já descritas, o CMI Tefé tem realizado coberturas de manifestações e acontecimentos locais e organizado junto às comunidades locais e outras organizações eventos da rede Flor da Palavra. O primeiro evento foi em 2006, A Flor dos Movimentos Rurais, onde durante dois dias foram exibidos filmes e realizados debates sobre as redes horizontais, zapatismo, rádios livres e ação direta.

No editorial produzido pelo CMI Tefé, por Guile e pelo Coletivo Curupira, sobre o evento há uma interessante descrição sobre o cotidiano dos jovens ativistas de Tefé e os seus desafios:

O imaginário brasileiro e urbano sobre temas como zapatismo, rádios livres, redes horizontais,

ação direta, são tremendamente estranhos à cultura local, em que se encontra pessoas 'cultas' que apóiam o político que lhes dá uma passagem de avião, por exemplo. Esse tipo de coisa aqui é o 'natural'. Por outro lado, nota-se na vida cotidiana que se trata de um povo muito mais rebelde e menos disciplinarizado do que a classe média urbana e capitalista que alimenta sonhos libertários. É um paradoxo, e a promessa de um diálogo muito fértil. Por outro lado, mostra que não se pode simplesmente chegar num lugar como Tefé e iniciar um proselitismo intenso, pois todo cuidado é pouco para evitar a continuidade do processo 'civilizador' que é na verdade a radicalização da colonização do campo pela cidade, desses outros mundos pelo capitalismo. É preciso muita cautela, nesse difícil diálogo, pois os 'brancos' que chegam da cidade tendem, antes de mais nada, a serem vistos como novos 'patrões', desavisadamente acabam portando-se como tais, e os mais belos ideais acabam reduzidos a ilusões etnocêntricas. Guile – CMI Tefé- Coletivo Curupira. 03/09/2006¹⁴¹.

Em 2007, a Flor da Palavra aconteceu durante a Assembléia da Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (ACPIMSA), estiveram presentes na Assembléia 178 pessoas, entre as quais 15 tuxaus das etnias ticuna, kambeba, miranha, kokama e mayuruna. Estavam ainda às organizações indígenas OPIMSA, UNI-Tefé, OPIMMSA e AEPIMSA; a FUNAI, FUNASA, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), SEDUC, SEMED, CIMI, CMI-Tefé e Rádio Xibé.

Segundo o editorial do CMI Tefé de 28 de novembro de 2007¹⁴², o objetivo da ACPIMSA é fortalecer a cultura e a organização dos povos indígenas do Médio Solimões. A assembléia marca um momento de fortalecimento do movimento indígena, após um período de grandes reveses e casos de corrupção, envolvendo as políticas públicas

¹⁴¹ANÁLISE do seminário em Tefé: **Um diálogo difícil. Guile - Coletivo Curupira, CMI Tefé;** 03/09/2006. Disponível em:<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/09/359420.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2010.

¹⁴²NOVA JORNADA Flor da Palavra começa em Assembléia indígena de Tefé TEFÉ, Amazonas. 28/11/2007. Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2007/11/403912.shtml>; Acesso em: 14 jul. 2010.

indigenistas, onde a presença das autoridades governamentais no evento *fez com que ela servisse também como mecanismo de participação direta informal: as autoridades puderam ser questionadas e cobradas nos vários assuntos que concernem aos povos indígenas.*

Outros dois eventos da Flor da Palavra, em Tefé, são realizados em 2008 e 2009. Em 2008 a Flor da Vila Pescoço considerada a comunidade de *pior fama de Tefé (...)*, por possuir problemas de saneamento e violência é uma comunidade discriminada na cidade, *e seus jovens são estigmatizados como "galerosos" ("criminosos"). Não conseguem empregos e são mal aceitos nas escolas.* O objetivo, do evento, foi aproximar jovens, que apesar de toda adversidade que lhe é imposta procuram soluções para os problemas da Vila *com os movimentos sociais, especialmente com o CMI Tefé, com a UEA e moradores de fora do bairro e do mundo.*

Em 2009, aconteceu a Flor da Palavra e Rock na Rua de Tefé, reunindo movimentos juvenis em uma zona liberada para livre expressão de suas manifestações. O editorial sobre o evento destaca que a juventude de Tefé apesar de ser empurrada por motivos de autodefesa para as gangues ou a sobrevivência na venda dos próprios corpos também tem suas táticas de resistência são os grupos de dança, hip-hop, bandas de rock, grafite, capoeira, artesanato, teatro, jornais alternativos, movimentos indígenas, skate, rádios livres que vem criando alternativas *para se fazer escutar, para ser os/as autores/as de sua experiência coletiva, dançarinos/as da cidade polifônica onde um dia em festa poderão caber todos e todas.*

Desde 2006 foram realizados 15 eventos do Flor da Palavra, muitos deles, com participação direta de coletivos locais ou voluntários da rede CMI. A organização desses eventos nos esclarecem os pontos de conexão entre o CMIs locais e as lutas sociais em andamento, como exemplo, a Flor da Palavra em Curitiba e o ajuri para construção Caracol de Caratateua na periferia de Belém do Pará, que destacaremos a seguir.

A Flor da Palavra em Curitiba nasceu de contatos informais entre ativistas de Curitiba e Florianópolis em agosto de 2008, os/as interessados em realizar o evento precisavam, antes de tudo, esclarecer, à comunidade ativista, do que se tratava a Flor da Palavra. Para isso foi chamado uma pré-flor, que foi realizada na ocupação J13 com presença de dois ativistas de Florianópolis, ativistas do coletivo Despejo Zero, Grupo de estudos de práticas e idéias anarquistas (GEIPA), FERA, MST e outros, onde os grupos debateram suas experiências e começaram articular a construção do evento.

Apesar da intensa troca de e-mails e articulação entre os coletivos de Florianópolis e Curitiba para realização da Flor da Palavra, os coletivos do CMI, Rádio Tarrafa, Grupo de Ação Feminista e o MPL de Florianópolis não puderam comparecer ao evento, devido às intensas chuvas que interromperam o Trânsito de veículos na BR 101 em novembro de 2008, mesmo assim o evento ocorre, onde o debate central é luta por moradia na capital paranaense.

O foco na questão da moradia foi produto da experiência de ativistas do Coletivo Despejo Zero, que já atuava a mais de 3 anos buscando a articulação do movimento e pessoas na luta por moradia na grande Curitiba. Nessa época pelo menos 3 voluntários participavam do CMI da capital paranaense, zona urbana, que existe cerca de 360 ocupações. Dados, que revelam *o descaso com as comunidades de baixa renda e o favorecimento de grupos milionários locais e estrangeiros, que mescla clientelismo e especulação imobiliária*, como afirma o editorial publicado em 26 de novembro de 2008.

O evento foi realizado no dia 29 de novembro de 2008, na Universidade Federal do Paraná, contando com a participação de lideranças comunitárias, estudantes, moradores das ocupações e ativistas, onde foi debatido a questão da democratização da mídia, o zapatismo e alternativas ecologicamente sustentáveis, como a agroecologia.

Em 27 de julho de 2009, a Flor da Palavra ocorre na comunidade Sama Eidt, zona industrial da grande Curitiba, onde os moradores estavam em luta por melhores condições vida. Durante o evento, que contou com a presença de moradores de outras comunidades, os quais enfrentam problemas semelhantes, a fala de uma das lideranças comunitárias ressaltou que o evento também era a comemoração de um ano, da vitória da comunidade sobre a mineradora Saara, que extraía areia de forma ilegal no bairro, chegando mesmo a derrubar várias casas sob o valor irrisório de 1500 reais.

A fala do militante comunitário nos remete a 23 de outubro de 2008, quando cerca de 1200 policiais militares, em cumprimento à uma ordem judicial, despejaram, de forma violenta, cerca de duas mil famílias, que desde setembro ocupavam a área praticamente abandonada na Cidade Industrial. Mesmo com a ameaça de serem reprimidos novamente pela polícia ou serem alvos de uma investida violenta dos seguranças da mineradora, que reclamava a propriedade da terra, no dia seguinte, 150 famílias permaneceram na calçada na Rua Teodoro Locker, em frente ao local da onde foram despejadas.

Duas semanas depois há espera de soluções das instituições, o ocupante Celso Sama Eidt, que havia se desentendido com os seguranças da mineradora no dia anterior, foi executado com 15 tiros por três homens encapuzados, que usaram silenciadores na hora do crime, após o crime, nunca esclarecido, a ocupação recebeu o nome do ocupante morto.

As atividades do CMI Curitiba junto ao movimento de luta por moradia possuem um componente interessante, relativo ao múltiplo ativismo de seus membros, onde a atuação como ativista de mídia radical não se coloca em sobreposição à outras esferas de atuação, como organizar-se junto à outros sujeitos sociais, construir espaços, que proporcionem não apenas a troca de experiência, mas também, laços capazes de fazer indivíduos com realidades distintas se solidarizarem e se reconhecerem.

Essa afirmação pode ser constatada, também, em outra experiência, que reuniu jovens ativistas da rede Flor da Palavra, entre eles voluntários do CMI São Paulo, Tefé e Curitiba, para o ajuri de construção do Caracol na Ilha de Caratateua (Outeiro), Belém do Pará¹⁴³.

A convocatória para o ajuri, emitida em 31 de dezembro de 2008, chamava os indivíduos e coletivos ligados ao ativismo autonomista para colaborar material e fisicamente na construção do caracol. O objetivo era construir um espaço que servisse como ponto de encontro e atividades para as pessoas, que moram e freqüentam a ilha Caratateua, e as pessoas de fora, que levam sua solidariedade e comunicação, uma das características dos caracóis no Chiapas.

A iniciativa nasceu dentro da lista de e-mails da rede Flor da Palavra, foi tomando corpo com as doações feitas por ativistas, com a organização prévia de voluntárias, que alugaram uma casa na comunidade e com o segundo encontro na comunidade, realizado durante os mesmos dias do Fórum Social Mundial, em 2009. Como já

¹⁴³Mantivemos na frase os termos caracol e ajuri originais da convocatória realizada na página do CMI em 31, de dezembro de 2008, onde explicam que os (...) *caracóis* " são as sedes para a organização da autogestão nas regiões zapatistas em Chiapas (México), unindo os seus municípios e comunidades autônomas e facilitando a comunicação dos povos indígenas com a solidariedade da sociedade civil nacional e internacional (...) Ajuri é uma prática tradicional dos povos caboclos e indígenas da Amazônia, conhecida por muitos como "mutirão", na qual grupos e indivíduos se unem em solidariedade para, por exemplo, "limpar" o terreno para a nova roça. FELIZ 2009: **participe do ajuri do caracol de Outeiro**. Zetza Internacional. Disponível em: <http://www.midiaIndependente.org/pt/blue/2008/12/436401.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2009.

ocorrera nas versões anteriores do FSM, os/as ativistas aproveitaram a infra-estrutura de transporte oferecida pelo movimento estudantil e sindicatos para realizar suas atividades.

Estiverem presentes ativistas de rádios livres, de vários centros de mídia independente brasileiros, anarco-punks, ativistas ligados à agroecologia, entre outros vindos de todo o Brasil e *Hilton e seu Instituto Naturista e sua luta anarquista*, *Ronafá e sua luta ecológica, de construção de instrumentos com plantas e composição de carimbós*, e o grupo *Tucuxi e suas danças de carimbo*, moradores da comunidade, usando as palavras do editorial *Sobre a ação nacional autonomista Ajuri do Caracol Caratateua*¹⁴⁴, escrito por Guile, da rede Flor da Palavra e CMI Tefé, em maio de 2009, *desde o primeiro dia os/as ativistas se deixaram vencer pela comunidade*.

O ativista está se referindo a decisão de abandonar os planos iniciais de construir rapidamente o caracol para escutar a comunidade, conhecer os lugares, as pessoas e os problemas que enfrentam no cotidiano sob a orientação de seus guias locais Ronafá e Hilton. A rapidez deu lugar ao entendimento, que era preciso construir lentamente por meio de um consenso dos movimentos locais, seguindo de certa forma a própria definição que os zapatistas dão ao caracol:

O caracol era um meio para comunicar-se em diferentes modos.

Quando há festas, reuniões ou problemas anunciavam-se através das conchas de caracol. Quando há insegurança ou para alertar as pessoas, usavam o caracol. Claro que tem seus diferentes sons. Se é para uma reunião há um som diferente que para uma festa. Se é para alertar as pessoas é outro. Então nossos antepassados usavam este caracol com muita inteligência. O caracol tornou-se um meio importante para se comunicar. Porém também usavam o caracol para escutar ou para receber mensagens. Então, essa importante tradição que tinham nossos antepassados, nós, como Exército Zapatista de Libertação Nacional, decidimos também retomar esta cultura, essa história. Decidimos recuperar essa recordação de nossos antepassados. Esse meio foi roubado, foi

¹⁴⁴**SOBRE A AÇÃO NACIONAL autonomista Ajuri do Caracol Caratateua.** Guile. 2 de maio de 2009. Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2009/05/446048.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2009.

destruído, foi pisoteado pelos invasores espanhóis. Junta de bom governo. 2 de abril de 2004.

A construção do Caracol se dividiu em duas frentes, uma ao longo prazo, responsável em organizar uma base fixa para receber pessoas interessadas em fazer trocas com os movimentos e comunidades, e uma frente ao curto prazo, para realização de evento junto às pessoas na Praça da Amizade. O lugar foi escolhido por ser um espaço público, onde a comunidade apontou ter vários problemas, como lixo e sujeira espalhados, erosão da praia em consequência do descaso da prefeitura.

A atividade, que se intitulou Encontro da Amizade, iniciou com a coleta do lixo da praça realizada pelos ativistas e moradores, seguida de uma caminhada até sede da subprefeitura, onde o lixo recolhido foi deixado.

Após a ação direta, foram realizadas oficinas de confecção e instrumentos, respiração, naturologia e compostagem, oferecidas por pessoas da comunidade e um colaborador de Belém. O encerramento do evento foi uma festa com comida e apresentações do Grupo Tucuxi, que toca, dança e canta o carimbó, um estilo de música popular do Pará.

Ainda assim, após o FSM, muitos ativistas retornaram às suas cidades, reduzindo drasticamente o número de pessoas responsáveis em executar as atividades ao longo prazo e de efetivar o caracol. Apesar de o processo tomar um ritmo lento durante 2009, o terreno foi comprado com dinheiro e materiais provenientes de doações de pessoas ligadas à rede Flor da Palavra e o espaço físico foi minimamente construído com a ajuda dos moradores. Atualmente o caracol está servindo de moradia, espaço para reuniões e oficinas.

A história, dos eventos da Flor da Palavra, marca novas configurações dos grupos autônomos brasileiros, que ocorrem de forma simultânea às mudanças no CMI Brasil. Com uma atuação mais focada nos movimentos locais e o refluxo no número de coletivos ativos do CMI. As novas convergências interconectadas pela redes sociais dão visibilidade aos novos rumos, que não só a rede CMI Brasil está seguindo, mas de modo geral os coletivos de ação direta e de mídia radical, no Brasil. Onde a construção de espaços de diálogo tem um importância crucial para reelaboração de novos conceito de política não institucional.

6.9 Quem São os Voluntários do CMI Brasil

A grande maioria dos voluntários do CMI são provenientes da classe média baixa urbana, com idades que variam dos 18 aos 30 anos, cursando o nível superior, em cursos ligados às áreas de humanas e comunicação, em universidades públicas e privadas.

Nesse sentido, a realidade material dos voluntários do CMI é comum a de outros jovens, que gozam de moratória social e vital mais larga comparada aos jovens de baixa renda. Isso quer dizer, também, que muitos não possuem independência financeira e desenvolvem atividades com baixa remuneração, servindo como complemento para seus gastos pessoais.

Existe um número, ainda que reduzido, de secundaristas e de voluntários que trabalham. Os entrevistados, que trabalham, preferiram não falar muito sobre o assunto, mas percebe-se que tentam distanciar o quanto podem o ativismo, no CMI, das atividades como profissional principalmente se forem ligadas à ONGs ou a iniciativa privada.

Além da escolarização, há uma intimidade dos voluntários com o uso da internet, recursos técnicos e midiáticos, produto de sua condição socioeconômica, mas, principalmente, da troca de experiências e conhecimentos no interior do coletivo e de outras redes sociais que participa, assim como, da curiosidade, que faz do autodidatismo uma característica bastante comum entre esses ativistas.

Ao definir que há uma intimidade com os recursos técnicos não queremos dizer que todos e todas voluntários tem conhecimento técnico na área de programação. Esse trabalho é realizado por voluntários do coletivo técnico do CMI com o apoio da comunidade de software livre, na verdade, a grande maioria dos voluntários em relação ao software livre são usuários de nível inicial e nível intermediário.

Parte dos voluntários entrevistados. têm participação política em mais de uma organização, algo que vai se ampliando cada vez mais, com os desdobramentos que ocorrem ao longo dos 9 anos da rede CMI no Brasil. Possuem uma familiaridade com o pensamento heterodoxo de esquerda e se definem como anarquistas, socialistas ou de esquerda radical sem definir precisamente como mostra os trechos das entrevistas abaixo.

Hary Kipper, 22 anos, estudante de Ciências Sociais e voluntário do CMI Florianópolis, entre 2004 e 2006, militante do MPL e *de um coletivo ligado com atividades da comunidade do punk nacional* quando perguntando qual a corrente política mais se identifica:

(...) eu digo que eu sou socialista, que sou de esquerda radical, tenho influências tanto das diversas formas de anarquismo, quanto das diversas formas de comunismo. Acredito que ambas as teorias e até mesmo a convergência das duas, como muitos chamam, de anarco-comunismo ou comunismo libertário propagam idéias socialistas. Hary Kipper - CMI Florianópolis.

A resposta de Harry Kipper é muito parecida com a de Pedro do CMI Tefé, 21 anos, graduando em geografia, que trabalhava um mês antes da entrevista como auxiliar técnico administrativo em uma padaria, atividade que abandonou para se dedicar as suas atividades acadêmicas (...) *não sigo nenhuma única filosofia a risca. Creio que eu fique entre um meio termo entre o anarquismo e o socialismo, aproveitando o que há de melhor em cada uma dessas filosofias.*

Paíque, 23 anos, voluntário do CMI Distrito Federal, graduando em antropologia pela Universidade de Brasília (UNB), ativista do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, do MPL e do Comitê de Solidariedade a Cesare Batisti, se identifica como anarquista, embora ele saliente:

(...) minha formação política é anarquista, meus princípios são anarquistas e a forma que encaro minha relação com a política é anarquista, mas o meu social, onde nós construímos nosso ativismo, não é meio social fundado sob as bases políticas, relações e acordos especificamente anarquistas.

O movimento social e todo movimento social que eu milito, são de idéias autônomas (...) ou de esquerda radical (...) não são anarquistas.

Pensando a ideologia como sua prática, para ela não ser a falsificação da sua realidade, pensando (...) como você se posiciona no mundo.

Coletivamente eu constituo espaços que são influenciados pelo anarquismo de forma libertária, mas em um ambiente político muito mais diverso que respondem só as questões não só sob a luz do anarquismo.

As minhas relações políticas que foram me constituindo foram mais diversas também (...)

Não existe ninguém que fala de anarquismo heterodoxo, mas na verdade deveria ter (...) foi uma questão de princípios, mas não foi uma

questão de identidade construída. Paíque CMI Distrito Federal.

Foz do CMI São Paulo, 31 anos, que trabalha com vídeo gravação e edição de forma autônoma, e participa do Fórum Centro Vivo¹⁴⁵, Espaço AY Carmela¹⁴⁶ e do Coletivo Biroasca¹⁴⁷, também diz ser anarquista, quando perguntada sobre que corrente política se identifica, algo que transparece também no trecho abaixo, sobre a política feita pelos partidos e sindicatos:

Não acredito mais em qualquer coisa que queira te representar. Já é suficiente para mim ver quem sai perdendo numa negociação entre um produtor de comida familiar e uma pessoa com fome. O que

¹⁴⁵Fórum centro vivo foi fundado no dia 10 de dezembro de 2000 – surgiu no encontro “Movimentos populares e Universidade”, organizado por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), pela Central dos Movimentos Populares (CMP) e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), em maio de 2000. O objetivo de articular todas as pessoas que lutam pelo direito de permanecer no Centro e transformá-lo num lugar melhor e mais democrático, contrapondo-se, assim, ao processo de renovação urbana e exclusão que vem ocorrendo O Fórum Centro Vivo é composto por diversas organizações como o Centro de Mídia Independente - Coletivo de São Paulo (CMI-SP), Central dos Movimentos Populares (CMP), Centro Gaspar Garcia de direitos Humanos, Fórum Metropolitano de Educação Social na Rua, Frente de Luta por Moradia (FLM), Integração Sem Posse, Movimento dos Ambulantes de São Paulo (MASP), Movimento Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da População de Rua (MNPR), Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, Polis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e colaboradores individuais. Entre as atividades já realizadas pelo Fórum Centro Vivo está a produção de dois dossiês, em 2006 e 2008, sobre o desrespeito aos direitos humanos cometidos contra trabalhadores e trabalhadoras, moradores e moradoras de rua, crianças e adultos, pelas autoridades estatais no processo de revitalização do centro de São Paulo. <http://www.centrovivo.org/historia>. Acesso em: 12 mar. 2010.

¹⁴⁶Espaço Ya Carmela é um centro político-cultural autogestionário mantido por grupos, movimentos e indivíduos autônomos da cidade de São Paulo. Um lugar de construção de ações e conhecimentos coletivos, além de um pólo de produção, reunião e dispersão de informações, saberes e transformações. Participam da gestão do espaço o Centro de Mídia Independente, Fórum Centro Vivo, Movimento Passe Livre, Movimento Nacional da População de Rua e indivíduos sem filiação a nenhum grupo político. <http://ay-carmela.birosca.org/Sobre>. Acesso em: 12 mar. 2010;

¹⁴⁷Coletivo Biroasca é um coletivo autônomo composto por mulheres de todo mundo que nasce da discussão na lista global de mulheres da Rede de Centros de Mídia Independente sobre a dificuldade que as mulheres enfrentam em conseguir aprender sobre tecnologia, mais especificamente sobre a tecnologia de computadores e Internet. Entre os projetos que desenvolve está um servidor no qual essas mulheres podem se juntar desenvolver, aprender, compartilhar seus talentos, conhecimentos e apoiar outros projetos relacionados com essa questão de gênero e tecnologia. <http://docs.birosca.org/>. Acesso em: 12 mar. 2010.

quero dizer é que não precisamos de atravessadores. (FOZ – CMI SÃO PAULO)

No entanto, se relacionarmos sua definição de política (...) *para mim política é se organizar, se manifestar, interferir no seu meio para que este seja o mais justo, confortável e seguro para todos*, com as organizações políticas, que elege para participar, é mediada por outras construções, percepções e identificações mais amplas, por onde a ativista constrói sua prática, algo já observado na resposta de Paíque do CMI DF.

Se usarmos o mesmo método, relacionando o que eles e elas definem por política, com os espaços que escolhem para atuar, há as práticas comuns que nos revelam especificidades para além de definições fechadas sobre as correntes ou práticas políticas, que predominam na rede CMI Brasil.

Para Pedro do CMI Tefé, que participa experimentalmente de atividades de jornalismo popular, organizadas pela Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista (PDT), afirma que segue (...) *a idéia dos pensadores que apontam a política não apenas como sendo o Estado, o governo, mas sim também como as artes, as relações entre as pessoas, os movimentos culturais e sociais, a organização popular*. A política feita pelo Estado, no que ele pode visualizar:

(...) eu acho uma porcaria, por que não existe democracia, não existem três poderes, o que há é apenas um único poder, o poder do imperialismo das elites econômica desse país. Os parlamentares e senadores não defendem a idéia do povo mais sim dos partidos, modificando opiniões somente entre os que reapresentam a bancada do executivo e os da oposição. O Estado usa de seus atributos legais para escravizar o povo, aplicando velhas técnicas como a Romana de “pão e circo”. Pedro do CMI Tefé

A política feita por meio dos sindicatos na sua avaliação:

(...) já foi melhor, hoje a gente não sabe mais nem o que é partido de esquerda e os sindicatos não funcionam como tal, a falta de organização e a posição de aproveitamento de alguns nos sindicatos e a principal responsável para o seu não funcionamento.

Ao se perguntar o que é política para Paíque do CMI DF, o autor define:

(...) primeiro vou dar a resposta coletiva, quando fizemos o 1º Encontro de Grupos Autônomos era

que política não se faz pelas instituições e nas eleições fizemos uma campanha existe política além do voto.

Onde a gente discutiu o que?

Que a ação política é relação entre as pessoas, a construção coletiva e comunitária entre as pessoas, então essa construção coletiva e comunitária entre as pessoas pode chegar a vários níveis e o nível mais cristalizado e mais autocrático são as instituições.

Então o nível que tem que ser restaurado não é o das instituições, mas o da ação coletiva.

É isso e também muito vinculado a idéia do feminismo e do faça você mesmo do punk onde você precisa politizar seu cotidiano (...) onde o pessoal é político (...) a política está na ação comunitária, ela está na sua relação com seu corpo (...) o que você come, o que você ouve, como constrói seu corpo e na relação com seu íntimo e com o seu grupo (...) você vai ser machista? você vai racista? (...) acho que nossa discussão do que é política chega a esses três pontos.

Para mim política é isso aí é a situação do mundo é uma das formas que você pode se constituir no mundo culturalmente, socialmente e etc.

(...) a política é uma das suas possibilidades de se constituir no mundo. Paíque do CMI DF

Para Hary Kipper, do CMI Florianópolis:

(...) a idéia de política pra mim é a idéia de se construir o mundo que vivemos e isso envolve uma série de fatores que converge prática e teoria. Fazemos política toda vez que tomamos alguma postura na vida, quando lidamos com uma ética e uma moral própria. quando digo políticas é porque o que se convencionou e se tornou senso comum é que Política seria feito somente pela classe dos políticos, aqueles que trabalhavam na via institucional e que lidam com órgãos e instituições governamentais.

(...) eu vejo que existem várias formas de se fazer política, de se poder construir o mundo que vivemos, de se pensar e trabalhar nossa vida e não é só através da via institucional, que seriam através dos governos.

(...) acredito que, para além de corporações e Estados Nação, a população de forma autônoma e independente pode sim, de forma organizada se auto-sustentar e gerir de forma a abolir a sociedade de classes pode sim fazer política. (HARRY KIPPER – CMI FLORIANÓPOLIS)

Percebe-se que as definições de política apontam para o questionamento do que se convencionou chamar de política e para necessidade de construção coletivo comunitária, que possibilitem a participação direta das pessoas e que vão de encontro a uma crítica a *realpolitick*.

Para Foz, do CMI São Paulo, política feita pelo Estado:

(...) tirou todas as possibilidades de um mundo justo e igualitário. É o principal objeto de manipulação e dominação das pessoas. O Estado nunca agiu para benefício da população e sim da pequena classe que se perpetua como representantes legítimos a serviço dos seus próprios interesses políticos e econômicos. (FOZ – CMI SÃO PAULO).

A afirmação, de Foz, acima é muito próxima da avaliação de Paíque, do CMI DF, da política institucional e feita pelo Estado quando esse autor define:

A única coisa que eles fazem é exercer poder (...) não fazem a política como diálogo como intermediações de pessoas, é uma via única (...) é simplesmente poder.

As pessoas que fazem política queriam que Estado mediasse, mas o Estado só exerce poder.

As instituições pegando um amplo aspecto como algo que funciona como aparato burocrático e como aparato jurídico que são anteriores aos objetivos e as demandas das pessoas (...) como aparato jurídico, legal e de organização pelo aparato burocrático que não se transforma com facilidade, por cima como as pessoas que estão chegando nesse exato momento (...) o aprisionante nisso ao mesmo tempo que você consegue uma certa liberdade, não consegue se constituir de formas múltiplas, por todos os meios mais bacanas possíveis, diferentes meios possíveis. (PAÍQUE DO CMI DF)

No entanto, para Hary Kipper e Camarada D, ambos do CMI Florianópolis a política feita pelo Estado, que têm suas especificidades:

(...) rapaz é delicado, né!

Acredito que temos que ter tato e acaba sendo uma questão que depende muito da situação local em que se vive, acaba dependendo em qual meio você atua, em qual via você faz política.

Nos dias atuais, partindo da forma que eu tento agir, não podemos negar o Estado, é preciso atuar de maneira a usufruir o maior número de brechas que o Estado nos fornece.

A política institucional é uma via que em muito se mantém distante da população, uma via que age hierarquicamente e poucas vezes democraticamente no sentido de levar em conta realmente as vontades do povo.

Uma via que está amarrada por grandes corporações e multinacionais e acaba sendo cooptada por eles ao invés de investir na população e no que é comum à todos, que acaba por investir no privado e deixar pra naufragando o que é público, o que é bem-comum. (HARY KIPPER – CMI FLORIANÓPOLIS).

Segundo Camarada D, voluntário do CMI Florianópolis, entre 2003 e 2007:

Acho que tem um avanço do que existia antes, antes da constituição da esfera pública burguesa, não tinha nada a classe dominante dominava a partir de suas relações e pontos final, o Estado teve uma mudança pequena com a criação de uma esfera pública (fuleraça), que se desenvolveu e que precisa ser superada de alguma forma.

Porque continua sendo um lugar onde o proletariado e diversas categorias não conseguem ganhar, não tem condição.

É uma esfera onde a burguesia e aristocracia que ainda existe, vão sempre ganhar, mas estamos um pouco longe de constituir uma mobilização coletiva a ponto de consegui derrubar o Estado e constituir uma nova esfera pública, dessa vez dos trabalhadores e do povo.

Então tem um pouco dessa ambigüidade, como vamos resolver a luta política para derrubar o Estado.

Eu gosto muito da teoria da jaula do Chomski (...) que hoje em dia é que dá mais para articular,

Que hoje em dia para combater o imperialismo que tira cada vez mais o poder da esfera política e pública e está devolvendo para a esfera econômica dominante. Então você pressiona o poder público que hoje em dia é um lugar que dá para se fazer pressão (...) constituição de direitos etc. e tal (...) até o ponto de você ter uma organização coletiva para dar um passo adiante.

Para mim hoje em dia é constituir um movimento coletivo e organizado, sozinhos a gente não consegue não consegue fazer essa articulação, a gente tem que lutar por objetivos sensíveis a população, coisas concretas, para depois trazer a população para luta ideológica. (CAMARADA D.)

Nos trechos acima há críticas ao Estado como esfera de concentração de poder, que se põe acima dos interesses, desejos e necessidades públicos, em defesa de interesses privados. Mas ainda que se tenham todos esses obstáculos, produto das relações do governo com a burguesia nacional e transnacional, o Estado aparece como uma esfera, onde se pode pragmaticamente “fazer pressão” ou “usufruir” brechas, mas não vencer, ou como resumiria Paíque *não se pode vencer a guerra com as armas do Senhor*.

As considerações dos voluntários sobre o Estado se refletem também sobre suas avaliações políticas de comunicação do governo federal.

Acho que para a rede Globo é boa (risos) No começo do governo do Lula, houve uma queda de braço dentro do Ministério da Cultura, no Ministério da Comunicação, nunca houve nada, no Ministério da Comunicação era Miro Teixeira e do jornalista um puta paga lanche da rede Globo (...) pensando o Ministério da comunicação como uma coisa mais ampla, a questão do jornalismo, houve uma queda de braço com essa galera do software livre e tal, mas no macro foi perdida (...) a ANATEL nunca deu muito arrego para rádios comunitárias, pouquíssimas foram aprovadas, muitas foram aprovadas como rádios comunitárias, mas eram rádios que tinham relações com políticos do nordeste e do norte...Algo ridículo.

Os governos, em geral, tem medo de criar instâncias de comunicação que não sejam ligadas ao próprio governo, fora do controle sabe - lá o que vai acontecer, o mesmo caso da Radiobrás e dessa TV Pública de tudo que é controlado pelo governo (...) mas também se não é controlado pelo governo não foge muito das pautas e dos editoriais tipos assim: aumento e caiu a bolsa, a Petrobras vai investir não sei quantos bi, não tem ninguém cobrindo o que povo está fazendo para se organizar em lugar nenhum.

Não tem na TV Pública uma matéria sobre como o governo não libera e atrasa, atrasa, atrasa, a liberação de rádio comunitária. Para mim não mudou muito e duvido muito do próximo. (CAMARADA D.)

Ainda sobre a política de comunicação no Brasil:

Péssima, o sistema de concessões não funciona para dar voz ao povo ou para regulamentar o conteúdo para ser um conteúdo construtivo. É público que os meios de comunicação do país estão na mão de poucas famílias e todos com envolvimento na política. Foz do CMI São Paulo.

A política de comunicação é e sempre foi uma desgraça no sentido democrático da coisa. Simplesmente o que existe é o monopólio violento por parte de um grupo corporativo que domina boa parte das licenças pra atuar como grande meio de comunicação - jornal de grande circulação, TV, rádio, revistas etc e tal

A população não tem acesso à informações verídicas e nem imparciais.

Os meios de comunicação são controlados por corporações que visam seu próprio lucro e não o bem-estar comum da população.

A inclusão digital por incrível que pareça foi um dos meios que a população mais achou brecha pra poder ter acesso, ao menos alguns programas de políticas públicas avançaram nesse aspecto, mas ainda está longe de uma grande mudança onde os povos possam ter acesso irrestrito a produção de notícias e comunicação. (HARRY KIPPER CMI FLORIANÓPOLIS)

A democratização dos meios de comunicação, realizada por meio das políticas estatais, conforme a visão dos voluntários, citados, tem

sido limitadas segundo o interesse do Estado e dos empresários. Como lembra Paíque, *tanto a direita quanto a esquerda querem abrir politicamente*, mas isso não significa em grandes mudanças no monopólio da mídia brasileira, enquanto o primeiro o Estado limita a democratização ao seu controle e de seus aliados, o empresariado compreende democratização como abertura do mercado para livre concorrência.

6.9.1 Sobre os Partidos, Sindicatos e o Movimento Estudantil

As críticas à política, feita pelos sindicatos e partidos políticos, partem do mesmo princípio da crítica ao Estado, como uma relação limitada, estabelecida fora do âmbito comunitário, coletivo e de forma direta, critérios que eles definem a política em um sentido amplo.

Sandino, que participou do CMI São Paulo, afirma, que por *estarem totalmente integrados ao status quo, a estrutura burocrática do estado, onde a possibilidade de mudanças, experimentações de novas formas organizativas, é totalmente limitada dentro desses espaços.*

A grande maioria dos voluntários é contrária ao movimento estudantil quando estes servem de trampolim para aspirantes a cargos políticos, como Pedro do CMI Tefé relata:

Hoje acontece nas universidades um fenômeno muito interessante, onde os partidos políticos financiam pessoas para que entrem nas universidades para fazerem articulações partidárias colocando assim de lado a luta estudantil. Mas mesmo assim creio que o movimento estudantil é um bom começo.
(PEDRO DO CMI TEFÉ)

No entanto, como mostra as afirmações de Camarada D, há uma percepção das diferenças entre atuação de movimento que se articula com estudantes, o movimento estudantil autônomo e o composto por militantes de partidos políticos.

Depende do movimento estudantil, o MPL sempre foi imaginado como um movimento estudantil, mas para mim ele é um movimento de jovens, de juventude que é diferente de um movimento estudantil.

A gente se articulava com a galera que estava nas escolas, mas gente não lutava por uma questão (estou meio em dúvida, como é expressão?) não era por questões corporativistas. Tudo bem que

começou com luta do passe livre estudantil, mas a gente quem paga o passe é a família.

Eu acho o movimento estudantil uma coisa importante, todo mundo tem que se organizar enquanto coletividade. Mas depende do tipo de organização que vai ser feita (...) o movimento estudantil, do meu ponto de vista, de UNE, Conlutas, eu acho que são jovens velhos (risos) é um juventude velha (mais risos). Camarada D

O perfil dos voluntários leva a uma ampliação da categoria jovens contestadores independentes desenvolvida por Sousa (2003) em relação ao desdobramentos no decorrer da trajetória da rede CMI, a múltipla militância como a traçada nos depoimentos do voluntários tem cada vez mais aproximado da lutas dos movimentos sociais e de conquista da cidade.

Apesar disso, o termo militante não aparece nas entrevistas realizadas, o que é predominante entre os voluntários é se definirem como ativistas. Onde os debates, no meio libertário, pós-Seattle, podem nos ajudar a compreender melhor como estes sujeitos definem sua participação política.

O termo militante, como sujeito inserido e comprometido nas lutas sociais das classes subalternas, tem sido muito criticado no meio das organizações autônomas. Pelo sentido ligado às ações coletivas, do século XIX e XX, protagonizadas pelas correntes marxistas-leninistas, pressupondo que seus militantes possuam um grau de entrega, seriedade e compromisso e capacidade revolucionária de liderar, que outros sujeitos fora dos seus partidos e organizações. Característica que acaba por construir hierarquização entre quem era mais produtor ou não da transformação social.

Por esse motivo, muitos membros de coletivos autônomos preferem ser chamados de ativistas, no caso dos membros do CMI, de voluntários, para diferenciar sua participação política. O ativista é o indivíduo inserido nas lutas sociais, mas não é um especialista ou vanguarda revolucionária, pelo contrário ele admite seu papel de transformar o *status quo*, tanto na esfera coletiva, como individual, combinando a política pós e cofigurativas.

O termo ativista é também criticado por organizações políticas das correntes anarquistas especificistas, por conduzir a uma participação política, que deixa de lado o trabalho regular, que busque envolver na luta revolucionária com os mais diversos setores explorados e oprimidos

da sociedade e por transformar sua própria vida e opções no cotidiano como algo, que por si só, constitui uma ação contra o status quo.

Essa tensão, que coloca opostos ativistas e militantes de maneira muitas vezes intransigente, não é uma mera guerra de conceitos gerada no seio dos movimentos anticapitalistas e juvenis pós-Seattle se colocarmos a disputa pelo conceito de liberdade na esfera dos veículos de mídia radical no Brasil e dos desdobramentos da política do governo Lula, no que tange a democratização da comunicação.

Sobre a disputa do conceito de liberdade, ela liga-se à própria noção de organização e papel do veículo de mídia radical. Essa disputa não se refere à disputa entre veículos em busca de uma hegemonia do movimento de mídia radical, mas algo que pode ser visualizado nas discussões dos sujeitos individuais, que estão inseridos no movimento de mídia radical.

Desde 1999 a ebulição, de novas experiências midiáticas digitais, ampliou as experiências de ações coletivas, protagonizadas por grupos e indivíduos onde os meios técnicos desempenham um papel fundamental. Essa rica experiência constrói uma leitura que não há uma via única de transformação da realidade social.

Para muitos indivíduos, membros de rádios livres, coletivos de mídia tática e de software livre, acima de qualquer tipo de organização instituída por regras formalizadas a liberdade individual, não que esses veículos não tenham regras, autogestão política do veículo, paira sobre a idéia que a pluralidade e o diálogo, mediadas pela autonomia em relação ao estado e mercado dão conta de resolver os conflitos inerentes aos processos de decisão e organização do veículo.

O uso da tecnologia, a experimentação e enunciação potencializam as alternativas para furar os bloqueios dos monopólios corporativos, contra a censura da informação e de acesso ao conhecimento. Seu conceito de liberdade dá ênfase da prática política e ao papel da mídia radical a liberdade individual.

Apesar de muitos voluntários do CMI compartilharem muitas dessas concepções, principalmente no que se refere ao papel de transformar o *status quo* tanto na esfera coletiva, como na individual, combinando a política pós e co-figurativas, as atividades por eles e elas desenvolvidas os abrigam a uma participação mais próxima do que se chamaria de militância, sem perder a perspectiva crítica ao centralismo e a burocratização, o que leva a concepção do CMI como ferramenta para os movimentos sociais.

Essa característica é produto da relação entre contracultura e a constituição, da trajetória de muitos dos voluntários. Pois a contracultura

serviu, para muitos deles, como porta de entrada de uma participação política mais ampla e também para que muitas práticas, antes restritas às comunidades contraculturais na forma de consumir, se alimentar, se vestir e questionar os resquícios autoritários no cotidiano das relações entre as pessoas, que se difundissem na comunidade ativista juvenil e na esquerda tradicional.

Nesse sentido, não é exagerado afirmar que os elementos da contracultura, presentes no cotidiano dos voluntários do CMI, nos hábitos, não meros caprichos comportamentais de consumo rebelde¹⁴⁸, mas parte importante de sua socialização política e de seu cotidiano, que representam parte de sua concepção de política configurativa e do estar junto às lutas sociais, sem perder sua autonomia individual.

6.9.2 O CMI e os Movimentos Sociais

No decorrer do capítulo há inúmeras passagens onde podemos visualizar a relação dos coletivos da rede CMI Brasil com os movimentos sociais, onde a proximidade ou afastamento que determinados atores são produto de convergências, frentes de luta, redes associativistas e da múltipla militância dos voluntários correspondendo às especificidades dos locais onde atuam.

A participação política dos voluntários caracteriza-se pela sua participação direta nos processos de planejamento, execução e autonomia, perante o Estado e mercado e horizontalidade organizacional, se colocando em contraposição as práticas centralizadas e burocratizadas das esquerdas tradicionais, inseridas nos sindicatos, partidos, no movimento estudantil.

Nesse sentido, a escolha da esfera de atuação tem como prioridade a política não estatal, onde podemos encontrar formas de resistência comunal. No entanto, apesar de se definirem como os anticapitalistas, os anarquistas e os socialistas, boa parte de suas ações estão mais centradas na radicalização das pautas da esquerda, do que concretamente na ruptura com o sistema vigente, algo que os/as aproxima de ações coletivas por direitos, dentro de uma perspectiva de identidade legitimadora.

Entretanto, isso não significa que o CMI assuma ou seus voluntários assumam a reprodução das instituições vigentes como

¹⁴⁸Um dos elementos que causam um rotatividade de membros nos coletivos como veremos mais a frente.

identidade política. Suas práticas, dentro dos coletivos e movimentos que participam, apontam para um latente desejo de ruptura com o capitalismo, mediado por concepções baseadas na construção de relações abertas à pluralidade e de bases materiais, que possibilitem a emancipação.

As tentativas de formação de novas sociabilidades políticas por voluntários do CMI, que podem ser visualizadas com mais facilidade por meio da participação política, dos mesmos, em movimentos como MPL, na rede Flor da Palavra, nas rádios livres, nos coletivos tech, culturais, contraculturais e no movimento estudantil autônomo.

Entretanto, suas atividades junto aos movimentos de luta por moradia, terra e direitos, onde poucos voluntários participam efetivamente como militantes, há diferenças nas maneiras de se lidar com as diversas formas, que estes sujeitos coletivos se organizam e enfrentam a realidade que lhes é imposta.

Durante a Reunião Nacional do CMI, realizada em Brasília, em 2006, no debate específico sobre a relação do CMI com os movimentos sociais, segundo o relato da reunião, muitas intervenções se destacam pela preocupação com a necessidade de traçar formas de aproximação com os sujeitos das ações coletivas, que potencializem as trocas de conhecimento com base em duas questões correlacionadas, segundo a mesma fonte, a primeira é de não exercer a função assistencial, onde os movimentos sociais e comunidades vêem o CMI como mais um veículo de mídia alternativa, que cobre manifestações e protestos.

A segunda, considerada essencial para que se desenvolvam trabalhos a médio e longo prazo, é de não pautar as atividades do coletivo apenas em coberturas, nesse caso se reafirma a necessidade de atuar na capacitação dos sujeitos coletivos para produção e difusão de informação, protagonizadas por estes, por meio das tecnologias e da leitura da mídia, como um campo com linguagem própria, onde a criação do cibercafés do CMI São Paulo, do *Indymix*, uma versão linux para produção de mídia, as mostras de vídeos, oficinas de repórteres populares, de software e rádio livre realizadas por diversos coletivos locais, são expressões dessa preocupação.

A preocupação em não exercer uma função assistencial é produto da avaliação dos voluntários, que dentro dos movimentos sociais há um pluralidade enorme de atores e concepções políticas e que o próprio CMI possui suas especificidades políticas organizacionais, essenciais para sua autonomia. Ao mesmo tempo, a idéia de construir formas de aproximação, que favoreçam relações de troca, também se estende a concepção de autonomia aos sujeitos coletivos com quem o CMI se

relaciona, no sentido que o movimento social, por perceptiva própria, paute, no seu interior, discussões sobre a mídia.

Sobre a última afirmação, procuramos aprofundar mais a questão, por meio das respostas dos voluntários e entrevistados durante o trabalho de campo, relativas às atividades, que destacam como mais importantes no âmbito político e cultural e o sentido que dão a democratização da mídia, a relação entre o que fazem no CMI com o cotidiano das pessoas.

Paíque, do CMI Distrito Federal, destaca duas das atividades como mais importantes desenvolvidas pelo coletivo local, a primeira, que está em andamento, é a resistência, das comunidades indígenas das etnias Fulni-ô-Tapuya e Cariri-Xocó e Tuxá, à construção de um conjunto habitacional para aproximadamente 40.000 pessoas de classe média alta, na área, tradicionalmente, ocupada pelas comunidades, que desenvolvem atividades agrícolas, criação de pequenos animais, artesanato e cultivo de plantas medicinais, bem como praticam os rituais típicos da sua religiosidade indígena¹⁴⁹.

Além da cobertura das manifestações, da denúncia dos prejuízos ecológicos e sociais do empreendimento e o desdobramento do caso, há voluntários que tem efetivamente lutado, junto aos ocupantes, expondo as autoridades estatais, que agem em defesa dos interesses dos especuladores, os imobiliários e as empreiteiras por meio de intervenções em solenidades públicas.

A segunda atividade, destacada por Paíque, foi o engajamento do coletivo na campanha de descriminalização dos ativistas da Ocupação Casa das Pombas, espaço cultural comunitário de convivência entre indivíduos e grupos autônomos de Brasília, alvo de uma batida da Polícia, que culminou com sete presos:

Na Casa da Pombas (...) o pessoal foi preso, jogado na prisão para ficar muito lá, chamado imediatamente de ponto de tráfico de drogas, prostituição e consumo de várias drogas (...)

Nós fizemos uma dupla função de mídia porque fomos ligando para os jornais, ligando para os

¹⁴⁹A região que abriga uma Área de Preservação Ambiental (APA) por ser zona nuclear da Biosfera do Cerrado e condensar um lençol freático banhado pelo ribeirão Bananal, é alvo da especulação imobiliária desde 2007, quando o governador José Roberto Arruda do Distrito Federal abriu a licitação para escolha das empresas que executariam o projeto de implantação do Setor de Expansão Urbana Noroeste, desde então a mídia convencional passou noticiar o início das obras que ironicamente o governador declarava ser o primeiro bairro ecológico sustentável do país.

editores de jornais e explicando (...) foi publicando para o CMI e construindo a adesão de vários grupos e movimentos sociais... nós conseguimos mudar a cobertura da mídia, saímos de lá como movimento social.

Todo movimento político em torno da Casa das Pombas foi de acompanhar e produzir leituras sobre a mídia (...)

A gente conseguiu fazer o que gente nunca tinha experimentado antes, a mídia atacando a gente e a gente conseguiu converter, já no MPL a gente não conseguiu fazer isso, por ser transporte que é uma questão que dividia muito... A gente fazia cobertura e influenciava, já na casa das pombas a gente mudou a linha editorial da mídia por uma ação coordenada. Paíque Distrito Federal .

Além das duas atividades destacadas, Paíque aponta que CMI Distrito Federal teve um papel importante na construção do movimento político radical da cidade, estabelecer conexões entre esse movimento com o movimento nacional, na apropriação da mídia e tecnologias, pelas pessoas, no estímulo à prática de ação direta, onde a *função do CMI hoje, quando há uma grande luta, o CMI volta a ser um espaço interno de interlocução* (Paíque).

Segundo Foz, do CMI São Paulo, o coletivo tem uma permeabilidade em diversos movimentos, lugares e muitos grupos e indivíduos colaborando com o coletivo e o site, além das atividades de cobertura das manifestações e a confecção do dossiê do Fórum Centro Vivo, que descreve como um relação de solidariedade e apoio mútuo, as coberturas das manifestações do MPL, destaca as diversas mostras de vídeo, o cyber café, o CMI na rua e as diversas oficinas gratuitas, que vão desde linux até segurança.

Sobre a atuação no CMI e a influência no cotidiano das pessoas, Foz, do CMI São Paulo afirma:

(...) Tudo não passa de organização. De se juntar para conseguir as melhores alternativas para aquilo que acreditamos. No fundo eu acho que o papel mais importante do CMI é fazer com que as pessoas acreditem no seu potencial de comunicação e organização e falem sobre aquilo que sabem, vivem e querem e não ficar acreditando que a só uma pessoa com faculdade formado em jornalismo e credenciado pela Globo

tem competência para falar sobre um determinado assunto (FOZ CMI SÃO PAULO).

Para Pedro do CMI (...) *a comunicação é a chave, se (...) for democrática, será a principal ferramenta para reivindicação da democratização em geral. E claro que para isso o povo precisa saber que ela possui um caráter vital na organização humana.*

No mesmo sentido, Sandino destaca, que a democratização da mídia:

(...) é a democratização das condições de produção, distribuição e, principalmente, a massificação da capacidade crítica de se ler a mídia. Também precisa ser claro quem é quem na mídia. As pessoas precisam se alfabetizar em ler a mídia corporativa e a produzir mídia comunitária ou independente. Somente assim podemos falar de democratização dos meios de comunicação. (SANDINO)

Reafirmado a importância da democratização da mídia, Foz, do CMI São Paulo, afirma:

Para mim comunicação é conhecimento e conhecimento para mim não pode de forma alguma ser uma mercadoria. Então eu acho que a democratização dos meios são os meios ao alcance das pessoas e para as pessoas.

Só temos a ganhar com uma comunicação onde várias pessoas falam, onde vários pontos de vista são confrontados, onde não prevaleça os interesses econômicos e políticos dos “donos” dos veículos de comunicações que ademais disso e só fazem embutir o consumo na cabeça das pessoas a serviço das empresas patrocinadoras de seu império. (FOZ, CMI SÃO PAULO)

Hary Kipper, do CMI Florianópolis, aponta como atividades importantes os projetos desenvolvidos pelo coletivo local, segundo sua perspectiva, *para o CMI funcionar ele precisa ter projeto, projeto para curto prazo, médio prazo e longo prazo, algo que incentiva que os voluntário e voluntárias atuem, para ele esses projetos proporcionam que o indivíduo possa atuar da maneira que ele gosta, atuar quais idéias dele, jogando os projetos dele, ao mesmo tempo que tenha projetos em comum.*

Os projetos destacados por Hary Kipper foram, a produção das seis edições jornal O Independente, *os jornais de poste que na época das manifestações de 2004 e 2005 funcionaram como divulgação das*

idéias dos próprios militantes (...) isso colaborou bastante para divulgação do que os militantes pretendiam, a atuação do CMI na Rádio de Tróia e a capacitação dos voluntários para edição de vídeo, áudio e texto.

Outras coberturas e atividades desenvolvidas junto aos movimentos sociais e comunidades, todas documentadas em artigos, vídeos e fotos na página do CMI, que foram destacadas, pelos entrevistados, como mais importantes foram: as reintegrações de posse e o uso da violência policial em comunidades de baixa renda, em Goiânia e no Rio de Janeiro; às tentativas de despejo da Vila Santa Rosa pelo Banco Santander, em Florianópolis; as atividades realizadas junto às comunidades ribeirinhas, em Tefé; e as manifestações contra os aumentos das passagens do transporte coletivo e pelo passe livre, em várias cidades do Brasil.

Outro elemento chave para se compreender o sentido, que os voluntários, dão à sua participação política, diz respeito ao uso da tecnologia digital como parte de seu ativismo e organização.

6.9.3 As Mídias Digitais e o Ativismo

Apesar do CMI ser mais conhecido por sua atuação na Internet, as atividades da rede, no Brasil, na produção de mídias é mais amplo que isso, uma pequena mostra são os cerca 148 CMIs na Rua (informativos em Formatos A3 e A4), 10 jornais tablóides e outros materiais, disponíveis na página estática, que disponibiliza os impressos produzidos pela rede.

Segundo Pedro, do CMI Tefé, sobre o uso das tecnologias digitais, afirma: *é muito bom, porque no mundo em que vivemos a tecnologia digital permiti uma maior repercussão das nossas mensagens. Creio eu que a única desvantagem seja o valor financeiro que esses equipamentos possuem.*

Foz, do CMI São Paulo, segue a mesma argumentação, quando fala das tecnologias digitais:

(...) esses recursos estão aí e estão cada vez mais acessíveis o que é muito bom, pois assim a possibilidade de fazer conhecimento (seja artes, política, etc), não fique restrito aquele que detêm os meios de produção.

Hoje qualquer um com uma câmera de foto pode fazer um vídeo e colocar na web. Mas ao mesmo a ameaça que isso representa aqueles que detêm os

meios de produção de conhecimento já cientes disso iniciaram um processo de controle de distribuição e exibição dos mesmos. Não é a toa todas as novas leis de controle de conteúdo e acesso que estão sendo criadas diariamente em todo o planeta.

Também não podemos nos esquecer daqueles que ainda não tem acesso a tudo isso. No Brasil mais de 50% da população nunca acessou a internet. Os desafios e esforços para sairmos de uma atuação apenas no virtual acontece desde o surgimento do CMI no Brasil.

Na minha opinião são muito importantes os projetos como CMI na rua, Oficinas (do que quer que seja, pois necessariamente esta te levando a um contato cara a cara com outras pessoas), rádio livre e etc que são alternativas ao ativismo virtual.

(FOZ CMI SÃO PAULO)

As atividades, que os voluntários destacam como mais importantes, segundo seu caráter político e cultural, já mencionados, reafirmam a preocupação com as possibilidades geradas pelas novas tecnologias e os seus limites quanto a abrangência no cotidiano das pessoas.

Foz, do CMI São Paulo, destaca *o cyber café, o CMI na rua. E as diversas mostras de vídeo. Também tem as diversas oficinas gratuitas, desde linux, até segurança*, e Pedro do CMI Tefé: *acredito que sem dúvida o trabalho realizado nas comunidades indígenas, (...) já que a principal proposta de relacionamento entre: Universidade, CMI-Tefé e Aldeias é a “revitalização cultural.*

Camarada D e Harry Kipper, do CMI Floripa, destacam as coberturas das manifestações contra os aumentos da passagem, em 2004 e 2005, e o trabalho desenvolvido junto à comunidade Santa Rosa; Paíque do CMI DF fala das ações em defesa do Santuário dos Pajés.

Algo que revela, apesar de haver uma preocupação constante com os meios digitais, que a ênfase das atividades que os voluntários se encontra fora do mundo virtual, não no seu papel como comunicadores, mas no papel de potencializadores na produção de informação pelos sujeitos da ação coletiva.

6.10 As Mudanças no CMI no Brasil de 2006 a 2009

Desde o início da formação em meados de 2000, o CMI procurou ter uma atuação junto aos movimentos sociais, realizando coberturas de suas manifestações, projetos de formação, como as oficinas de repórteres populares dos CMIs Porto Alegre, Goiânia e Distrito Federal¹⁵⁰, inclusão, como os projetos de cybercafés do CMI São Paulo¹⁵¹ e participando ou ajudando na organização encontros entre coletivos autônomos e movimentos sociais.

No entanto, a grande fonte de agenciamento de jovens ligados ao movimento estudantil autônomo e a contracultura, durante os primeiros anos do CMI Brasil, estava ligado à visibilidade das ações coletivas dos movimentos anticapitalistas, que integravam o movimento de resistência global dos povos e protagonizavam dias de ação global na Europa, Estados Unidos e as campanhas nacionais contra o neoliberalismo, como a campanha contra a ALCA e a dívida externa.

Algo que vai se modificando rapidamente, não apenas porque a ALCA estava praticamente morta em 2005 ou porque os dias de ação global contra o capitalismo e ações bloqueio perderam sua magia por meio dos cassetetes, mas, sobretudo, por causa de uma maior incidência de protestos radicalizados, protagonizados por movimentos sociais e de juventude localmente situados.

Os levantes populares, que aconteceram em Oaxaca em 2006, estudantis, como a Revolta dos Pingüins, no Chile, o lançamento da *outra campanha* dos Zapatistas, alimentam o imaginário rebelde, mas a criação de novas convergências e ações coletivas protagonizadas por jovens contestadores independentes, que reconquistam as ruas e a solidariedade com movimentos sociais e comunidades, vão ser a principal mola de mudanças no CMI Brasil.

Essas molas foram construídas pela necessidade de responder aos movimentos sociais e comunidades, as quais estabeleceram laços ao longo da trajetória da rede, pelos desdobramentos das lutas sociais locais

¹⁵⁰O CMI Brasília promoveu em agosto de 2003 a formação de repórteres populares no acampamento da Via Campesina contra os transgênicos e as oficinas realizadas foram apontadas pelas voluntárias e voluntários como uma etapa importante na consolidação do coletivo (SANTOS, 2005).

¹⁵¹Existiram três experiências de projetos pilotos de *Cyber Café* do CMI São Paulo. O primeiro em um centro social anarquista; o segundo, em uma ocupação do Movimento Nacional de Luta por Moradia e o terceiro em uma Ong no centro de São Paulo. Segundo Santos (2005) Uma das dificuldades da experiência é fazer as pessoas usarem os computadores para produzirem mídia e não apenas absorverem o que já está dado.

e suas correlações de força no seu âmbito de atuação, possuem, em seu cerne, a necessidade de trazer para dentro do cotidiano conquistas concretas.

Harry Kipper, do CMI Florianópolis, narra a trajetória de muitos jovens contestadores independentes brasileiros ao ser questionado sobre qual a relação atual do CMI Brasil com o movimento antiglobalização¹⁵²:

Eu acredito que cada CMI tem que agir pensando de forma local, como de forma global, então como esse projeto ele surgiu do olho do furacão do movimento anti-corporação, que surgiu na década de 1990, que foi extremamente atuante nos Estados Unidos, que surgiu paralelo na Europa. Eu acho que CMI Brasil no começo, por exemplo, estava na mesma onda, atuando especificamente para as demandas que esses grupos (...) Grupos feministas, grupos de libertação animal, grupos anticorporativos, de maneira geral, e no Brasil houveram, claro, manifestações antiglobalização, isso está no contexto nacional em certa época. Só que aos poucos esse momento teve um refluxo e foi acabando mesmo, hoje em dia se for fazer uma pesquisa, vamos ver esse refluxo não só no Brasil, mas no mundo todo. (HARRY KIPPER CMI FLORIANÓPOLIS¹⁵³)

Fazendo uma ressalva, afirmando que já pensou no assunto, mas que suas colocações estão baseadas em “achismos”, o ativista avalia o porque do refluxo do movimento anti-corporação:

Por um desgaste natural das pessoas, lógico que aqueles que lutam por sobrevivência não há como ter desgastes porque a situação já desgastada. Houve então um desgaste e não houve uma oxigenação, com isso aquela geração ou aquele grupo de gerações que atuavam junto acabaram dispersando e se movendo para outras frentes. No caso do Brasil o que eu acho sinceramente o que ocorreu, que essas demandas, as demandas das lutas anti-corporação global elas são

¹⁵²Usamos o termo movimentos antiglobalização apenas no questionário para facilitar a entrevista.

¹⁵³Entrevista feita pelo pesquisador em 23 jun. 2008.

demandas muito abstratas, a gente sabe que reflete no cotidiano, porém se enfrenta organizações que ninguém enxerga, que ninguém vê, tu não vai sentir uma mudança no teu cotidiano, diretamente como uma coisa palpável (...)

Então contra a reunião do G8, o que a gente consegue impedir uma reunião do G8, mas e aí? O que tem de propositivo nisso.

O que eu penso? Eu penso que durante um tempo essas lutas foram de negação, não é isso que a gente quer, mas a parte propositiva só aparece no escrito, nas teorizações, mas com isso o palpável precisa entrar na ação.

O que eu percebi é que muitas pessoas que atuavam nessa frente que atacavam esse meio global, que estava distante e que vai continuar sendo distante e abstrato, migraram para grupos e coletivos que atuavam por demandas palpáveis, demandas concretas do cotidiano e demandas populares (...) demandas mais pragmáticas, mas sem perder um horizonte.

Claro que o foco é um foco amplo só que tem esferas nesse foco, o que acaba ocorrendo é que essas práticas mais pragmáticas, as pessoas acabam se interessando mais entendeu?

Vou pegar um exemplo, em Florianópolis hoje a gente não ganha nada, a gente leva mais porrada e mais rasteiras a cada dia, então as pequenas conquistas de um dia, hoje é um puta de uma comemoração (...) então eu acho que por isso muita gente acabou migrando para essa forma de organização e de luta.

O exemplo que eu ia te dar é o da revolta da catraca, quando você vê que as pessoas se organizam e pensam para um demanda, que população conseguiu pressionar e vê no dia seguinte a passagem está reduzida, a população sente que tem o poder as mãos.

Que ela pode através da organização coletiva que ela pode atuar firmemente no destino dela, na sociedade e no próprio governo. (HARRY KIPPER CMI FLORIANÓPOLIS).

A avalanche de acontecimentos que provocam mudanças no CMI, também faz os coletivos locais terem de lidar com uma série de questões complexas, pois apesar de suas referências políticas não

deixarem de estar nos movimentos de resistência global anticapitalistas, sua grande força de agenciar ativistas está nas ações coletivas ligadas aos movimentos sociais e juvenis, que hoje estão protagonizando as ações coletivas, que implicam em conquistas palpáveis.

Entretanto, para compreender o estado atual da rede CMI Brasil, devemos percorrer as implicações relacionadas ao refluxo do movimento anticapitalista, a visibilidade e latência do Movimento pelo Passe Livre e adesão às lutas dos movimentos sociais por voluntários do CMI, assim como, a cooptação estatal e mercadológica das idéias e práticas ativistas e os problemas quanto ao “projeto tecnológico” do CMI.

6.10.1 O Refluxo no CMI Brasil?

O refluxo no número de coletivos juvenis autonomistas, no Brasil, apesar de ter ocorrido, em grande parte, em decorrência dos desdobramentos das lutas locais, tem como parte dessa equação a condição juvenil inerente à sua composição, não apenas pela juventude ser uma condição, onde a busca de experiência faz parte constituinte da formação do indivíduo, e ser uma condição onde há mais disponibilidade de tempo livre para dedicar-se a participação política, mas, sobretudo, porque é nessa transição que incide o maior apelo por conformidade dos fluxos de informação (Melucci, 1999), onde o mais eficaz foi o consumo da rebeldia.

Os dias de ação global produziram suas marcas (logo), ao longo de seu momento de maior visibilidade, por meio de um imenso fluxo de informação e imagens de novas formas de participação política, com base na autonomia do indivíduo e das organizações políticas, proporcionaram um imaginário, agenciando muitos jovens, que vão compor a base de sustentação do ativismo autônomo juvenil e conseqüentemente da rede CMI Brasil.

No entanto, apesar da marca, que esses eventos construíram, tender para a construção de novas relações e sociabilidades políticas, a reprodução da lógica da indústria cultural difusa também era uma tendência dessa construção, onde o elemento fundamental é a busca contínua de uma experiência prazerosa por meio do consumo de uma marca, no caso a rebeldia, onde não é preciso comprometer, mas continuar a busca.

Essa busca continua, apesar de proporcionar uma sensação de autonomia, já que é possível migrar sua participação política segundo seus interesses naquele momento, não estabelece laços de solidariedade

suficientemente fortes para que os momentos de latência das ações coletivas sejam momentos de trocas, formação e reconhecimento.

O que está colocado pelo consumo da rebeldia não é a política como valor de uso, a solidariedade necessária para construção e proteção de comunidades, mas a política como mera extensão do consumo, onde o que se consome é o que aparentemente é mais radical, mais livre e mais autônomo.

Os vínculos, que o consumo da rebeldia produz, são uma vinculação entre consumidores de um produto, baseada no tempo de inovação do produto, ou seja, sua participação política até que apareça uma nova a rebeldia a ser consumida, lógico que não implique em uma dedicação militante, nem em traçar objetivos concretos

Apesar do consumo da rebeldia ter atraído ativistas para o CMI, onde muitos deles foram gradativamente amadurecendo sua participação política, na maioria das vezes, a marca promoveu inchaços em momentos de grande visibilidade durante as ações coletivas, seguidos de um esvaziamento em massa nos momentos onde os movimentos sociais passam por um período de latência, essa alta rotatividade de membros nos coletivos gerou duas conseqüências que se inter-relacionam.

A primeira conseqüência foi que os coletivos locais, que não tinham atividades junto aos movimentos sociais e que por razões ideológicas afastaram-se de movimentos de juventude, foram perdendo boa parte de seus ativistas, gradativamente até que se tornaram inativos ou compostos por um número reduzido de pessoas, quando não por um voluntário apenas.

Ainda que as ações coletivas do MPL e a outras lutas locais, junto aos movimentos sociais, dessem visibilidade ao CMI nos momentos de latência desses movimentos o que se via é que o número reduzido de voluntários tornava, bem mais, difícil desenvolver atividades, que necessitassem de trabalho contínuo e a realização de projetos mais amplos de inserção social.

A segunda conseqüência foi uma série de conflitos entre voluntários desencadeados também pela diminuição do número de pessoas participando dos coletivos, sobrecarregando os que se dedicavam ainda à sua continuidade, algo que levou, muitos dos coletivos locais, a se tornarem grupos de afinidade, tornando a participação de outras pessoas fora da sua rede social difícil.

Outro problema apontado, por alguns entrevistados¹⁵⁴, gerado pela rotatividade de voluntários, é a desconfiança dos voluntários mais velhos com os mais novos, causando uma série de problemas, que iam do desconforto durante as reuniões à uma postura centralizadora dos voluntários mais velhos, quanto às atividades importantes, segundo uma voluntária, o receio com a segurança e excesso zelo acabava por dar a entender ao voluntário mais novo, que sua participação não era tão importante.

Apesar de termos citado o caso do CMI Florianópolis, de maneira geral, outros coletivos locais também enfrentaram os mesmos problemas quanto à formação de grupo de afinidades no interior do coletivo e em relação à desconfiança dos voluntários mais velhos, alguns superando por meio do diálogo e criando novas dinâmicas de ingresso dos novos voluntários, outros foram vencidos pelo esgotamento, o que implicou em um número menor de pessoas participando das atividades cotidianas da rede.

Entre 2005 e 2009 a saída gradual de voluntários também se explica pela condição transitória da juventude, ou seja, pela perda da moratória social concedida à ela, condição que obriga voluntários antigos, na rede, a ter uma participação política mais focalizada numa organização para poder dividir seu tempo com o trabalho, lazer e filhos.

Muitos desses voluntários desempenhavam atividades importantes na rede, mesmo os que se tornaram militantes de movimentos sociais e colaborando com o CMI de forma mais esporádica, como mencionou Toya, deixaram lacunas significativas no CMI, no sentido de muitas vezes, ao sair, se perdia também a discussão acumulada durante seu tempo de permanência e a experiência de atuação em rede.

Os coletivos ativos, como Salvador, São Paulo, Curitiba e Tefé, os que estão se reestruturando lentamente, como em Florianópolis, Manaus e voluntários que atuam em cidades onde os coletivos estão inativos, enfrentam um outro problema, destacado por Paíque voluntário do distrito Federal:

(...) é que hoje não temos uma política de cobertura... Uma linha editorial..

O CMI surgiu com uma linha já pronta de cobrir os movimentos radicais e ir se aproximando dos movimentos mais tradicionais... acabou esses

¹⁵⁴Preferimos não citar nomes e ao qual coletivo pertence para proteger suas identidades algo que foi pedido pelos entrevistados.

movimentos.. O MPL foi que sustentou as coberturas, acabou o boom do MPL (...) veio as lutas dos sem tetos então.

Falta (...) uma linha editorial nossa comum ou várias linhas editoriais comuns a vários coletivos (...) essa foi a perda do CMI em termos de política, perda ocasionada pelo distanciamento de militantes por dois problemas possibilidade de relacionar trabalho e ativismo e (...) assuntos internos. Paíque CMI Distrito Federal¹⁵⁵.

Antes de relacionar este momento, a desarticulação de muitos coletivos locais, com problemas no interior da própria rede, e as dificuldades de conciliar trabalho e ativismo, como apontou Paíque, devemos explorar outros desdobramentos que estão correlacionados a essa questão: a cooptação estatal e mercadológica de ativistas e idéias que nasceram a partir dos movimentos de resistência global anticapitalista e os problemas do CMI relativos ao seu projeto tecnológico.

6.10.2 A Cooptação Estatal e Mercadológica das Mídias Livres Pós-Seattle no Brasil

A partir do segundo mandato o governo Lula passa a demonstrar interesse em trazer para a esfera estatal as demandas dos setores, que lutavam pela democratização da comunicação. Mas seu carro chefe não vem do Ministério das Comunicações, mas um programa do Ministério da Cultura chamado Cultura Viva, baseado na criação de uma rede de pontos de cultura, que abrangem uma gama enorme de questões ligadas ao acesso à informação, distribuição de bens culturais e produção de mídias usando software livre.

Lançado ainda quando Gilberto Gil assinava pela pasta do Ministério da Cultura e implantado a partir de 2005, sob a coordenação de Célio Turino, Secretário Nacional de Programas e Projetos e idealizador dos pontos de cultura, o programa injeta por meio de editais públicos uma considerável soma de dinheiro, cerca de 120 milhões por ano, em grupos e expressões culturais deixadas de lado pelas políticas culturais dos governos anteriores, produção de mídias baseadas no uso de inovações tecnológicas e propostas do movimento de software livre.

¹⁵⁵ Aprofundaremos mais a frente essas questões quando analisarmos a visão dos voluntários e voluntárias sobre a forma de organização e decisão da rede CMI Brasil.

Segundo o próprio Célio Turino:

O conceito de cultura adotado na gestão do ministro Gil, foi de fato, além da arte, pois se percebeu a cultura ao mesmo tempo enquanto expressão simbólica, economia e cidadania. Esse é o tripé que sustenta a política do Ministério da Cultura desde 2003 e que significou, entre outras coisas, a abertura do Ministério para um conjunto de ações e manifestações até então não abarcadas no campo das políticas públicas¹⁵⁶.

Entre as ações, subdivisões de áreas de atuação, uma em especial despertou interesse de alguns ativistas de mídias radicais e de software livre, a ação Cultura Digital, como explica Célio Turino, sobre o uso da categoria Cultura Digital:

As iniciativas de inclusão digital preocupam-se em permitir o acesso, mas sem questionar as mudanças de comportamento, que o digital permite. E eu trabalho com o ideal da generosidade intelectual, do trabalho compartilhado também no universo digital - que, nesse sentido, é muito próximo da cultura tradicional. A base da vitalidade da cultura tradicional é exatamente essa, é o conhecimento, é a partilha, é a não preocupação com patentes e coisas do tipo, exatamente o que os meninos que trabalham com o software livre fazem. É uma opção filosófica e ideológica, e é nesse caminho que a gente trabalha¹⁵⁷.

A ação Cultura Digital possui como característica a amplitude na destinação de recursos, abrangendo iniciativas, que vão da produção de conteúdo midiático em setores deixados de lado pela grande mídia como comunidades indígenas, quilombolas e as mídias livres e a cultura digital, onde categoria mídias livres vai definir os projetos de democratização da mídia dentro e fora da internet, ou seja, espaços comuns do ativismo da mídia radical autônoma como rádios livres, o CMI e outros projetos.

A cultura digital como aplicada pelo programa do Ministério vai ter duas definições: o uso de software livre para produção artística e

¹⁵⁶CULTURA NO PLURAL: conversa com Célio Turino sobre o conceito de cultura (e seus usos) nas políticas públicas brasileiras. **Revista Proa**, n. 1, v. 1. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa>. Acesso em 13 abr. 2010.

¹⁵⁷Idem.

mediática e a organização e articulação entre os pontos de cultura por rede descentralizada.

As características e propostas do programa somadas as necessidades materiais não só dos projetos, mas também dos indivíduos, levou muitos ativistas de mídia radical, entre estes os voluntários do CMI, a se aproximar e realizar atividades junto às organizações não governamentais e outras entidades ligadas ou sustentadas pelo governo.

Apesar do CMI, como rede, não ter recebido ou receber recursos governamentais ou ter estabelecido qualquer parceria com o governo, a aproximação desses sujeitos, que direta ou indiretamente, tinham ou ainda têm relação com a rede vai ter consequência direta nos movimentos de democratização da mídia, como explica Paíque do CMI Distrito Federal na longa passagem abaixo:

O que está acontecendo agora, quando o governo assume como política de Estado incentivar setores que sempre lutaram por comunicação tem dois lados:

O primeiro é roda a máquina do mercado um grande numero de pessoas que se construíram quanto militantes são gestões da máquina do Estado. Então uma boa parte dos ativistas que construíram o CMI, hoje se aprisionou na gestão pública, não só do CMI, do rizoma de rádios livres e do movimento de software livre estão de crachá de organização.

Esse é impacto político.

O outro é impacto do mercado, a nova forma de constituição do mercado que é forma Trama Virtual que não é mais a forma mais Sony. (PAÍQUE DO CMI DISTRITO FEDERAL)

Retomando o voluntário

Como não estamos em uma situação de constituir guerrilha como na década de 1970, como não estamos em um período que a briga é abrir ou fechar politicamente, que a direita e a esquerda querem abrir politicamente, mas querem abrir de formas diferentes. O período do mundo é esse, não é um período de recessão, o aconteceu (...)

A gente tem uma direita que quer abrir politicamente de outras formas, as empresas querem abrir politicamente para acumular de outras formas, tanto querem abrir politicamente

que querem acabar com os direitos humanos (risos).

Como estamos nesse período nós não vamos constituir guerrilhas, então onde vamos conseguir dinheiro? (...) ou no Estado ou no Mercado, o dinheiro circula por esses dois lugares, o dinheiro não circula nas famílias, circula dinheiro apenas pelo Estado ou pelo mercado (...)

Como a gente não resolveu isso, não elaborou nossas formas de lidar com isso, as pessoas vão ter que trabalhar com alguma coisa, já estavam capacitadas para isso.

Meu questionamento, mesmo assim, de todas as pessoas que construíram essa rede política.

O entrevistado adverte: Não é uma caça as bruxas (...) (PAÍQUE DO CMI DISTRITO FEDERAL)

Paíque aponta o Encontro Cultura Livre e Capitalismo ocorrido em 2007, como um momento onde se começou a delinear como se configura politicamente o conteúdo de libertação, do tipo de ativismo desenvolvido pelos coletivos autônomos.

Para Paíque estamos em um período *a gente* (coletivos autônomos) *está virando um movimento de trabalhadores*, onde se deve refletir sobre a política de cooptação de formas de trabalho (...) e quais as estratégias que estão sendo utilizadas para aprisionar e reprimir os movimentos sociais. Para ele os coletivos e redes de ativismo juvenil autonomista *estão se esfacelando* (...). O que o Estado está fazendo é adequar os ativistas a uma nova forma de acumulação capitalista, mas apesar de possibilitar *um monte de coisas de encontros e tal* (...) *isso é uma política do Estado e não uma política das pessoas*.

Por meio da política feita pelo Estado, Paíque afirma que se consegue abrir brechas, fissuras, mas não é uma política feita pelas pessoas. Onde não se *quebra o poder* (...) *you não destrói a casa grande com as armas do senhor*. *Paíque CMI Distrito Federal*

No trecho da entrevista acima percebemos que o ativista visualiza as mudanças e refluxos na mídia radical no Brasil e do próprio ativismo autônomo com base na disponibilidade de recursos dos ativistas de movimentos de mídia radical. Constituído, na sua grande maioria, por jovens que gozavam de uma moratória social mais larga e que estão ingressando no mercado de trabalho e a cooptação das idéias e práticas por meio do Estado e do capitalismo.

No entanto, não foram apenas os ativistas que foram sugados para dentro dos quadros do governo, mas também, suas idéias, práticas e

discursos, como se percebe nos relatos extraídos do encontro Cultura Livre e Capitalismo, realizado em 2007, na cidade de São Paulo, citado por Paíque.

As citações extraídas do encontro são apresentadas da mesma forma que se encontram no site, o que fizemos foi selecionar apenas algumas falas para não entrar em detalhes desnecessários ou outros pormenores, que venham descaracterizar o debate proposto¹⁵⁸, algumas passagens não há identificação do coletivo ou rede que o ativista pertence, nestes casos, mantivemos os nomes disponibilizados pela relatoria do encontro.

6.10.3 A Cultura Livre e o Capitalismo

O encontro Cultura Livre e Capitalismo realizado nos dias 14 e 15 de Julho de 2007, na cidade de São Paulo, tinha como objetivo proporcionar aos participantes espaços, onde por meio de conversas informais e debates fosse possível elaborar uma reflexão coletiva sobre os temas relacionados aos recursos e sua relação com a autonomia política dos coletivos e indivíduos.

Na página desenvolvida para divulgar o encontro¹⁵⁹ podemos visualizar a avaliação, que justifica a necessidade de diálogo entre os coletivos autônomos anticapitalistas. Segundo os/as proponentes, as ações coletivas de mídia radical e inclusão digital haviam chegado a uma maturidade onde era possível discernir sobre suas formas de trabalho em relação a sua autonomia política, tendo em vista que *hoje as inúmeras experiências pelos quais passaram indicam possibilidades de atuação, financiamento e parcerias*¹⁶⁰.

Por conta das demandas apontadas acima foi proposto três eixos temáticos: o ativismo, voluntariado e trabalho assalariado, as formas financiamento em relação à autonomia, as novas formas de geração de valor do capitalismo informacional e suas implicações políticas para comunidades e ativistas, que desenvolvem atividades sem fins lucrativos.

¹⁵⁸É comum nos debates que algumas colocações se desviem do tema principal, por isso suprimimos algumas falas do relato.

¹⁵⁹Página Principal convocatória. <http://encontro.sarava.org/Principal/CulturaLivreECapitalismo>. Acesso em: 14 abr. 2010.

¹⁶⁰No entanto, em uma conversa informal com uma voluntária do CMI e ativista de outros coletivos em São Paulo, o objetivo do encontro também era problematizar com o pessoal que trabalhava para o governo, ou seja, *não ativistas, mas que falavam como se fossem*.

Estiveram presentes no encontro Mídia Livre e Capitalismo os/as ativistas dos coletivos e redes: Cultura Digital, Biroasca, Saravá¹⁶¹, CMI, radiolivre.org¹⁶², CorpusCrisis¹⁶³, TV Livre, Coro¹⁶⁴, Coletivo Elefante, Grupo Epidemia, Espaço Coringa e da Consulta Popular.

As atividades se iniciaram com a exposição do Ratho, do coletivo técnico do CMI, fazendo um apanhado histórico do movimento de mídias livres, iniciando pela história da *Çtalkre*, *organização para produção de vídeos populares no final dos anos 70, que foi grande, mas muito limitada a poucos militantes e financiados por ongs estrangeiras*, o desenvolvimento da microinformática e do software livre até os dias de hoje.

Segundo Ratho, atualmente a *forma de captura do trabalho voluntário e da ideologia (no caso, o discurso da colaboração e do acesso aberto)* assumiu proporções inimagináveis e passam por processos que não são tão óbvios para os ativistas.

Um exemplo interessante de captura se dá quando (...) uma pessoa envia para uma empresa a descrição ou a resolução de um problema referente a um dado produto (como por exemplo: um software); no caso, a empresa está sendo ajudada de forma gratuita. Podemos até nos arriscar e dizer que há uma nova forma de extração ou mesmo uma nova forma de mais-valia em tais processos. Além disso, tudo o que as

¹⁶¹O Saravá é parte de uma intersecção de vários grupos que discutem política e tecnologia de diferentes formas, sendo ele próprio um grupo de tecnopolítica por considerarmos que técnica, a cultura e a política não estão separadas, pois, por um lado, toda decisão técnica é política, e, por outro, é impossível pensar a política sem a técnica. Estudamos as implicações políticas da técnica, desenvolvemos sistemas e instrumentos a partir de outros valores políticos, além de dialogarmos politicamente dentro da lógica cíclica da teoria/prática. Apresentação grupo Saravá: <http://www.sarava.org/>. Acesso em: 14 abr. 2010.

¹⁶²radiolivre.org - portal gestado por programadores ligados as rádios livres brasileiras, com o objetivo de oferecer uma estrutura onde as rádios possam fazer suas parcerias.

¹⁶³Corpus crisis é um evento que aconteceu pela primeira vez em maio de 2005 com a vontade de reunir pessoas e grupos para conversar sobre as crises dos corpos: gênero, sexualidades, o lugar que os corpos ocupam no espaço, arte a partir do corpo, transgressões pelo corpo, violações do corpo, alterações de corpo e mente, conflitos entre o modelo repartido mente versus corpo. o norte de nossas ações é o espírito faça-você-mesma, de maneira liberta, espontânea e divertida. <http://confabulando.naxanta.org/index.php?n=Main.CorpusCrisis>. Acesso em: 14 abr. 2010.

¹⁶⁴CORO - Coletivos em Rede e Ocupações. Rede de coletivos iniciada em 2003 composta por 70 coletivos, 11 iniciativas independentes, 11 ações continuadas, 1 associação, 1 cooperativa, 4 outras redes e aliados artistas, historiadores, jornalistas, educadores, pesquisadores, psicólogos etc. com o objetivo de articular discussões on-line, encontros e atividades conjuntas entre seus membros.

peças fornecem a bancos de dados podem representar processos de captura¹⁶⁵. (RATTHO – CMI TECH)

No relato e nas conversas informais se destacam a avaliação, que se tem hoje, *é um processo que amplia a colaboração dentro das fabricas, que geram valor ao sistema. Se os consumidores são colaboradores isso faz parte de um processo (os funcionários são colaboradores)*.

Pablo Ortellado um dos co-fundadores do CMI Brasil, atualmente professor da Universidade de São Paulo, a licença GNU quando foi criada previa a apropriação do comércio, esse não era o caso do CMI, que usava uma licença, que impedia essa apropriação comercial, entretanto essa estratégia foi incorporada porque o CMI não conseguiu socializar a discussão das licenças que não eram comercializáveis.

Apesar da licença de impedir que o CMI fosse apropriado, essa apropriação não se dá quando (...) *a discussão deixou de ser o meio e passou a ser o fim*. Muitas das pessoas passaram acreditar que seus projetos poderiam ser ampliados de forma circunstancial¹⁶⁶ sem medir quais seriam as conseqüências.

Fabs relata que o projeto Estúdio Livre, um aglomerado de pessoas que estavam pensando igual na mesma época, depois do Fórum Social Mundial, tinha que fazer relatório e como o Estúdio Livre foi cooptado pelo IPI, fazendo que deixa-se o projeto. No entanto a ativista argumenta que independente de quem for (CMI, estúdio livre, Ministério da Cultura), quer trabalhar com pessoas e em comunidade. *Sobre a grana e uso de grana estatal, senão usarmos, outros usarão. O edital estava lá e alguém usaria (...)*.

Sobre a afirmação de Fabs em relação ao editais, outros relatos apontam que não se trata de uma questão de usar ou não dinheiro proveniente do governo e da iniciativa privada, se trata de conhecer a história dos movimentos sociais do passado, relacionando com o momento presente (Paíque), já que *o capitalismo hoje é muito diferente*

¹⁶⁵Relatos de Sábado. Manhã: <http://encontro.sarava.org/Principal/RelatosSabadoManha>. Acesso em: 23 abr. 2010.

¹⁶⁶Um exemplo foi da compra e liberação dos códigos do *Blender, Software comercial de animação, modelagem, e textualização em 3D*, que a comunidade de usuários comprou, em 2002, e abriu e liberou o código. Para Fabs, uma das ativistas no encontro, o nível que esse código atingiu hoje jamais teria atingido se ele não fosse liberado, pois foi uma construção coletiva. No entanto nessa questão comercial existem dois pesos: o interesse das empresas abrirem os códigos (depois de um determinado tempo) e fato do código aberto agregar mais programadores.

de 20 anos quando começou o movimento de software livre e que *sua capacidade de incluir as práticas contestatórias* neutralizando-as é um fator que se deve levar em conta (José).

Geraldo, militante da Consulta Popular, afirma que existe uma *coexistência paradoxal de elementos. Então, quais são os elementos emancipatórios, contra-hegemônicos e quais são os mecanismos de apropriação desses elementos?*

Dando como exemplo a experiência da democracia participativa o militante argumenta, que nos últimos 20 anos houve uma apropriação do conceito pelos governos e organismos de mercado, no caso o Banco Mundial. Entretanto não se pode descartar que durante essa apropriação houve mecanismos contra-hegemônicos, como a participação de minorias, que proporcionou, por exemplo, um agenciamento de pessoas dos movimentos GLBT, Movimento Negro¹⁶⁷

Para Cássio, programador de uma rádio livre, é importante perceber como o agenciamento acontece, no sentido de controlar como nossas idéias são apropriadas. *Nós também estamos sempre superando limites e sendo mais capitalistas que essas organizações, no momento em que criamos coisas que são cooptados e ajudam a expandir os limites dessas organizações. Cássio.*

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Rattho afirma:

(...) o que hoje é uma prática de contestação amanhã pode ser algo essencial e parte necessária para o capitalismo, formulo as seguintes perguntas: se hoje temos diversos movimentos e grupos contestatórios lutando contra o status quo, não poderíamos muito bem dizer que do modo como as coisas são apropriadas hoje tais grupos não cumprem o papel de inovadores para o capitalismo moderno? Levando isso em conta, a segunda pergunta é: será então que tudo é apropriável pelo capitalismo e nesse sentido nossa única possibilidade seria partir em busca do **INAPROPRIÁVEL?**¹⁶⁸

Sobre essa questão, Gavin reafirma a necessidade de mapear formas de poder, o novo capitalismo, formas de trabalho, para o ativista *é uma tarefa social e poética imaginar o inapropriável.*

¹⁶⁷Relatos de sábado a tarde. <http://encontro.sarava.org/Principal/RelatosSabadoTarde>. Acesso em: 23 abr. 2010.

¹⁶⁸Grifo do autor do relato.

Ao prestar serviço, ganhamos muito pouco. Ao produzir, se houver CONTROLE SOCIAL (da produção, da apropriação), temos outras oportunidades, mas a apropriação sempre vai acontecer. Em que condições aceitar um serviço? Eu vou conseguir alimentar a base que me formou nas condições que me estão sendo aproveitadas? Isso vai conseguir barrar o achatamento salarial da minha 'classe'? É importante valorizar o trabalho e deixar de fazer workshop safado. (GAVIN)

Para Paíque do CMI Distrito Federal a idéia de controle social tem haver com controle social da produção, mas como pode haver controle social de um bem imaterial? Argumentando, explica que o processo de cooptação é o processo do seu trabalho não ser mais decidido por quem produz, ou seja, *O problema não é a Folha usar uma matéria do CMI, mas o CMI começar a trabalhar para a Folha de São Paulo, ou seja, É tirar a pessoa do espaço de produção e do controle da produção dela (Paíque).*

Para Rattho, a grande contribuição do CMI foi a publicação aberta, algo que hoje está presente em qualquer sítio na internet, para ele O CMI errou ao não levar pra frente essa discussão de formas de organização social e tecnológica, já que o formato do sítio está inalterado ainda que considerado por muitos uma ferramenta muito boa. *Elisa, do CMI São Paulo e Coletivo Biroasca, complementa: Paramos no tempo, podíamos estar muito a frente da Wikipedia e Youtube, mas ficamos muito tempo na rua e pouco pensando na ferramenta.*

A questão econômica é retomada por Flávia, afirmando que o grande gargalo é a distribuição. No entanto, Criscabello, membro do Estúdio livre, após a fala da colega afirma: *Uma vez que você recebe um dinheiro e tem autonomia para decidir como usar, você não está sendo cooptado. Eu vejo muita gente recebendo grana do governo e tendo autonomia total.*

Rattho comenta a fala do membro do Estúdio Livre:

O capitalista não sabe se aquilo no que ele está investindo trará resultados imediatos, da mesma forma como nem sempre a pesquisa científica traz resultados imediatos ou esperados. Muito do que se descobre é inesperado. Ou seja, essa visão de autonomia é uma ilusão. O capitalista diz para você: "pegue esse dinheiro e faça o que quiser". Mas ele já sabe previamente que esse "o que você quiser", que sua vontade já está previamente

definida: porque você vai pesquisar no campo do áudio, do vídeo, programar, pesquisar movimentos sociais ou o que quer que seja. De tudo isso, certamente algo sempre pode ser aproveitado por quem financia. (RATTHO CMI TECH).

KK complementa:

(...) Se você responde a um edital, não pode ser ingênuo de pensar que aquilo vai acontecer fora de uma lógica de Estado. Será que não é importante os grupos já partirem do pressuposto que o Estado não é interessante? Que é necessário evitar o Estado? É importante pensar se ao fazer uma licença não estamos também levantando uma espada e reproduzindo a ação do estado? (KK)

Finalizando o debate, Diogo também aponta o descrédito, que deposita no uso de recursos vindo do Estado para fins contra hegemônicos:

O problema está na transformação das coisas em mercadoria, e esse é o caminho que leva o capitalismo a se refazer. É possível encontrar coisas revolucionárias no Software Livre, como a ajuda mútua sem motivos financeiros. É importante questionar a "mercadorização" das pessoas também.

O governo também está atrás de estatísticas, e nesse meio existe a perda de autonomia. No projeto Cultura Digital, do ano passado para este as pessoas têm corrido atrás de produzir e criar estatísticas para justificar o projeto.

Os Zapatistas fizeram acordo com o governo para receber material didático e na hora da entrega o governo veio com helicópteros para fazer a entrega desse material. No fim preferiram ficar sem o material didático do que deixar o governo mexicano passar por cima do território de helicóptero. (DIOGO).

No dia seguinte, domingo dia 25 de julho de 2007, o debate é retomado, mas antes há uma proposta de encaminhamento de se criar um documento, que expresse a reflexão coletiva produzida no encontro.

Uma nova introdução ao debate feita por Rattho e Pablo levantando o que havia sido discutido, a partir daí se lança uma pergunta para os participantes: *Será que os nossos grupos políticos, acabam*

trabalhando para o capitalismo, ao inovar e criar novas formas de trabalho?

Rattho retoma a palavra e faz um resumo de como os movimentos anticapitalistas e o barateamento das tecnologias possibilitaram que eventos como o de Seattle em 1999, tivessem visibilidade utilizando Software Livre, mais do que isso, a ampla troca de materiais digitais levou as corporações a terem grandes prejuízos. O ativista argumenta que depois disso algumas pessoas, talvez ingênuas, mas definitivamente liberais, começaram a enxergar que era possível utilizar essas possibilidades e esse movimento para criar um novo modelo de negócios cultural, satisfazendo as necessidades tanto das pessoas - produtoras - quanto da indústria¹⁶⁹.

O ativista narra como essa lógica de apropriação capitalista foi aplicada nos trabalhos sendo realizados pelos grupos políticos e culturais ligados ao governo:

Em 2003, inspirados por eventos de Mídia Tática na Holanda, resolveu-se fazer um evento no Brasil unindo diversos grupos de arte. Surge então Cláudio Prado que levou o Gilberto Gil no Mídia Tática Brasil, viu um monte de gente fazendo um monte de coisa, e começou um projeto político pensando em utilizar a cultura para atingir o crescimento. Criou uma equipe de 'articuladores' com jovens envolvidos em diversas articulações, com uma espécie de time improvisado, para levar diferentes projetos para frente. A impressão é de que o grupo de articuladores não era aproveitador, trabalharam por um ano sem receber nada enquanto CP fazia lobby com o governo e foi criado um edital que proveria dinheiro,

¹⁶⁹Para Rattho dessa perspectiva nasce a licença *creative commons*. (...) as mesmas indústrias que investem em Cultura Livre investem em anti-pirataria. A licença Creative Commons foi criada tendo em mente que a produção deveria ser conciliada com a produção de lucro, com a apropriação. Além disso, ela defende a propriedade. O discurso duplo faz uma ponte, um pacto social, que permite a captura do conteúdo produzido pelo grande capital. Outro exemplo é o do Youtube: informação publicada no Youtube é de propriedade do Youtube. Overmundo também é um site com objetivo de mapeamento cultural, cujo organizador Hermano Vianna tem parcerias com a Globo e com a Petrobrás. Ele pegou um software livre, pagou alguns programadores para alterar o Software Livre respeitando mais ou menos as licenças originais, e lançou esse site. Lá é possível tanto publicar mídias como reportagens, e o site paga 26 jornalistas, um em cada estado, para ajudar no mapeamento. Voltando ao Creative Commons, ao publicar seu conteúdo sob essa licença você legitima o processo de apropriação. Rattho CMI Tech

equipamento e conexão via internet para um projeto que deveria utilizar esses recursos em uma comunidade. Em troca a produção cultural seria publicada em alguns sites específicos. (RATTHO).

Durante esse debate há uma série de relatos sobre as experiências dos participantes relativos à sustentabilidade e autonomia dos coletivos que participavam. Entretanto, selecionamos o de Chico Carminati, participou tanto da Rádio Muda, quanto de um projeto mantido pelo governo.

Na Rádio Muda viajava muito, sempre dividindo custos. Não havia um objetivo certo, e esse caminho precário nos levou a participar de projetos de governo. Não existe inocência. Eu achava que ia fazer uma coisa interessante, assumi um cargo de coordenação.

A sensação de autonomia é fundamental para que as pessoas produzam mais. O jargão do projeto, a coisa de conseguir dinheiro antes de se ter um objetivo.

No projeto do governo pensávamos a princípio na autonomia, mas virei um burocrata fazendo coisas escrotas. Ia para o interior e encontrava umas tiazinhas que faziam artesanato recebendo aulas de empreendedorismo do SEBRAE. As pessoas não sabem como funciona a burocracia. Do outro lado tem uma sala cheia de papéis onde trabalham mulheres e os processos não andam. A gente começa a pensar pela racionalidade daquele sistema. Fazer oficinas sem dar satisfação a ninguém é totalmente diferente.

Resolver um problema na Rádio Muda é diferente de viver de projeto em projeto. Tem um circuito de ongs, governo interessados no nosso trabalho mas esse trabalho também pode ser alienado. Conservar o que já temos não é tão importante (ficar travados juntos). (CHICO CARMINATI – RÁDIO MUDA).

Sobre a questão, Pablo Ortellado afirma que o trabalho nessas instituições gera resultados e este é o problema. *Se você está numa ONG ou na Universidade seu trabalho gera mídia, gera repercussão, resultado.* Nesse sentido, o problema do financiamento, mesmo quando possui uma certa autonomia, é que ele sempre caminha para uma dependência. Mesmo com uma *idéia legal, e com toda estrutura, com*

um grupo montado quando você perde o financiamento, você vai atras de outro e quando vê já está dependente (Pablo Ortellado – Co-fundador do CMI).

Para Pablo, a não diferenciação entre o que é ativismo e o que é trabalho financiado pelo governo está fazendo que os ativistas ajudem a construir *ongs, universidades, o governo do PT*, dessa forma para retomar a autonomia dos movimentos que operam na internet é preciso separar as duas esferas.

No decorrer do debate, sobre a separação de trabalho e ativismo, há um consenso entre os/as ativistas que é necessário fazer tal distinção para manter a autonomia dos veículos de mídia radical e livre e coletivos autônomos, que tem ações na rede telemática, mesmo que tal separação possua especificidades e limitações.

Sobre as especificidades, Elisa, do CMI São Paulo, aponta:

Tem um porém nisso que é a maioria de nós é muito nova e o que aprendemos a fazer foi através do ativismo e nossos trabalhos partiram disso. Quando fazíamos um trampo por causa do CMI o dinheiro ia para o CMI.

No caso do Henrique, que o trabalho de fotógrafo é anterior ao CMI, não está claro como conciliar essas coisas. Ele não trabalha por causa do ativismo, mas veio para o CMI por causa do seu trabalho. No meu trabalho, com inclusão social e digital de mulheres, eu não falo da Biroscia. (ELISA CMI SÃO PAULO).

A dificuldade mais comum é apontada por Rattho:

Sobre essa separação que você tem que ter muito claro, mas eu ainda não acredito que seja possível separar minhas posições políticas que estão claras no meu ativismo, das minhas horas de trabalho, não dá para ser "duas pessoas", mas não podemos confundir nosso trabalho com o ativismo, não podemos utilizar a estrutura que construímos de forma ativista em nossos empregos. (RHATTO – CMI TECH)

Entretanto, como avalia Pablo:

Dilema, os benefícios não compensam, com os benefícios estamos perdendo gente. Os movimentos foram destruídos pelo aparato governamental, nos achávamos que estávamos fora disso, pois éramos radicais demais, mas o

aparato nos incorporou, para ser radical dentro dele.

Nós não podemos achar que nosso trabalho, que é melhor do que trabalhar para uma multinacional é ativismo.

Temos um papel mais amplo no movimento de Cultura Livre, movimento análogo (...) os grupos que começaram com isso, hoje são coordenamos por liberais, nós não gerimos esse trabalho. (PABLO EX-VOLUNTÁRIO DO CMI SÃO PAULO).

No fim do encontro, foi encaminhado, como havia sido sugerido pelos participantes, um documento onde se estabelece princípios éticos em aberto¹⁷⁰, que servem como sugestão de como lidar com as questões debatidas durante o encontro¹⁷¹.

Destacamos seis destes princípios:

Sobre a autonomia: grupos e mídias livres renunciam e se recusam a recorrer a qualquer entidade política que não a si próprias para constituir sua legalidade e sua normatividade, por acreditar que a sua única fonte legítima é sua emergência a partir dos laços de confiança e solidariedade entre participantes e de cada participante com os coletivos por eles constituídos.

Sobre a apropriação pública: As mídias e os grupos livres defendem e promovem a apropriação pública dos meios de produção (rejeita a sua apropriação privada) e, em específico dos meios de produção de bens simbólicos e culturais e aos produtos do trabalho intelectual e imaterial.

Sobre o acesso público: As mídias e os grupos livres criam plataformas de comunicação mediática e espaços simbólicos de acesso público em que se rejeita absolutamente a monopolização vertical da produção mediática; embora

¹⁷⁰“Em aberto” significa que os princípios são produto do debate naquele momento e que podem e devem ser discutidos pelos indivíduos e coletivos, não é um manual ou regras rígidas para classificar esse ou aquele como sujeito. Há uma nota explicativa que em nem todos os pontos houve consenso

¹⁷¹Conjunto de princípios éticos. Disponível em <http://encontro.sarava.org/Principal/ConjuntoDePrincipiosEticos>. Acesso em: 23 abr. 2010.

estabeleçam princípios éticos e políticos para o acesso aos suportes, não há controle sobre a produção de "conteúdo", permitindo que uma pluralidade de organizações possam se utilizar dos mesmos canais de comunicação.

Sobre auto-sustentabilidade: As mídias e grupos livres estimulam a geração de mecanismos de auto-sustentabilidade (ou "autodependência") local e comunitária. Exemplos: venda de camisetas, comidas, rifas, organização de festas, mostra de vídeos, etc. Tratam-se de atividades criadas e organizadas para estimular a vivência em coletivo e a escapar das práticas capitalistas. É recomendável que, dentro dos grupos e entre eles, exista uma socialização dos recursos e que os indivíduos também adotem essa prática, compartilhando recursos pessoais com o coletivo, para criar ambientes de solidariedade comunitária, onde ninguém seja excluído por falta de recursos.

Sobre a transformação da sociedade: As mídias e os grupos livres favorecem conteúdos informacionais sobre transformação social ou que retratem as realidades dos/as oprimidos/as ou as lutas dos novos movimentos.

Sobre a remuneração pelo trabalho: As mídias e os grupos livres funcionam exclusivamente a partir de trabalho voluntário. Conjunto De Princípios Éticos – Encontro Cultura Livre e Capitalismo, julho de 2007¹⁷².

O encontro Cultura livre nos oferece duas explicações em relação à incorporação de ativistas de mídia radical, mas principalmente de suas idéias e práticas, terem se incorporado pelos programas do governo, que, no mínimo, tende a tornar muitos dos ativistas em gestores do estado e suas idéias ineficazes para barrar o capitalismo informacional.

A primeira diz respeito à ingenuidade política, que muitos ativistas de mídia radical, tinham antes do programa cultura digital, algo que aparece em algumas falas como a de Pablo *nós nos achávamos que estávamos fora disso, pois éramos radicais demais, mas o aparato nos incorporou, para ser radical dentro dele*, mas também, no próprio convite do encontro, onde se afirma que se atingiu uma maturidade, onde se pode discernir em relação a sua autonomia política.

¹⁷²Idem.

A segunda se relaciona com a primeira e se traduz na afirmação de Paíque na entrevista *Agora a gente está virando um movimento de trabalhadores* e durante o encontro as (...) *categorias de trabalho, estruturação produtiva, flexibilização do trabalho, em que medida isso tem relação com a nossa forma de produção*, ou seja, estes jovens, após passar por um período transitório de moratória social, passam a ser eles os sujeitos submetidos a um mundo do trabalho, onde não é possível estabelecer uma trajetória (Sennet) e pior ele mantém, como nos lembra Chico, *uma sensação de autonomia (...) para que as pessoas produzam mais*.

Apesar desse processo impor um refluxo de participação, com base nas relações materiais e imateriais geradas pelas contradições do capitalismo e sua capacidade de absorção de práticas radicais, no CMI e nos coletivos autônomos, algo que é parte da sociabilidade política, também possibilita sua reconstrução.

Está-se falando da construção de esferas diálogo, como a do Encontro Mídia Livre e Capitalismo, onde se pode fazer uma autocrítica, avaliar os descaminhos e a cooptação de suas idéias e práticas, e da flexibilidade de não impor um único caminho, mas sugerir, princípios em aberto para se construir a autonomia política e procurar os meios de autosustentar os coletivos e veículos de mídia radical.

Após o Encontro Cultura Livre e Capitalismo há uma intensa discussão sobre a elaboração de princípios éticos e de relacionamento, disponíveis na página do encontro, onde uma série de comentários critica o tom restritivo da linguagem usada na carta, a discordância sobre o termo do acesso público e a profissionalização de pessoas para produzir conteúdos midiáticos.

6.11 Estamos com Problemas Técnicos

Em 21 de dezembro de 2009, um artigo escrito por colaboradores e ex-colaboradores da rede CMI Brasil, publicado no site do coletivo luso-brasileiro Passa Palavra¹⁷³, faz uma avaliação sobre os nove anos da rede, mas uma passagem em especial aponta como um dos problemas que a rede passou nos últimos anos que haviam sido já mencionados no Encontro Cultura Livre e Capitalismo.

¹⁷³COLABORADORES e ex-colaboradores do CMI-BR. **Especial: 9 anos de CMI-Brasil.** Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=16807>. Acesso em: 18 jan. 2010.

No artigo (...) Pablo comenta, que do ponto de vista tecnológico, é possível dizer que o CMI *foi ultrapassado pelas ferramentas comerciais, como twitter, youtube*. Essas ferramentas conseguiram radicalizar este processo de democratização da comunicação, embora, ressalta ele: *Radicalizaram, mas ao mesmo tempo trouxeram estas ferramentas de democratização para o controle dentro de uma plataforma empresarial*.

Sobre o projeto tecnológico do CMI Brasil, Sandino, que participou do CMI São Paulo entre 2001 e 2007, na entrevista para essa pesquisa, corrobora as afirmações do artigo, apontando outro aspecto:

Atualmente ele (o CMI) é um projeto tecnologicamente ultrapassado que perdeu sua autonomia de desenvolvimento tecnológico próprio. Explico: o CMI desenvolvia sua própria plataforma web (MIR, SF-Active etc). Hoje em dia estão discutindo adotar a plataforma Drupal, que é um software livre financiado pela Open Society de George Soros. Ou seja, os caras que atualmente tocam o CMI preferem jogar fora os sistemas que a rede Indymedia desenvolveu para adotar um sistema financiado por uma ONG do George Soros. Sandino.

Pablo ainda afirma na entrevista dada ao coletivo luso-brasileiro *a perda desta proximidade mais orgânica com os movimentos sociais Pablo atribui à própria “natureza da sua plataforma”, que, segundo ele, não é apropriada para movimentos que têm uma organização não horizontal*.

O ativista explica: *para publicar release que é feito pela direção dos movimentos você não precisa do CMI, basta um blog*. Portanto, não faz o menor sentido a publicação aberta para estes movimentos. *Eles publicam no site oficial estas notas e o CMI é simplesmente mais um meio de comunicação daquela nota que foi para a grande imprensa. Colaboradores e ex-colaboradores do CMI-BR.*¹⁷⁴

Em resposta aos comentários de Pablo no artigo, Toya, uma das co-fundadoras do CMI no Brasil e uma das programadoras mais atuantes do desenvolvimento tecnológico do CMI¹⁷⁵, explica, na seção

¹⁷⁴Idem.

¹⁷⁵Atualmente mora na Califórnia, mas mantém sua participação política no Brasil colaborando com o desenvolvimento técnico do novo site do CMI Brasil e em campanhas contra leis que tentam limitar o acesso e distribuição de conteúdo na internet e em campanhas contra o direito autoral, na Califórnia a ativista faz parte da Bay Area Latin America Solidarity

comentários do site, que 80% dos autores do artigo não participam e não acompanham a organização interna do CMI, faz alguns anos.

Sobre o projeto tecnológico do CMI Brasil, Toya afirma (...) *em relação à tecnologia utilizada pelo CMI faltou dizer que dentro da rede global existem diversos esforços para atualizar essa tecnologia. E muitos sites já foram atualizados.* Além disso, relata que no CMI Brasil existe um projeto de um site novo com funcionalidades novas, que será lançado em 2010. As dificuldades, para migrar o site para essa nova plataforma, se dão tanto porque o CMI possui milhares de artigos no seu banco de dados. (...) quanto pela falta de pessoas para realizar a o trabalho. A ativista explica que em 2006 a rede *indymedia* teve grandes perdas de recursos tecnológicos e humanos, algo que tomou muito tempo e esforço do coletivo técnico e que se não tivesse acontecido, esse tempo/esforço poderia ser dedicado a uma plataforma nova.

Sobre o comentário de Pablo, sobre a perda da proximidade com os movimentos sociais e sua relação com a natureza da própria plataforma, Toya responde existir hoje uma maior facilidade dos criar o seu próprio blog/site, mas isso não quer dizer que o site não tenha um número considerável de acessos, fruto desses 9 anos de trabalho do CMI. Segundo dados obtidos pelo *Alexa Internet Inc.*¹⁷⁶ e apresentado por Toya, o CMI está no ranking mundial dos 100.000 sites mais acessados e também pode ser considerado o site de esquerda mais acessado do Brasil. *Muitos movimentos e grupos publicam os seus artigos em seus sites mas também o publicam no CMI, já que o número de acesso no CMI será muito maior e desta forma o artigo do movimento/grupo será visto por um número maior de pessoas.*

A ativista complementa a resposta de Pablo, afirmando que o CMI nunca perdeu a proximidade com os movimentos sociais, pelo contrário, muitos voluntários que começaram no CMI hoje em dia estão nesses movimentos sociais e continuam publicando informações no site. Além disso, muitos movimentos sociais enviam suas pautas para o CMI, o que sugere um reconhecimento desses em relação ao trabalho feito pelo CMI. O contato segue sim, basta ver as notícias publicadas na

Coalition - <http://balasc.org>, uma coalizão de organizações em defesa dos povos latinos americanos e caribenhos, e do Projeto de Colocation Comunitário de São Francisco - <http://sfccp.net> - uma organização que oferece um espaço seguro na internet para servidores de outras organizações e redes ativistas.

¹⁷⁶ Serviço de Internet pertencente que mede quantos usuários de Internet visitam um site da web. Os dados sobre o CMI estão disponíveis em <http://www.alexa.com/siteinfo/midiaindependente.org>. Acesso em: 14 abr. 2009.

coluna do meio do CMI, existem notícias de diversos movimentos sociais, conforme Toya.

No debate gerado na publicação do artigo pelo coletivo Passa Palavra, Pablo e Toya, co-fundadores do CMI Brasil, apontam que o CMI passa por uma fase de mudança, mas a discussão, a questão sobre plataforma tecnológica do CMI e a proximidade da rede com os movimentos é motivo de dissenso.

Pablo salienta que cada vez mais ativistas têm usado as ferramentas corporativas como youtube, o Orkut e o twitter para difundir as informações sobre suas ações, o que leva inevitavelmente apropriação capitalista dos bens culturais produzidos pelos movimentos, tal afirmação está correta.

Apesar de haver iniciativas no Brasil, como do Portal TV¹⁷⁷ Livre, que usa software e licenças livres para exibição e distribuição de vídeos na internet, ferramentas como estas são pouco conhecidas pelos movimentos sociais e coletivos autônomos, até mesmo por muitos coletivos locais do CMI.

Entretanto, dados relativos à página do CMI, fornecidos por Toya, do CMI Tech, que nos permite visualizar melhor o uso da página como ferramenta para os movimentos sociais.

Tabela 2 - Conteúdo total de artigos publicados no CMI Brasil de 2001 a 2009, Publicação aberta (P.A), Editoriais (Ed), artigos enviados para lixo aberto (L.A) e artigos enviados para o lixo fechado (L.F).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
P.A	7793	12598	11827	14520	12225	13317	13871	12221	103196
Ed.	226	445	272	408	601	419	264	205	2292
L.A	243	2172	6638	9110	2437	6521	6521	3170	3740

Fonte: <http://linefeed.org/~toya/cmi/cmi-artigos-estatisticas.htm>. Acesso em 14 mar. 2010.

A tabela 2 mostra que o maior número de artigos publicados, na coluna de publicação aberta, no site de CMI Brasil, foi no ano de 2005

¹⁷⁷www.tvlivre.org. Acesso em: 13 abr. 2009.

com 14520 artigos publicados, nos anos posteriores, de 2006 a 2009, houve oscilações, que em média a uma diminuição de mais de 10% no número de publicações.

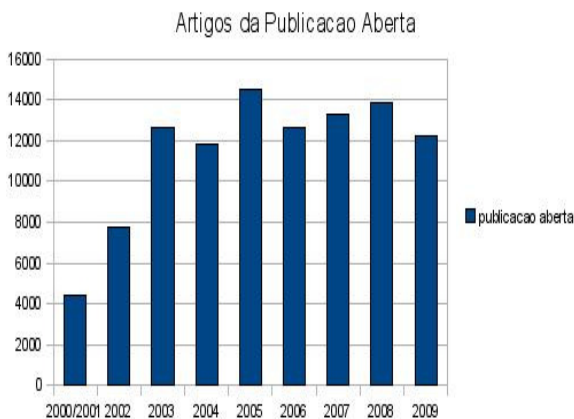


Figura 7 - Artigos da Publicidade Aberta

Fonte: <http://linefeed.org/~toya/cmi/cmi-artigos-estatisticas.htm>. Acesso em: 14 mar. 2010.

Na mesma tabela podemos visualizar Na mesma tabela podemos visualizar que o número de artigos, publicados na coluna central do site, tem caído de 2006 a 2009, de 601 editoriais em 2006, para 419 no ano de 2007, 269 no ano de 2008 e 201 artigos publicados na coluna central no ano de 2009. Dado que deve ser considerado em relação não só a diminuição de coletivos locais, mas também, em relação às atividades fora da internet, realizadas pelos coletivos ativos e artigos publicados na coluna de publicação aberta e que foram coluna central. O número total de artigos e as oscilações publicações na coluna de publicação aberta na página do CMI podem ser visualizados na figura 7 com base nos dados da tabela 2.

Apesar da coluna de publicação aberta não ter oscilado muito de 2003 a 2009, deve se levar em consideração, que a diminuição de coletivos locais ativos colabora, e muito, para diminuição do uso da coluna por movimentos sociais e coletivos em luta, afinal a publicização da ferramenta, em muitos casos, nos trabalhos de cobertura e oficinas desenvolvidas presencialmente no cotidiano da cidade.

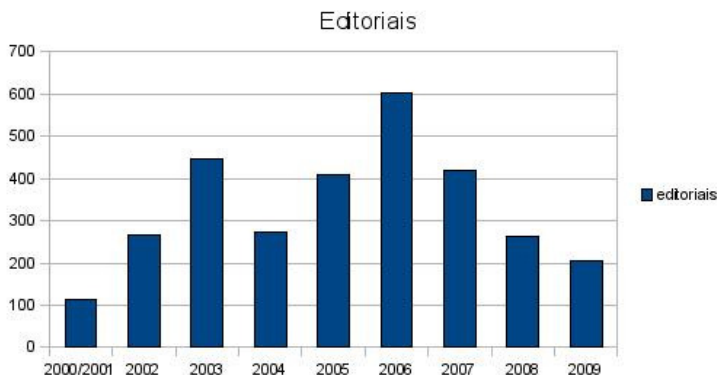


Figura 8 - Editoriais

Fonte: <http://linefeed.org/~toya/cmi/cmi-artigos-estatisticas.htm>. Acesso em: 14 mar. 2010.

Isso significa dizer, relacionando com a história da rede CMI nos últimos anos, que um número menor de coletivos ativos acabará desenvolvendo dentro de suas possibilidades e limites, trabalhos mais focados em outras atividades, que não as coberturas e produção de conteúdo, dado que pode ser visualizado no gráfico abaixo que aponta a diminuição do número de artigos na coluna central:

Com base nos dados, podemos apontar que o maior refluxo atinge a coluna central do site, mas o número de usuários que fazem uso CMI para publicar suas lutas está estável, dado que aponta que a página do CMI Brasil tem sido usada pelos movimentos e demais usuários para publicar conteúdos, mas também reafirmam a consideração de Pablo, já que o número de publicações não acompanham o crescimento de ações coletivas que se desdobraram nos últimos dois anos.

Seria impreciso, por meio dos gráficos e tabelas, estabelecer conclusões sobre o uso da página do CMI, até mesmo algo pouco frutífero para pesquisa, tendo em vista que nosso interesse não se debruça apenas na eficácia da ferramenta virtual, mas em todas as atividades dos coletivos locais e sentido, que esses jovens dão a sua participação política.

Ainda sobre os recursos técnicos, onde a citação de Sandino questiona o coletivo técnico afirmando que deixou de usar um sistema de gerenciador de conteúdo desenvolvido pela rede CMI, para usar um gerenciador de conteúdo financiado pela Open Society de George Soros, é preciso fazer um esclarecimento.

Segundo dados coletados na lista do coletivo técnico¹⁷⁸ do CMI, o gerenciador de conteúdos que era usado antes, durante os primeiros anos da rede, o MIR parou de ser desenvolvido pela comunidade de software livre entre 2005 e 2006, a escolha de se usar parcialmente outro gerenciador de conteúdo, no caso, o DRUPAL foi decidido com base no fato de que a maioria dos programadores conheciam o gerenciador de conteúdo (DRUPAL) e uma maior familiaridade com a linguagem usada (php) do que a que era usada no MIR (Java).

Segundo a mesma fonte, apesar da familiaridade de muitos programadores e programadoras, está sendo preciso um esforço bastante grande do coletivo técnico para estudar o gerenciador, desenvolver o site novo¹⁷⁹ e migrar o conteúdo.

Embora os problemas relacionados às tecnologias digitais de produção e distribuição da mídia serem importantes, outro aspecto do ativismo desenvolvido pelos membros do CMI precisa ser analisado, estamos falando das dificuldades de se trabalhar em rede usando a horizontalidade e decisão por consenso.

São nesses espaços, onde há um tencionamento constante para que os coletivos locais não se fechem em grupos de afinidade e que relações pessoais não se coloquem com um obstáculo para essa forma de organização, algo que ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa nos pareceu muito importante para entender a participação política dos sujeitos pesquisados.

6.12 Consensos e Dissensos no CMI no Brasil

Durante as entrevistas alguns apontamentos sobre as dificuldades de se trabalhar em rede e de se chegar ao consenso foram destacadas pelos voluntários do CMI Brasil.

A primeira e que aparece com mais frequência é a demora em se chegar a um consenso no âmbito nacional. O problema não é visto como falta de iniciativa de se discutir a proposta, mas produto das dinâmicas dos coletivos locais e das barreiras geográficas para se fazer reuniões presenciais, *moramos em um país continental*, explica Pedro do CMI Tefé no Amazonas, a realização dos encontros (...) são *privilegiadas as regiões metropolitanas, onde há maior número de militantes. Dificultando assim a presença de coletivos das regiões mais distantes.*

¹⁷⁸Lista do coletivo tech do CMI. <http://lists.indymedia.org/pipermail/cmi-brasil-tech/>. Acesso em: 14 abr. 2010.

¹⁷⁹Não lançado ainda. Abril de 2010.

Horta, voluntário do CMI Curitiba, aponta que deveriam ser freqüentes, por serem (...) *uma das mais eficazes de reforçar a troca de experiências entre os coletivos e potencializar a rede*. O voluntário lembra, durante a entrevista, que uma das mais ricas experiências do CMI local com outros coletivos da rede, foi quando, voluntários de outros coletivos locais estiveram na cidade para cobrir a Convenção da Biodiversidade e o III Encontro de Partes do Protocolo de Cartagena.

Quanto as dinâmicas dos coletivos, um outro problema freqüente, é conseguir marcar reuniões com uma periodicidade constante e tempo suficiente para discutir toda a pauta local e nacional, em tempo hábil para responder a rede.

Entretanto, Foz do CMI São Paulo destaca que *às vezes os meios como o e-mail geram ruídos que fazem as discussões perderem o foco. E também as relações pessoais que, muitas vezes, interferem nas decisões*.

O problema é apontado pelo ex-voluntário do CMI Florianópolis Camarada D, ao relatar o processo de decisão sobre a proposta do coletivo de se criar um site próprio. Em resumo, o ex-voluntário afirma que a proposta era simples, a criação de um site específico do CMI local submetido a política e a lista editorial da rede; as matérias produzidas pelo CMI Florianópolis alimentariam tanto o site local e nacional, não perdendo visibilidade, dada a dinâmica de publicações na página do CMI como ela é até hoje, onde a cada nova publicação na coluna central, a anterior vai descendo até que saia da página principal. Mas a idéia foi bloqueada pela rede por causa da proximidade entre voluntários do CMI São Paulo, que na época moravam juntos e tinham desavenças pessoais com ele e que avaliavam que CMI Florianópolis era controlado por uma única pessoa.

Sobre as relações entre os voluntários, onde a fala de Paíque do CMI Distrito Federal avalia que não há nenhuma grande questão que divida as pessoas no CMI como nos anos anteriores. *Se houvesse, eu acho que pela estrutura que gente tem hoje a gente não sobrevive a uma discussão mais densa, apesar da decisão por consenso estar institucionalizada na rede.*

Para Paíque, as vantagens da forma de decisão por consenso é *que a idéia do consenso leva todo mundo a elaborar muitas propostas, isso enriquece muito o debate, no entanto, essa forma de decidir é muito mais cansativa e expõem muito mais pessoalmente os participantes.*

A possibilidade dessa vinculação da briga pessoal é latente, a gente já teve muito problemas com isso (...) por personalidades mesmo, às vezes por pessoas que (pausa) vem por discussões pontuais

por questões de princípios, não abrem mão etc. O problema do consenso é que ele tem que ter uma maneira boa de construir para não gerar muito mais mágoas. Paíque CMI Brasília.

Ao responder a pergunta “*Você acha que tem hierarquia na rede?*” o entrevistado oferece mais detalhes:

Os problemas que a gente têm (...) o primeiro (...) como a gente não tem uma cultura de organizações democráticas na sociedade o que te faz sair do 0 ao 100% , o mesmo tempo são suas capacidades e o movimento levar muito por suas vaidades. Então em uma organização tradicional hierárquica sua vaidade pode chegar a 100%, nessa organização sempre vai lidar com a vaidade e humildade.

Outro problema apontado por Paíque é que as pessoas que tem muitas capacidades e são vistas como pessoas que querem concentrar (Poder). E muitas vezes as pessoas têm grandes capacidades e tem grandes vaidades (...). E quando esse tipo de problema aparece, o coletivo ao invés de buscar que o voluntário vaidoso tenha mais humildade, procura meios para que ele deixe o coletivo.

Para Paíque, essa característica na forma de lidar com o problema, que os chama de vício dos nossos movimentos:

(...) é uma corrida para fundo do poço. (...) Bakunin já dizia o socialismo é uma sociedade que resolve seus problemas. E se a gente tem problemas tem que saber resolver (...) para gerar unidade. (...) desmerecer a pessoa porque ela não mais pura (...) é uma corrida para o fundo do poço. Paíque

CMI Brasília.

Sandino, 30 anos, que saiu do CMI São Paulo, em 2007, é bem mais pessimista e aponta maturidade política de muitos voluntários como um problema, afirmando que após a rede crescer (...) *muita gente que não tem maturidade pra atuar em rede sem confundir aquilo com uma rede de amigos*. Para Sandino o texto “A Tirania das Organizações sem Estrutura”, de Jô Freman, retrata muito bem o que “*detonou*” o CMI enquanto rede nacional e coletivos locais.

Nas passagens acima destacam quatro pontos que se relacionam: o primeiro uma dimensão espacial e de contexto diferenciada de realidades locais; o segundo um processo onde se possibilita a elaboração de várias respostas a um problema, mas que expõem a subjetividade dos sujeitos à depreciação; o terceiro ponto o

comportamento desses sujeitos quanto aos conflitos internos instalados; o quarto a maturidade política e a tendência, que na hora dos conflitos as pessoas se fecham em grupos de afinidade.

Apesar de visualizar os quatro pontos como inter-relacionados, podemos dizer os três últimos tem uma característica em comum: eles se remetem ao desafio de superar o personalismo no interior de organizações, que buscam desenvolver uma nova forma de participação e sociabilidade política, para que a política ganhe uma dimensão supra-individual.

O CMI Brasil tanto no âmbito da rede quanto dos coletivos locais, segundo nossa interpretação, ao procurar fugir das práticas presentes na *realpolitick*, em casos específicos, onde há um maior tencionamento entre seus membros, acabam caindo em outra armadilha, que impede a construção de solidariedades necessárias para reconhecimento do outro e a construção de uma sociabilidade política, onde os interesses, subjetividades e desejos tomem uma dimensão supra-individual.

No cotidiano esses conflitos são potencializados pelo purismo político-ideológico engendrado pela imaturidade política de voluntários, que vêm na dedicação de um voluntário/a uma tentativa dessa pessoa se tornar uma liderança cristalizada e por meio de ruídos nas listas de e-mail, que fazem as discussões perderem o foco, como destacou Foz do CMI São Paulo.

A impessoalidade da comunicação midiaticizada e o transporte de questões pessoais para dentro da esfera de decisão da rede, práticas que mesmo não intencionais desgastam a relação entre as pessoas e coloca a subjetividade dos indivíduos em um processo de depreciação, fazendo da política uma relação de troca onde a possível formação e proteção da comunidade se perde em meio a disputas, onde resolução a conflito gera grupos de afinidade que fragmentam a rede.

Nesse sentido, o maior desafio, da rede CMI Brasil em relação a sua organização, é usar suas alavancas, ou seja, seus conceitos políticos construídos ao longo dos seus nove anos para solucionar conflitos entre seus membros. Procurando, não apenas abolir os vícios do movimento, mas também, retomando a característica educativa de estimular a capacidade de discernimento dos seus voluntários, contidas, na proposta nos princípios de horizontalidade e decisão por consenso.

Para isso é necessário também ligar tais práticas ao fomento de uma política de autossustentabilidade eficiente para manter sua autonomia perante o Estado e mercado, não onerando tanto seus voluntários ativos, como também, aqueles, que o processo de perda da

moratória social afastou-os do coletivo para dedicar-se ao trabalho, a militância em outras organizações, potencializando atividades de longa duração e outras atividades, que dependem de mais recursos financeiros.

O processo pelo qual o CMI Brasil passa atualmente não nos dá condições de avaliar qual será o resultado, porque as mudanças que estão ocorrendo de forma gradual e proporcional, dependem da disponibilidade de recursos humanos e técnicos, nesse momento de latência e desarticulação de muitos coletivos locais.

As discussões da rede, atuação de coletivos do CMI junto aos movimentos sociais, a criação de novas redes como a Flor da Palavra e outras atividades demonstram que os voluntários estão cientes desses dilemas e a necessidade de respondê-lo cabe a todos e todas envolvidas, estejam eles/elas desenvolvendo atividades junto às comunidades ou desenvolvendo atividades de implementação do site novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, expôs-se que a rede Indymedia nasce do seio da comunidade ativista anticapitalista, produto da troca entre comunidades autônomas e experiências de mídia radical. No Brasil a rede CMI inicia suas atividades em 2000 e sua expansão, em primeiro momento, corresponde à visibilidade das manifestações do movimento de resistência global ao capitalismo.

Ao mesmo tempo em que a rede se expandiu, o CMI Brasil, segundo os momentos de visibilidade e latência das ações coletivas (MELUCCI, 1999), das campanhas contra ALCA e as ações diretas contra o neoliberalismo, por meio da circulação de materiais audiovisuais e de voluntários, dos encontros e atividades de cobertura junto aos movimentos sociais, realizadas pelos coletivos locais do CMI Brasil, disseminou as concepções do movimento anticapitalista e tecnologia livre.

Num segundo momento, com perda da visibilidade das ações coletivas do movimento resistência global, conseqüência direta do aparato de repressão, nos países ricos pós 11 de setembro, da necessidade de mobilização contra as guerras imperiais e a continuidade de conflitos gerados por elites conservadoras na América Latina, são as ações coletivas pela reconquista da cidade (moradia, terra, transporte coletivo etc.), que passam agenciar novos voluntários dar visibilidade e orientar as atividades dos coletivos do CMI Brasil.

As mudanças no CMI ocorrem tanto como produto dos laços de solidariedade, que construíram com outros sujeitos coletivos ao longo dos primeiros anos de existência, como por causa dos conflitos localmente situados, espaços onde os adversários podiam ser identificados facilmente e as conquistas, ainda que momentâneas, surtiam efeitos imediatos.

Ainda, essas mudanças no CMI Brasil acompanharam o ciclo de lutas (SEONE, 2006), mas com especificidades próprias de uma rede de coletivos que usa as novas tecnologias de comunicação e informação com parte de seu ativismo e organização e, que possui uma composição juvenil orientada por concepções de um imaginário político heterodoxo de esquerda radical.

Muitos dos jovens voluntários do CMI se interessaram por política por meio da contracultura e ao longo de sua trajetória foram constituindo suas concepções pela troca de experiências com militantes

de movimentos sociais e comunitários, durante as atividades desenvolvidas por seus coletivos e outros grupos que eram membros.

Apesar de muitas vezes não estar explícito visualmente, a contracultura é parte da constituição desses voluntários como sujeito político e constituinte de sua forma de participação, moldando o corpo e seu imaginário, seu adepto, mesmo sem perceber, carrega essas marcas por toda sua vida, desta forma seus gostos não é algo restrito ao consumo.

A politização do cotidiano por meio da política configurativa nos momentos de contato com outros setores movimentalistas, ainda que possam causar um estranhamento, despertam a necessidade de diálogo, criando espaços onde os esteriótipos construídos pela manipulação da mídia convencional podem ser quebrados. Essa relação não é unilateral, os traços ostracistas da contracultura pelo consumo da rebeldia são questionados e obrigados a ser reavaliados por seus adeptos.

Nesse sentido, pode-se dizer, ao mesmo tempo, que as suas atividades ao longo de sua trajetória garantiu a troca de significados, o reconhecimento e solidariedades com os movimentos sociais não se perdendo em meio ao vanguardismos e o isolamento comuns ao veículos de mídia radical (DOWNING, 2003), possibilitando o amadurecimento político de voluntários no CMI.

Ao relacionar-se o sentido, que os voluntários dão a política feita pelo Estado e instituições com os espaços que participam, podemos visualizar que apesar de definirem que o papel dessas instituições é a manutenção do poder, que priva os indivíduos da sua autodeterminação, percebem o Estado como um espaço onde ainda se pode fazer pressão para se obter conquistas objetivas, que possibilitem uma vida mais digna as pessoas.

Entretanto, como nos lembra Paíque, voluntário do CMI-DF *não se pode tomar a casa grande com as armas do senhor*. Para os voluntários do CMI, a política baseada no valor de uso é aquela realizada pelas pessoas a fim de construir outras relações de sociabilidade nas organizações políticas e decidirem por elas os rumos da comunidade.

O sentido que dão a democratização da mídia aponta que seus objetivos é reforçar as iniciativas de cunho popular onde os sujeitos se empoderam dos meios de produção e distribuição da informação. Nesse caso os coletivos locais e suas atividades servem como espaços de socialização política onde a produção da informação é problematizada segundo a idéia de democracia direta. A produção da informação não deve estar restrita aos interesses de quem se beneficia diretamente com o

monopólio dos meios de comunicação de massa, aos critérios dos especialistas e nem do próprio CMI, como se fosse um porta-voz dos movimentos sociais.

Apesar de não abrirem mão de serem produtores da informação, até mesmo porque os voluntários são ativistas em outras organizações e movimentos sociais, a relação que estabelecem com o que estão fazendo ao difundir a idéia de quebra do paradigma produtor especialista, vai além do ativismo midiático, afinal qualquer pessoa hoje conectada à internet pode criar seu web site e blog, se direcionando para construção de redes sociais do ativismo na mídia radical com os movimentos populares.

O papel dos voluntários é influenciar, respeitando a pluralidade das formas que as pessoas se organizam nos movimentos populares, segundo suas concepções de democracia e acesso a informação.

Quando se afirma que o sentido, que os voluntários, dão a sua atuação junto aos movimentos sociais e comunidades é de influenciar nos deparamos com uma outra característica, a idéia, que apesar do ser importante, o CMI não é imprescindível, ou seja, para os voluntários não se trata de estar em uma organização que abrigue suas concepções, mas de estar em uma organização que aponte para sua dissolução quando se atinja ou se perca seus objetivos concretos.

Diferente de concepções onde seu partido é supervalorizado, os jovens contestadores independentes não desejam para si o destino de organizações que ao longo do tempo perderam seus objetivos tornando-se gestores do capitalismo.

A crítica aos sindicatos e partidos de esquerda feita pelos voluntários tem uma dupla face, ao mesmo tempo, pois afirmam que essas organizações se tornaram mecanismos de centralização do poder, se renderam ao pragmatismo da realpolitik obstruindo os processos de auto-organização das lutas sociais tornando-se gestores da manutenção da opressão e exploração dos trabalhadores.

Evidentemente que essas críticas ,não novas, são produto das lutas históricas do movimentos de trabalhadores anarquistas e marxistas autonomistas, que ganham espaço entre a juventude ativista de esquerda na última década, o que há de novo é a conjuntura histórica que estes jovens vivenciam.

Além disso, o ciclo de revoltas provocar mudanças nos movimentos de base territorial, que apontam para auto-organização da vida comunitária tanto no meio urbano quanto rural, as dificuldades de se ter bases materiais para se ter autonomia do Estado são enormes.

O mesmo acontece nos movimentos autonomistas e de mídia radical, composta por jovens ainda em uma fase sem bases materiais e nem movimentos autonomistas e anarquistas organizados no movimento dos trabalhadores. Assim como, os movimentos populares tem utilizado os mandatos dos partidos de esquerda para exigir do Estado políticas públicas, muitas das atividades desenvolvidas pelos coletivos de mídia radical tem sido financiadas com doação de organizações sindicais.

No entanto, isso não significa dizer que haja uma dependência nos coletivos de mídia radical em relação às atividades ou a perda da autonomia política, em dar ênfase às lutas anticapitalistas, mas que esbarram na contradição de terem que contar com o apoio de organizações, vistas pelos próprios jovens contestadores como parte do sistema.

As características, que permitem fazer a diferenciação entre dois momentos no CMI, não são baseadas apenas em quais ações coletivas os voluntários estavam participando, mas na observação que estes jovens vivenciando uma transição no movimento juvenil autonomista no Brasil.

Entretanto, essa transição no movimento juvenil autonomista não ocorre sem conflitos e dissensos, pelo contrário, apesar de tecerem críticas muito duras à formação de hierarquias informais nos movimentos, como descritas por Freeman (1970), e perceber que a competição e o individualismo são elementos regressivos do capitalismo, presentes mesmo nas organizações de esquerda, estes jovens ativistas acabam por reproduzi-las em suas organizações, em certos momentos.

No CMI, apesar da decisão por consenso estar institucionalizada nos coletivos, a grande dificuldade é lidar com as vaidades, que obstruem os processos dessa forma de tomar decisões. Ao invés de se buscar meios para que esse voluntário ou voluntária fosse mais humilde e receptivo às críticas, o que se fez foi, solucionar o problema afastando o voluntário ou voluntária apontado como autoritário ou centralista.

A imaturidade política e a falta de uma cultura democrática nas organizações de esquerda, no Brasil, são apontados para uma dissolução de coletivos, por falta de participação e o afastamento de voluntários, mas a *corrida para o fundo do poço* (Paíque) só não foi pior pela capacidade de autocrítica e de diálogo, marcas do ativismo dos jovens contestadores independentes.

Embora os dissensos e conflitos internos tenham sido componentes dos processos descritos como problemas para rede CMI, o pragmatismo da *realpolitick*, a necessidade das empresas em adequar-se ao capitalismo informacional e a transitoriedade inerente condição

juvenil, também fez parte dos desafios desses jovens submetidos, assim como os demais jovens, aos apelos por conformidade.

O CMI Brasil, como produto das lutas sociais e do desenvolvimento tecnológico, historicamente e espacialmente situado, vai ter como característica marcante a composição juvenil, de uma forma entre tantas outras formas de ser jovem, que encontramos.

No entanto, se por um lado, estes jovens, por meio de suas ações coletivas, trouxeram, para o seio do debate da esquerda brasileira, os princípios políticos de autogestão e horizontalidade das redes de resistência comunal e a política do cotidiano da contracultura, por outro lado, foi a composição juvenil, um dos fatores que impuseram possibilidades e limites ao desenvolvimento e ampliação destes princípios políticos e formas de participação política, que orientam-se para retomada do valor de uso da política.

Sobre as possibilidades, destaca-se que a capilaridade dos jovens brasileiros do CMI com as tecnologias de comunicação e informação e a moratória social, que gozavam, permitiram a construção de redes sociais e as ferramentas midiáticas, pelas quais se pode construir um sentido de pertencimento a uma luta global dos povos do sul e do norte em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, mesmo nos momentos onde se lutava por questões pontuais, como a redução da tarifas de ônibus.

A mudança na política de democratização da mídia do governo Lula, após o ano de 2005, provocou mudanças, também, nos veículos de mídia radical, no Brasil. Apesar da maioria das rádios livres e do CMI ter mantido sua política de autonomia em relação ao Estado e Mercado, a ida de muitos artistas e ativistas do meio juvenil autônomo para as Ongs e programas do governo acaba por impor um processo regressivo, onde muita das pautas, conceitos e o trabalho da mídia radical pós-Seattle são incorporadas, perdendo seu sentido emancipador e de contestação ao estabelecido.

No CMI a defesa do acesso livre, à informação e ao conhecimento, e a crítica ácida ao aparato jurídico do direito autorial, se dá por práticas objetivas de produção de conteúdo por *copyleft* e da capacitação dos voluntários e ativistas em oficinas, que incentivam a utilização de ferramentas de software livre.

Ao ligar a ação prática aos pressupostos políticos ideológicos do software livre, se tem como objetivo difundir a crítica aos meios de apropriação do trabalho imaterial pela indústria cultural e do desenvolvimento da tecnologia apenas para se obter benefícios individuais.

Entretanto, o maior obstáculo, além dos limites colocados pela falta de recursos que possibilitasse o desenvolvimento de projetos a longo prazo, se deu por não conseguir divulgar amplamente o *copyleft*, frente a grande visibilidade concedida pelas empresas e pelo Estado para as licenças de direito autoral alternativas, que permitem fins comerciais.

A democratização da informação, orientada pelos programas de governo, também obscureceu as ações ou omissão do governo, que mantém os privilégios dos proprietários das grandes empresas de comunicação e aos ataques do governo e classe política contra às rádios comunitárias, mas não só isso, ela torna-se a grande agência de emprego para jovens, que desenvolvem ações de democratização da informação no mundo digital.

A consequência mais séria, que esse processo implica, são suas desconexões. A primeira, a desconexão de visão geral das ações e ações do governo, ou seja, entre ação do Ministério da Cultura e as políticas de governo nas esferas da economia, ambiental, educação, comunicação, das questões dos conflitos agrários e de desenvolvimento.

A visão limitada sobre o Estado colabora para que as elites empresariais e oligárquicas mantenham seu poder em instituições públicas e privadas, sujeitos que dividem com o governo a responsabilidade pela criminalização das comunidades de baixa renda e movimentos sociais, a falta ou engavetamento de políticas públicas universalizantes e que tais políticas não contem com o apoio da população.

A segunda desconexão, colocada pela *realpolitck* corresponde à relação, mundo do trabalho de jovens universitários e recém formados, a política do governo social liberal do PT possui uma ambigüidade, que aproveita uma característica dos jovens em relação ao mundo do trabalho, em poucas palavras, *fazer o que gosta e receber por isso*.

Ao fazer o que gosta, o jovem vai se tornando gestor das políticas do governo, ao mesmo tempo, vai reificando as bases da exploração do seu trabalho, pois a sensação de autonomia aparente não passa de um círculo vicioso de dependência, descrito por Pablo Ortellado.

Bookchin (2005), no primeiro capítulo, afirma que a autogestão sempre esteve ligada a questão do desenvolvimento técnico, sendo, que a tecnologia traz consigo um critério de seleção das técnicas, atualmente existentes, alertando para a incorporação das técnicas alternativas pela tecnocracia e pelo mercado.

Sobre essa questão, podemos dizer, muito do trabalho desenvolvido por ativistas de mídia radical e dos instrumentos reprodutibilidade técnica (Benjamin,1985) foram absorvidos pela

indústria cultural. Como um burguês em frente a uma obra de arte, o ativista produz ferramentas tecnológicas e licenças de direito autoral, pensadas como as mais livres, mas restritas a poucos e financiadas pelo Estado, o que lhe retira sobre o produto do seu trabalho sem uma reflexão de como o valor de troca da política tradicional estava embutido.

As limitações da radicalidade política dentro da máquina estatal têm como componente o esvaziamento do sentido dos conceitos políticos, produzidos pelas correntes anticapitalistas de resistência ao capitalismo, os exemplos mais visivelmente perceptíveis são os das categorias coletivo, cultura livre e ativismo.

A categoria coletivo, para designar grupos de afinidade, livre associação de ativistas e convergências de indivíduos, para atingir um objetivo específico anticapitalista e antiestatal, herdado do anarquismo, passa também a ser usado por artistas e militantes partidários, que na maior parte das vezes são pessoas jurídicas e grupos, que se formaram apenas para concorrer aos editais e prêmios do governo.

Paradoxalmente, o ativismo como definição de uma participação política diferenciada das práticas da esquerda tradicional, é generalizado como definição de todas as vertentes de produção midiática alternativa, mesmo aquelas que são organizadas e produzidas por profissionais, reproduzindo o paradigma da mídia convencional, mas que disponibilizam os serviços de forma gratuita para o usuário.

A confusão entre coletivos institucionalizados e não institucionalizados anticapitalistas se estende sobre outra categoria - a cultura livre. Se no movimento anticapitalista, a cultura livre, designava a produção tanto de coletivos de mídia tática e de contra-informação, orientados por teses anticapitalista de apropriação dos bens culturais e dos meios de produção e distribuição da informação em prol de uma democratização ampla e transformadora.

Nos coletivos institucionalizados o sentido que é dado à categoria cultura livre, na parte das vezes, serve para a produção de uma mídia alternativa, desconectada dos movimentos sociais mais amplos e financiada pelo governo, não convencionais em forma, mas facilmente absorvidas pelas multinacionais e empresas, que dominam o setor de comunicação de massa e nichos específicos de mercado.

Entretanto, o que destacamos não é se esses grupos, institucionalizados, têm conseguido ampliar a distribuição de bens culturais na internet mais do que as corporações, mas como seu discurso pragmático, sobre a questão do financiamento dos projetos, serviu para frear os processos de duração, necessários para que auto-organização

das comunidades ativistas de mídia conectem a autogestão política a autogestão econômica, fortalecendo o processo de incorporação de técnicas alternativas pelo capital.

No que tange o CMI Brasil, foi direta ou indiretamente por todos esses processos descritos que serviram para enfraquecer o movimento autônomo juvenil e de mídia radical, viveram a experiência de ver seus conceitos esvaziados e seu trabalho apropriado pelo capital. A autocrítica acerca das relações políticas e pessoais dentro da rede CMI está sendo realizada, mas é um processo em curso e por isso preferimos não apontar qual será o desfecho.

No entanto percebe-se, que na continuidade das atividades do CMI, em São Paulo, Curitiba, na rearticulação de coletivos dissolvidos ou que haviam passado por uma refluxo de participação, como os coletivos da Bahia e Florianópolis e a criação de novos coletivos, como o de Tefé, que a rede procura solucionar os seus problemas com os recursos e discussões acumuladas, adquiridas ao longo dos nove anos de existência.

O CMI Brasil é uma rede que ainda mantém uma composição bastante juvenil, mas sua longevidade tem apontado a formação de uma outra composição, a de jovens que estão ingressando em outra fase de sua vida, acompanhando o processo de perda de moratória social dos jovens contestadores independentes do início da década, ou seja, nas palavras de Paíque do CMI Distrito Federal *estamos virando agora um movimento de trabalhadores*.

Muitos dos ex-voluntários do CMI, atuais como colaboradores, que militam em outros movimentos sociais ou que permanecem na rede. Assim como, os demais voluntários demonstram haver um amadurecimento político das práticas que apontam para uma sociabilidade política onde é possível visualizar o conceito de política como valor de uso.

Ao se repensar, buscam alternativas dentro dos conceitos, que dão sentido a formação e proteção de comunidades, que engendram novas sociabilidades políticas. A perda da moratória social (MARGULIS; URRESTI, 2000) está pautando novas questões para os jovens contestadores independentes, onde a experiência junto aos movimentos sociais amplia a possibilidade de quebrar com o paradigma emissor-receptor da informação, do produtor especialista de mídia e usuário, tendo como base a reformulação dos conceitos de comunicação, tanto no CMI, como nos movimentos sociais com quem vem atuado.

Os processos que faz uma geração se jovens contestadores sentirem-se parte de uma luta global dos povos, apontam que a

sensibilidade aberta a razão, a razão aberta a sensibilidade (Marcuse, 1968) e o valor de uso estão sendo parte de um ciclo onde o CMI influencia e é influenciado reciprocamente, aos mesmo tempo, que enfrenta os desafios inerentes as dinâmicas ao tecido social e as tentativas do velho vir travestido de novo para deixar tudo como está.

Uma das dinâmicas, que o velho veio travestido de novo, emergiu justamente da relação entre técnica, mídia e política, e a sensação de autonomia proporcionada pelos meios digitais. A lógica, regressiva ao esclarecimento (Adorno & Horkheimer, 1985), mistificou um cenário, onde a política da vida podia estar desconectada da realidade material de milhares de pessoas no Brasil, mesmo conectadas à internet. A palavra inclusão apenas significa inclusão ao consumo entre produto alternativo ou convencional, em ambos os casos, fortalecedoras de identidades legitimadoras (Castells, 1999), que fortalecem as instituições.

Nesses casos, a democratização da mídia passa a ser o democratizar por democratizar, e no seu cerne a racionalidade instrumental do mercado incapaz de gerar relações não alienadas entre os homens, com o produto de seu trabalho e o mundo. O pragmatismo, de que não pode se fazer mídia alternativa sem se ligar ao Estado e a empresas, fragmentou as possibilidades de construção de uma política como valor de uso, que se formava entre os jovens no Brasil.

No entanto, não foi o único elemento da reprodução do neoliberalismo nos veículos de mídia radical. A supervalorização de um conceito de liberdade individual sobre a liberdade coletiva, tipicamente neoliberal, criou um círculo vicioso, onde jovens, sem compromisso com a manutenção do veículo de mídia, se apropriavam dos trabalhos desenvolvidos pelos ativistas mais ativos, sendo, que estes se tornavam refém deste ciclo, ao ficar com medo de reproduzir as práticas da esquerda tradicional dentro de suas organizações.

A permissividade desse ciclo se mostrou tão problemática quanto os processos de afastar os voluntários aqui apontados como centralistas. A falta de comprometimento não apenas gerava conflitos, mas também, a descontinuidade das atividades desenvolvidas pelo coletivo, comprometendo a credibilidade e a confiança conquistada com os movimentos sociais e comunitários.

A deparação com um novo desafio para os jovens contestadores do CMI que é aprofundar ainda mais seus laços com os movimentos sociais, dando continuidade às suas atividades, nesse momento em que estão se transformado em um movimento de trabalhadores, algo que requer mudanças nas dinâmicas da rede possibilitando a participação de

voluntários, que não dispõem mais da moratória social “concedida” à juventude.

O novo desafio, aos jovens contestadores, só poderá ser respondido pelos próprios sujeitos coletivos de contestação ao estabelecido, questionando como fazer frente à ideologia pragmática da eficácia, baseada na racionalidade instrumental e no pragmatismo da política institucional. E ainda, como garantir a construção de bases materiais para o desenvolvimento das lutas sociais, com autonomia em relação ao Estado e Mercado.

REFERÊNCIAS

AÇÃO ECOLÓGICA LESTE. **O poder de destruir e o poder de criar.** EUA, 1969. Disponível em: <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/ecosocial/06destruir.htm>. Acesso em: 10 maio 2010.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

AGÊNCIA de notícias anarquistas - **Emergência para o Centro de Mídia Independente de Atenas e Patras.** 06/07/2009.
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/07/449495.shtml>.
Acesso em: 10 jul. 2009..

ALBERONI, Francisco. **Gênese.** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ANÁLISE do seminário em Tefé: **Um diálogo difícil. Guile - Coletivo Curupira, CMI Tefé;** 03/09/2006. Disponível em:
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/09/359420.shtml>.
Acesso em: 14 jul; 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

ANÔNIMO. **Fanzine Lixo Cultural,** 1983.

ANÔNIMO. **Hospedar Servidores da Rede Indymedia é Ilegal?**
Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/green/2009/02/440653.shtml>. Acesso em: 10 jul 2009.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. São Paulo: Editores Associados, 2005.

ARENDDT, Hannah. A mentira na política – considerações sobre os documentos do Pentágono. In: **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 9-48.

BAKUNIN, Michael. **Textos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1999.
BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEHLING, Mario. **Das Wachstum des Indymedia-Netzwerks**: Das erste global agierende alternative Mediennetzwerk, April 2006.
Disponível em: <http://www.perspektive89.com/>. Acesso em: 23 abr. 2010.

BELTRAME, Valmor; MORETTI, Maria de Fátima de Souza. Kantor, Duchamp e os objetos da pesquisa. **Revista de Investigação em Artes**, v.1, n.3, UDESC, ago. 2007/jul. 2008. Disponível em: http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/cenicass.htm. Acesso em: 10 abr. 2010.

BENJAMIN, Walter . **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Obras escolhidas**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, v.1, 1987.
BERNARDO, João. **Marxismo e nacionalismo (I)**: o antieslavismo de Engels e de Marx. 26 maio 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/>. Acesso em: 13 mar. 2010.

_____. **Marxismo e nacionalismo (II)**: Os comunistas russos e a questão nacional. 26 maio 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/>. Acesso em: 13 mar. 2010.

_____. **Marxismo e nacionalismo (III)**: O Partido Comunista alemão e a extrema-direita nacionalista Passa Palavra. 26 maio 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/>. Acesso em: 13 mar. 2010.

_____. **Marxismo e nacionalismo (IV)**: Comunismo e terceiro mundismo. Passa Palavra 26 maio 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/>. Acesso em: 13 mar. 2010.

BEY, Hakim. **TAZ - Zonas Autônomas Temporárias**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.

BLISSETT, Luther. **Guerrilha psíquica**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

BOIDO, Pablo. Indymedia Argentina. **Ourmedia & Nuestros Médios**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://www.ourmedianet.org/papers/om2003/Boido_OM3.pdf Acesso em: 17 mar. 2010.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **Capitalismo e política de comunicação**: a TV digital no Brasil. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “<Economia Política e Políticas de Comunicação>”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, jun. 2007.

BOOKCHIN, Murray. **The Ecology of Freedom**: An Eminent Social Thinker's Provocative Vision of a Free Society in Harmony with Nature, 1982.

_____. **Autogestão e tecnologias alternativas**, 1985. Disponível em: http://pt-r.protopia.wikia.com/wiki/AutogeC3%A3o_e_Tecnologias_Alternativas. Acesso em: 14 abr. 2010.

_____. **Ecologia social**. 1994. Disponível em: http://pt-br.protopia.wikia.com/wiki/Ecologia_Social. Acesso em 6 maio 2010.

BPI. Biblioteca Pública Independente. Disponível em: <http://www.bpi.comze.com/grecia/textos/policia-e-neonazistas.html>. Acesso em: 10 jul. 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Assalto ao estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/2611>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BUTLER, C.T. Lawrence; ROTHSTEIN Amy. **On Conflict and Consensus A Handbook on Formal Consensus Decisionmaking**. 2004. Disponível em: <http://www.consensus.net/> Acesso em: 14 fev. 2010.

CARCALHOLO. M. D.; AMARAL M.S. Inserção externa ativa ou superexploração do trabalho? Acumulação de capital na Argentina pós - crise. In: **De Economia Política**, São Paulo; Editora da USP, 2007.

CARMINATI, Fabio. **Juventude e rebeldia: ações coletivas contemporâneas e a produção e reprodução do projeto de militância de esquerda**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, UFSC, 2006. 96p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CECEÑA, Ana Esther. **La Guerra como razón del mundo que queremos transformar**. Trabalho apresentado no Seminário Reforma ou Revolução organizado pelo LPP-UERJ e Fundação Rosa Luxemburgo. Rio de Janeiro, maio 2004.

_____. Los diferentes planos de construcción de la hegemonía. In: GAMBINA, Julio (Coord.). **La globalización económico-financiera y el impacto en América Latina, estrategias de regulación y respuestas sociales y políticas del movimiento popular**. Buenos Aires: CLACSO. 2003.

_____. **Hegemonías y Emancipaciones en el Siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO. 2004.

_____. Subjetizando el objeto de estudio – o del la subversión epitomológica como emancipación. CLACSO. Argentina. 2006. p. 13-43 (DÚVIDAS)

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v.43, n.2, 2000, p.5-27.

CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2006. p.151-197.

CMI Itália. **Indymedia Itália esta sendo atacado**. Impresso Fevereiro de 2002. N. 2. Disponível em: http://print.indymedia.org/local/webcast/uploads/portugues-2002-_2_-_pdf.pdf. Acesso em: 23 jun. 2008.

CMI Equador - **Asesinan a miembro de Indymedia Ecuador.**
02/07/2004. <http://www.ecuador.indymedia.org/es/2004/07/5891.shtml> .
 Acesso em: 10 jul. 2009.

CMI Equador- **Identificados asesinos de Lenin Cali, 15/07/2004.**
<http://ecuador.indymedia.org/es/2004/07/5954.shtml>. Acesso em: 10 jul.
 2009.

CMI Equador - **Ecuador IMC activist assassinated, 08/07/2004.**
http://archive.ucimc.org/newswire/display_any/18925/index.php.
 Acesso em: 10 jul. 2009

COLABORADORES e ex-colaboradores do CMI-BR. **Especial: 9 anos de CMI-Brasil.** Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=16807>.
 Acesso em: 18 jan. 2010.

COCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. **As multidões e o império.**
 Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

COLABORADORES E EX-COLABORADORES DO CMI-BR.
Especial 9 anos de CMI-Brasil. 21 dez. 2009. Disponível em:
<http://passapalavra.info/?p=16807>. Acesso em: 18 maio 2010.

COLETTI, Claudinei. Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes. **En publicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina.** José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003, 288p. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/coletti.rtf>
 Acesso em: 17 abr. 2010.

CONSELHO de porta-vozes CMI Seattle - **Governo suspende ordem da justiça enquanto CMI prepara recurso legal.** Disponível em:
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2001/06/2686.shtml..>

Acesso: em 23 jun. 2008. <http://docs.indymedia.org/view/Global/BioTech>. Acesso em: 23 jun. 2008.

COONEY, Paul. Experimento de um quarto de século de Neoliberalismo na Argentina: da ditadura à depressão. **Rev. Econ. Contemp.**, v.11, n.1, 2007, p. 7-37.

CORRÊA, Felipe. **Cronologia dos Novos Movimentos**. Disponível em: www.agp.org. (2000) e <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/cronolog.htm>. Acesso em: 14 ago. 2010.

CORRÊA, Felipe. Mobilizações sociais na América Latina. Da nacionalização dos recursos bolivianos à resistência no México. **Revista Digital Divergences**, n. 6, mar./maio 2007. Disponível em: <http://divergences.be/spip.php?article327&lang=fr>. Acesso em: 13 jul. 2010.

COYER. Radio y el coletivo Indymedia. Um caso Estudiado de Seattle, Los Angeles y Londres. **Ourmedia & Nuestros Médios**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://www.ourmedianet.org/papers/om2003/Coyer_OM3.espan.pdf. Acesso em: 22 jun. 2010.

CULTURA NO PLURAL: conversa com Célio Turino sobre o conceito de cultura (e seus usos) nas políticas públicas brasileiras. **Revista Proa**, n. 1, v. 1. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa>. Acesso em: 13 abr. 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo, Contraponto, 1998.

DEBORD, Guy; WOLMAN, Gil. Um guia prático para o desvio. maio 1956 - belga **Les Lèvres Nues #8**, maio 1956. Disponível em: http://www.reocities.com/projetoperiferia4/detour.htm#N_1_. Acesso em: 21 mar. 2010.

DI FELICE, Massimo, MUÑOZ, Cristobal (Org.). A revolução invencível - Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional – carta e comunicados. Ed. Boitempo. São Paulo. 1998.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. In: **São Paulo Perspec**, São Paulo, v.15, n.4, out./dez. 2001, p. 13-22.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical - rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo. SENAC. 2003.

FELIZ 2009: **participe do ajuri do caracol de Outeiro**. Zezta Internacional. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/12/436401.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2009.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, Craig (Ed.). **Habermas and the Public Sphere** Cambridge, MA: MIT Press, 1992, p.62-73.

FREEMAN, Jô. **A tirania das organizações sem estrutura**, 1970. Disponível em: www.nodo50.org. Acesso em: 17 maio 2010.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GARCIA, Analía; VAZQUEZ, Melina. Trayectorias Militancia Política de Trabajadores Desocupados. De Vecinos a Piqueteros, de Piqueteros a Vecinos. Ponencia: **IV Jornadas de Sociología de la UNLP**, La Plata, Nov. 2005.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GOMÉZ, José María. Entre dos fuegos: el terrorismo, la guerra y los nuevos retos del movimiento social global contrahegemónico. In: **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. CLACSO. Agencia sueca de desarrollo internacional. ASDI, 2002, p. 257-279.

GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968**. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2005.

_____. Mídia, sociedade e contracultura. **Anais do 24 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Campo Grande, set.2001.

GUITAHY, G.G. Figueiredo. A flor indígena: artes de fazer e mídias livres na Barreira da Missão (Tefé – AM). **Cadernos do CEAS**, Edição eletrônica, 2009

HALLECK, Dee Dee. Indymedia: Building an international activist Internet network. Disponível em:
<http://www.wacc.org.uk/modules.php?name=News&file=article&sid=240>. Acesso em: 16 abr. 2010.

HARRIS, Edward. **The Wall Street Journal**, 5 de agosto de 1999. Disponível em: http://protest.net/activists_handbook/wsj_article.html. Acesso em: 26 jul. 2009

HAYKE, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. **Abaixo e à esquerda – uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/filho_amh_me_mar.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2010.

HILSENBECK FILHO. Democracia e governos autônomos - uma reflexão a partir da experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Mediações: **Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 2. 2005.

HOME, Sterwart. **Assalto a cultura – utopia, subversão, Guerrilha na (anti)arte do século XX**. São Paulo: Conrad, 1999

_____. **Assalto à cultura**. São Paulo: Conrad, 1999. Disponível em: <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm>. Acesso em 18 jun. 2010.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Situacionista - teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad, 2005

JÓVENES Tejiendo um Nuevo País. Carta a Lenin Cali. **Lênin: Semilla y Fruto de Hoy y de mañana**. Disponível em: <http://ecuador.indymedia.org/es/2004/07/5906.shtml>. 01/07/2004. Acesso em: 20 jul. 2009.

JURIS, Jeffrey S. Indymedia: de la Contra-Información a la Utopía Informacional. In: MARÍ SÁEZ, Victor Manuel (Coord.). **Cuando los Movimientos Sociales se Apropian de la Red: Comunicación, Redes, y Cambio Social**. Madrid: Editorial Popular, 2004, p. 154-177.

_____. **Violencia Representada e Imaginada: Jóvenes Activistas, el Black Bloc y los Medios de Comunicación en Génova.** In: FEIXA, Carles; FERRÁNDIZ, Francisco (Eds.). **Jóvenes Sin Tregua: Culturas y Políticas de la Violencia Juvenil.** Barcelona: Anthropos. 2005, p. 185-208.

KIDD, Dorothy. **El Carnaval y los Comunes: La Red Global IMC,** 2003. Disponível em:
http://www.ourmedianet.org/papers/om2003/Kidd_OM3.espan.pdf.
Acesso em: 18 jun. 2010.

KLEIN, Naomi. **A doutrina de choque: a ascensão do capitalismo do desastre.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

_____. **Cercas e janelas.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Sem logo: a tirania das marcas em um planeja vendido.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEARY Timothy, Contracultura. In: ROSZAK, Theodore. **A contracultura – reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil.** Petrópolis: Vozes. 1969.

LEMOS, André L. M. Ciber-rebeldes. **Jornal da Tarde**, 8 maio 1996. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/rebelde.html>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

LENZI, Eduardo Barbosa. Estado e sociedade: totalitarismo e tecnologia algumas considerações a partir de Herbert Marcuse. **Revista Tempos Históricos**, ano 10, 1º semestre de 2007.

LIBERATO, Leo Vinicius M. **Expressões contemporâneas de rebeldia**: poder e fazer da juventude autonomista. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

LOBATO, Elvira. Governo Lula distribui TVs e rádios educativas a políticos. **Folha de S. Paulo**, 18/6/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79613.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2006.

LOVINK, Geert; GARCIA, David. O ABC da Mídia Tática. Publicado na **Revista Rizoma**. Disponível em: <http://www.rizoma.net/desenv/interna.php?id=131&secao=intervencao>. Acesso em abr. 2010.

LOVNIK, Geert; GARCIA, David. O ABC da mídia tática. In: **Rizoma**, Net, 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.net/desenv/interna.php?id=131&secao=intervencao>. Acesso em: 18 jul. 2009.

LOVNIK, Geert. Tecnopolítica em ação. In: **Tropico**, 2005. Disponível: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2668,1.shl>. Acesso em: 19 ago. 2009.

LUD, Ned, **Urgência das ruas**. Black Bloc, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global. São Paulo: Conrad. 2002.

LUDD, Mané. **Guerra da tarifa**, 2005. Disponível em: www.laquestionsociale.org/LQS/LQS_3/por_QS3_guerretransport.pdf. lutas coletivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, jul./dez. 2004, p.451-470. <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>. Acesso em: 20 set. 2009.

MACIEL, Luiz Carlos. **A morte organizada**. São Paulo: Global. 1978.
MALATESTA, Enrico. **Anarquistas, socialistas e comunistas**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O anarquismo e a democracia burguesa.** São Paulo: Global, 1979.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M.; PEREIRA, L. (Orgs.). **Educação e sociedade.** 9.ed. São Paulo: Nacional, 1978.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial.** 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Cultura e sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Eros e civilização:** uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La Juventud es Más que una Palabra. In: MARGULIS, Mario (Org.). **La Juventud es Más que una Palabra.** Buenos Aires: Biblos, 2000.

MARTÍN-BARBEIRO, Jesus. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MARTINS, Lincoln; FREEMAN, Jô. A tirania das organizações sem estrutura. As perspectivas da comunicação alternativa na era da informação digital. **II Congreso del Observatorio para la Cibersociedad,** 2004. Disponível em: http://www.cibersociedad.net/congres2004/index_es.html. Acesso em: 7 jun. 2010.

MAZETTI, H. M. Intervenção urbana: representação e subjetivação na cidade. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2006 (CD-ROM).

MAZETTI, H.M. Mídia alternativa para além da contrainformação - Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 31 maio/2 jun. 2007.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Acción Colectiva, Vida Cotidiana Y Democracia**. México: El Colegio Del México. 1999.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**. Estocolmo, v. 4, n. 2, 1996, p. 3-14. Disponível em: www.anped.org.br/rbe/rbedigital/...6/rbde05_6_03_alberto_melucci.pdf. Acesso em: 13 abr. 2010.

MILES, Steve. **Consumerism as a Way of Life**. Londres: Sage, 1998.

MILNITZKY, Fátima. Sociedade de consumo: perdas e ganhos. In: **Interações**, v.8, n. 15, jun. 2003, p.127-130.

MONTESINOS, Miguel Riera. La Batalla de Génova. **El Viejo Topo**. Barcelona, 2001.

NEGT, Oscar; KLUGE, Alexander. **O que há de político na política?** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

NOBRE, M. A idéia da teoria crítica. In: MÜLLER, Maria Cristina; CENCI, Elve Miguel Orgs.). **Ética, política e linguagem**: confluências. Londrina: CEFIL, 2004.

NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

NOVA JORNADA Flor da Palavra começa em Assembléia indígena de Tefé TEFÉ, Amazonas. 28/11/2007. Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2007/11/403912.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2010.

NUNES, Rodrigo. Stewart Home: a perspectiva radical- **Entrevista**. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=248&secao=artefato>. Acesso em: 14 nov. 2009.

PÁGINA estática do Grupo de trabalho Processo. Disponível em: <https://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilNovosColetivos>. Acesso em: 22 jan. 2010.

PARGA, José Sánchez. **Del conflicto social al ciclo político de la protesta Quito**: Centro Andino de Acción Popular CAAP, n. 64, abr. 2005. Disponível em: <http://www.flacsoandes.org/dspace/handle/10469/2072>. Acesso em: 13 abr. 2010.

PAULA JÚNIOR, Pedro Pontes de; FIGUEIREDO, Guilherme Githay. **O Centro de Mídia Independente de Tefé: mídias livres na educação e na organização coletiva**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte; Porto Velho; 18 a 20 jun; 2009. Disponível em: www.followscience.com. Acesso em: 8: out. 2009.

PAYE, Jean Claude. **Guerra contra o terrorismo ou guerra contra as liberdades?** 30 Nov. 2006. Disponível em: www.resistir.info. Acesso em 13 mar. 2010.

PERALVA, Angelina. T. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação – ANPED. Juventude e Contemporaneidade**, ns.5 e 6, 1997.

- PEREIRA, Inês. O movimento do software livre. **VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 2004.
- PISANI, Marília Mello. Algumas considerações sobre ciência e política no pensamento de Herbert Marcuse. In: **Sci. stud.**, v.7 n.1, São Paulo, jan./mar. 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha.. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- QUINTAO, Paula Rochlitz. O sujeito (oculto) e a cidade: a arte de Wodiczko. **Ide (São Paulo)**. v. 31, n. 146, jun. 2008, p.104-107.
- RAYNAUD, J. M. **Apelo a unidade do movimento libertário**. São Paulo: Imaginário, 2003.
- RICHARDSON, Joanne; KLEINER Dmytri. Copyright, Copyleft e as Creative Anti-Commons., 2006. **Revista Digital REMIXTURES**. Disponível em: <http://remixtures.com/2007/01/copyright-copyleft-e-as-creative-anti-commons-parte-i/>. Acesso em: 22 abr. 2010.
- RODRIGUEZ, Julio. **Contestação internacional e cooperação securitária transatlântica**: implicações ao ativismo transnacional, 2005-2008. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/democraciaemdebate>. Acesso em: 14 ago. 2010.
- ROSAS, Ricardo. Nome: coletivos, Senha: colaboração. In: **Rizoma.net**, 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.net/desenv/interna.php?id=170&secao=intervencao>. Acesso em: 21 jan. 2010.
- ROSZACK, Theodore. **A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Comunicação, Política e Sociabilidade contemporânea. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Idade Mídia**, Salvador. EDUFBA. 1995, p. 107-136.

_____. Dos poderes dos médias – comunicação, sociabilidade e política. In: FAUSTO NETO, Antonio; BRAGA, José Luiz; DAYRELL, Porto Sérgio (Orgs.). **Brasil Comunicação, Cultura & Política**, 1992, p.65-79.

_____. **Espectáculo, política e mídia**. 2003. Biblioteca Online de Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.html>. Acesso em: 13 fev. 2010.

RUGAI, Ricardo Ramos. Os punks na história. **Temporaes**, n. 2. 1996, p.76-81.

SANCHEZ, Parga, Jose. Del conflicto social al ciclo político de la protesta. En publicacion: **Ecuador Debate**, n. 64. CAAP, Centro Andino de Accion Popular, Quito (Ecuador), abr. 2005.

SANDRI, Cintia **Lula editado**. Disponível em: <http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/nostalgia/vint5/nostalgia2.htm>. Aceso em: 12 jul. 2008.

SANTOS, Carlos André dos. **Ações coletivas na Idade Mídia** - um estudo de caso sobre as atividades do Centro de Mídia Independente no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientadora Dr^a Janice Tirelli Ponte de Sousa. Florianópolis. UFSC. 2005.

SENETT, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. Estado**, 2006, v.21, n.1, 2006, p.109-130.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **CRH**, v.21. n.54, Salvador, Sept./ Dec. 2008

_____. **Redes de movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1993.

SCHWINGEL, C. A arquitetura da informação e o sistema de publicação do Independent Media Center. In: **Anais do V Congresso Iberoamericano de Periodismo em Internet**. Salvador, nov. 2004.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Conhecimento e razão instrumental. **Psicol. USP**, v. 8, n.1, 1997, p.11-31

SILVA, Marlúcia Valéria da. **Identidade juvenil na modernidade brasileira: sobre o constituir-se entre tempos, espaços e possibilidades múltiplas**. Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2006.

SOBRE A AÇÃO NACIONAL autonomista Ajuri do Caracol Caratateua. Guile. 2 de maio de 2009. Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2009/05/446048.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2009.

SOEANE, José. Movimentos Sociales y recursos naturales em América Latina: resistências al neoliberalismo, configuración de alternativas. In: **Sociedade e Estado**, Brasília: UnB, v.21, n.1, jan. 2006, p.109-132.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; DURAND, Olga Celestina. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos

culturais. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n.Especial, jul./dez.2002, p.163-181.

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas. Texto apresentado na Mesa Redonda “História e Teoria Social: os movimentos sociais da década 60 e gênese das novas perspectivas da sociologia. **XI Congresso de Sociologia**. Campinas: UNICAMP, 2003

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o estabelecido. **Cadernos de Pesquisa**, n. 32, PPGSP/UFS, out. 2002. www.sociologia.ufsc.br. Acesso em 15 fev. 2010.

SUBCOMANDANTE Marcos; Comunicado. 18 de março de 1994. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso em: 25 jun. 2009

TERRA, Ricardo Herbert Marcuse. Os limites do paradigma da revolução: ciência, técnica e movimentos sociais. In. NOBRE, Carlos. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

VALENZUELA FUENTES. Katia. Colectivos juveniles: Inmadurez política o afirmacion de otras políticas posibles? **Ultima Década**, v.15, n. 26, CIDPA Valparaiso Chile, Jul. 2007, p.31-52.

VERNON, Richards (Org.). **Malatesta, Vida e Obra**. 2.ed. Tusquets. 1977.

VICENTE, L. ¿ Movimientos sociales en la Red? Los hacktivistas? **Revista El Cotidiano**, julio-agosto, año, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

WODICZKO, K. **Homeless vehicle project October**, 1988. Disponível em: arch.usyd.edu.au. Acesso em 14 jul. 2010.

WU MING 1. **Copyright e maremoto**. São Paulo: Conrad, 2002.

WU MING. **Wu Ming Foundation o que somos, o que fazemos**, 2008. Disponível em: http://www.wumingfoundation.com/italiano/bio_portugues.htm. Acesso em: 14 abr. 2010.

WU MING Foundation. **O que somos e o que fazemos**. Disponível em http://www.wumingfoundation.com/italiano/bio_portugues.htm. Acesso em: 13 abr. 2009.

XAMARDO, Nicolás; UKIOLA, Iñaki Zabaleta; SAIZ, Carmen Peñafiel. **La televisión de acceso público por cable y el euskara: un futuro compartido**. Zer: **Revista de Wstudios de Comunicación**, Komunikazio Ikasketen Aldizkaria, n 5, 1998.

URRESTI, Marcelo. Paradigmas de participación juvenil: un balance histórico. In. BALARDINI, Sergio. **La participación social y política de los jóvenes en El Horizonte de nuevo siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2005

Endereços eletrônicos

<http://linefeed.org/~toya/cmi/cmi-artigos-estatisticas.htm> Acesso em: 14 mar. 2010.

<http://www.anarchija.lt/images/pdf/Murray%20Bookchin%20-%201993%20What%20Is%20Social%20Ecology.pdf>. Acesso em: 12 set. 2009.

<http://www.rizoma.net/interna.php?id=248&secao=artefato>. Acesso em: 19 mar. 2009.

www.indymedia.org. Acesso em: 4 jan. 2009.

www.nodo50.org. Acesso em: 4 jan. 2009.

www.riseup.net. Acesso em: 4 jan. 2009.

<http://www.wumingfoundation.com/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

<http://www.overmundo.com.br/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

<http://www.recombo.art.br/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

<http://www.critical-art.net/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

<http://www.adbusters.org/home/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

<http://www.active.org.au/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

<http://www.adbusters.org/>. Acesso em: 4 jan. 2009.

<http://www.billboardliberation.com>. Acesso em: jan, 2009.

<http://www.rtmark.com>. Acesso em: 4 jan. 2009.

http://www.wumingfoundation.com/italiano/bio_portugues.htm#01. Acesso em: 22 abr. 2009.

<http://home.earthlink.net/~foodnotbombs/seven.html>. Acesso em: 18 jun. 2009.

<http://passapalavra.info/?p=4140>. Acesso em: 2 abr. 2009.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2009

<http://www.youtube.com/watch?v=cLERFRQI5EY>, Acesso em: 14 qbr. 2009.

<http://www.youtube.com/watch?v=Pc1SkNsYHig>. Acesso em: 9 mar. 2009.

http://pt-br.protopia.wikia.com/wiki/Nem_o_centro_e_nem_a_periferia. Acesso em: 16 jun. 2009

<http://passapalavra.info/?p=2280>. Acesso em: 16 jun. 2009.

<http://divergences.be/spip.php?article327&lang=fr>. Acesso em: 17 jul. 2009.

<http://w3.cultdeadcow.com/cms/about.html>. Acesso em: 22 jul. 2009.

<http://help.riseup.net/about-us/>. Acesso em: 26 jul. /2009.

www.riseup.net. Acesso em: 27 jul. 2009.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/12/270525.shtml> . Acesso em: 22 jun. 2009.

http://www.imemc.org/about_us. Acesso em: 17 ago. 2009.

<http://galiza.indymedia.org/gz/2004/11/1042.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2009.

<http://venezuela.indymedia.org/es/static/quien somos.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2009.

<http://docs.indymedia.org/view/Global/BioTech>. Acesso em: 13 ago. 2009.

<http://www.indymedia.org/fbi/>. Acesso em: 16 ago. 2009.

<http://www.indymedia.org/fbi/>. Acesso em: 23 jun. 2008

http://www.youtube.com/watch?v=x_X-N_kMIcg; Acesso em: 10 jul. 2009.

<http://www.youtube.com/watch?v=3CheGPvAHbA>. Acesso em: 10 jul. 2009.

<http://www.youtube.com/watch?v=dUtP6FfEqiQ&feature=related>.
Acesso em: 10 jul. 2009..

<http://www.youtube.com/watch?v=KfzWdKnAxCM>. Acesso em: 10 jul. 2009.

<http://www.youtube.com/watch?v=XznJjz23lMM>. Acesso em: 10 jul. 2009.

www.wikipedia.org. Acesso em: 13 jun. 2009.

<http://docs.indymedia.org/view/Global/ImcResolve>. Acesso em: 17 jul. 2009.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2010.

<http://prod.midiaindependente.org/indymediabr/servlet/OpenMir?do=opensesion&sessiontype=article&language=pt&colorsscheme=blue>.
Acesso em: 3 jan. 2010.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/video.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2010.

<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/12/270508.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2009.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/11/268110.shtml>.
Acesso em: 13 jan. 2009

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/goiania.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2010.

<http://www.cefuria.org.br/doc%5Cdossieradcom.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2010..

<http://www.centrovivo.org/historia>. Acesso em: 12 mar. 2010.

<http://ay-carmela.birosca.org/Sobre>. Acesso em: 12 mar. 2010;

<http://docs.birosca.org/>. Acesso em: 12 mar. 2010.

<http://encontro.sarava.org/Principal/CulturaLivreECapitalismo>. Acesso em: 14 abr. 2010.

<http://www.sarava.org/>. Acesso em: 14 abr. 2010.

<http://confabulando.naxanta.org/index.php?n=Main.CorporisCrisis>. Acesso em: 14 abr. 2010.

<http://encontro.sarava.org/Principal/RelatosSabadoManha>. Acesso em: 23 abr. 2010.

<http://encontro.sarava.org/Principal/RelatosSabadoTarde>. Acesso em: 23 abr. 2010.

<http://encontro.sarava.org/Principal/ConjuntoDePrincipioseticos>. Acesso em: 28 abr. 2010.

<http://linefeed.org/~toya/cmi/cmi-artigos-estatisticas.htm>. Acesso em: 14 mar. 2010.

<http://lists.indymedia.org/pipermail/cmi-brasil-tech/>. Acesso em: 14 abr. 2010.

A N E X O S

ANEXO A

Princípios de União da Rede CMI global

Revisar (Processo de saída de um coletivo)

1. A rede do Centro de Mídia Independente (CMI) é baseada nos princípios de igualdade, descentralização e autonomia local. A rede CMI não é derivada de um processo burocrático centralizado, mas da auto-organização de coletivos autônomos que reconhecem a importância de desenvolver uma associação por redes;

2. Todos os CMIs consideram a livre troca e o acesso livre a informações um pré-requisito para a construção de uma sociedade mais livre e justa;

3. Todos os CMIs respeitam o direito dos/das ativistas de escolherem não ser fotografados ou filmados;

[Revisão do princípio: O CMI respeita os direitos daqueles que não querem ser identificados por qualquer motivo. Tendo isso em vista, todos os CMIs respeitam o direito dos/as ativistas que decidem não ser fotografados/fotografadas ou filmados/filmadas e encorajam todos/todas os/as repórteres que contribuem a fazer o mesmo. É exigido que qualquer pessoa que queira gravar, filmar ou fotografar dentro de um espaço físico do CMI anuncie as suas intenções de antemão para todos os presentes e respeite a decisão de qualquer pessoa(s) que decida não ser incluída.]

4. Todos os CMIs, baseados na confiança de seus/suas contribuidores/contribuidoras e leitores/leitoras, devem utilizar a publicação aberta pela internet, permitindo que indivíduos, grupos e organizações possam expressar seus pontos de vista, anonimamente se desejarem;

[Você pode encontrar uma definição de publicação aberta em constante desenvolvimento [aqui](#) e [aqui](#). E [aqui](#) você encontrará o início de uma discussão sobre a aplicação da publicação aberta dentro da Rede Global de CMIs. Infelizmente, esses últimos dois textos estão disponíveis apenas em inglês.]

[Revisão do princípio: Este princípio não mais condiz com a realidade atual dos CMIs, muitos sites se encontram com as publicações fechadas por diversos motivos]

5. A Rede CMI e todos os coletivos locais do CMI não deverão ter fins lucrativos;

6. Todos os CMIs reconhecem a importância dos processos para a mudança social e estão comprometidos com o desenvolvimento de relações não-hierárquicas e anti-autoritárias, desde o nível pessoal até o

das dinâmicas de grupo. Assim, devem se organizar coletivamente e estando comprometidos com o princípio da decisão por consenso e com o desenvolvimento de um processo democrático direto e participativo que seja transparente aos seus membros;

7. Todos os CMI's reconhecem que um pré-requisito para participação no processo de decisões de cada grupo local é a contribuição de trabalho para o grupo;

8. Todos os CMI's têm o compromisso de se preocupar uns com os outros e com as respectivas comunidades, tanto coletivamente como individualmente e devem compartilhar seus recursos, incluindo conhecimento, habilidades e equipamentos;

9. Todos os CMI's têm o compromisso de utilizar código aberto, sempre que possível, com o intuito de desenvolver a infra-estrutura digital e aumentar a independência da rede, não dependendo de software proprietário;

10. Todos os CMI's estão comprometidos com o princípio da igualdade humana e não devem praticar discriminação, inclusive discriminação de raça, gênero, idade, classe ou orientação sexual. Reconhecendo as vastas tradições culturais da rede comprometemo-nos a criar a diversidade nas nossas localidades.

ANEXO B

Critérios de Filiação à Rede CMI Global

Espera-se de cada CMI e grupo de trabalho global que:

A. Concorde com o espírito da Declaração de Objetivos da rede CMI e com os Princípios de União;

B. Tenha voluntários dedicados em número suficiente para manter o CMI funcionando;

C. Tenha reuniões abertas e públicas (nenhum grupo pode ter "posse" exclusiva de um CMI);

D. Trabalhe para desenvolver uma Declaração de Objetivos local (a Declaração de Objetivos da rede pode ser utilizada provisoriamente);

E. Estabeleça e publique uma política editorial que seja desenvolvida e posta em prática por meios democráticos com plena transparência;

F. Concorde com o uso da publicação aberta tal como descrita na política editorial da rede CMI;

G. Adote uma política de tomada de decisões alinhada com os princípios da decisão por consenso, o que inclui um processo aberto, transparente e igualitário;

H. Tenha um/uma porta-voz disposto/disposta e capaz de participar do processo de decisão global e de reuniões como um/uma representante/contato rotativo, com um claro entendimento das responsabilidades que esse papel traz;

I. Participe nas formas chave de comunicação da rede CMI que garantem a saúde e vitalidade da rede e que contribuem para o trabalho do CMI. Assegure que pelo menos uma pessoa do CMI local participe em algum momento da lista de comunicação da Rede CMI Global (imc-communication);

J. (NÃO CONCLUÍDO) Não tenha filiação oficial com nenhum partido político, estado ou candidato a cargo no estado [Comentário: Produtores individuais têm o direito de fazer o que bem entenderem e CMIs locais podem apresentar matérias sobre partidos políticos e iniciativas];

K. CMIs não podem em hipótese alguma tomar parte em empreendimentos comerciais ou visando o lucro [Comentário: Pode-se adicionar; "A rede CMI é comprometida com a descomercialização da

informação e vai se dissociar de qualquer CMI que decida se tornar uma empresa de mídia com fins lucrativos"];

L. Apresente uma versão local do símbolo ((i)) do CMI no seu site e em seu material impresso;

M. Inclua a lista atualizada de cidades que fazem parte da rede CMI no site, de preferência na página principal.

1. A filiação à rede é aberta a qualquer grupo que aceite os critérios de filiação expostos acima. Sempre que houver mais de um pedido para constituir um CMI na mesma cidade ou região, encorajamos as diferentes iniciativas a se encontrarem e trabalharem juntas.

2. A filiação à rede CMI será confirmada pelo grupo de trabalho de New-IMC que está subordinado ao IMC-Process e, em última instância, ao processo de decisão da rede CMI.

ANEXO C

Princípios de União da Rede CMI Brasil

Todo indivíduo ou coletivo que queira participar da Rede CMI Brasil deve ratificar os seguintes princípios:

Reconhecer os critérios de filiação e os princípios de união da Rede CMI Global;

Combater a mercantilização da informação e do conhecimento e o comprometimento deles com os interesses das empresas e dos estados;

Promover estruturas abertas e públicas de comunicação digital com programas e sistemas livres, não-proprietários e de código aberto;

Promover os ideais da publicação pública, livre e aberta, capacitando as pessoas a produzir sua própria mídia sem recurso a direitos autorais;

Organizar-se de forma democrática e anti-hierárquica com reuniões públicas e abertas;

Comprometer-se com o projeto de construção de uma sociedade livre, igualitária e com respeito ao meio ambiente.

ANEXO D

Política Editorial do CMI Brasil (a partir de dezembro de 2005)

O Centro de Mídia Independente (CMI) Brasil é uma rede anticapitalista de produtores/as de mídia autônomos/as e voluntários. Com o objetivo de construir uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente; o CMI procura garantir espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social - que estejam em sintonia com esses objetivos - possam publicar sua própria versão dos fatos.

Acreditamos que dessa maneira estaremos rompendo o papel de espectador(a) passivo/a e transformando a prática midiática. Para isso, o sítio do CMI funciona com um mecanismo de publicação aberta e automática, colocando no ar notícias, artigos, comentários, fotos, áudios e vídeos. Esse mecanismo rompe com a mediação do/a jornalista profissional e com a interferência de editores/as no conteúdo das matérias. As produções não são modificadas, salvo a pedido do/a autor(a), ou quando pequenas formatações são necessárias para facilitar sua exibição.

São bem-vindas no CMI publicações que estejam de acordo com os princípios e objetivos da rede, como:

- relatos sobre o cotidiano dos/as oprimidos/as;

- relatos de novas formas de organização (como o Movimento Passe Livre, Movimento dos/as Trabalhadores/as Desempregados/as, as/os zapatistas no México, as/os piqueteiras/os na Argentina, as redes de economia solidária, etc.);

- denúncias contra o Estado e as corporações;

- iniciativas de comunicação independente (como rádios e TVs livres e comunitárias, murais e jornais de bairro, etc.);

- análises sobre a mídia;

- análises sobre movimentos sociais e formas de atuação política;

- produção audiovisual que vise à transformação da sociedade ou que retrate as realidades dos/as oprimidos/as ou as lutas dos novos movimentos.

O CMI defende a liberdade de conhecimento e de acesso a ele; para contribuir com a concretização destas liberdades, incentivamos o uso de softwares livres e a publicação em formatos livres (.ogg para áudio, .png para imagens, etc.) e em formatos proprietários públicos (.rtf e .pdf para textos, .mpg para vídeos, etc.). Não incentivamos o uso de formatos proprietários (.doc para texto, .ppt para apresentação de slides,

etc.). Da mesma maneira, todo o conteúdo do sítio é disponibilizado sob a licença de copyleft (ver rodapé da página inicial), a não ser que o/a autor(a) mencione o contrário no artigo.

A intenção do CMI é unir esforços para uma real democratização da sociedade, primando sempre por privilegiar a perspectiva dos/as oprimidos/as. Em função disso, esperamos uma atitude construtiva e tolerante entre os/as participantes do sítio; afinal, queremos juntar forças, não lutar entre nós.

Sobre os artigos escondidos

Com o crescimento do projeto, começaram a ocorrer diversos abusos da publicação aberta, como: publicação proposadamente repetida de artigos sem conteúdo, ou contrários aos princípios da rede CMI; publicação de mensagens das listas abertas do CMI como artigos; questionamentos à política editorial publicados como artigos; dentre outros vários casos. Sendo assim, para continuarmos oferecendo informação crítica de acordo com os objetivos listados acima, o coletivo editorial do CMI se reserva o direito de deslocar da coluna de publicação aberta artigos que:

Sejam de cunho racista, sexista, homofóbicos ou em qualquer sentido discriminatórios;

Contenham ofensas ou ameaças a pessoas ou grupos específicos. (Consideramos que há uma diferença entre crítica e ofensa: na crítica, há uma demonstração argumentativa de algo com que não se concorda; numa ofensa não há demonstração argumentativa alguma, e sim ataques infundados);

Façam qualquer tipo de propaganda comercial;

Tratem de assuntos esotéricos ou de pregações religiosas de maneiras de que fujam de nossas propostas políticas;

Visem promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político;

Visem apenas contatar pessoas ou o próprio CMI. (Para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para contato em mediaindependente.org);

Sejam publicadas mais de uma vez, sendo que um texto publicado como comentário a uma matéria não pode ser publicado novamente como matéria independente;

O/a autor(a) peça que sejam retirados;

Sejam boatos conhecidos (hoax), informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando

extremamente evidentes ou denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido;

Sejam spam - ou seja, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de publicação aberta e/ou sabotar o sítio - que serão considerados como artigos sem conteúdo;

Estejam contra os objetivos apresentados nesta política editorial ou em outros documentos públicos do Cento de Mídia Independente (Sobre o CMI, nota de copyleft, etc.).

Lembramos a todos/as que as publicações contrárias a esta política editorial não são apagadas do sítio. Com o objetivo de dar transparência ao processo editorial, esses artigos continuam disponíveis ao público na seção Artigos Escondidos. A transparência do processo editorial se reflete também na lista do coletivo editorial, cujos arquivos são abertos ao público (Arquivo Lista Editorial), que pode, assim, acompanhar as discussões do coletivo editorial e dar sugestões e críticas através do correio eletrônico contato@midiaindependente.org.

O Centro de Mídia Independente não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos da coluna de publicação aberta, especialmente quando há nelas dados suficientes para contatar o/a autor(a). Eventual direito de resposta a artigos será concedido como comentário ao mesmo artigo que se pretende responder, o que pode ser feito inclusive sem se contatar diretamente o coletivo editorial.

ANEXO E

Política Editorial do CMI Brasil (antiga)

Serão imediatamente retiradas do site as publicações que:
Sejam de cunho racista, sexista ou em qualquer sentido discriminatórias;

Contenham ofensas pessoais;

Façam qualquer tipo de propaganda comercial;

Visem promover algum candidato ou partido político;

Estejam em oposição aos princípios e valores do CMI Brasil.

Textos buscando apenas contatar pessoas ou o próprio Centro de Mídia Independente não podem ser publicados como matérias. Para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para contato@midiaindependente.org;

As matérias não podem ser publicadas duas vezes e um texto publicado como comentário a uma matéria não pode ser publicado novamente como matéria independente;

As matérias publicadas, normalmente não têm copyright. Os interessados podem reproduzir e distribuir essas matérias para fins não comerciais desde que mencionem o autor e a fonte. Matérias com copyright podem ser publicadas desde que a situação seja indicada e haja permissão do detentor dos direitos;

O coletivo editorial não edita o conteúdo das matérias, mas se reserva o direito de fazer pequenas modificações de formatação para compatibilizar a informação com padrões técnicos do site.

O Centro de Mídia Independente não se responsabiliza pelo conteúdo das publicações.

Coletivo Editorial do CMI Brasil